



PHOÏNIX



ISSN 1413-5787

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ANTIGA/UFRJ

PHOÏNIX
2021
Ano 27
Volume 27
Número 2

Dossiê em homenagem ao Professor Norberto Luiz Guarinello

Organização: Deivid Valério Gaia

Phoínix 2021 – Ano 27 – Volume 27 – Número 2 – ISSN 1413-5787

Copyright © by Neyde Theml, Fábio de Souza Lessa
e Regina Maria da Cunha Bustamante (editores) *et alii*, 2021

Tiragem: 1.000 exemplares

Direitos desta edição reservados a:

MAUAD Editora Ltda.

Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar – Lapa

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.241-110


Tel.: (21) 3479-7422

www.mauad.com.br

mauad@mauad.com.br

 [FACEBOOK.COM/EDITORAMAUADX](https://www.facebook.com/EDITORAMAUADX)

 [@EDITORAMAUADX](https://twitter.com/EDITORAMAUADX)

 [@MAUADXEDITORA](https://www.instagram.com/MAUADXEDITORA)

 (21) 97675-1026

Laboratório de História Antiga – LHIA / IH / UFRJ

Largo de São Francisco de Paula n° 1, sala 211 A – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.051-070

www.lhia.historia.ufrj.br

revistaphoenix@gmail.com

<https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/index>

Projeto Gráfico:

Núcleo de Arte / Mauad Editora

OBS.: Os artigos em outros idiomas que não o português têm sua revisão sob a
responsabilidade de seus autores

Ilustração da Capa:

"Villa Adriana, Tivoli, Italia" por pom!. is licensed under CC BY-SA 2.0.

Phoínix. Laboratório de História Antiga / UFRJ

P574

Ano 27, v. 27, n.2

Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2021.

Semestral

ISSN 1413-5787

ISSN 2527-225X (versão digital)

História Antiga. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Laboratório de História Antiga.

CDD – 930

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Reitora: Prof^ª. Dr^ª. Denise Pires de Carvalho

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ANTIGA – LHIA

Coordenador: Prof. Dr. Deivid Valério Gaia

EDITORES

Prof^ª. Dr^ª. Neyde Theml

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa

Prof^ª. Dr^ª. Regina Maria da Cunha Bustamante

CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª. Dr^ª. Ana Iriarte Goñi – Universidad del País Vasco (Espanha)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Livia Bomfim Vieira – UEMA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria César Pompeu - UFC

Prof^ª. Dr^ª. Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG

Prof^ª. Dr^ª. Cecilia Ames – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)

Prof. Dr. David Pritchard – University of Queensland (Austrália)

Prof^ª. Dr^ª. Graciela C. Zecchin de Fasano – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)

Prof. Dr. Jean Andreau – EHESS (França)

Prof. Dr. Jean-Michel Carrié – EHESS (França)

Prof. Dr. José Antônio Dabdab Trabulsi – UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Maria Paim Pozzer – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães – UESB

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Sousa e Silva – Universidade de Coimbra (Portugal)

Prof. Dr. Markus Figueira da Silva – UFRN

Prof. Dr. Paulo Butti de Lima – Università di Bari (Itália)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima – UFF

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes - UFF

Prof^ª. Dr^ª. Ana María González de Tobia – UNLP (Argentina)

Prof. Dr. Anderson de Araújo Martins Esteves – UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Carmen Isabel Soares – Universidade de Coimbra (Portugal)

Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Cristina de Moraes Mota – UNIR

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Elsa Rodriguez Cidre – UBA (Argentina)

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - UFPel

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva – UFES

Prof. Dr. José Manuel dos Santos Encarnação – Universidade de Coimbra (Portugal)

Prof. Dr. Josué Berlesi - UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Margarida Maria de Carvalho – UNESP

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecilia Colombani – Universidad Nacional de Mar del Plata

e Universidad de Morón (Argentina)

Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças de Moraes Augusto – UFRJ

Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari – UNICAMP

Prof. Dr. Nuno Simões Rodrigues – Universidade de Lisboa (Portugal)

Prof^ª. Dr^ª. Renata Senna Garraffoni – UFPR

Prof^ª. Dr^ª. Violaine Sebillotte Cuchet – Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França)

Equipe Técnica

Beatriz Moreira da Costa
Bruna Moraes da Silva
Giovana Vicchione Mariz Sarmento
Ian Ferreira Bonze
João Pedro Barros Guerra Farias
Luis Filipe Bantim de Assumpção
Renata Cardoso de Sousa

INDEXADA POR

Latindex:

<https://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=8789>

Cornell University Library:

<https://cornell.on.worldcat.org/search?databaseList=&queryString=Revista+Pho%C3%AEenix>

Worldcat:

https://www.worldcat.org/title/phoenix/oclc/7354641727&referer=brief_results

Sudoc:

<http://m.sudoc.fr>

Impactum – Coimbra University Press:

<https://impactum.uc.pt/pt-pt/content/revista?tid=29174&id=29174>

Google Acadêmico:

<https://scholar.google.com.br/citations?user=vXQTyQoAAAAJ&hl=pt-BR>

Diadorim:

<http://diadorim.ibict.br/handle/1/2216>

REDIB:

https://redib.org/Record/oai_revista5712-pho%C3%AEenix

Base Minerva

UFRJ: <https://minerva.ufrj.br/F/VIJQYV6L5B3Y851VS9YLQ9RV1L58U6BLEQQXGQR3FX5FD54LPI-35156?func=short-rank&action=RANK&W01=Pho%C3%AEenix>

Sistema LivRe:

<http://www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre>

PHOÏNIX



Ano 27 – V. 27 – N. 2

2021

SUMÁRIO

EDITORIAL	11
Dossiê em homenagem ao Professor Norberto Luiz Guarinello	
A FORMA E A FESTA: HOMENAGEM A NORBERTO LUIZ GUARINELLO	14
<i>Ana Teresa Marques Gonçalves</i>	
UMA CIDADE FRENÉTICA E ESTÁTICA: A FUGA DA POPULAÇÃO DE ANTIOQUIA DURANTE A REVOLTA DAS ESTÁTUAS (387)	29
<i>Gilvan Ventura da Silva</i>	
JULIANO CÉSAR E A CONSTRUÇÃO DE SEU CONCEITO DE AMIZADE ENTRE A FILOSOFIA NEOPLATÔNICA E AS PRÁTICAS MILITARES (355 – 361 d.C.)	53
<i>Margarida Maria de Carvalho e Larissa Rodrigues Alves</i>	
DOS EPIGRAMAS DE CATULO AOS ALTARES E ESTELAS FUNERÁRIOS: AS IMAGENS AFETIVAS DA <i>MORS</i> NA GÁLIA CISALPINA	74
<i>Luciane Munhoz de Omena</i>	
ALEXANDRE EM QUINTO CÚRCIO E O PRINCIPADO ROMANO: UM ESTUDO DE <i>ALLELOPOIESIS</i>	97
<i>Fábio Favarsani e Fábio Duarte Joly</i>	
OS USOS DO MEDO COMO FATOR ADMINISTRATIVO NA <i>VILLA ROMANA</i> : AS RELAÇÕES ENTRE SENHORES E ESCRAVOS NOS TRATADOS AGRÍCOLAS DE CATÃO, VARRÃO E COLUMELLA	111
<i>Deivid Valério Gaia e Fabiana Martins Nascimento</i>	
ARTIGOS LIVRES	
A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL: AS MULHERES E OS ESTUDOS CLÁSSICOS E ORIENTAIS	128
<i>Érica Cristhyane Moraes da Silva</i>	
NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DO ESTADO NO EGITO ANTIGO	152
<i>Alexandre Galvão de Carvalho</i>	
PÉGASO NO IMAGINÁRIO DE CORINTO ARCAICA	168
<i>Alexandre Carneiro Cerqueira Lima</i>	
LA BELLA DAMA. <i>MNEMOSYNE</i> Y EL PODER DEL SABER	176
<i>Maria Cecília Colombani</i>	
RESENHA:	
JOURDAN, Camila Alves. <i>Entre Monstros e Naufrágios</i> : o Imaginário Grego sobre a Morte no Mar. São Paulo: Fonte Editorial, 2020. 196 p.....	189
<i>Mateus Mello Araujo da Silva</i>	
PERFIL DA REVISTA	193
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	194

SUMMARY

EDITORIAL	11
Dossier: Tribute to Professor Norberto Luiz Guarinello	
FORM AND PARTY: TRIBUTE TO NORBERTO LUIZ GUARINELLO	14
<i>Ana Teresa Marques Gonçalves</i>	
A FRANTIC AND STATIC CITY: THE FLIGHT OF THE ANTIOCHENE POPULATION DURING THE RIOT OF THE STATUES (387)	29
<i>Gilvan Ventura da Silva</i>	
JULIAN CAESAR AND THE CONSTRUCTION OF HIS CONCEPT OF FRIENDSHIP BETWEEN NEOPLATONIC PHILOSOPHY AND MILITARY PRACTICES (355 – 361 AD)	53
<i>Margarida Maria de Carvalho e Larissa Rodrigues Alves</i>	
FROM THE EPIGRAMS OF CATULO TO THE ALTARS AND FUNERARY STELAE: THE AFFECTIVE IMAGES OF <i>MORS</i> IN CISALPINE GAUL	74
<i>Luciane Munhoz de Omena</i>	
ALEXANDER IN QUINTUS CURTIUS AND THE ROMAN PRINCIPATE: A STUDY ON <i>ALLELOPOIESIS</i>	97
<i>Fábio Fav ersani e Fábio Duarte Joly</i>	
THE USES OF FEAR AS AN ADMINISTRATIVE FACTOR IN THE ROMAN <i>VILLA</i> : RELATIONS BETWEEN MASTERS AND SLAVES IN THE AGRICULTURAL TREATIES OF CATO, VARRO AND COLUMELLA	111
<i>Deivid Valério Gaia e Fabiana Martins Nascimento</i>	
ARTICLES	
THE WRITING OF HISTORY IN BRAZIL: WOMEN, ORIENTAL AND CLASSIC STUDIES	128
<i>Érica Cristhyane Moraes da Silva</i>	
NEW INTERPRETATIONS ON THE CONDITIONS OF STATE EMERGENCE IN ANCIENT EGYPT	152
<i>Alexandre Galvão de Carvalho</i>	
PEGASUS IN ARCHAIC CORINTHIAN IMAGINATION	168
<i>Alexandre Carneiro Cerqueira Lima</i>	
THE BEAUTIFUL LADY. <i>MNEMOSYNE</i> AND THE POWER OF KNOWLEDGE	176
<i>Maria Cecília Colombani</i>	
REVIEW	
JOURDAN, Camila Alves. <i>Entre Monstros e Naufrágios</i> : o Imaginário Grego sobre a Morte no Mar. São Paulo: Fonte Editorial, 2020. 196 p.	189
<i>Mateus Mello Araujo da Silva</i>	
JOURNAL PROFILE	193
PUBLICATION GUIDELINES	194

EDITORIAL

O Laboratório de História Antiga (Lhia) da UFRJ desenvolveu, ao longo dos seus mais de trinta anos, parcerias com muitas instituições e pesquisadores no Brasil e no exterior. E uma dessas parcerias que merece sempre ser lembrada foi e é a estabelecida com o professor Norberto Luiz Guarinello, livre-docente da área de História Antiga da Universidade de São Paulo.

Este número da *Phoînix* presta uma homenagem a esse professor, como forma de reconhecimento pelas contribuições que trouxe à História Antiga ao longo da sua carreira, as quais podem ser vistas da seguinte forma:

- 1) no nível da formação de pessoal, pois os seus ex-alunos ocupam os postos mais prestigiados da área em todo o Brasil e até mesmo no exterior. Ele é, certamente, o pesquisador de História Antiga que mais formou professoras e professores que atuam em todas as regiões brasileiras;
- 2) no nível de produção intelectual, pois suas contribuições à área são interdisciplinares e sempre preocupadas em estabelecer um diálogo profícuo com o presente, provocando novos questionamentos e renovando constantemente os saberes. Em 1993, defendeu sua tese em História Econômica e Social do mundo romano sobre as *uillae* romanas e, entre outros, em 2011, publicou o livro *História Antiga*, que é uma referência utilizada em quase todas as graduações de História do país, inclusive e sobretudo pela área de História Antiga da UFRJ;
- 3) no nível social e humano, pois a sua dedicação inspirou e continua inspirando gerações de jovens pesquisadores em todo o país.

Na UFRJ, o professor Guarinello agiu dando continuidade à formação de profissionais oriundos da instituição e formou um de nossos atuais professores. Participou ainda de atividades do Lhia, como bancas, eventos e trabalhos coletivos. É um parceiro de valor inestimável que merece todo o nosso respeito e admiração.

Os artigos que compõem esse dossiê foram escritos por ex-alunos do professor Guarinello, pesquisadoras e pesquisadores que são parceiros do

Lhia, sendo que alguns deles tiveram suas trajetórias iniciadas dentro do próprio Laboratório. Os três primeiros artigos são de pesquisadores formados pela UFRJ e orientados de Doutorado desse professor: Ana Teresa Marques Gonçalves, que, inspirada no artigo de Guarinello intitulado “Festa, Trabalho e Cotidiano”, aborda a questão das festas no Mundo Antigo; Gilvan Ventura, que se dedica à questão da fuga da população da cidade de Antioquia em 387. Esse artigo é fruto de trabalho iniciado sob a orientação do professor Guarinello durante o seu Doutorado; e Margarida Maria de Carvalho, que escreveu, juntamente com a sua orientanda de Doutorado Larissa Rodrigues Alves, sobre o tema da amizade, a partir da leitura da obra do imperador Juliano. Esse texto também é fruto da tese de Doutorado que Margarida realizou sob a orientação do professor Guarinello.

Os demais artigos foram produzidos por pesquisadores orientados por esse professor, não formados pelo Lhia, mas que estabelecem relação de trabalho e amizade com o nosso Laboratório. Luciane Munhoz Omena analisa as imagens afetivas da morte, pela leitura dos epigramas de Catulo e de estelas funerárias. Fábio Faversoni e Fabio Joly abordam um estudo de *allelopiasis* a partir da construção da imagem de Alexandre durante o Principado romano por Quinto Cúrcio. Por fim, temos o artigo de Deivid Gaia, ex-aluno de Norberto Guarinello e que elaborou o seu texto com a sua orientanda de Doutorado Fabiana Martins. Nesse artigo, eles retomam um tema caro ao professor Guarinello: a *villa* romana, objeto de sua tese de Doutorado.

Os outros estudos que compõem este número são livres e abarcam diversos recortes temporais e espaciais sobre o mundo antigo. Érica C. Morais da Silva reflete sobre a ampliação da contribuição feminina para a escrita da História do mundo antigo pela perspectiva brasileira. Na sequência, temos o trabalho de Alexandre Galvão Carvalho, que se dedica às novas interpretações sobre as condições de surgimento do Estado no Egito antigo. Encerrando este segundo número da *Phoînix* de 2021, temos duas contribuições cujos recortes espaciais se referem à Grécia antiga. Alexandre Carneiro objetiva mapear as representações de cavalos em dois artefatos confeccionados pelos artesãos domiciliados no Istmo de Corinto, e María Cecilia Colombani ancora a sua análise em um duplo aspecto: por um lado, instalar o mito como produto espiritual que ganha papel preponderante na Grécia; e, por outro, pensar em Mnemosyne como aquela memória que nos permite trazer o mito até os dias de hoje, para torná-lo presente e atualizá-lo novamente.

À Faperj um agradecimento especial pelo financiamento do presente número da revista, através do Edital 12/2019.

Por fim, vale enfatizar que se fôssemos escrever a história da historiografia antiga brasileira, as contribuições de Guarinello, seja no nível de produção intelectual ou de formação de quadros, ocupariam espaço relevante na História da nossa área. Nesse sentido, convidamos os estudiosos do mundo antigo, bem como o público em geral, para uma leitura proveitosa e propositiva dos textos que compõem este número da *Phoînix* e que homenageiam a trajetória acadêmica do professor Norberto Guarinello.

Deivid Valério Gaia e Editores

A FORMA E A FESTA: HOMENAGEM A NORBERTO LUIZ GUARINELLO*

Ana Teresa Marques Gonçalves**

Resumo: *Com grande prazer, homenageamos o professor Norberto Luiz Guarinello e sua carreira acadêmica, após sua aposentadoria como docente junto à Universidade de São Paulo. Tendo sido nosso orientador de Doutorado, optamos por fazer um breve depoimento sobre a sua importância no desenrolar de nossa própria carreira acadêmica, bem como relevamos a publicação de um artigo sobre as formas da História, com o qual, por vezes, abrimos nosso curso de História Antiga, ministrado na Universidade Federal de Goiás, onde trabalhamos há mais de 25 anos, bem como um capítulo dos Anais do Seminário Internacional “Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa”, realizado na USP em 1999, que resultou na publicação, em dois volumes, de boa parte das comunicações lá apresentadas. Dentre elas, destacamos a realizada pelo professor Norberto Guarinello, intitulada “Festa, trabalho e cotidiano”, que muito nos auxiliou em nossas pesquisas sobre festejos e cerimônias no Mundo Romano Antigo.*

Palavras-Chave: *festa; homenagem; cerimônia; ritual; Roma.*

FORM AND PARTY: TRIBUTE TO NORBERTO LUIZ GUARINELLO

Abstract: *With great pleasure, we honor the academic career of Professor Norberto Luiz Guarinello, after his retirement from teaching at the University of São Paulo. Having been our Doctoral advisor, we chose to make a brief statement of its importance in the course of our own academic career, as well as highlighting the publication of an article on the forms of History, with which we sometimes open our History course. Former, taught at the Federal University of Goiás, where we have been working for more than twenty-five years, as well as a chapter in the Proceedings of the International Seminar “Party: Culture and Sociability in Portuguese America”,*

* Recebido em: 15/07/2020 e aprovado em: 30/09/2020.

** Professora titular de História Antiga na Universidade Federal de Goiás. Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Leir-GO. Bolsista Produtividade II do CNPq. E-mail: anateresamarquesgoncalves@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6020-3860>.

held at USP in 1999, which resulted in publication in two volumes of most of the communications presented there. Among them, we highlight the one carried out by Professor Norberto Guarinello, entitled “Party, Work and Daily Life”, which greatly helped us in our research on celebrations and ceremonies in the Ancient Roman World.

Key words: *party; tribute; ceremony; ritual; Rome.*

Em poucas oportunidades apareceram, em mais de 25 anos de carreira acadêmica, ocasiões em que pudéssemos optar pelo uso da primeira pessoa do singular no início de um artigo. Acabamos sempre por usar a primeira pessoa do plural na elaboração do texto, como forma convencional de ressaltar que partilhamos de uma opinião também defendida por outros expoentes do mundo acadêmico de pesquisa e docência no qual nos inserimos. Como tornou-se convenção, nem refletimos acerca da adequação dessa opção estilística, pois nem parece uma escolha, visto que, em tantos anos escrevendo artigos e ministrando aulas, introjetamos esse artifício retórico de tal forma que o naturalizamos em sua expressão textual. Contudo, neste artigo, que se inicia com um tom ensaístico, produzido em homenagem ao nosso mestre e amigo Norberto Luiz Guarinello, recém-aposentado de sua atividade docente, empreendida junto à Universidade de São Paulo, começamos o texto utilizando um “eu” sonoro, pois queremos enfatizar toda a personalidade que impregna o relato que começamos a desenvolver, como forma de fazer eco a todas as loas e a todos os elogios dos quais o professor se mostra receptor nessa efeméride, sublinhada pela produção deste dossiê, organizado pelo amigo professor Deivid Valério Gaia, no interior da revista *Phoînix*, do Lhia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Conheci Norberto Guarinello nos idos da década de 90 do século XX, quando fazia Graduação em História na UFRJ. Professores e alunos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, capitaneados pela doutora Haiganuch Sarian, aceitaram o convite das professoras Neyde Theml, Norma Musco Mendes e Maria Sonsoles Guerras, responsáveis à época pela condução do então Setor de História Antiga e Medieval da UFRJ, para oferecer um minicurso sobre o uso da cultura material na formação do saber histórico. Passamos a ter aulas às tardes, por várias semanas, com docentes que dominavam o saber arqueológico, e que nos ensinaram as técnicas para nos apropriarmos devidamente das informações que poderiam ser adquiridas com a pesquisa, usando dados de artefatos estudados pela Arqueologia.

Utilizando o acervo do recém-destruído, por um incêndio de grandes proporções, Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, e as peças, principalmente numismáticas, guardadas no Museu Histórico Nacional da Praça Marechal Âncora, aprendemos como extrair informações sobre a Antiguidade Clássica de estátuas de terracota, de ânforas de azeite e vinho, de moedas, de artefatos de bronze, de mosaicos, de pinturas parietais pompeianas, de inscrições epigráficas e de um tipo específico de cerâmica, cozida em fornos que alcançavam altas temperaturas, o que tornava a peça mais difícil de quebrar, mas bem enegrecida em sua coloração. Essas peças eram desenvolvidas principalmente pelos etruscos, que ocupavam o norte da Península Itálica, e conhecidas como a cerâmica de *Bucchero*.

Esse foi o módulo oferecido no minicurso pelo professor Guarinello, então recém concluindo sua dissertação de Mestrado sobre a elaboração de tal cerâmica, sob a orientação da doutora Haiga. Como adorei sua disciplina, sua metodologia de ensino e sua simpatia, acabei por descobrir que ele acabara de passar no concurso para professor universitário na USP e que estava produzindo uma tese de Doutorado, também no MAE-USP e novamente sob a orientação da doutora Haiga, na qual estudava o mundo rural romano e as plantas das *villae* latinas. Lembro-me, como se fosse hoje, de me virar ao final do curso para meu companheiro de Graduação na UFRJ, Gilvan Ventura da Silva, hoje docente na Universidade Federal do Espírito Santo, e afirmar categoricamente que faria Mestrado sob a orientação daquele jovem professor na USP. O problema é que o professor Norberto Guarinello tem seu tempo próprio de produção e, quando terminei a minha Graduação, ele ainda não defendera sua tese e, portanto, ainda não podia integrar o corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da USP. Decidida a migrar para São Paulo a qualquer custo e ingressar nas hostes uspianas, fiz meu Mestrado sob a orientação da doutora Maria Luíza Corassin. Como ela integrou a banca de defesa de Doutorado de Guarinello, acabei podendo assistir a esse evento. Foi uma banca difícil, pois, além da doutora Corassin, a integraram os doutores *Ciro Flamarion S. Cardoso*, *Ulpiano Bezerra de Menezes* e *Pedro Paulo A. Funari*. Guarinello brilhou mais uma vez e se intensificou em mim o desejo de continuar na USP e de ser sua orientanda no Doutorado.

Porém, como chegar até ele? O professor lembraria daquela jovem monitora de História Romana da UFRJ, que ele conhecera entre vários discen-tes de um minicurso oferecido tantos anos atrás? Enquanto formulava uma

estratégia para abordá-lo, de forma que ele não pudesse me recusar como orientanda, participei de uma reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, realizada em Garibaldi, nas serras do Rio Grande do Sul. Nesse evento, conheci pessoalmente o primeiro orientando de Guarinello, Fábio Faversoni, hoje atuando academicamente na Universidade Federal de Ouro Preto. Apresentei-me ao atual querido amigo e pedi, na caradura, que ele me apresentasse ao professor mais uma vez. Com a indicação do Fábio, as portas se abriram. Guarinello aceitou me orientar e realizou o sonho de uma jovem pesquisadora. Com ele, aprendi a gentileza no trato com os orientandos, que mantenho ativa até hoje, pois creio ser prática salutar na relação pedagógica de ensino-aprendizagem, e a confiança numa leitura atenta e precisa de todos os trabalhos entregues para avaliação.

De orientador no Doutorado, o professor Norberto Guarinello transformou-se num amigo querido e num modelo profissional do qual lanço mão às vezes como instrumento pedagógico. Em várias oportunidades, cito para meus alunos fatos ocorridos em bancas e em eventos dos quais ele participou. Na construção da minha carreira, ele ajudou na pavimentação de um caminho mais seguro, indicando-me alguns buracos que podiam ser evitados e lançando luz sobre entroncamentos mais perigosos. Até hoje, ele aceita integrar bancas de orientandos meus no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás e participar de eventos realizados nessa instituição. Sua última vinda ao território goiano se deu em março do ano passado, como integrante da minha banca para promoção a Professora Titular na UFG. Nessa cerimônia, na qual defendi tese que acabei de publicar, pude expressar novamente meu carinho e minha admiração pelo grande profissional que Guarinello sempre foi. E por capricho do destino, trabalho hoje na UFG com outra orientanda de Doutorado do professor, minha estimada amiga Luciane Munhoz de Omena. De igual maneira, fruto de um *fatum* buliçoso, dois irmãos “em armas” e companheiros de bons e maus momentos também acabaram finalizando seus Doutorados sob a orientação dele: Gilvan, já citado, e Margarida Maria de Carvalho, que desenvolve sua carreira acadêmica na Universidade Estadual Paulista - campus de Franca. Por essas reminiscências, posso confirmar a atuação de Norberto Guarinello como um dos maiores formadores de pesquisadores e docentes na Área de História Antiga no Brasil. Dessa forma, ele acabou fomentando a expansão dos profissionais da área pelo país, pois cada doutor que formava, outro campo de estudos se abria e novos pesquisadores iam sendo forjados.

Com atuação formativa e pedagógica, Guarinello acabou se tornando um ponto de referência nos estudos clássicos nacionais, relevância que sua salutar humildade impede de reconhecer. Não tem quem não o conheça, ou mesmo quem não tenha lido algo de sua produção, dentre os que se dedicam aos estudos da Antiguidade em solo pátrio. Na produção literária, sempre prezou mais a qualidade do que a quantidade. Assim, neste artigo-homenagem, pretendo destacar apenas dois textos de sua lavra.

O primeiro foi publicado em 2003 na revista *Politeia*, de Vitória da Conquista – Bahia, e intitulado “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. Nele, o autor lapidou uma conferência proferida anteriormente, na qual defendia que o que costumamos denominar de História Antiga, em termos de tempo e espaço, foi sendo elaborada ao longo dos anos, à medida que os historiadores iam definindo o que deveria ser ministrado e/ou aprendido por quem estudava e/ou ensinava a tal História Antiga. Portanto, trata-se de uma construção, de uma formatação, de uma definição de parâmetros que, muitas vezes, adotamos sem qualquer reflexão sobre o porquê de as coisas serem como são. Naturalizamos algo construído culturalmente através dos séculos e que respondeu a inúmeras necessidades antropológicas, culturais e didáticas. Nesse artigo, o professor Norberto Guarinello exerce uma de suas maiores capacidades cognitivas: a desconstrução de parâmetros existentes, que apenas reproduzimos sem qualquer questionamento prévio. Sua metáfora de uma corrida na qual os atletas passam o bastão de um para o outro, como forma de exemplificar o que fazemos com os estudos das sociedades orientais e clássicas em nossas salas de aula (primeiro, estudando Mesopotâmia; depois, Egito; em seguida, Grécia; e finalmente Roma, sem atentarmos para o fato de que essas comunidades se desenvolveram muitas vezes paralelamente, posicionando-as realmente como uma sucessão acumulativa de conteúdos a serem apresentados aos discentes), tornou-se antológica. Não à toa, eu e Luciane Munhoz de Omena resolvemos iniciar nosso primeiro curso remoto a ser oferecido na UFG, devido à eclosão da epidemia do coronavírus, com esse artigo de Guarinello. Num mundo em reconstrução, pareceu-nos adequado começar questionando nossos próprios parâmetros pedagógicos, no que concerne à disciplina que ministramos.

Nos Anais, em dois volumes, do Seminário Internacional “Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa”, realizado na USP em 1999, encontramos também uma pequena pérola produzida pelo professor Norberto

Guarinello. Trata-se do penúltimo capítulo do segundo volume, integrante da seção “A Propósito da Festa”, em que encontramos a reprodução da comunicação intitulada “Festa, trabalho e cotidiano”, que muito nos auxiliou em nossas pesquisas sobre festejos e cerimônias no Mundo Romano Antigo. Convidado a participar do evento, eu imagino Guarinello, historiador da Antiguidade, refletindo sobre como poderia contribuir com uma atividade referente às festas ocorridas no ambiente da América Portuguesa. Sua produção acabou transpirando um tom mais teórico, fornecendo ao leitor/ouvinte reflexões mais conceituais acerca da eclosão dos fenômenos festivos em várias espacialidades e temporalidades. E aí se encontra, em minha opinião, a riqueza de sua produção: ele nos fornece uma conceituação de festa capaz de fomentar vários tipos de trabalhos sobre cerimônias, rituais e festividades em inúmeros tempos e espaços diferentes.

Paul Veyne, no livro *Como se escreve a História*, publicado inicialmente em 1971, demonstra cabalmente a importância da construção de conceitos para o avanço da elaboração do saber histórico. A ideia de uma história conceitual, na qual cada palavra inserida num relato deva ser entendida como uma opção, que vai além do estilo e do gênero da escrita, e que se impregna de opções cognitivas, metodológicas e teóricas, faz coro com o que foi produzido por Guarinello em seu pequeno texto. Ele começa gerando e oferecendo ao seu público uma definição de festa que pode alicerçar pesquisas em múltiplas áreas e em inumeráveis temas. Verifica-se, assim, um exercício histórico que, a meu ver, demonstra a maturidade de seu criador:

Como define Norberto Guarinello:

Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando na concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. Festa, portanto, produz identidade. [...] Toda festa tem suas próprias regras. [...] O que chamamos de festa é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais. Um lapso aberto no espaço e no tempo sociais, pelo qual circulam bens materiais, influência, poder. [...] A festa unifica,

mas também diferencia, tanto interna quanto externamente. [...] A festa não apaga as diferenças, mas antes une os diferentes. A identidade que cria é uma unidade diferenciada [...]. Toda festa é [...], uma estrutura de poder, [...] que se inscreve na memória coletiva e individual dos participantes. (GUARINELLO, 2001, p. 972-974)

Nessas linhas, o professor me forneceu a conceituação que eu precisava para escrever o projeto de pesquisa intitulado “Construindo identidades no Império Romano: festas nos Governos de Septímio Severo e Caracala”, com o qual fui beneficiada com a concessão, pelo CNPq, de minha primeira Bolsa de Produtividade, em 2008. Foi um enorme prazer realizar as tarefas e os objetivos definidos nesse projeto. Adorei o tema e a oportunidade de escrever vários trabalhos e proferir múltiplas conferências, no Brasil e no exterior, sobre as festas do mundo romano. Integrei-me em vários debates sobre os festejos antigos e sua relevância política, econômica, social e cultural no interior das sociedades complexas.

Fazendo um breve levantamento de como historiadores e antropólogos tinham, até então, trabalhado com o objeto “festa” (SILVA, 2000, p. 38-39), percebi que a maioria dos trabalhos partia da concepção de que festa era vista como um ato coletivo, ritual, em que aconteciam inversões, subversões, por vezes a instauração do caos, marcado principalmente pela alegria. Os momentos estudados eram, muitas vezes, destacados pela carnavalização social, pelo descarrego de tensões reprimidas, pela suspensão da ordem. Contudo, no mundo romano que eu queria estudar, em várias ocasiões festivas, o que eu identificava era a estruturação de festividades que não se adequavam a essa forma de conceituar “festa”. Ou seja, festejos nos quais as principais características eram exatamente a manutenção da ordem, mesmo por sua inversão momentânea, o reflexo de certas posições sociais previamente definidas, a formação de identidades e a construção de memórias coletivas nessas festividades.

Toda comemoração era, antes de tudo, uma forma de comunicação (BURKE, 2002, p. 27), um objeto por excelência no qual se poderia articular a análise das relações que se estabeleciam entre a política, o poder, a propaganda e a memória. As festas continuam a fazer sentir os seus efeitos, mesmo quando já acabaram. Associam, pois, a indivisibilidade e a duração características do sagrado com a divisibilidade do profano. Como ressalta Klaus Bringmann, num artigo sobre os festejos triunfais dos imperadores,

os romanos não conheceram festas que não fossem ao mesmo tempo religiosas e profanas, visto que todos os atos realizados em nome da comunidade política eram, ao mesmo tempo, feitos visando uma comunidade de culto (BRINGMANN, 1988, p. 67). As festas antigas traçam perspectivas que apontam o passado e o futuro de uma coletividade. Por elas, a comunidade reunia o que ocorria no presente, relembra o passado e indicava metas para o futuro.

A festa seria, assim, um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva e geraria e/ou indicaria vínculos sociais a serem resgatados e/ou mantidos. Toda comunidade precisa de algo para celebrar, pois toda festa é um tempo consagrado. Normalmente, a festividade comporta uma multiplicidade de atividades de naturezas diversas, mas que se encadeiam e ganham sentido exatamente quando encadeadas, distinguindo a festa de uma simples cerimônia. Embora seja também um espetáculo, a festa distingue-se dele, pois quase sempre exige a participação ativa daqueles que dela participam. Mesmo ser espectador de uma festa é, de certa forma, relacionar-se com todos os presentes, é atuar para a sua realização de alguma maneira (PEREZ, 2002, p. 23-28).

A cerimônia pode ser entendida como um conjunto de atos formalizados, expressivos, detentores de uma dimensão simbólica. Ela é caracterizada por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de comportamento e de linguagem específicos e por sinais emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo. A cerimônia é também um ritual, o qual insiste na dimensão coletiva, isto é, ele faz sentido para os que o partilham. Ele tem eficácia social, pois ordena a desordem, dá sentido ao acidental, cria situações de adesão e regula conflitos. A festa é, antes de tudo, um ato coletivo, com um lado sagrado e outro leigo de puro divertimento, e serve ao poder, que deve afirmar-se regularmente no decurso de grandes cerimônias (SEGALEN, 2000, p. 73-74).

A realização de cerimônias públicas, de momentos festivos, é uma forma sofisticada muito antiga de comunicação com objetivo político, pois elas ajudam a manipular a opinião pública, a persuadir através de imagens e a legitimar o mando, sendo, desse modo, um dos vários instrumentos de poder. No desenrolar das festas, divulgam-se mensagens, imagens, símbolos e mitos, que auxiliam no controle social. A linguagem festiva é, sobretudo, imagética, o que explica seu alto poder de persuasão, de busca de

consentimento e de apoio ao poder, garantindo uma impressão de unidade, fundamental para a manutenção do comando. O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção e reconstrução de monumentos, por exemplo). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação e o luxo as caracterizam. As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelos poderosos. As imagens utilizadas nas festas marcam a identidade dos regimes e dos espetáculos do poder, realizados com o objetivo de mostrar grandiosidade e força política. Nenhum sistema político é mudo. Um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-en-scène*, perderia a adesão do grupo de apoio, pois a persuasão reforça a sujeição. Portanto, as festas são signos e fazem parte de um ritual: não há sociedade sem ritual e não há ritual sem festas, pois elas ajudam a legitimar o regime (CAPELATO, 1998, p. 19-59).

O ritual pode ser entendido como um conjunto de atos formalizados, expressivos, detentores de uma dimensão simbólica. Como nos lembra Javier Arce, o ritual não é a máscara do poder, mas é em si mesmo uma forma de poder (ARCE, 1988, p. 242). Toda festividade se insere também no campo econômico, pois as cerimônias se expressam a partir da possibilidade financeira de cada comunidade festiva.

Como o meu objeto de pesquisa tem sido, desde o Doutorado realizado sob a orientação do professor Norberto Guarinello, a estruturação das formas de poder no Mundo Romano Antigo, sob o prisma da constituição de uma cultura política, interessaram-me as maneiras que os homens encontraram para exercer poder uns sobre os outros (de expressarem sua autoridade e de conseguirem atendimento em suas demandas), as formas de ascensão aos cargos criados, as práticas para se conquistar a adesão social, os modos de se opor a esse poder, os jeitos de apresentá-lo como legítimo e legal, e os estratagemas usados para a sua manutenção pelo maior tempo possível. Os rituais e as festas também se transformaram em assuntos cujo interesse tem se mostrado extremamente profícuo para os estudos históricos. A partir da percepção de que num momento festivo ou ritualístico se definem várias formas de interação e de relacionamento social, criando-se hierarquias e estruturando-se formas de expressão de poder, as festividades passaram a ser vistas como objetos históricos por excelência, e necessários para compreensão de nosso amado Mundo Romano Antigo.

No projeto de pesquisa que apresentei ao CNPq, a partir da concepção norbertiana de festa, propus-me a analisar as festividades realizadas durante os governos dos dois primeiros imperadores severianos: Lúcio Septímio Severo e seu filho e herdeiro Bassiano, vulgo Caracala. Percebi que com o assassinato de Caracala em 217 d.C., a mando de seu prefeito do Pretório, Macrino, realizou-se uma mudança no sentido dos festejos. Enquanto nos dois primeiros governos os príncipes buscaram criar uma justificativa para a ascensão de outra família ao poder, após o assassinato de Pertinax pelos pretorianos, a partir do governo de Macrino, um membro da ordem equestre que não tinha relação direta com a *domus* severiana, tornou-se necessário praticar cerimônias capazes de criar uma vinculação de Macrino e seu filho e herdeiro Diadumeno com os Severos. E nos governos posteriores de Heliogábalos e Severo Alexandre, buscou-se retomar a vinculação com Septímio e Caracala pela produção de novos tipos de festejos. Assim, defendi que as cerimônias realizadas pelos primeiros Severos compuseram um quadro ritualístico específico, que se diferenciava das cerimônias posteriores em termos de sentido, necessidade e resposta a um contexto também específico.

Durante os governos de Septímio (193-211 d.C.) e Caracala (211-217 d.C.), foram realizadas festividades importantíssimas para a compreensão da organização do poder no Principado. Nos documentos textuais, epigráficos, numismáticos e arqueológicos, pude encontrar informações que, devidamente analisadas, permitiram-me elaborar um quadro dos rituais que foram implementados na confecção das identidades romanas à época.

O *adventus* do príncipe nas cidades visitadas, por exemplo, era uma grande festa, não apenas em Roma, mas em todas as quais o imperador entrava. O *adventus*, isto é, a entrada dos governantes romanos nas cidades espalhadas pelo território imperial, era uma prática antiga dos príncipes que o imperador Septímio Severo, na passagem do II para o III século d.C., quis manter viva, pois, como recorda Herodiano, “onde o Imperador se encontra ali está Roma” (HERODIANO. *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, I, 6, 5). Então, receber o príncipe com festa era como demonstrar a aceitação do domínio imperial romano, era fazer festa para a própria Roma encarnada no soberano. Era um momento no qual o centro visitava a periferia e no qual a unidade representada pelo príncipe se encontrava com a grande diversidade que marcava o Império Romano.

Para Sabine G. MacCormack, na cerimônia do *adventus* passava-se a imagem do *consensus omnium* ideal, fundamental para legitimar o governante, pois pobres e ricos, senadores e plebeus, civis e militares participavam da mesma alegria pela chegada do soberano. Tratava-se de um esplêndido teatro, no qual o imperador estabelecia relações de troca com os homens e com os deuses. Com os homens, pelos benefícios que concedia após a acolhida; com os deuses, pelos sacrifícios que realizava ao longo da recepção (MACCORMACK, 1981, p. 17-23). A procissão de boas-vindas servia, desse modo, para realçar a dignidade e a autoridade da pessoa que entrava na cidade. No Principado, somente o príncipe passou a ter direito ao *adventus*, o que, mais uma vez, permite aproximar esse evento festivo do Triunfo, que também só podia ser dado ao imperador, pois, em ambos os casos, o príncipe (também imperador) era considerado como general vitorioso e chefe de Estado. Era a possibilidade de ter a presença de um ser cada vez mais distante de seus súditos, só conhecido por intermédio de moedas e de estátuas. Esse cerimonial foi se desenvolvendo tanto que, no IV século d.C., a chegada do imperador era vista como a de um *deus prae-sens* (MACCORMACK, 1972, p. 721-752).

Os documentos revelam que havia celebrações na chegada e na partida das cidades visitadas. Na chegada, como forma de agradecer a presença do imperador, e na partida, para desejar sucesso ao empreendimento a ser realizado. As ovações nesses dois momentos integravam a mesma categoria de manifestações públicas das quais faziam parte as aclamações, os *vota* e as saudações. Eram formas de se louvarem o caráter e os atos dos soberanos, sendo que, em troca dessa manifestação pública de apoio, esperava-se que o soberano se manifestasse, distribuindo algum tipo de benesse. De acordo com H. Mattingly, as cerimônias de *adventus* eram momentos privilegiados para a formulação dos *vota publica*, pedindo-se às divindades a proteção dos príncipes, além da tradicional festa de 3 de janeiro, na qual se dedicavam pedidos aos deuses em favor dos soberanos e de suas famílias (MATTINGLY, 1950, p. 156).

Caracala, por sua vez, também executou, ao longo de seu governo, várias cerimônias de *adventus* memoráveis, procurando viajar pelo território imperial e verificar as relações com as províncias, o moral das tropas e a corrupção dos magistrados locais. Por exemplo, após a morte de Severo e a vitória sobre os bretões, Caracala voltou para Roma e foi recebido com um grandioso *adventus*, descrito por Herodiano (*História do Império Romano Após Marco Aurélio*, IV, 1, 3-4).

Nessas festas, comemoravam-se as vitórias sobre os povos invasores, com a presença da plebe, dos senadores e dos magistrados, a organização de saudações e de cerimônias para marcar a presença dos líderes entre seus súditos. A cidade se movimentava e se organizava para receber a chegada dos Augustos, responsáveis por manterem a unidade do Império.

Três grandes cerimônias públicas marcaram o governo de Septímio: a apoteose de Pertinax, os Jogos Seculares, que comemoravam a Fundação de Roma, e os *decennalia* do imperador, isto é, a comemoração dos dez anos de governo do príncipe. Pude analisar cada uma delas ao longo desses anos e publicar minhas conclusões de pesquisa em vários suportes, como informa meu Lattes. Como fundador de uma nova dinastia, após um período de marcante guerra civil, Severo sentiu a necessidade de expor publicamente sua vitória sobre os outros concorrentes ao comando imperial e a imagem de unidade, que devia compor o cenário político romano. E a realização de festas era uma forma tradicional de demonstrar a potência e a importância de Roma e de seus soberanos. No governo de Caracala, quando no início o divide com seu irmão Geta, e após o seu assassinato, também se identifica nas fontes o relato de várias cerimônias, analisadas quando inseridas num quadro ritual capaz de dar sentido à sua realização enquanto instrumento de poder e fator de criação de identidades. Por exemplo, o ritual de apoteose de Septímio, capaz de transformar Caracala em filho de uma divindade.

Em todas essas festas, as cidades se engalanavam, se preparavam por meio de construções. Algumas delas resistiram ao tempo. Outras conhecemos por intermédio das moedas cunhadas para comemorar e publicizar a construção. Ou mesmo de epígrafes que adornavam suas partes e informavam, muitas vezes, a razão de sua edificação. Desse modo, foi fundamental integrar o estudo dos relatos escritos a peças arqueológicas produzidas no auge das festividades. Com esta necessidade, voltei a estudar artefatos vindos da cultura material, que haviam marcado meu primeiro contato acadêmico com o professor Norberto Guarinello.

Como afirma Arnaldo Momigliano, as estátuas, os templos, os sacerdotes, os jogos, os sacrifícios e todos os atos cerimoniais, todas as festas que se executavam em honra do imperador, ajudavam a fazê-lo presente: também ajudavam o povo a expressar seu próprio interesse na conservação do mundo em que viviam (MOMIGLIANO, 1992, p. 170). Comemorar o governante era também festejar a manutenção da situação vigente. Assim, quando analisei as festas e celebrações executadas no

mundo romano, no desenvolvimento desse projeto, suscitado e formulado a partir daquela sucinta conceituação norbertiana de festa, pude perceber como o espaço festivo era utilizado para divulgar a imagem positiva do soberano e para gerar um sentimento de pertencimento, capaz de viabilizar a fomentação de identidades, prática esta que permaneceu presente até o mundo contemporâneo.

Essa validação de nossos estudos das sociedades antigas pelo seu entrelaçamento com o que ainda nos causa interesse na contemporaneidade é, inclusive, uma das marcas dos trabalhos de Norberto Guarinello ao longo de sua carreira. Sua preocupação com a relevância atualizada de suas temáticas e com a garantia de seu potencial historiográfico marca sua produção como um todo. Seu interesse constante em relação a objetos atuais acabou por manter o frescor de sua produção bibliográfica, que, como enfatizei anteriormente, não se destaca pelo volume, mas pela musculatura e pela profundidade alcançadas pelas análises estabelecidas. Seu talento para a “conceitualização” dos processos históricos, escolhendo os termos adequados para explicar um fenômeno de forma integral e tornando-o de fácil compreensão, sempre me chamou a atenção.

Uma característica que frequentemente compartilhei com o meu antigo orientador foi o interesse por vários documentos de múltiplos períodos históricos, o que levou ambos a orientarem temáticas vinculadas tanto ao mundo grego quanto ao mundo romano. Não só orientamos como escrevemos sobre assuntos que se estendem das epopeias homéricas aos bispos e poetas da Antiguidade Tardia. Essa elasticidade, ao mesmo tempo que provocou críticas de muitas agências de fomento, certamente nos proporcionou grandes momentos prazerosos. Quando criticada abertamente pela falta de foco em meus grupos de pesquisa, sempre aventei minha vinculação ao professor Norberto Guarinello: faça como ele e pronto.

Portanto, neste artigo-homenagem, acredito ter podido expressar um pouco do enorme carinho que tenho pelo mestre e retribuir as inúmeras gentilezas acadêmicas que ele me ofereceu ao longo dos anos. Se você, leitor, ainda não teve a possibilidade e o prazer de se entreter com algum texto norbertiano, sua formação não está completa. Aprenda a exercer seu potencial crítico e sua veia investigativa a partir da produção acadêmica e literária de Norberto Guarinello. Pareceu-me plenamente justificável abordar o tema festa quando nos reunimos neste dossiê para comemorar, não a aposentadoria de um amigo (não se engane), mas a permanência indelével

da ação do mestre na formação de todos nós. Tornou-se impossível entrarmos em contato com ele e não sairmos marcados pela sua genialidade acadêmica e pela sua competência pedagógica. Mais que um formador de docentes, eu homenageio, neste espaço, um forjador de mentes críticas e de personalidades investigativas.

Documentação escrita

ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Trad. Filippo Càssola. Firenze: Sansoni, 1967.

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Trad. Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HÉRODIEN. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Trad. Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

Referências bibliográficas

ARCE, Javier. *Funus Imperatorum*. Madrid: Alianza, 1988.

BRINGMANN, Klaus. El triunfo del emperador y las Saturnales de los esclavos en Roma. In: SCHULTZ, Uwe. (org.). *La fiesta: una Historia Cultural desde la Antigüedad hasta nuestros días*. Madrid: Alianza, 1988, p. 65-75.

BURKE, Peter. *O mundo como teatro*. Lisboa: Difel, 2002.

_____. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CANNADINE, David; PRICE, Simon (eds.). *Rituals of royalty*. Cambridge: University Press, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Campinas: Papirus, 1998.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A arte poética a serviço do proselitismo cristão: relendo os poemas de Aurélio Prudêncio Clemente (séculos IV/V)*. Jundiá: Paco, 2020.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: ass formas da História Antiga. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

_____. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Imprensa Oficial, 2001, p. 969-978. v. 2.

MACCORMACK, Sabine G. *Art and ceremony in Late Antiquity*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1981.

- _____. Change and continuity in Late Antiquity: the ceremony of Adventus. *Historia*, Wiesbaden, v. 21, p. 721-752, 1972.
- MATTINGLY, Harold. *Roman coins*. London: Methuen, 1936.
- _____. The Imperial Vota. *Proceedings of the British Academy*, London, v. 36, p. 155-195, 1950.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *De paganos, judíos y cristianos*. México: FCE, 1992.
- PEREZ, Lea Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro (org.). *A festa na vida*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 15-58.
- SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais*. Lisboa: Europa-América, 2000.
- SILVA, Maria Manuela de Souza e. A historiografia descobre a “festa”. *Hélade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2000.
- TEJA, Ramon. Il Cerimoniale Imperiale. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo (dirs.). *Storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1993, p. 613-642. v. 3, n. 1.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Ed. UnB, 2008.
- _____. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- _____. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 48-95.

UMA CIDADE FRENÉTICA E ESTÁTICA: A FUGA DA POPULAÇÃO DE ANTIOQUIA DURANTE A REVOLTA DAS ESTÁTUAS (387)*

Gilvan Ventura da Silva**

Resumo: *A História Urbana da Antiguidade Tardia é marcada por um conjunto de transformações que vão aos poucos redefinindo a paisagem da cidade clássica, de modo a convertê-la na cidade pós-clássica, uma forma urbana particular que conjuga as antigas estruturas greco-romanas e judaicas associadas a elementos cristãos. A cidade pós-clássica, que vigora entre os séculos III e VII, é, pois, uma forma urbana híbrida e ao mesmo tempo particular; cuja história não deve ser interpretada nos termos de “declínio” ou “ruína”, em contraste com a cidade clássica, que lhe teria sido superior. Além disso, não convém examiná-la apenas do ponto de vista do ambiente construído, sem levar em conta a apropriação cotidiana do espaço urbano pelos usuários, o que equivale a reintroduzir a população na agenda de pesquisa sobre as poleis e civitates da época tardia. À luz dessas considerações, nosso objetivo é refletir sobre o comportamento dos habitantes de Antioquia, a metrópolis da província da Síria-Coele, por ocasião do Levante das Estátuas, com destaque para o movimento de fuga dos cidadãos devido à difusão de um rumor sobre a invasão iminente da cidade pelas forças imperiais, quando, de um momento para o outro, Antioquia se viu privada dos agentes que lhe conferiam movimento e vitalidade, como relatam Libânio e João Crisóstomo, testemunhas oculares do episódio.*

Palavras-chave: *Antiguidade tardia; Antioquia; história urbana; cidade pós-clássica; população.*

* Recebido em: 15/03/2020 e aprovado em: 30/07/2020.

** Professor titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Universidade de São Paulo, bolsista produtividade 1-C do CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). No momento, executa o projeto *Migração, movimento e desordem na cidade pós-clássica: Antioquia e os efeitos da dinâmica populacional (356-397 d.C.)*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4868-6596>.

**A FRANTIC AND STATIC CITY:
THE FLIGHT OF THE ANTIOCHENE POPULATION
DURING THE RIOT OF THE STATUES (387)**

***Abstract:** The Urban History of Late Antiquity is conditioned by changes which progressively redefined the landscape of the classical city, in order to turn it into the post-classical city, a particular urban form that associates the old Greco-Roman and Jewish structures with the Christian ones. Therefore, the post-classical city, whose time span is between the 3rd and the 7th centuries, is at the same time a hybrid and a particular urban form which should not be described by means of the concepts of “decline” or “ruin” and should not be compared to the classical city. Moreover, it is not convenient to analyse the late antique city regarding only its built framework, without examining the everyday usage of the urban space by people, what leads us to reintroduce the population in the research agenda about the later poleis and civitates. In the light of such remarks, our main purpose is to reflect about the behaviour of the people of Antioch, the metropolis of the Syria-Coele province, during the Riot of the Statues, which took place in February 387, emphasizing the flight of the citizens due to the spread of a rumour about the imminent invasion of the city by the imperial forces. On this occasion, Antioch was suddenly devoid of the agents responsible for giving it movement and vitality, as Libanius and John Chrysostom, eyewitness of the episode, inform us.*

***Key words:** Late antiquity; Antioch; urban history; post-classical city; population.*

Quando refletimos sobre a História do Império Romano – ou seja, sobre a conversão progressiva de uma modesta cidade situada na região central da Península Itálica numa unidade política supracontinental responsável por produzir a mais sólida e duradoura experiência de globalização de toda a Antiguidade ao congregar uma infinidade de povos, sociedades e culturas que gravitavam em torno do Mediterrâneo e mesmo além, como comprova a anexação de territórios longínquos, a exemplo da Britânia e da região setentrional da Península Ibérica –, é impossível ignorar o lugar ocupado pela formação urbana na estratégia de domínio imperial. Essa é, sem dúvida, uma das principais lições que aprendemos com Norberto Guarinello, um pesquisador que, em mais de uma oportunidade, buscou esclarecer a maneira pela qual as cidades, tanto as do Oriente quanto as do Ocidente, contribuíram para a construção daquilo que poderíamos definir como “ordem romana” ou “sistema imperial romano”. De fato, desde o início da expansão de Roma, ainda sob a República, o controle sobre as cidades, nos territórios que contavam com uma malha urbana já consolidada ou em

vias de consolidação (Península Balcânica, Ásia Menor, Síria-Palestina e norte da África), representou sempre uma eficiente estratégia empregada pelos conquistadores a fim de otimizar a exploração dos recursos locais, na medida em que, na transição para a época helenística, as *poleis* haviam se tornado autênticas células administrativas, contando com gestores experientes na arrecadação de tributos. Além disso, sendo geridas amiúde por uma elite nativa, as cidades gozaram, por muito tempo, de certa autonomia político-administrativa, o que, até pelo menos as reformas de Diocleciano e Constantino, eximiu os romanos de investir na sofisticação do aparato burocrático. Desse ponto de vista, é impossível não compreender o Império como um imenso conglomerado de cidades que constituíam a *alma mater* da própria civilização greco-romana, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que, na Antiguidade, a *ásty* ou a *urbs* – ou seja, o ambiente construído, que erroneamente, diga-se de passagem, nos acostumamos a identificar como a cidade *per se* – encontrava-se associada à *khora* ou ao *ager*, razão pela qual a cidade antiga, definida como *pólis*, *civitas*, *municipium*, *colonia*, os substantivos mais comuns para nomeá-la, resultava da união do núcleo urbano com a zona rural, condição que perdurou até a época tardia (GUARINELLO, 2014, p. 93).

Mesmo após a desagregação do Império Romano do Ocidente, o que implicou, em muitos lugares, o enfraquecimento da célula urbana, a cidade não deixou de desempenhar papel relevante, pois, como argumenta Guarinello (2013, p. 170-171), o colapso da unidade imperial não trouxe qualquer regressão a um estágio “primitivo” ou a dissolução dos vínculos entre as comunidades mais distantes, permanecendo ativas, na bacia do Mediterrâneo, as interconexões e as redes de comércio que, por séculos a fio, conferiram sinergia ao Império. Naturalmente, as condições de existência das cidades na época tardia, em especial a partir do século V, não eram as mesmas de outrora, mas não podemos supor que a malha urbana do Império tenha sido abalada de modo irremediável e absoluto em virtude das assim denominadas invasões bárbaras e da posterior emergência dos reinos germânicos, o que teria assinalado, por toda parte, o dismantelamento das instituições romanas, incluindo as cidades, dissolvidas num irresistível movimento de ruralização, como se, nos séculos VI e VII, as sociedades ocidentais não se organizassem mais tendo como referência os núcleos urbanos, malgrado a queda demográfica e a retração do território que cedo atingiram diversos sítios da Récia, do Nórico e da Panônia (GRIG, 2013, p.

558). De fato, ao contrário de outros autores, que consideram o enfraquecimento – ou mesmo o declínio – da vida urbana o traço mais evidente da Antiguidade Tardia, a exemplo de Walbank (1978, p. 150) – para quem a desagregação do sistema imperial romano foi um processo que conduziu, ao fim e ao cabo, à “morte” da cidade antiga, consumida no rastro de uma pavorosa entropia –, importa salientar que, no Oriente, antigos núcleos urbanos, como Antioquia, Apameia, Citópolis, Cesareia, Jerusalém, Gerasa e Pela, apenas para citar os mais proeminentes, experimentam notável florescimento (WARD-PERKINS, 2008, p. 405-406). Desse modo, é plausível supor que, até pelo menos o século VII, a bacia do Mediterrâneo tenha continuado a ser, assim como havia sido por mais de um milênio, o epicentro de uma extensa rede a unir as cidades do Oriente àquelas do Ocidente e vice-versa, o que nos revela toda a complexidade subjacente ao estudo da História Urbana da Antiguidade Tardia, que não pode mais ser explicada de modo satisfatório por modelos de longo alcance ou por metanarrativas calcadas na reabilitação de antigas teses decadentistas segundo as quais a cidade, na época tardia, teria seguido uma trajetória de declínio e queda, como sugere Liebeschuetz (2001, p. 415), de modo provocativo.

A despeito do fato de o colapso da vida urbana ter constituído, de longa data, um fator recorrente nas explicações formuladas pelos historiadores acerca da transição da Antiguidade à Idade Média, importa salientar que somente nas duas últimas décadas tem-se verificado o aumento do interesse pelo estudo do urbanismo no intervalo compreendido entre os séculos III e VIII (GRIG, 2013, p. 554). Para tanto, a contribuição da Arqueologia tem sido simplesmente decisiva, não apenas em virtude das lacunas no registro textual, carência sobejamente conhecida dos pesquisadores, mas também da própria natureza do objeto de estudo, já que decerto não seria um equívoco descrever a cidade como “o maior artefato construído pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum” (BARROS, 2007, p. 22). Em comparação à fase anterior da do Principado, estamos muito menos informados sobre o percurso, a dinâmica e as variações do fenômeno urbano na Antiguidade Tardia do que poderíamos supor, o que deveria nos deixar muito mais cautelosos quanto ao excesso de generalização, ainda que a generalização, como bem demonstrou Finley (1989, p. 72), seja um dos recursos intelectuais mais empregados pelos historiadores. Não obstante todos os desafios que envolvem, hoje, o estudo da História Urbana da Antiguidade Tardia, dentre os quais um dos mais – se não o mais – importantes talvez seja

a definição de parâmetros comuns de análise às cidades do Oriente e do Ocidente, não resta dúvida que esse campo de investigação é um dos mais promissores tanto para os antiquistas quanto para os medievalistas, que, ao lado dos arqueólogos, são convocados para definir as linhas de força da cidade entre o fim do Mundo Antigo e o início da Idade Média. Nessa tarefa, um dos conceitos mais operacionais dos quais dispomos é o de *cidade pós-clássica*, por meio do qual busca-se capturar aquelas formas da vida urbana que, embora cada vez mais afastadas dos padrões arquitetônicos vigentes desde pelo menos a época helenística, não rompem por completo com eles, ao mesmo tempo que incorporam características que tenderão a ser acentuadas à medida que avança a Idade Média, a exemplo da cristianização da paisagem urbana, donde se conclui que a *cidade pós-clássica* é, de início, marcada por certo hibridismo, mas sem que devamos considerá-la um mero interlúdio entre a época antiga e a medieval.

Para a definição de cidade pós-clássica concorre um elenco de variáveis que começam a se tornar mais visíveis da segunda metade do século III em diante, prolongando-se até pelo menos o século VII, quando o mundo de fala grega controlado pelos bizantinos e, em seguida, os territórios ocidentais sofrem o impacto da expansão árabe, o que representa não apenas um encontro casual entre os povos do Oriente e os do Ocidente ou a substituição de uma elite conquistadora por outra, como também um choque de civilizações, o que conduz à reformulação de todo o perfil das sociedades que gravitam em torno da bacia do Mediterrâneo, incluindo os princípios de organização da vida urbana (KENNEDY, 1985a, p. 142). Em termos globais, a cidade pós-clássica experimenta pouco a pouco uma alteração do ponto de vista da gestão pública, em decorrência do esvaziamento da *curia* ou *boulé*, ou seja, do conselho municipal encarregado não apenas de administrar a cidade, mas também de arrecadar os impostos, remetidos aos órgãos centrais do Estado. Premidos por exigências crescentes, os membros do *ordo decurionum* teriam buscado, por todos os meios, se desobrigar das exigências impostas pela cúria, seja ingressando nas fileiras da burocracia, no exército ou na carreira eclesiástica, ou mesmo refugiando-se em regiões inacessíveis da *khora*. Durante muito tempo, a falência das cúrias e a assim denominada “fuga dos decuriões” foram sempre lembradas como evidências inequívocas do “fim” da cidade antiga, mas, como observa Whitow (1990, p. 12), diante da permanência, em muitos sítios, da vida urbana até pelo menos o século VII, faz-se necessário corrigir essa interpretação, pois

o que parece ocorrer, na Antiguidade Tardia, é um rearranjo das elites urbanas devido à ascensão dos *honorati*, antigos funcionários imperiais que, ao se aposentarem, eram agraciados com a dignidade senatorial. Quando do retorno às suas cidades, os *honorati* passavam a desempenhar papel de destaque na administração local, não raro empregando seus próprios recursos na manutenção das redes de evergetismo urbano (LAURI, 2012, p. 20). Ao lado dos *honorati*, situavam-se os *principales*, ou seja, aqueles que, fazendo parte do *ordo decurionum*, detinham a posição de líderes e porta-vozes da cúria, em detrimento dos decuriões ordinários (LIEBESCHUETZ, 1992, p. 13). A essa lista de gestores urbanos, convém acrescentar os representantes da hierarquia eclesiástica, pois, com a consolidação do cristianismo, os bispos passam cada vez mais a exercer, em suas cidades, funções de natureza administrativa, um dos principais corolários da associação Estado/Igreja inaugurada por Constantino (CASTELLANOS, 2016).

Do ponto de vista do ambiente construído, a cidade pós-clássica conserva amiúde a infraestrutura herdada do período anterior. Afora os templos, duramente atingidos pela legislação imperial desde Constantino, os demais edifícios que compunham a paisagem da cidade antiga – basílicas, hipódromos, teatros, aquedutos, anfiteatros – serão, em muitas localidades, preservados ou mesmo restaurados, muito embora não se verifique investimento em novas construções, com uma ou outra exceção. O plano viário ortogonal também não sofre, num primeiro momento, qualquer alteração radical, havendo mesmo a tendência, tanto nas províncias orientais quanto nas ocidentais, de expansão das amplas avenidas ladeadas por colunas e pórticos, que se convertem num dos emblemas cívicos da cidade pós-clássica (DEY, 2015, p. 66). Assim como, na Antiguidade Tardia, a avenida das colonatas, um padrão arquitetônico que remontava ao início do Principado, adquiria maior relevo, as muralhas, que haviam feito parte do ambiente construído das *poleis* desde o seu surgimento, no século VIII a.C., também têm seu uso difundido por conta da aguda instabilidade vivida pelo Império em meados do século III, quando a Anarquia Militar expõe a fragilidade do sistema defensivo romano, numa conjuntura de recrudescimento das investidas dos germanos no *limes* e de reorganização da Pérsia sob o comando dos Sassânida (INTAGLIATA; COURAULT; BARKER, 2020). Não obstante a preservação de elementos arquitetônicos próprios da cidade clássica, a cidade pós-clássica conta com as suas próprias inovações, a maioria delas conectada ao cristianismo, que se torna, na época tardia, uma autêntica for-

ça social, interferindo não apenas nos ritmos da vida urbana, como também na configuração do território. Isso é feito por meio da multiplicação de igrejas, algumas delas absolutamente monumentais, de *martyria* (santuários erguidos para conservar as relíquias dos mártires), mosteiros, *nosokomia* (hospitais) e *hospitia* (albergues para os peregrinos) (PERRIN, 1995), de maneira que a cidade, na Antiguidade Tardia, reúne, num mesmo espaço, edifícios e monumentos associados às culturas pagã e cristã, além das sinagogas, cuja construção, ao menos no Oriente, recebe impulso significativo do século III em diante, no contexto daquilo que Schwartz (2004, p. 240 *et seq.*) qualifica como um “processo de judaização”.

Embora conjugando elementos arquitetônicos greco-romanos, judaicos e cristãos, o que atesta a adaptação das *poleis* e *civitates* aos novos tempos, a cidade pós-clássica é marcada por transformações substantivas, motivo pelo qual não podemos considerá-la o resultado de uma simples adição ou sobreposição de tradições culturais e religiosas distintas. Pelo contrário, importa mencionar que, sem prejuízo da sua funcionalidade, o perímetro urbano abriga, na Antiguidade Tardia, uma quantidade crescente de ruínas, a começar pelos templos, que sofrem progressivo abandono, seguidos pelos anfiteatros e teatros, que se tornam obsoletos à medida que os combates de gladiadores e os espetáculos cênicos são descontinuados, seja por decisão imperial ou por interferência das lideranças eclesiásticas. O processo, irregular tanto no tempo quanto no espaço, é difícil de ser capturado em detalhes sem uma rigorosa prospecção arqueológica dos sítios, mas as linhas gerais parecem indicar que a cidade pós-clássica conviveu, por um lado, com o aumento progressivo das ruínas e descampados (WHITOW, 1990, p. 19), e, por outro, com uma ocupação desordenada do solo, como revelam a construção, nos pórticos formados pela avenida das colonatas, de *stands* em material permanente para a comercialização de produtos e a supressão das ruas largas e retilíneas, substituídas, ao menos nas cidades do Oriente, por vielas ladeadas de lojas, prenúncio dos *souks* (bazares) medievais (SARADI, 1994, p. 298; KENNEDY, 1985b, p. 13-14). Tais transformações, no entanto, não devem ser interpretadas *a priori* nos termos de uma “ruína” ou “declínio”, pois, em muitas localidades, elas foram ditadas pelas exigências do contexto histórico, uma vez que os habitantes se viram compelidos a adaptar a configuração arquitetônica do sítio para mantê-lo em funcionamento, o que nos conduz a uma importante conclusão acerca dos estudos contemporâneos que têm por objeto a cidade pós-clássica: a desatenção

dos pesquisadores para a maneira como os agentes se comportavam no ambiente urbano, como se relacionavam com os edifícios, monumentos, avenidas e praças, o que implicava, em muitas circunstâncias, construção, reconstrução, destruição, ocupação, desocupação e tantas outras ações cujo resultado impactava diretamente a organização da paisagem. Além disso, como bem observa Liebeschuetz (2001, p. 40), a história da cidade, na Antiguidade Tardia, não deve ser confundida com a história do despovoamento dos sítios, pois, mesmo numa conjuntura de retração demográfica, uma cidade poderia seguir ativa, a exemplo de Antioquia, a moderna Antakya, hoje localizada em território turco.

Todos os argumentos até aqui expostos nos sugerem que o estudo da cidade pós-clássica não pode, de modo algum, prescindir do escrutínio das modalidades de interação dos habitantes com o ambiente construído. Todo e qualquer núcleo urbano se realiza, no espaço, como produto de inúmeras variáveis, dentre as quais a população detém evidente protagonismo, na medida em que os usuários, por meio do seu deslocamento constante, conferem movimento à cidade, donde se conclui que uma cidade desprovida de pessoas seria tão somente um *framework* inerte. À luz dessas considerações, temos por propósito discutir, nas páginas que se seguem, o nexos entre cidade e população na época tardia do Império Romano, tendo como referência um acontecimento ocorrido em fevereiro de 387, em Antioquia, a metrópole da província da Síria-Coele: o assim denominado “Levante das Estátuas”, quando os antioquenos, enfurecidos com o anúncio de uma nova taxa, rebelam-se contra o poder imperial, derrubando e despedaçando as estátuas de Teodósio, de seu filho, Arcádio, e de Flacila, a imperatriz já falecida. Como consequência de um ato tão audacioso como este, que, do ponto de vista jurídico, configurava crime de *maiestas*, de lesa-majestade, esperava-se feroz repressão por parte do imperador. Apavorados com o que o futuro lhes reservava, os cidadãos começaram a abandonar Antioquia aos borbotões, deixando a *pólis* vazia e silenciosa, para desgosto de Libânio, que censura asperamente seus concidadãos por adotarem tal comportamento. O assunto desperta igualmente a atenção de João Crisóstomo, que, na sua série de *Homilias sobre o Levante das Estátuas*, lamenta a desolação da cidade, privada das pessoas e da consequente mobilidade que lhe eram tão características. Ambos, Libânio e João Crisóstomo, nos permitem, assim, avaliar, no âmbito da cidade pós-clássica, o papel desempenhado pela população, responsável por conferir vida e movimento às ruas, praças, avenidas e edifícios.

O governo de Teodósio (379-395), em termos econômicos, não foi decerto um dos mais prósperos para Antioquia, pois a cidade, no decorrer do inverno de 381-382, foi fustigada pela fome devido a variações climáticas que afetaram as colheitas, desencadeando súbito aumento no preço do trigo e, conseqüentemente, do pão. Chamado a intervir para solucionar o impasse, o *comes Orientis* Filágrio procura agir com prudência, a fim de não desagradar aos padeiros que, reunidos num influente *collegium*,¹ poderiam abandonar a cidade, como haviam feito algum tempo antes. Exasperados com a inércia de Filágrio, os antioquenos o interpelam, acusando-o de receber suborno para não tomar as providências cabíveis. Acuado, o *comes Orientis* resolve tomar uma atitude drástica, determinando que os padeiros sejam açoitados em praça pública. Comovido com a cena, Libânio toma a defesa dos infelizes, sendo bem-sucedido em dissuadir Filágrio a interromper o triste espetáculo (LIB. *Or.* I, 205-208). Um pouco depois, em 384, uma nova fome irrompe em Antioquia, que é subitamente invadida pelos camponeses da *khora* e por refugiados de outras cidades da região em busca de alimento. Visando a impedir uma nova alta dos preços, o *comes Orientis* Icário decide tabelar o preço do pão, o que apenas agrava o problema, pois a cidade logo passa a sofrer com o desabastecimento, enquanto muitos falecem por inanição (DOWNEY, 1961, p. 420-421). Não bastasse a rotineira carência de víveres, a crise econômica é ainda agravada por outros fatores. A situação dos decuriões, que vinha se deteriorando desde meados do século IV, torna-se, na década de 380, ainda mais dramática. Pressionados pelos governadores e pelos vicários, os membros da cúria são submetidos a toda sorte de exigências e não raro tratados de modo desrespeitoso e abusivo, o que os torna cada vez menos dispostos a colaborar com o regime (PETIT, 1955, p. 270-271). Os camponeses, por sua vez, não se encontravam a salvo do arbítrio das autoridades, que os obrigavam a executar serviços públicos pelos quais não eram responsáveis, ao passo que, vez por outra, os comerciantes eram submetidos a taxações ilegais (DOWNEY, 1961, p. 423). Todos esses acontecimentos, ao indicarem, ao longo da década de 380, a existência de uma conjuntura econômica claramente desfavorável, nos permitem compreender o Levante das Estátuas, não como um episódio fortuito na história da *pólis*, mas como o ponto culminante de uma sequência de dissabores e insatisfações que já vinham se acumulando há algum tempo.

No fim de fevereiro de 387,² a notícia de uma taxaçoão extraordinária decretada por Teodósio chega a Antioquia e é proclamada perante os *curiales* reunidos em assembleia no *dikasterion*, que, ao lado do *bouleuterion*,

constituía uma das sedes do conselho municipal. Tomados de indignação, os presentes se dirigem, na companhia de outros cidadãos influentes, à residência de Celso, o *consularis Syriae* (governador da província) à época, com a intenção de solicitar uma redução no valor exigido. Embora não saibamos ao certo a natureza do imposto em questão,³ seu propósito era custear as despesas com as comemorações dos dez anos de governo (*decennialia*) de Teodósio ou mesmo a campanha contra Máximo, que, nas Gálias, havia sido proclamado imperador (SOLER, 1997, p. 461). Sem obter uma resposta satisfatória de Celso, os *curiales* decidem apelar para Flaviano, o bispo da cidade, que não é encontrado em sua residência. Nesse ínterim, a revolta já tomara proporções maiores por conta da adesão da claque do teatro, um contingente cuja função era aplaudir os dançarinos e atores. Em Antioquia, a claque detinha certo protagonismo, por liderar as aclamações ou os opróbrios dirigidos ao imperador, ao *consularis Syriae*, ao *comes Orientis* (o vicário da diocese do Oriente) e demais autoridades por ocasião dos espetáculos teatrais (BROWNING, 1952). Enfurecida, a multidão se lança contra a residência do *consularis Syriae*, mas sem conseguir invadi-la. Em seguida, se dirige a uma das termas vizinhas ao *dikasterion*, rompendo as cordas que sustentavam as lamparinas. Na sequência, a turba se volta contra os ícones imperiais, apedrejando e despedaçando os painéis de madeira pintados com efígies de Teodósio e sua família, o que poderia dar ensejo a uma acusação de *maiestas*, uma vez que esses retratos, confeccionados em Constantinopla, eram distribuídos a todas as cidades do Império quando da ascensão de um novo imperador, possuindo, assim, caráter oficial. Não satisfeita, a multidão se apodera das estátuas de bronze de Teodósio, de seu filho, Arcádio, e da imperatriz Flacila, que são arrancadas de seu pedestal e arrastadas pelas ruas da cidade. Deixando os fragmentos das estátuas como brinquedos para as crianças, os revoltosos avançam sobre a residência de um iminente cidadão que se posicionara a favor do pagamento do imposto, incendiando-a. Nesse momento, o comandante dos arqueiros (*toxotai*) comparece com seus homens para debelar o incêndio. Já o *comes Orientis*, que até então se mantivera a distância, intervém com suas tropas e detém vários insurgentes, que são encarcerados no *dikasterion*. Por volta do meio-dia, a ordem já havia sido restabelecida, mas as consequências da revolta eram imprevisíveis (DOWNEY, 1961, p. 428-429).

A essa altura, mensageiros haviam sido despachados para Constantinopla, a fim de notificar o imperador do ocorrido. Tão logo toma ciência dos

acontecimentos, Teodósio despacha dois emissários, o *magister officiorum* Cesário e o *magister utriusque militiae per Orientem* Helébico, com a incumbência de identificar, julgar e punir os culpados. No entanto, antes mesmo da chegada de ambos à cidade, os incendiários pertencentes às categorias mais humildes já haviam sido condenados à morte. Além de determinar rápida apuração dos fatos, o imperador expede também um decreto em que ordena o fechamento das termas, dos teatros e do hipódromo, suspende a distribuição gratuita de pão à plebe urbana e priva Antioquia do seu estatuto de *metropolis* da Síria-Coele, subordinando-a então a Laodiceia, sua antiga rival (FRENCH, 1998, p. 468). Enquanto isso, Flaviano, a despeito da idade avançada e do precário estado de saúde de sua irmã, dirige-se a Constantinopla à frente de uma representação dos *curiales*, para interceder junto a Teodósio em favor dos antioquenos, fato celebrado por João Crisóstomo como uma façanha do bispo legítimo de Antioquia, na medida em que, à época, Flaviano disputava com Evágrio, o sucessor de Paulino, a liderança dos cristãos nicenos (QUIROGA PUERTAS, 2016, p. 468-469). Cerca de duas semanas após o levante, Cesário e Helébico chegam à cidade para presidir o inquérito, no decorrer do qual detêm diversos *curiales* para interrogatório. As audiências são realizadas no *praetorium* do *magister militum* e contam com a presença de Libânio, autorizado a se sentar na tribuna, ao lado dos emissários imperiais, em virtude do título de prefeito do pretório honorário, concedido a ele por Teodósio alguns anos antes. João Crisóstomo, por sua vez, também se encontra presente, mas na condição de espectador. Diante da possibilidade de os acusados serem condenados à pena capital, os monges radicados no Monte Sílpios descem em massa para Antioquia, com a intenção de rogar clemência aos juízes (SOLER, 1997, p. 464-465). No fim das contas, os réus não tiveram a morte decretada, mas foram encarcerados até que o imperador decidisse a punição mais conveniente. Encerrado o processo, Cesário dirige-se às pressas a Constantinopla para reportar o ocorrido a Teodósio, que, decerto comovido pelas súplicas de Flaviano, decide conceder o perdão à cidade, restaurando todos os privilégios que lhe haviam sido retirados. Por volta do Domingo de Ramos de 387, a notícia do perdão imperial é finalmente anunciada. Tomada de júbilo, a população ocupa as ruas em festa. Na semana seguinte, Flaviano já estava de volta a Antioquia para officiar as cerimônias da Páscoa (STEPHENS, 2013, p. 6; DOWNEY, 1961, p. 431).

Não obstante o desfecho positivo do episódio, as cinco semanas transcorridas entre a destruição das estátuas e o anúncio do perdão imperial foram de

grande tensão em Antioquia, como Libânio e João Crisóstomo, testemunhas oculares do acontecimento, nos permitem concluir. Aterrorizada com a expectativa de uma retaliação violenta por parte de Teodósio, a população decide fugir às pressas, comportamento que Libânio considera o menos apropriado, como argumenta em duas orações, a *Oratio XXIII, Contra os refugiados*, e a *Oratio XIX, Ao imperador Teodósio, sobre os levantes*, ambas escritas após o término do episódio. Na primeira, o sofista se dirige aos seus concidadãos, censurando-os asperamente pela atitude irracional que tomaram em face das circunstâncias, ao passo que, na segunda, apela ao imperador para que perdoe a cidade pela falta cometida. Embora o destinatário da *Oratio XIX* seja Teodósio, ao que tudo leva a crer o discurso circulou apenas entre os amigos e admiradores de Libânio, sem nunca ter sido enviado à corte. O motivo da sua elaboração talvez tenha sido o desejo do sofista de expor os argumentos, em favor de Antioquia, que gostaria de dizer ao imperador, caso tivesse tido a oportunidade, pois Libânio não integrava a comitiva liderada por Flaviano que havia se deslocado a Constantinopla (FRENCH, 1998, p. 473-474). Seja como for, em ambas as orações, o autor nos permite captar a intensidade do pânico que tomou conta da população após o levante, em virtude do rumor segundo o qual Teodósio teria autorizado os soldados a pilhar e massacrar a *pólis*, vingando assim o ultraje cometido contra a família imperial, tanto por meio da imposição de uma sanção pecuniária – no caso, o saque das possessões individuais – quanto por meio do derramamento de sangue. Libânio (*Oratio XIX*, 39-40), ele mesmo, teria buscado alertar seus concidadãos, embora sem sucesso, acerca do caráter infundado da notícia, pois, em sua opinião, não seria razoável que o imperador punisse todos os habitantes, sem distinção, inclusive aqueles que, por ocasião do levante, se encontravam ausentes da cidade ou mesmo recolhidos em casa, convalescendo de alguma enfermidade.

De acordo com Libânio, apesar da gravidade, o Levante das Estátuas resultou num número reduzido de execuções, razão pela qual não teria sido o mais grave dos inconvenientes vividos pela população de Antioquia. Pelo contrário, em sua avaliação, o dano maior que o levante trouxe à *pólis* foi o pânico generalizado que tomou conta dos habitantes após a divulgação dos boatos acerca da invasão iminente da cidade pelas tropas imperiais, o que desencadeou um êxodo em massa, no decorrer do qual muitos perderam a vida. Logo na abertura da oração *Contra os refugiados*, Libânio descreve a triste situação daqueles que, na fuga, se tornaram presas fáceis para os bandidos:

Nós todos ouvimos as notícias de que todo lugar se encontra repleto de cadáveres – campos, estradas, montanhas, colinas, cavernas, cimos, bosques e ravinas –, alguns sendo uma festa para pássaros e feras, outros levados correnteza abaixo, pelo rio, na direção do mar. Acerca dessas notícias, às vezes fico chocado, às vezes sou tomado de censura pelos sofreadores, nutrindo a expectativa de que tenham apenas recebido aquilo que mereceram em virtude da sua fuga. Vocês poderiam dizer que eles sacaram sobre si mesmos as espadas dos assassinos. Se tivessem permanecido em casa, não teriam sofrido tal destino. Mas, agora, encontram tal fim em suas andanças a esmo e se oferecem como um banquete àqueles que abraçaram o banditismo, e, além disso, multiplicando o número das vítimas em potencial, têm induzido outros a se lançar na bandidagem. (LIB. Or. XXIII, 1-2)

Considerando que o banditismo, no Império Romano, era um problema endêmico, a fuga desordenada dos habitantes de Antioquia deu ensejo a que os ladrões e salteadores se aproveitassem da situação para pilhar os refugiados, abatidos sem clemência.⁴ A ação ostensiva dos malfeitores se devia ao fato de que as pessoas costumavam levar consigo os bens que conseguissem transportar, o que acarretou aumento expressivo no preço do aluguel de animais de carga (asnos, mulas e camelos) (LIB. Or. XXIII, 4), disputados com avidez pelos mais abastados, que, detendo maior patrimônio móvel, teriam forçosamente de recorrer a esse tipo de serviço para viabilizar sua fuga. Segundo Libânio, o pânico se disseminou de modo indiscriminado entre os diversos estratos sociais, atingindo igualmente ricos e pobres. Numa crítica ácida dirigida aos *honorati*, o sofista os acusa de traição por decidirem partir, em vez de permanecerem na cidade e tranquilizarem seus concidadãos, como seria de se esperar de indivíduos em posição de liderança. Pelo contrário, temendo por suas vidas e motivados apenas pelos próprios interesses, “começaram a remover, alguns durante a noite, outros à vista de todos, quantidades tais de prata que requeriam um comboio de carros ou uma fileira de mulas que gemiam sob os fardos” (LIB. Or. XXIII, 18-19). Ao agirem assim, os *honorati* teriam estimulado ainda mais a cobiça dos ladrões, que se lançaram sobre as vítimas, não poupando nem mesmo os defuntos, cujas sepulturas foram sistematicamente pilhadas (LIB. Or. XIX, 59). Mas não apenas os bandidos foram responsáveis por

infligir danos aos antioquenos, pois Libânio culpa também os próprios cidadãos, que, relapsos em impedir a fuga desesperada de suas esposas, antes associaram-se a elas no pavor de desastres imaginários (LIB. Or. XXIII, 6).

A crítica de Libânio (Or. XXIII, 7-9) se fundamenta, em primeiro lugar, no absurdo da situação, pois, segundo o autor, não havia o menor indício de envolvimento de mulheres no Levante das Estátuas, já que o episódio teria contado apenas com a participação ativa de homens. Por essa razão, seria altamente improvável que qualquer mulher fosse arrolada no inquérito, suposição que, no fim das contas, se provou verdadeira.⁵ Todavia, contrariando as leis do bom senso, as mulheres, muitas delas grávidas, teriam abandonado Antioquia em desabalada carreira, colocando-se assim numa situação de extrema vulnerabilidade. Mas não somente elas, pois muitas crianças, no decorrer da fuga, foram deixadas para trás, caíram dos braços de quem as carregava ou morreram de inanição (LIB. Or. XXIII, 5). O resultado dessa ação desastrada teria sido justamente aquilo que se desejava evitar:

Devido ao medo estúpido, após ter gastado o pouco dinheiro que tinham, as mulheres eram incapazes de dar aos seus filhos pão quando estes o pediam e, em prantos, sepultavam seus famintos rebentos, e então elas mesmas morriam de causa idêntica, pois mesmo que esmolassem, não conseguiriam muita comida. Todos estavam em situação de penúria, exceto os que se retiraram para suas propriedades, e não havia muitos destes. (LIB. Or. XXIII, 9)

O medo irracional que se apoderou dos antioquenos compeliu muitos a deixar a cidade sem a menor precaução, não tendo para onde se dirigir e nem levando consigo provisões necessárias para a viagem. Aqueles que não pereceram nas mãos dos malfeitores foram colhidos, no caminho, pela fome inclemente. Mesmo os poucos que ficaram não tiveram melhor sorte, devido à desorganização dos serviços. Libânio (Or. XXIII, 20-23), ele mesmo, sofre com o súbito abandono da sua escola pelos estudantes, que partem às pressas sem ao menos avisá-lo. Tal comportamento seria fruto do mesmo pavor irracional que atingira as mulheres, pois os alunos não participaram do episódio, nem mesmo na condição de testemunhas, tendo sido informados por terceiros do ocorrido. Todavia, contaminados pelo frenesi geral e vislumbrando um pretexto razoável para justificar a própria indolência, muitos estudantes provenientes de outras cidades optaram por retornar às suas casas ou buscar refúgio na residência de parentes e amigos.

O mesmo teria sucedido com os médicos, que foram embora deixando os pacientes sem assistência (LIB. Or. XIX, 59). O cenário descrito por Libânio após o Levante das Estátuas é, pois, de profunda desolação, uma vez que a fuga desordenada da população, motivada pelo pânico, não apenas havia precipitado muitos em grave perigo, mas também conduzido ao súbito esvaziamento de Antioquia, que se viu assim desfigurada, como lamenta Libânio no seu discurso a Teodósio:

A expectativa da morte, mesmo se ela nunca ocorre, é mais dolorosa que o golpe inesperado. Muitas pessoas, senhor [Teodósio], perderam seus recursos ou seus serviços devido a essa insuportável tensão. Muitas mães tiveram o filho caído de seu colo. Muitos homens foram despojados pelas hordas de bandidos, e foram privados da vida assim como da sepultura. Nossa cidade mudou inteiramente – para ser mais preciso, ela não é mais uma cidade. O teatro está fechado, assim como a pista de corridas. Nenhum noivo leva de volta para casa a noiva, nenhuma tocha é acesa para o casamento, nenhum canto nupcial é entoado. Todas as flautas e canções nos deixaram. Não há gracejos, não há pilhéria nem banquetes. Absolutamente nada pode ser visto aqui que conduza ao prazer e à satisfação. As lições de retórica se extinguíram, assim como as lições da escola elementar. Não há ninguém para ensinar e ninguém para aprender. Há apenas a palidez dos doentes, a voz dos inválidos, o sentimento de perplexidade. (LIB. Or. XIX, 59-61)

Libânio associa a fuga e a morte de muitos provocadas pelo desespero a uma sensível alteração no cotidiano da cidade, que se vê privada da sua principal característica: o movimento, o burburinho, a reunião de pessoas para festejar e confraternizar umas com as outras, o que realça a solidão da *pólis*, abandonada por seus cidadãos, tendo restado apenas os enfermos e os inválidos, cuja mobilidade se encontrava comprometida. Após um momento de intensa agitação, responsável por trazer mais dor do que alívio, sucede o silêncio, a indicar que Antioquia não poderia mais, a justo título, ser considerada uma *pólis*, já que lhe faltava o essencial: os habitantes. Lamento semelhante ao de Libânio é aquele externado por João Crisóstomo, na segunda homilia da série sobre o Levante das Estátuas, o que, de certo modo, contraria a opinião segundo a qual haveria diferenças substantivas entre o relato de Libânio e o de João Crisóstomo acerca do evento,⁶ pois,

ainda que ambos apresentem, em mais de uma ocasião, pontos de vista conflitantes, não é menos verdade que, em determinados aspectos, seus relatos são convergentes, como no que concerne ao vazio dominante em Antioquia por conta do êxodo em massa da população. O contraste entre a situação anterior e posterior ao levante era tão visível que mereceu o seguinte comentário da parte de João Crisóstomo:

Outrora, não havia nada mais feliz do que nossa cidade. Nada mais melancólico agora do que aquilo no que ela se tornou. Como abelhas zunindo em torno da colmeia, antes disso os habitantes a cada dia circulavam pelo fórum, e todos nos faziam felizes por serem tão numerosos. Mas, veja, agora esta colmeia se tornou solitária. Pois assim como a fumaça faz com as abelhas, o medo afugentou nossos enxames. E aquilo que o profeta diz ao se lamentar por Jerusalém, nós podemos repetir: “Nossa cidade se parece com um terebinto que perdeu suas folhas”. Pois, assim como um jardim, quando falha a irrigação, exhibe as árvores desprovidas das suas folhas e sem os seus frutos, o mesmo aconteceu com nossa cidade. Como o auxílio dos céus a abandonou, ela permanece desolada, privada de quase todos os seus habitantes. Nada é mais doce do que a sua própria terra, mas, hoje, nada é mais amargo. Todos evitam os locais de reunião, como se fossem uma armadilha. As pessoas os evitam como se fossem calabouços. Elas saltam daí como fazem com o fogo [...]. E agora nossa calamidade se transformou num enigma; uma fuga sem inimigos; uma expulsão dos habitantes sem uma batalha sequer; um cativo sem captura! Nós não vimos o fogo dos bárbaros nem contemplamos a face dos inimigos; mas ainda assim experimentamos o sofrimento dos cativos. Todos os homens agora ouvem falar das nossas calamidades, pois, recebendo nossos exilados, tomam conhecimento, por intermédio deles, do golpe que derrubou nossa cidade. (IOH. CHRYS. De stat., II, 3-4)

João Crisóstomo, nessa citação, reconhece a importância da população para a existência de uma cidade, cuja seiva seriam os seus habitantes em deslocamento contínuo, circulando pelas ruas, praças, edifícios e monumentos, assim como abelhas que incessantemente se movem em torno da colmeia, imagem retórica bastante apropriada para descrever o Fórum de Valente, que, na segunda metade do século IV, contava com iluminação

noturna, assim como a região adjacente, atraindo noite e dia uma multidão de pessoas, entre nativos e estrangeiros, residentes e visitantes. Sem sua gente, Antioquia perdia a própria condição de *pólis*, ainda que não tivesse sofrido qualquer destruição. Muito pelo contrário. O ambiente construído permanecia intacto, mas nele não havia vida, pois as folhas e frutos haviam desaparecido, restando apenas o caule, vale dizer, a infraestrutura urbana. Outrora pródigos em socializar uns com os outros, os cidadãos – ao menos os que decidiram permanecer na cidade ou os que não tinham condições de ir embora – agora evitavam a todo custo os antigos lugares de reunião, temendo ser detidos pelas autoridades imperiais, uma vez que as investigações ainda se encontravam em curso. O motivo de um cenário como esse é de certo modo enigmático para o pregador, pois os antioquenos haviam se tornado cativos – ou, melhor dizendo, refugiados – de si mesmos, na medida em que não teria havido qualquer acontecimento concreto que justificasse sua partida, nenhuma invasão ou ataque inimigo. Na realidade, Antioquia havia se tornado vítima do medo, do pânico que paralisa e que impede a formulação de um raciocínio claro sobre a realidade, de maneira que os habitantes viviam em permanente estado de angústia, com receio de serem, a qualquer momento, conduzidos às barras do tribunal (IOH, CHRYS. *De stat.*, II, 5). A cidade, antes acolhedora, se converte num lugar hostil, desagradável, num lugar marcado pelo desconforto, ou seja, numa *heterotopia*, tal como define Lefebvre (2004, p. 45), despertando, nos transeuntes, uma sensação de incômodo e desapontamento, como destaca o pregador num relato bastante emotivo:

A cidade, ela mesma, tendo o número de seus habitantes diminuído e poucos aparecendo aqui e acolá, se tornou agora melancólica, e lança uma densa névoa de pesar sobre quem a contempla. E não apenas o solo, mas a própria natureza do ar e mesmo o círculo dos raios solares me parecem agora sombrios, brilhando com menos intensidade. Não que os elementos tenham alterado a sua condição, mas é que os nossos olhos, confundidos pela nuvem de tristeza, são incapazes de receber a luz do Sol claramente, com o mesmo discernimento. [...] Para onde quer que alguém dirija o olhar, seja para o solo ou para as muralhas, seja para as colunas da cidade ou para os seus vizinhos, ele parece contemplar escuridão e trevas profundas, tamanha é a melancolia. Há um grande silêncio mis-

turado com horror, e solidão por toda parte. O zunido tão caro da multidão encontra-se agora sufocado. E, como se todos houvessem sido tragados pela terra, o silêncio se apossou da cidade. E todos os homens parecem seixos, sendo oprimidos pela calamidade como uma mordaca em suas línguas. Eles conservam o mais profundo silêncio, um silêncio como se inimigos houvessem se lançado sobre eles e os houvessem consumido todos, de uma só vez, pelo fogo ou pela espada. [...] Tão grande cidade, a cabeça daquelas que jazem sob o céu do Oriente, encontra-se na iminência de ser eliminada do meio do mundo civilizado. (IOH, CHRYS. De stat., II, 6-7)

João Crisóstomo exprime aqui toda a tristeza dos antioquenos diante de uma cidade vazia e silente, o que equivalia a uma sentença de morte, pois, sem a circulação de pessoas, sem a interação pelas ruas, avenidas e praças, sem o movimento de ir e vir, Antioquia não poderia mais continuar desfrutando da primazia entre as *poleis* do Oriente. De fato, sua condição de *megápolis* derivava, em larga medida, do seu extraordinário contingente demográfico, uma vez que pouquíssimas cidades, no Império Romano, poderiam abrigar 400 ou 500 mil habitantes. Nesse sentido, o abandono de Antioquia somente poderia suscitar, naqueles que guardavam a lembrança do quanto a *pólis* era dinâmica e vibrante, uma sensação de profundo desalento. Privada da sua gente e tendo o seu movimento estancado, Antioquia estava fadada a se tornar uma cidade morta. Mesmo aqueles que permaneceram não se encontravam em melhor situação quando comparados aos que fugiram, pois o lugar que costumava ser familiar e acolhedor e onde ocorria a produção e reprodução da vida cotidiana se convertera num local inóspito que desencorajava o consórcio entre as pessoas. A despeito da preservação do aparato arquitetônico, a cidade não contava mais com os seus usuários, ao passo que os remanescentes não se sentiam seguros para voltar a ocupar as ruas com a costumeira desenvoltura. A cacofonia própria do ambiente urbano fora substituída por um silêncio atordoante, e a cidade, construída para corrigir a aparente confusão da natureza e para funcionar como um refúgio, se tornara uma imensa paisagem do medo, como diria Tuan (2005), medo do incerto, do desconhecido, da punição que estava a caminho, mas que nunca chegou...

Os relatos de Libânio e de João Crisóstomo acerca da situação vigente em Antioquia logo após a revolta que culminou na depredação das estátuas imperiais, um crime da maior gravidade segundo a legislação romana, re-

velam, em primeiro lugar, a súbita comoção que se apoderou dos habitantes ao se aperceberem das terríveis consequências que seus atos poderiam acarretar, quando então começa a circular com intensidade o boato acerca da invasão da cidade pelo exército. Libânio (*Or.* XXIII, 12-13;15), no discurso *Contra os refugiados*, insiste, em duas oportunidades, no caráter infundado de tal notícia, tratando-a como um temor irreal, como invencionice de néscios, que, em lugar de ouvir a opinião de pessoas bem informadas, preferiam seguir a multidão, o que precipitou a cidade num frenesi, culminando com a morte de muitos e com a desorganização dos serviços urbanos. Além disso, em sua avaliação, seria altamente improvável que Teodósio punisse toda a cidade e não apenas os responsáveis pelo ultraje. Como contraponto aos argumentos do sofista, talvez valesse a pena lembrar que a possibilidade de o imperador infligir uma severa punição a Antioquia, para além do fechamento dos teatros e das termas e do rebaixamento da sua dignidade municipal, não era tão remota quanto se supunha, pois, em 390, no episódio conhecido como Massacre de Tessalônica, cerca de sete mil cidadãos foram sumariamente executados por ordem de Teodósio.⁷ Desse modo, a expectativa de que os antioquenos recebessem severa punição talvez não fosse, ao fim e ao cabo, tão esdrúxula quanto Libânio nos induz a pensar, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que, antes mesmo da chegada de Cesário e Helébio à cidade, diversos cidadãos já haviam sido detidos e condenados sumariamente à morte.

Ademais, não devemos esquecer que o rumor ou o boato não são, *a priori*, produto de mentes mal-intencionadas que se aproveitam da credulidade alheia para promover o pânico mediante a difusão de notícias extravagantes e ameaçadoras, e sim uma modalidade primária de comunicação verbal, uma operação do pensamento coletivo, que, diante de uma ruptura iminente ou de uma situação precária, busca traçar um diagnóstico e, ao mesmo tempo, propor solução para o dilema vivido pelo grupo e/ou sociedade. Assim, o rumor cumpre não apenas a função de informar, mas também a de apresentar solução capaz de restabelecer a paz social. Sem se confundir com a tagarelice fútil ou com os comentários convencionais e corriqueiros, o rumor é uma narrativa que se estrutura como uma representação da realidade ou, dito de outro modo, é uma estratégia inconsciente, coletiva e ritualizada de se lidar com a incerteza, como esclarece Reumaux (1999).⁸ Os habitantes, ao abandonarem às pressas Antioquia, não estavam simplesmente agindo de modo estabonado ou irracional, e

sim respondendo, nos limites da sua capacidade cognitiva, a uma situação que reconheciam como particularmente grave. Para o bem ou para o mal, o comportamento humano, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, não é regido apenas pelos parâmetros da racionalidade cartesiana, pois depende também, em larga medida, de fatores de natureza emocional. Como assinala Farge (2011, p. 92), “o ajuntamento em torno de uma causa, a configuração de um coletivo se faz pelo contágio das emoções”, que amiúde encontram nos rumores uma via legítima de expressão.

Por ocasião do levante de 387, os antioquenos desafiaram abertamente a autoridade imperial. Chamados a responder pelos atos cometidos, preferiram a fuga a qualquer outra alternativa, mesmo que as consequências de tal opção tenham se revelado, em última análise, desastrosas. Não se trata aqui, obviamente, de condenar ou absolver os antioquenos pela decisão intempestiva de partir, mas apenas de reconhecer, por um lado, a capacidade do rumor de interferir no cotidiano da *pólis* ao provocar uma surpreendente agitação seguida de profunda inércia, e, por outro, o quanto a população é um agente histórico que não pode ser ignorado quando se trata de compreender o funcionamento das cidades, tanto as do presente quanto as do passado.

Documentação escrita

CHRYSOSTOM, J. The homilies on the statues to the people of Antioch. In: SCHAFF, P. (ed.). *Nicene and post-Nicene Fathers*. Trad. W. R. W. Stephens. Peabody: Hendrickson, 2004, p. 315-489. v. IX.

LIBANIUS. *Discursos I: autobiografia*. Trad. Antonio Melero Bellido. Madrid: Gredos, 2001.

_____. To the emperor Theodosius, about the riots. In: _____. *Selected orations*. Trad. A. F. Norman. Cambridge: Harvard University Press, 1977, p. 268-309. v. II.

_____. Against the refugees. In: _____. *Selected orations*. Trad. A. F. Norman. Cambridge: Harvard University Press, 1969, p. 237-267. v. II.

Referências bibliográficas

BARROS, J. A. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BROWNING, R. The role of the theatrical claque in the Later Roman Empire. *The Journal of Roman Studies*, n. 42, p. 13-20, 1952.

- CASTELLANOS, S. El obispo come líder ciudadano. In: ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (eds.). *El obispo en la Antigüedad Tardía*. Madrid: Trotta, 2016, p. 101-115.
- DEY, H. W. *The afterlife of the Roman city: architecture and ceremony in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria*. Princeton: Princeton University Press, 1961.
- FARGE, A. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FINLEY, M. I. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FRENCH, D. Rhetoric and the Rebellion of A.D. 387 in Antioch. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Erfurt, v. 47, n. 4, p. 468-484, 1998.
- GRIG, L. Cities in the “long” Late Antiquity, 2000-2012 – a survey essay. *Urban History*, v. 40, n. 3, p. 554-566, 2013.
- GUARINELLO, N. L. *Ensaio sobre História Antiga*. Tese (Livro Docência em História), Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- _____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- INTAGLIATA, E. E.; COURAULT, C.; BARKER, S. J. Approaching late antique city walls with an empire-wide perspective. In: INTAGLIATA, E. E.; BARKER, S. J.; COURAULT, C. (eds.). *City walls in Late Antiquity*. Oxford: Oxbow, 2020, p. 1-7.
- KENNEDY, H. The last century of Byzantine Syria: a reinterpretation. *Byzantinische Forschungen*, Amsterdam, n. 10, p. 141-183, 1985a.
- _____. From polis to madina: urban change in late antique and early Islamic Syria. *Past and present*, Oxford, n. 106, p. 3-27, 1985b.
- LAURENCE, R. Rumour and communication in Roman politics. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 41, n. 1, p. 62-74, 1994.
- LAURI, L. La città mediorientale in trasformazione: Antiochia dal tardo antico alla conquista araba. *Porphyrá*, Veneza, a. IX, n. 13, p. 2-59, 2012.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *The decline and fall of the Roman city*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. The end of the ancient city. In: RICH, J. (ed.). *The city in Late Antiquity*. London: Routledge, 1992, p. 1-49.

- PERRIN, M. Y. Le nouveau style missionnaire: la conquête de l'espace et du temps. In: MAYEUR, J. et al. (eds.). *Histoire du Christianisme*. Paris: Desclée, 1995, p. 585-621. t. 2.
- PETIT, P. *Libanius et la vie municipale a Antioche au IVe siècle après J.-C.* Paris: Paul Geuthner, 1955.
- QUIROGA PUERTAS, A. J. De Statuis: las fuentes cristianas sobre la “Revuelta de las Estatuas”. *Hispania Sacra*, Logroño, v. 68, n. 138, p. 467-472, 2016.
- _____. Deflecting attention and shaping reality rhetoric (the case of the Riot of the Statues of A.D. 387 in Antioch). *Nova Tellvs*, Cidade do México, v. 26, n. 2, p. 135-153, 2008.
- REUMAUX, F. Um rito oral urbano, o rumor. *Proj. História*, São Paulo, v. 19, p. 17-30, 1999.
- SARADI, H. The dissolution of the urban space in the Early Byzantine centuries: the evidence of the imperial legislation. *Byzantina Symmeikta*, Atenas, v. 9, n. 2, p. 295-308, 1994.
- SCHWARTZ, S. *Imperialism and Jewish society, 200 B.C.E. to 640 C.E.* Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SHAW, B. Bandits in the Roman Empire. *Past and Present*, Oxford, n. 105, p. 3-52, 1984.
- SILVA, E. C. M. *Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: o ‘Levante das Estátuas’ em Antioquia de Orontes (387 d.C.)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M. A participação feminina no Levante das Estátuas, em Antioquia (387 d.C.). *Hélade*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 88-103, 2018.
- SOLER, E. Evêque et pasteurs à Antioche sous l'Empereur Théodose: l'engagement chrétien dans la défense de la cité après la sédition des statues (387). *Vescovi e Pastori in Epoca Teodosiana*, XXV Incontro di Studiosi dell'Antichità cristiana, Institutum Patristicum Augustinianum, Roma, p. 461-467, 1997.
- STEPHENS, J. A Pagan and Christian interpretation of the 387 Riot of the Statues. In: PAPANIKOS, G. T. (ed.). *ATINER's Conference Paper Series MDT 2013-0391*. Athens: Athens Institute for Education and Research, 2013, p. 1-16.
- TUAN, I. F. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- VAN DE PAVERD, F. *St. John Chrysostom: the homilies on the statues*. Roma: Orientalia Christiana Analecta, 1991.

WALBANK, F. W. *La pavorosa revolución: la decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Madrid: Alianza, 1978.

WARD-PERKINS, B. The cities. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (eds.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 371-410. v. XII.

WILLIAMS, S.; FRIELL, G. *Theodosius, the Empire at bay*. New Haven: Yale University Press, 1994.

WHITTOW, M. Ruling the Late Roman an Early Byzantine city: a continuous history. *Past and Present*, Oxford, n. 129, p. 3-29, 1990.

Notas

¹ A instituição do *collegium* ou *ethnos* dos padeiros (*sitopoioi*), em Antioquia, era um fato recente, remontando ao governo de Valentiniano e Valente. Embora a reunião dos padeiros numa corporação própria tenha correspondido ao desejo dos imperadores em exercer maior controle sobre o serviço prestado à cidade, tal medida terminou por fortalecer a solidariedade entre os profissionais, que se sentiram mais à vontade tanto para aumentar o preço dos seus produtos sempre que lhes fosse conveniente, quanto para resistir ao mau humor dos governadores ou da população por meio da greve ou da fuga (PETIT, 1955, p. 119).

² Infelizmente, não é possível definir com exatidão o dia de fevereiro em que ocorreu o levante. Todavia, desde a minuciosa investigação conduzida por Frans Van de Paverd (1991), os pesquisadores têm adotado 25 ou 26 como a data mais provável, tal como sugerido pelo autor.

³ Na opinião de Downey (1961, p. 427), na medida em que o anúncio da nova taxa parece ter afetado todos os estratos sociais de Antioquia, é possível que ela se referisse, no fundo, a dois impostos já conhecidos dos antioquenos: o *aurum coronarium*, pago pelos membros da ordem senatorial quando da investidura do imperador e nas comemorações pela sua ascensão, e a *collatio lustralis*, recolhida dos comerciantes na mesma ocasião. Seja como for, o debate sobre a natureza do imposto ainda permanece em aberto.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o banditismo estrutural que grassava no Império Romano e que aterrorizava tanto as populações urbanas quanto as rurais, consultar Shaw (1984).

⁵ Embora as mulheres não houvessem participado diretamente da destruição das estátuas, elas não se encontraram alheias por completo ao levante e aos seus desdobramentos, como buscamos demonstrar em artigo recente (SILVA; SILVA, 2018).

⁶ No que se refere às contradições entre o relato de Libânio e o de João Crisóstomo sobre o Levante das Estátuas, consultar Quiroga Puertas (2008) e Stephens (2013), além de Silva (2012), que empreende uma análise comparativa sobre as narrativas de ambos os autores acerca do episódio.

⁷ A população de Tessalônica, assim como a de outras cidades do Império, na época tardia, era aficionada pelas competições do hipódromo, nutrindo grande admiração pelos aurigas mais competentes. Por essa razão, quando Buterico, um comandante godo tido em alta conta por Teodósio, decidiu deter um auriga bastante popular sob a suspeita de haver violado um rapaz, os habitantes se insurgiram prontamente, lançando-se contra Buterico e os demais integrantes da guarnição da cidade, cujos corpos foram trucidados e arrastados pelas ruas. Tomado de cólera, o imperador determinou que uma nova guarnição goda fosse enviada à cidade com a missão de castigar os tessalônios, que são surpreendidos, no hipódromo, pelo bloqueio das saídas. No interior do edifício, os soldados, por horas a fio, massacram os espectadores sem distinção, num dos mais cruentos episódios do século IV (WILLIAMS; FRIELL, 1994, p. 67-68).

⁸ Informações complementares sobre o papel do rumor na política romana podem ser encontradas em Laurence (1994). Muito embora o propósito do autor seja iluminar o comportamento eleitoral dos cidadãos na fase final da República, suas reflexões nos alertam para o quanto o rumor nunca foi, em Roma, estranho ao jogo político, muito pelo contrário.

JULIANO CÉSAR E A CONSTRUÇÃO DE SEU CONCEITO DE AMIZADE ENTRE A FILOSOFIA NEOPLATÔNICA E AS PRÁTICAS MILITARES (355 – 361 D.C.)^{*}

Margarida Maria de Carvalho^{**}

Larissa Rodrigues Alves^{***}

Resumo: *Intentamos, no presente artigo, desenvolver algumas atitudes de Juliano enquanto César de Constâncio II, contexto esse bem menos pesquisado do que a sua fase como imperador. Desse modo, chamou-nos a atenção a maneira como Juliano lidou com suas tropas militares na região da Gália, ao ponto de ser proclamado imperador ainda no governo de Constâncio II. Ao mesmo tempo, quando lemos suas cartas como César, verificamos seus intensos sentimentos de amizade para com seus destinatários. Formulamos a hipótese, então, de que, ao escrever o Panegírico em honra ao imperador Constâncio II, Juliano fez, em vários momentos, uma projeção de si mesmo ao relatar as virtudes por ele valorizadas. Logo, temos como objetivo analisar algumas seções desse discurso associadas às suas missivas enquanto César, para delinear seu conceito de amizade. Essa concepção, nunca trabalhada até os dias de hoje, é de extrema importância para a historiografia e para o professor Guarinello, a quem estamos dedicando este artigo.*

Palavras-chave: *Antiguidade Tardia; imperador Juliano; neoplatonismo; tropas militares; amizade.*

* Recebido em: 20/10/2020 e aprovado em: 15/12/2020.

** Professora doutora MS3-2 do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Unesp/Franca. Coordenadora do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (G. Leir) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq-2. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2558-4834>. E-mail: margarida.carvalho@unesp.br.

*** Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Unesp. Bolsista Fapesp, processo número: 2020/05378-5. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8556>. E-mail: larissa.r.alves@unesp.br.

JULIAN CAESAR AND THE CONSTRUCTION OF HIS CONCEPT OF FRIENDSHIP BETWEEN NEOPLATONIC PHILOSOPHY AND MILITARY PRACTICES (355 – 361 AD)

Abstract: *Our intention in this article is to develop some attitudes of Julian as Caesar of Constantius II. This context is much less researched than his phase as Emperor. In this way, we analyze how Julian handled with his military troops in the region of Gaul, to the point of being proclaimed Emperor under the government of Constantius II. At the same time, when we read his letters as Caesar; we see the intense presence of his feelings of friendship towards his destinaries. We hypothesize, then, that when he wrote the Panegyric in honor of Emperor Constantius II, Julian made a projection of himself, at various times, in reporting the virtues he valued. Therefore, we aim to analyze some sessions of this speech associated with his missives as Caesar, to outline his concept of friendship. This conception has never been studied until today and it's extremely important for the historiography and for whom we are dedicating this article.*

Key words: *Late Antiquity; Emperor Julian; Neoplatonism; military troops; friendship.*

Ao nosso querido amigo Norberto Luiz Guarinello, grande mestre, orientador e orador, dedicamos este artigo como prova de nossa amizade.

Minha atividade como historiador da Antiguidade, por outro lado, pôs-me em contato com uma tradição multimilenar de transmissão, comentário e crítica de textos, uma tradição que se enriqueceu e se encorpou desde Homero. Com uma memória poderosa e resistente, que me permite abrir as portas de um passado longínquo, para tentar entendê-lo no e para o presente.

(GUARINELLO, 1994)

Considerações preliminares

Ao nos dedicarmos aos estudos sobre o imperador Juliano, vislumbramos inúmeros aspectos de análise, devido à riqueza de sua produção textual: epístolas, panegíricos, sátiras, hinos, discurso de consolação, leis e poemas. Tudo isso indica o quanto podemos reconstituir a sua memória como César e Augusto. Nosso intuito, neste texto, é descortinar o passado de Juliano por meio de suas próprias palavras, na tentativa de compreendermos um sentimento fraterno tão ausente na contemporaneidade.

Assim, faremos uma apresentação das documentações nas quais podemos analisar o seu sentimento de amizade e as virtudes que ele valorizava:

as missivas por ele escritas enquanto César, seu *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II*, e sua *Carta para Temístio, o filósofo*. Essa documentação transmite informações valiosas de seu período como César. Lembremos que Juliano praticamente saiu da Escola Filosófica de Atenas para lutar contra os francos e os alamanos, no ano de 355 d.C. Durante aproximadamente seis meses, ele permaneceu na companhia de Constâncio II, participando de alguns treinos e batalhas militares. Era, porém, considerado muito inexperiente para um bom militar e administrador. No entanto, teve grande sucesso contra esses povos, especialmente a partir de meados de 356 d.C., longe da supervisão direta de Constâncio II, e ganhou a confiança de suas tropas, que o aclamaram imperador. Temos como hipótese que Juliano adquiriu a simpatia dessas tropas por meio de seu sentimento de amizade e solidariedade, o que é visível nas cartas e, indiretamente, em seu primeiro panegírico a Constâncio II. Tais episódios serão interpretados ao longo deste artigo.

Sobre as documentações textuais utilizadas

Começamos pelas missivas escritas por Juliano, cuja quantidade é abundante. Elas são organizadas cronologicamente, portanto, separadas em duas fases: as da sua época como César (355-360 d.C.) e como imperador (361-363 d.C.). As epístolas que chegaram aos dias atuais são aquelas datadas a partir de 357 d.C. Temos acesso a um total de 73 cartas, a maioria ditada por ele para seus auxiliares administrativos diretos. Quando passagens dessas missivas são escritas pelo próprio Juliano, os copistas indicam os trechos nos manuscritos. Apesar de citarmos algumas epístolas por ele redigidas quando imperador, o cerne de nossa análise são aquelas de números 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17b e 19,¹ escritas ao longo de seus encargos como César.

Sobre os aspectos formais da escrita de uma carta na Antiguidade Tardia, Jean-Luc Fournet (2009) esclareceu que a orientação do papiro no século IV era predominantemente vertical em detrimento de seu formato horizontal, isto é, a escrita seguia o sentido das fibras do papiro, como se fossem as linhas de um caderno. O motivo seria que as cartas nesse século tendiam a se alongar devido às fórmulas de saudação e outras regras retóricas, que aproveitavam melhor esse tipo de formato. Conforme as fórmulas iam sendo suprimidas ou alteradas, as cartas dos séculos V, VI e VII d.C. passaram a ser escritas, progressivamente, em formato horizontal. De

acordo com nossos estudos, nenhuma das missivas de Juliano possui, por exemplo, uma regra de saudação específica, que era uma característica da epistolografia do século IV. Ademais, as regras para introdução, nomes do destinatário e do remetente desapareceram a partir do século V. No entanto, Juliano já não seguia essas regras, o que nos fez considerá-lo uma exceção no período em que viveu.

Observando o conteúdo das cartas, uma das recomendações presentes nos manuais de epistolografia da Antiguidade Tardia e que se encontra nas aqui analisadas, seriam as citações de grandes figuras do helenismo, como Homero. Contudo, salientamos que esse uso em nossa documentação não se resume a meras citações ou utilização de expressões sofisticadas características da literatura clássica como treino de retórica. Especificamente nas missivas que estudamos, isso seria uma consequência da influência da própria cultura grega no personagem central, principalmente se levarmos em conta suas escolhas filosófico-religiosas. Além disso, as citações literárias iam além de um exercício de retórica até mesmo para outras pessoas do século IV. Tratava-se de permitir que outros leitores se identificassem com seus escritos enquanto possuidores de uma mesma *paideia* (BOUFFARTIGUE, 1992).

Já Abraham J. Malherb (1988) afirmou que não se sabe até que ponto os exercícios concernentes à escrita da carta faziam parte do currículo escolar. Porém, é provável que modelos de cartas fossem utilizados para o ensino da epistolografia no estágio secundário da educação, do qual participavam meninos dos 12 aos 15 anos de idade. Outro ponto importante era o ensino gramatical, sendo que em dois manuais de gramática, escritos por Dionísio de Alexandria (séc. I d.C.) e Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), o estudo da carta apareceu sob esse ponto de vista. Consequentemente, a preocupação principal ao longo desse estágio secundário seria o aprendizado da forma e da gramática na epistolografia. O estilo inseria-se ao final desse estágio, com uma possível introdução de exercícios preliminares de retórica pelo *grammaticus*.

A continuidade desse estudo no terceiro estágio de ensino teria como responsável o professor de retórica, focando no desenvolvimento dos diferentes estilos de cartas, ou seja, qual tipo utilizar em determinada situação, e não em como redigir o conteúdo da epístola. Logo, segundo Malherb (1988), é provável que os manuais de teoria epistolográfica, por ele traduzidos, tenham sido usados no treinamento de escritores de cartas profissionais, dos quais a maioria de funcionários públicos que deveriam saber os

estilos oficial e retórico das epístolas. Afirmamos que o Imperador Juliano conhecia as regras de tais manuais. Citamos a carta de número 197, escrita para o sofista Lúcio, que conforme Wilmer C. Wright, tradutora da edição da *Loeb Classical Library*, possui um estilo sofista comum entre os recomendados nos manuais do século IV: “Não apenas escrevo para ti, mas exijo receber pagamento em espécie. E se eu te maltrato escrevendo continuamente, peço que me maltrates de volta e me faças sofrer da mesma maneira” (JULIANO. *Carta* 197).

Por fim, ao mesmo tempo que conhecia as regras dos manuais, Juliano as burlava quando desejava. Mencionamos a carta de número 201, escrita para Himério, a respeito da morte da esposa deste:

*Além disso, se houvesse qualquer outro homem a quem eu tivesse que escrever sobre isso, eu certamente teria que usar mais palavras para lidar com esse assunto; por exemplo, eu deveria ter dito que tal evento é comum, que devemos nos submeter às necessidades, que nada é ganho por luto excessivo e eu deveria ter proferido todos os outros lugares comuns considerados apropriados para aliviar o sofrimento, isto é, se eu estivesse exortando alguém que não os conhecesse. (JULIANO. *Carta* 201)*

Quanto ao *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II*, redigido em 356 d.C., quando Juliano já era César, faz-se necessário ressaltar algumas de suas características. De acordo com Roger Rees (2002, p. 9), a oratória epidítica, também chamada de oratória exemplar, subdividia-se em dois estilos: a inventiva e o panegírico. O primeiro era associado à censura, e o segundo, ao elogio. O gênero panegirista, no qual se insere o discurso escolhido para análise, transformou o exagero em uma forma de arte. Além disso, o documento é dotado de uma estrutura bajuladora, mediante a qual se empregavam regras retóricas recomendadas.

Shaun Tougher (2012, p. 19) comentou que as investigações que têm o panegírico como base documental, cresceram muito a partir da segunda metade do século XX. Isso porque eram vistos, até então, como meros exercícios de retórica. Concordamos com o autor quando comenta a respeito da influência de Libânio e Temístio na escrita dos panegíricos de Juliano. Como é de nosso conhecimento, os autores da Antiguidade Tardia trocavam seus discursos entre si, a fim de aprimorá-los. Evidenciamos a

Carta 38, escrita por Libânio para Juliano César, em que há uma referência às *Memórias* de Juliano das guerras na Gália, obra que o sofista teria lido e que não chegou às nossas mãos:

A melhor notícia que ouvi foi aquela em que tu derrotaste os bárbaros e o resultado de tuas vitórias em forma de escrita, e tua revelação de ti mesmo como um verdadeiro orador e general. Aquiles precisava de um Homero, Alexandre, de muitos titãs, mas teus troféus serão lembrados pela eloquência de ti mesmo, que os redigiu. Tu superaste em muito os sofistas ao propor a eles não apenas tuas realizações como teu tópico, porém também a emulação do discurso que compuseste sobre as tuas realizações. (LIBÂNIO. *Carta 38*)

Posteriormente, no período de Juliano imperador, ele escreveu a seguinte mensagem para Libânio: “Envia, pois, o teu discurso e os teus conselhos sagrados, e prontamente, através de Hermes e das Musas!” (JULIANO. *Carta 96*). Já na *Carta 97*, Juliano ainda diz que:

Li quase todo o teu discurso ontem, antes do jantar; e depois de jantar, antes de ir repousar, terminei de lê-lo. Como tu és feliz por poder falar, ou melhor, por poder pensar assim! Que eloquência! Que espírito! Quanta inteligência! Que divisão! Que argumentos! Que ordem! Que recursos! Que elocução! Que harmonia! Que composição! (JULIANO. *Carta 97*)

No que diz respeito ao panegírico, em geral, os autores desse tipo de discurso também seguiam manuais de retórica para compô-los. Uma dessas obras foi *Dois tratados de retórica epidítica*, de Menandro, o Retor, datada do século III d.C., segundo Fernando Gascó (1996). A estrutura indicada por Menandro seria a seguinte: proêmio ou a introdução do discurso; sobre a cidade natal do imperador, incluindo a descrição de seus ancestrais; nascimento do imperador; constituição física e formação educacional durante a sua juventude; descrição do caráter do imperador por intermédio de suas realizações pessoais administrativas e bélicas, sendo as ações em tempos de guerra associadas à coragem e à sabedoria, e as ações em tempos de paz ligadas à justiça e à temperança; descrição da fortuna do imperador; comparação de seu governo com os anteriores, sem depreciar esses últimos, porém, exaltando o presente; epílogo com uma análise do estado do Império;

oração religiosa de súplica para que o imperador vivesse muito e para que seus filhos e descendentes mantivessem a dinastia (MENANDRO, Dois tratados de retórica epidítica).

De acordo com Joseph Bidez (2003), Juliano seguia as regras desse manual, porém, não em sua totalidade. De fato, isso nos é perceptível. Juliano dá maior atenção para a *paideia*, cuja descrição só era recomendada por Menandro caso ela fosse muito distinta. Tal fato ocorria porque Juliano se considerava filósofo, embora também focasse no treinamento físico e na experiência militar prática de Constâncio II. Além disso, após falar sobre as qualidades pessoais do imperador, o discurso de Juliano diverge do modelo menandriano. Algumas características expostas no *Panegírico em honra ao Imperador Constâncio II*, a nosso ver, são próprias de Juliano. Percebemos que, em várias seções desse discurso, o César fala das façanhas de Constâncio II, mas seu objetivo é usá-las como exemplificação das virtudes que tal imperador possui. Menandro cita, no decorrer de seu manual, que as virtudes valorizadas deveriam ser a coragem, a sabedoria, a fortuna, a temperança e a humanidade. No discurso de Juliano, os feitos de Constâncio II não são analisados sob a ótica da coragem, a fortuna é brevemente citada, a sabedoria e a temperança, assim como a humanidade, somente aparecem na última seção.

O documento textual que falta aqui ser referenciado é a *Carta para Teomístio, o filósofo*. Há uma discussão quanto à sua datação, e Tougher (2012) afirma que ela poderia ter sido escrita na fase de Juliano César ou no início de seu governo como imperador. Os tradutores desse discurso por nós utilizado possuem opiniões divergentes. Para Wright, tradutora da edição britânica, a data da carta estaria próxima a 355 d.C.; já para Gabriel Rochefort, tradutor da edição francesa, e José García Blanco, tradutor da versão espanhola, ela teria sido escrita entre novembro e dezembro de 361 d.C. Concordamos com essa última datação, pois o seu conteúdo é muito claro no que tange às ideias governamentais e filosóficas de Juliano enquanto imperador, não condizentes com o dominato praticado por imperadores a ele anteriores. A seguir, discorreremos sobre a concepção de amizade de Juliano.

O conceito de amizade em Juliano

Observamos que o imperador Juliano admitia, no ano de 362 d.C., a existência de dois tipos de amizade. Citamos, por exemplo, a carta de número 40:

A verdadeira amizade funda-se, antes de tudo, na semelhança, depois, em menor medida, na admiração verdadeira e sincera, quando o homem favorecido pela fortuna ou pelo espírito dá o seu afeto a quem se distingue pela gentileza, reserva e moderação.
(JULIANO. Carta 40)

Por meio dessa passagem, elencamos as duas principais concepções de amizade que circulavam nesse período: a *philia* e a *amicitia*. A partir das obras de David Konstan (1997) e Craig A. Williams (2012), podemos relacionar algumas características de tais laços. Ambas as obras questionaram a ideia, que prevaleceu durante décadas na historiografia, de que a amizade era baseada nos interesses e vantagens que pudessem ser obtidos por intermédio dela. Há ainda uma longa discussão sobre a patronagem enquanto relação de interesse ou de amizade. Concordamos com Williams, para quem os atos de patronagem não excluem vínculos amicais. Afinal, a presença do patrocínio não elimina a possibilidade de uma relação de admiração mútua. Diante disso, podemos conceber a patronagem como uma consequência dos laços de amizade, levando em consideração que o princípio ou a manutenção de tais associações não tinha por égide o interesse pessoal.

Em vista disso, compreendemos a amizade como um laço afetivo e recíproco. Tratando-se de uma escolha pessoal, tal elo não era inato ou atribuído, fosse por parentesco ou por sentimentos comunitários. Tanto na *philia* quanto na *amicitia* as principais qualidades de um amigo – afeição, benevolência, lealdade, franqueza – são muito parecidas. Porém, a *philia* possui uma premissa de equidade, mediante a qual o que permite o desenvolvimento de um laço amical são as qualidades e virtudes dos indivíduos em questão. Todavia, a *amicitia* não possuía essa exigência. Sumariamente, a partir do primeiro tipo de amizade descrito por Juliano na carta supracitada, que associamos à ideia de *philia*, notamos a existência de uma premissa de igualdade entre os amigos. Já no segundo tipo descrito pelo imperador, que relacionamos com a *amicitia*, o fundamento desse elo é a admiração verdadeira, o que não significa, necessariamente, que se trate apenas de interesse ou/e vantagem a serem adquiridos. Isso posto, esse tipo de amizade não se resumia à patronagem, apesar desse poder existir. Por esse motivo, consideramos o segundo tipo descrito como basilar em termos de governabilidade, fundamentalmente pelo fato de Juliano lidar constantemente com pessoas de *status* menores que o seu.

Pensando na *paideia* do século IV, e na grande influência que exerceu no pensamento de Juliano, sabemos que ela tinha por objetivo a formação de pessoas que estariam destinadas a ocupar importantes cargos no Império. Ela servia como demonstração de conhecimento e força, focando principalmente o estudo da retórica. Fazia parte de seus ensinamentos o uso de autores clássicos gregos, através de escritos literários, históricos ou filosóficos, como os de Homero, Hesíodo, Platão e Aristóteles, além de manuais de retórica. Esses estudos eram voltados para a formação de pessoas capazes de elaborar discursos convincentes (CARVALHO, 2010). Consequentemente, afirmamos que Juliano teve acesso ao conceito de *philia* por meio dos estudos gregos. Já em relação ao conceito romano de *amicitia*, não podemos afirmar que teve contato direto com os teóricos desse tópico, tais como Cícero ou Virgílio. Mesmo que soubesse o latim, afinal de contas, ela era a língua predominante na região da Gália, local onde atuou como César, Juliano, de acordo com Paul Allard (1901), por exemplo, não teria lido as principais obras latinas estudadas no período, uma vez que, em momento algum, citou em seus escritos qualquer autor latino.

No entanto, não podemos descartar o conceito de *amicitia* e simplesmente nos contentar em dizer que a amizade para o imperador Juliano se baseava apenas na *philia*. Mesmo que não tenha lido os autores latinos estudados no período, ele não deixava de ser um romano e convivia em sociedade com outros romanos que praticavam a *amicitia*. Ademais, o Império Romano não era uma democracia, portanto, algumas particularidades da concepção latina auxiliavam-no na maneira como se relacionava com os diversos setores dessa sociedade. De maneira geral, acerca do conceito de *philia*, Juliano teria tido acesso às diferentes características que esta teria tomado: durante o Período Homérico, por meio das leituras da *Iliada* e da *Odisseia*; ao longo do período da Antiguidade Clássica, por intermédio das leituras de Platão e Aristóteles; do Período Helenístico, pelo seu interesse por Alexandre, o Grande, que era uma das pessoas nas quais se inspirava.

No caso de Juliano, aqueles considerados como seus pares e que remetem ao primeiro conceito de amizade, seriam os filósofos, os sofistas e os retóricos. Citamos as cartas de nossa seleção em que Juliano escreve para essas pessoas: 4, 8, 12, 13, 11. É interessante ressaltar que o vocativo *adelphè*, que poderíamos traduzir como “irmão”, só foi utilizado no tipo de relação em que Juliano considerava seu destinatário como igual. Assim, eram empregados, em conjunto, os termos *potheinótate* e *philikótate*, com conotações de “ama-

do” e “querido”. De acordo com Williams (2012), chamar alguém de irmão era uma maneira de dar maior prestígio a esse indivíduo, clara influência da *amicitia*. De mais a mais, foram muitas as cartas nas quais ele convidou esses amigos para visitá-lo pessoalmente, como na *Carta 9*, escrita para Alípio:² “venha encontrar o amigo que, antigamente, antes mesmo de saber o teu valor, já te cercava com seu afeto” (JULIAN. *Carta 9*).

Outra particularidade das relações mantidas por Juliano era o ato de presentear um amigo, como na *Carta 4*, escrita para o retor Evágrio:

Tenho uma pequena propriedade de quatro terras, que minha avó me deu, na Bitínia. Dou-a para ti como um presente à tua amizade. É muito pouco para dar a um homem as vantagens da abundância e a pompa da riqueza, mas tu verás que este presente está longe de carecer de aprovação, se eu o descrever em detalhes. (JULIANO. *Carta 4*)

Entretanto, precisamos compreender que, enquanto César e imperador, Juliano não poderia apenas se comunicar e manter vínculo de amizade com aqueles que considerava seus pares, quer dizer, com pessoas cujas virtudes fossem parecidas com aquelas por ele valorizadas: justiça, gentileza, bondade, humanidade e moderação. Refletindo acerca da relação que Juliano precisava manter com os diversos setores da sociedade romana, é que percebemos a maior influência da *amicitia*. Essa concepção traz uma ideia ausente na *philia*. Enquanto esta pressupunha apenas relações de equidade, se pensarmos na concepção da Antiguidade Clássica associada à democracia ateniense, a *amicitia* trazia uma noção de estratificação que se adequava à política do Império e às relações de patronagem do período. Por isso, quando Juliano se dirigia à população romana ou lidava com as elites, não poderia levar apenas em consideração uma relação de equidade, e demonstrava, talvez, miscelânea entre *philia* e *amicitia* em seu conceito de amizade.

Quanto às virtudes valorizadas por ele, algumas daquelas associadas aos seus ideais de *princeps* estão presentes, por exemplo, na carta de número 20: *epieikeia* (justiça); *philanthrōpia* (filantropia); *khrēstótēs* (benevolência). Em síntese, elas coincidem com seu ideal de bom governante, filósofo ou cidadão. Podemos resumir essas qualidades em: moderação, honestidade em contraste com bajulação, lealdade, justiça, capacidade de uso da persuasão em detrimento da violência e, principalmente, a prática da filantropia. Veremos como se dava o uso de tais virtudes, pragmaticamente, nas relações que Juliano manteve com as suas tropas militares na região da Gália.

Juliano César e suas tropas militares: um entrelaçamento original

Começamos pelos acontecimentos que antecederam o cesarato de Juliano. Conforme Arnaldo Marcone (2019), houve a ação de vários usurpadores contra o governo imperial, como Magnêncio e Silvano. Além disso, Constâncio II enfrentava inimigos em diferentes fronteiras do Império. Ao mesmo tempo que combatia francos e alamanos na Gália, via-se ocupado com a ameaça persa na extremidade oposta do território romano. Depois de condenar Galo, meio-irmão de Juliano, por traição, Constâncio II necessitava de alguém que ele pudesse controlar para defender a Gália. Sem ter herdeiros, o imperador não teve outra opção a não ser proclamar seu primo, Juliano, como César. Naquele momento, Juliano se viu passando de uma vida contemplativa para uma vida ativa, muito diferente daquela a que estava acostumado. Ademais, a relação entre Constâncio II e o César era de subordinação e constante vigilância por parte do imperador.

O primeiro ano de Juliano na Gália foi marcado por uma sequência de ataques dos alamanos (confederação de tribos germânicas), governados por diversos príncipes constantemente em guerra entre si. Essas tribos se estabeleceram próximas do Danúbio e do Reno e tinham por hábito assaltar as cidades romanas e saqueá-las, apesar de evitar ocupá-las permanentemente (MARCONE, 2019, p. 83-87). Segundo Peter Heather (2020, p. 64), Juliano realizou seis campanhas na região da Gália, quatro delas de grande porte e outras duas consideravelmente menores. Até meados de 356 d.C., ele teve a companhia de Constâncio II como seu superior, mas pouco sabemos sobre essa fase. Temos notícias por meio de Amiano Marcelino, e, em relação à documentação do próprio Juliano, só temos acesso àquelas escritas a partir de 357 d.C. Por conseguinte, no início de seu cesarato, Juliano teve contato com um breve treinamento militar durante a estada de Constâncio II na Gália.

A princípio, Juliano não tinha motivos para escrever um panegírico dedicado ao seu primo, já que, como afirma Heather (2020, p. 89), a razão que o fez ter sido nomeado César foi manter o poder na mesma dinastia com a pessoa que possuía a menor rede de sociabilidades possível. Dessa forma, caso tentasse uma usurpação, Juliano não teria força ou apoio político. Outrossim, suas funções foram extremamente limitadas e a administração e o comando do exército da Gália delegados a homens da confiança de

Constâncio II. Além disso, Juliano não obteve as coroas de ouro que lhe permitiria comprar apoio militar. Quando de sua aclamação como Augusto, em 361 d.C., as vitórias militares de Juliano o legitimavam como tal, na medida em que representavam o apoio divino à sua ascensão. Os soldados tinham interesse na aclamação de Juliano, porque, enquanto Augusto, ele poderia realizar doações de ouro para as suas tropas, controlar promoções e distribuir recompensas. Com a confiança das tropas militares e dos funcionários da burocracia imperial, ele minou, aos poucos, o controle que Constâncio II exercia na região por meio de seus funcionários de confiança.

Para Marinela Casella (2009, p. 106), as vitórias favoreceram as ações de Juliano, e a sua presença na Gália representou a personificação de um bom militar e administrador. O César realizou reformas fiscais e amenizou impostos, despertou a força de um território em crise e restringiu a influência do poder imperial no local. Apesar de sua inexperiência militar quando chegou nessa região, deduzimos que Juliano aprendeu rapidamente a guerrear, tendo uma série de vitórias, cujo auge foi a batalha de Estrasburgo, em 357 d.C. Na *Carta 14*, escrita para Oribásio de Pérgamo, seu amigo e médico pessoal, podemos observar quais as funções administrativas que o César pensava ser de sua responsabilidade, a partir do local onde seu deus, Mitra, o pusera para lutar em favor dos pobres e oprimidos:

Quanto às minhas relações com ele [Florêncio], eles sabem que muitas vezes, embora ele tenha ofendido os provincianos, calei-me à custa da minha dignidade, ignorando certas acusações, recusando-me a aceitar outras, às vezes novamente me mostrando incrédulo, às vezes até jogando a responsabilidade sobre aqueles ao seu redor. Mas quando ele fingiu me envolver neste caso escandaloso, enviando um livro de memórias [para Constâncio II] tão vil quanto ignóbil, o que eu deveria fazer? Ficar em silêncio ou entrar na luta? A primeira opção teria sido, em minha opinião, estúpida, degradante, odiada pelos deuses; a outra, por outro lado, era justa, viril, generosa, mas proibida pelas dificuldades em que estávamos envolvidos. O que eu fiz? Na presença de um grande número de pessoas que eu conhecia, tinha que denunciá-lo: “De qualquer forma e com certeza”, disse eu, “ele vai corrigir o seu relato: o atrevimento é muito grande”. Informado do que eu havia dito, nosso homem estava tão longe de impor qualquer reserva a

si mesmo que agiu, deus é minha testemunha, como um tirano, por mais moderado que fosse, o que não teria ousado fazer se eu estivesse perto dele. O que então deveria fazer um homem fiel aos preceitos de Platão e Aristóteles? Tolerar os infelizes entregues aos ladrões, ou defendê-los com todas as suas forças, quando, creio, já cantavam o canto do cisne por causa das manobras desse maldito bando de patifes? Quanto a mim, eu me consideraria desonrado se, condenando os oficiais culpados de deserção perante o inimigo a serem pegos em armas no local e a ser privados de sepultamentos, eu então abandonasse minha posição quando se trata de proteger os infelizes contra tais bandidos, e isso apesar da aliança do próprio deus a quem devo a posição em que estou. E se algum infortúnio me resultasse, não seria um pequeno consolo ter uma boa consciência na hora da grande viagem. (JULIANO. Carta 14)

O sentimento de justiça e filantropia que Juliano expressa na *Carta 14* também pode ser observado no *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II*, redigido dois anos antes do conflito entre o César e o prefeito Florêncio, homem de confiança do imperador. Apesar de todos os problemas ocorridos entre Juliano e Constâncio II, no decorrer da infância, adolescência e fase adulta do primeiro, ao se tornar César de seu primo, Juliano se viu na obrigação de escrever um panegírico para ele. Era uma prática oficial, porém, somos da opinião de que, mesmo sendo um discurso elogioso, nosso personagem transmite suas ideias neoplatônicas e, em vários momentos, projeta seus ideais mais íntimos. Talvez, seus ideais mais virtuosos, como o sentimento de amizade, fruto de sua visão diferente das de outros imperadores de sua época. Em vez de ver os habitantes do Império Romano como súditos, via-os como cidadãos. Pouco se sabe acerca de suas ações como um comandante militar no período de César. Se seguirmos a hipótese de que Juliano se espelhou no panegírico em questão, não é difícil compreender por que ele ganhou a confiança dos soldados e obteve a vitória em Estrasburgo.

Para além disso, na *Carta para Temístio, o filósofo*, escrita entre novembro e dezembro de 361 d.C., Juliano, já imperador, revelou os alicerces de seu pensamento político-filosófico. O Império Romano seria formado por cidadãos e não por súditos. Dessa forma, ele não poderia estar acima das leis e nem ser a encarnação delas:

Este julgamento [de Aristóteles] parece-me eminentemente concordar com o de Platão, em primeiro lugar porque o governante deve ser melhor do que o governado, depois, ele deve ganhar não só pelo seu modo de vida, mas também pela sua natureza – o que é difícil de encontrar entre os homens –, em terceiro lugar, porque é necessário por todos os meios ao seu alcance cumprir as leis que não devem sua instituição ao improviso, nem seu estabelecimento, como se apresenta hoje, a homens que nem sempre viveram de acordo com a razão, mas sim que são o trabalho de um homem com uma mente e alma purificadas, legislando independentemente das injustiças presentes ou contingências imediatas; por um homem assim, que aprofundou a natureza do governo e que viu a natureza da justiça como a natureza da injustiça, que transpõe, tanto quanto possível, do absoluto para o concreto e que institui as leis comuns a todos os cidadãos, nem amizade, nem inimizade, nem relações de vizinhança, nem laços de família são objetos de consideração. (JULIANO. Carta para Temístio, o filósofo, 260d-261d)

Esse ideal de bom governante e as virtudes valorizadas por Juliano podem ser encontrados em seu *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II*, como na passagem abaixo, na qual nosso personagem realça as qualidades, que dependem exclusivamente de Constâncio II, em detrimento dos seus feitos, pois estes últimos não dependeriam somente dele:

Seus autores [dos panegíricos anteriormente dedicados a Constâncio II], de fato, limitam-se ao relato de tuas ações, convencidos de que basta citá-las para compor um panegírico perfeito. Mas, em minha opinião, é melhor que meu discurso se concentre principalmente nas virtudes que foram a causa dos teus sucessos eminentes. Pois na maioria das façanhas, senão em todas, a fortuna, os guarda-costas, as falanges dos soldados, as fileiras de cavaleiros e a infantaria contribuem para a vitória, enquanto os atos virtuosos são trabalho exclusivo de seu autor, e o elogio ligado a essas virtudes constitui um verdadeiro elogio. Estabelecidas claramente essas distinções, começo o meu discurso. (JULIANO. Panegírico em honra ao imperador Constâncio, II, 5a e 5b)

Fica-nos claro que, assim como Constâncio II observou seu pai, Constantino, em batalhas, Juliano igualmente se fez um militar ao assistir às ações de Constâncio II na Gália, entre o final de 355 d.C. e meados de 356 d.C.:

Querendo fazer-te adquirir sem perigo a experiência da guerra, teu pai teve como uma política hábil exercer a manutenção da paz entre seus súditos e as tribos bárbaras, então semeadas de conflitos internos e sedições. Desse modo, foi observando as calamidades e os perigos pessoais de nossos inimigos que ele te ensinou a arte da guerra, um meio menos perigoso do que o do sábio Platão. Com efeito, se o exército inimigo avança a pé, os filhos espectadores do combate poderão, se necessário, tomar parte nas façanhas de seus pais; mas se o inimigo vencer pela cavalaria, será necessário imaginar um meio de salvação muito difícil de encontrar para esses jovens. Pelo contrário, acostumar as crianças a enfrentar o inimigo vendo o perigo alheio é proporcionar, em minha opinião, o suficiente para a educação de que precisa e para a sua segurança. É assim que tu aprendeste a ter coragem; para adquirir prudência, tu encontraste em tua própria natureza um guia suficiente; mas, ao mesmo tempo, se não me engano, tu recebeste lições de política de nossos cidadãos mais hábeis, e tuas relações com os chefes bárbaros dessas regiões deram-te a experiência sobre as maneiras, as leis e os costumes de territórios estrangeiros. (JULIANO. Panegírico em honra ao imperador Constâncio, II, 12a-12d)

No próximo excerto, o César se remete ao início da carreira de Constâncio II como um general, salientando os problemas que ele encontrara ao assumir as tropas de um líder anterior. Essas dificuldades transparecem nas mesmas sentidas por Juliano quando se viu diante das tropas militares como um César despreparado:

Mas aqui, além das próprias dificuldades da campanha, há o motim dos exércitos, irritados com a mudança, lamentando seu ex-líder, pedindo por ele novamente com gritos e clamando por suas ordens. E, então, mil outras conjunturas desconcertantes e difíceis acontecem por todos os lados e tornam as expectativas da empresa mais incertas. (JULIANO. Panegírico em honra ao imperador Constâncio, II, 18c e 18d)

A passagem abaixo mostra um dos pensamentos mais importantes de Juliano sobre como deveria ser um governante. Tal convicção é apresentada ao longo de todos os seus escritos, tanto em seus encargos de César quanto como imperador:

E quem te viu deprimido antes da vitória, ou exultante depois de ter triunfado? Bastará louvar-te dignamente para te proclamar ao mesmo tempo orador; chefe do exército, excelente Imperador e valente soldado? Por muito tempo, o corpo bélico estava dividido e tu soubeste uni-lo novamente; rival, ao meu gosto, de um Ulisses, de um Nestor e daqueles generais romanos conquistadores de Cartago que sempre se revelaram mais formidáveis na tribuna das injustiças do que nos inimigos da batalha campal. (JULIANO. Panegírico em honra ao Imperador Constâncio, II, 32b e 32c)

No final de seu cesarato, Juliano relata um sonho a Oribásio:

Sonhei que, plantada em um vasto triclinio, uma árvore muito alta se inclinava para o chão. De suas raízes surgiu outro broto, ainda pequeno e jovem, e todo florido. Eu estava cheio de angústia, temendo que aquela planta frágil fosse arrancada com a grande. No entanto, quando estava bem perto, vi a grande árvore esticada no chão, enquanto a pequena permanecia de pé, mas se erguia do chão. Diante disso, minha ansiedade redobrou: “que pena para esta linda árvore!”, eu disse, “sua própria descendência está em perigo de morrer”. Então, alguém completamente desconhecido me disse: “dá uma boa olhada e recupera-te. Como a raiz permanece no solo, o pequeno broto sobrevive intacto e só ficará mais forte”. (JULIANO. Carta 14)

Interpretamos esse extrato como preâmbulo de um plano em formação: o de se tornar Augusto, após ter adquirido a confiança de suas tropas e a aliança com os funcionários administrativos da Gália. Na *Carta 17b*, citada a seguir, o César relata para Constâncio II a sublevação dos soldados que o proclamaram Augusto. Destarte, o exército romano da Gália, repleto de diversidades, uniu-se através dos laços de amizade entre seu comandante e as tropas. Se no *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II* o imperador é descrito como um excelente comandante que se preocupa com seus

soldados, nesta epístola Juliano critica o primo justamente por não cuidar de seus subordinados:

Nomeado César por ti e lançado no meio do horrível estrondo das batalhas, contentando-me com o poder que me foi delegado, e enviando-te, como um servidor fiel, relatos frequentes de sucessos que se sucederam à vontade, eu cansei teus ouvidos, sem nunca, entretanto, atribuir nada à minha coragem diante dos perigos; e, contudo, inúmeros exemplos o atestam, durante as operações em que os germânicos foram derrotados e dispersados por todos os lados, sempre fui o primeiro a lutar, sempre fui o último a buscar descanso. Mas – digo-o sem ofender-te – se, na tua opinião, há uma revolução acontecendo hoje, é porque o soldado, consumindo inutilmente sua vida em meio a guerras frequentes e duras, acabou realizando um projeto antigo; ele estremeceu de impaciência por ter apenas um subordinado como chefe e por se ver diante de um César impotente para recompensar seus suores prolongados e suas vitórias incessantes. A essa cólera dos soldados, que não obtiveram adiantamento nem salário anual, foi acrescentada inesperadamente uma nova queixa: a ordem de partir para as longínquas regiões do Oriente, habituados a um clima glacial, aqueles a quem vamos separar de seus filhos e suas esposas e para permanecerem lá, pobres e nus. Com uma exasperação que nunca havíamos visto antes, à noite, eles se reuniram e sitiaram o palácio, saudando Juliano Augusto com seus gritos repetidos. Fui tomado de horror, confesso; eu fiquei longe; enquanto pude, recuei, buscando salvação em silêncio e retiro. Então, como não me foi concedida nenhuma trégua, dei um passo à frente, tendo que me proteger, se assim posso dizer, com o único baluarte do meu peito desarmado, e me mostrei ao olhar de todos, acreditando acalmar o tumulto com minha autoridade ou com algumas palavras conciliatórias. Seus espíritos se aqueceram de maneira extraordinária. Eles chegaram a tal ponto que, ao me ver tentando superar sua teimosia com minhas orações, agrediram-me de perto e ameaçaram-me de morte. Enfim derrotado, e dizendo a mim mesmo que, se eu morresse, outro talvez se dispusesse a se deixar proclamar Imperador em meu lugar, desisti, na esperança de apaziguar a violência armada. (JULIANO. Carta 17b)

Autores como Heather (2020) indicaram que Juliano, portanto, seria um usurpador do governo de Constâncio II. Nossa opinião diverge dessa historiografia, porque o César pertencia à dinastia constantiniana e era um herdeiro natural do Império, visto que seu primo não possuía filhos. Juliano escreveu um panegírico cujas finalidades não eram exatamente as de um discurso elogioso, como observamos nas críticas sutis presentes ao longo desse encômio. Tanto Tougher (2012) quanto Bidez (2003) afirmaram existir um limite para a bajulação de Juliano em relação a Constâncio II. O César ainda poderia ter escrito esse texto para diferentes públicos alvos que o interpretariam de formas distintas.

Considerações finais

Especialmente com a vitória de Estrasburgo, em 357 d.C., os escritos de Juliano sofreram mudanças significativas. Ele passou a abandonar os exercícios de retórica, convencionais de sua juventude, e começou a redigir textos de caráter pessoal, religioso, ideológico e político, explicitamente perceptíveis em seus escritos enquanto imperador. É notório, no *Panegírico em honra ao imperador Constâncio II*, a importância que Juliano atribuiu à educação recebida por seu primo. Por meio dela, teria desenvolvido as virtudes que lhe permitiam ser um bom governante. Relembramos que essas virtudes eram aquelas valorizadas pelo César e que, ao enaltecê-las mais do que a temática da ancestralidade em comum que possuíam, Juliano divergia do manual de retórica epidítica de Menandro, o Retor. Logo, é plausível pensarmos o quanto o César prezava seus sentimentos e suas emoções, estabelecendo laços de amizade não apenas com seus amigos pessoais, mas, como uma conduta político-governamental, com os âmbitos administrativo e militar. Tal como Juliano apreciava seus vínculos amicais, temos aquele que sempre lutou para transmitir o valor da História Antiga em nosso país. Obrigada, Norberto Luiz Guarinello. Agradecemos a você, com admiração, estima e amizade.

Documentação escrita

AMMIEN MARCELLIN. *Livres XIV – XVI*. Trad. Edouard Galletier. Paris: Les Belles Lettres, 1968.

JULIANO. *Contra los Galileos*. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes.

- Trad. José García Blanco/Pilar Jiménez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982a. (Biblioteca Clásica Gredos, 47).
- _____. *Discursos I – V*. Trad. José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1979. (Biblioteca Clásica Gredos, 17).
- _____. *Discursos VI – XII*. Trad. José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1982b. (Biblioteca Clásica Gredos, 45).
- _____. *Letters*. Epigrams. Against the Galilaeans. Fragments. Trad. W. C. Wright. (Loeb Classical Library, 157). Cambridge: Harvard University Press, 1913a.
- _____. *Orations I – V*. Trad. W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1913b. (Loeb Classical Library, 13).
- _____. *Orations V – VIII*. Letters to Themistius. To the Senate and people of Athens. To a Priest. The Caesars. Misopogon. Trad. W. C. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1923. (Loeb Classical Library, 29).
- _____. *Discours de Julien César (I – V)*. Trad. Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, 2003a. t. 1, p. 1.
- _____. *Discours de Julien Empereur (VI – IX)*. A Thémistius. Contre Héracléios le Cynique. Sur la Mère des Dieux. Contre les Cyniques ignorants. Trad. Gabriel Rochefort. Paris: Les Belles Lettres, 2003b. t. 1, p. 1.
- _____. *Lettres et fragments*. Trad. Joseph Bidez. 5. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2004. t. 1, p. 2.
- _____. *Discours de Julien Empereur (X – XII)*. Les Césars. Sur Hélios-Roi. Le Misopogon. Trad. Christian Lacombrade. 2 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2003c. t. 2, p. 2.
- LIBANIUS. *Autobiography. Letters 1 – 50*. Trad. Albert Francis Norman. Oxford: Harvard University Press, 1992. (Loeb Classical Library, 478).
- MENANDRO EL RÉTOR. *Dos tratados de retórica epidíctica*. Introducción de Fernando Gascó. Trad. Manuel García García/Joaquín Gutiérrez Calderón. Madrid: Editorial Gredos, 1996. (Biblioteca Clásica Gredos, 225).

Referências bibliográficas

- ALLARD, Paul. L'expédition de Julien contre Constance. *Revue des questions historiques*. Paris, v. 69, p. 409-455, 1901.
- BIDEZ, Joseph. Introductions et notes. In: JULIEN. *Discours de Julien César (I – V)*. Trad. Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

- _____. Introductions et notes. In: JULIEN. *Lettres et fragments*. Trad. Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, 2004. t. 1, p. 2.
- CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.
- CASELLA, Marinela. Julien: les années parisiennes. *Antiquité Tardive*, Paris, v. 17, p. 91-107, 2009.
- FOURNET, Jean-Luc. Esquisse d'une anatomie de la lettre antique tardive d'après le papyrus. In: DELMAIRE, Roland; DESMULLIEZ, Janine; GATIER, Pierre-Louis (orgs.). *Correspondances: documents pour l'histoire de l'Antiquité Tardive*. Actes du colloque international, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 20-22 novembre 2003. Lyon, 2009, p. 23-66.
- GARCÍA BLANCO, José. Introducciones y notas. In: JULIANO. *Discursos I – V*. Trad. José García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1979. (Biblioteca Clásica Gredos, 17).
- GASCÓ, Fernando. Introducción. In: MENANDRO EL RÉTOR. *Dos tratados de retórica epidíctica*. Trad. Manuel García García/Joaquín Gutiérrez Calderón. Madrid: Editorial Gredos, 1996, p. 7-70. (Biblioteca Clásica Gredos, 225).
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.
- _____. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, São Paulo, v. 01, p. 113-127, 2010.
- HEATHER, Peter J. The Gallic Wars of Julian Caesar. In: REBENICH, Stefan; WIEMER, Hans-Ulrich (eds.). *A Companion to Julian the Apostate*. Leiden/Boston: Brill, 2020, p. 64-96. (Brill's Companions to the Byzantine World, v. 5).
- KONSTAN, David. *Friendship in the Classical World*. New York: Cambridge, 1997.
- MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*. Atlanta: Scholars, 1988.
- MARCONI, Arnaldo. *Giuliano. L'Imperatore filosofo e sacerdote che tentò la restaurazione del paganesimo*. Roma: Salerno Editrice, 2019.
- REES, Roger. *Layers of Loyalty in Latin Panegyric AD 289-307*. Oxford: University Press, 2002.
- ROCHEFORT, Gabriel. Introductions et notes. In: JULIEN. *Discours de Julien Empereur (VI – IX)*. A Thémistius. Contre Héracléios le Cynique. Sur la Mère des Dieux. Contre les Cyniques ignorants. Trad. Gabriel Rochefort. Paris: Les Belles Lettres, 2003b. t. 2, p. 1.

TOUGHER, Shaun. Reading between the lines: Julian's First Panegyric on Constantius II. In: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun (eds.). *Emperor and author: the writings of Julian the Apostate*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012, p. 19-34.

WILLIAMS, Craig A. *Reading roman friendship*. New York: Cambridge, 2012.

Notas

¹ Seguiremos, neste artigo, a classificação das missivas realizada por Bidez-Cumont.

² Letrado, interessado em ciência e poesia, publicamente assumido como helênico. Visitou o César enquanto este esteve na Gália. Desempenhou funções administrativas nessa região, quando Juliano era César, como vicário da Bretanha. Foi encarregado por Juliano, enquanto imperador, da reconstrução do templo de Jerusalém. Posteriormente, Alípio foi acusado de magia e condenado ao exílio por Valente I.

DOS EPIGRAMAS DE CATULO AOS ALTARES E ESTELAS FUNERÁRIOS: AS IMAGENS AFETIVAS DA *MORS* NA GÁLIA CISALPINA*

Luciane Munhoz de Omena**

Resumo: *As imagens mortuárias e sua natureza iconográfica são imprescindíveis para se compreender a experiência social da morte nas sociedades mediterrânicas. O cuidado com o culto aos mortos se revela em narrativas textuais, como, por exemplo, em epigramas e em vestígios materiais presentes em museus e necrópoles. A historiografia documenta a estreita relação entre os vestígios textuais e materiais associada não apenas à forma, mas, segundo se supõe, também à dimensão emocional. Nesse contexto, este artigo se debruça sobre as imagens afetivas da morte em dois epigramas de Catulo – 68 e 101 – e em altares e estelas de Mediolanum. Especificamente, este estudo analisa a expressão pública da dor e a inserção de dimensões emocionais no modo como os mortos eram lembrados nas regiões da Gália Cisalpina.*

Palavras-chave: *epigrama; morte; luto; afeto; dor.*

FROM THE EPIGRAMS OF CATULO TO THE ALTARS AND FUNERARY STELAE: THE AFFECTIVE IMAGES OF *MORS* IN CISALPINE GAUL

Abstract: *Mortuary images and their iconographic nature are essential to understand the social experience of death in Mediterranean societies. Care for the cult of the dead is revealed in textual narratives such as epigrams and material remains present in museums and necropolises. Historiography documents a close relationship between textual and material vestiges not only correlated to the form but also, as supposed, to the emotional dimension. In this context, this study aims to unrevealing and understand affective images of death in two epigrams of Catulo – 68 AND 101 – as well as in altars and stelae of Mediolanum. Specifically, this*

* Recebido em: 15/07/2020 e aceito em: 29/09/2020.

** Professora associada da Faculdade de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: lucianemunhoz34@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1039-3859>.

study sought to analyze the public expression of pain and the insertion of emotional dimensions on how the dead were remembered in regions of Cisalpine Gaul.

Key words: *epigram; death; mourning; affection; pain.*

O ano de 1997 foi significativo. Nele, conheci o professor Norberto Luiz Guarinello. Não me lembro exatamente o mês. Estávamos em um congresso na Universidade Federal de Minas Gerais. Lá, apresentaria um trabalho. No dia, encontrei alguns professores que, hoje, felizmente, ao longo desses anos, tornaram-se amigos. Estavam presentes Gilvan Ventura da Silva, Margarida Maria de Carvalho e Ana Teresa Marques Gonçalves. Guarinello acompanhava-os. O seu olhar, atento e delicado, congelou-me. Sentindo temor, tentei escapular. Entretanto, Fábio Faversani, à época meu orientador de iniciação científica, impediu-me. Após a exposição, os membros da mesa passaram a ser inquiridos. Em uma espera exaustiva, aguardava a minha vez. Foi quando o professor Guarinello me perguntou: “Apresentou-nos uma análise acerca das estratégias de afirmação social das mulheres romanas com base nas *Metamorfoses* de Lúcio Apuleio. Pois, então, referiu-se às mulheres apuleianas ou às mulheres romanas. Quem são essas mulheres? São estratégias ou negociações?”. Obviamente, não consegui responder. Continuei meus estudos e, em 2001, ao participar do congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (Sbec), em Ouro Preto, Guarinello proferiu uma conferência instigante e, diria, provocante. Nela, propunha discussões sobre as formas da História. Causou um alvoroço na plateia. O público perguntava acerca dos caminhos a serem tomados. A resposta causou desconforto, pois, segundo o conferencista, não poderia estabelecer os percursos, uma vez que seus apontamentos pretendiam sinalizar os questionamentos aos formatos acrílicos da História Antiga. É a história de uma cidade? É a história de um *imperium*? Na prática, tais reflexões se alicerçavam em nossas produções históricas, em nosso ofício de historiador, já que, em muitos trabalhos, tendemos a criar arbitrariedades ao utilizarmos formatos, como História da Grécia, História de Roma e, assim, sucessivamente. Naquele instante, veio à tona o ano de 1997. Ao me perguntar se se tratava de mulheres romanas ou apuleianas, percebi que já burilava questões acerca das formas da História Antiga.¹

Depois disso, sob sua orientação, em meu doutoramento (2003 a 2007), aprendi não somente a questionar formas; todavia, discutíamos sobre a

historicização dos conceitos. Atualmente, os meus estudos sobre a morte, o morrer e o morto no Mediterrâneo romano possuem os seus traços. Preocupada ainda com os conceitos, inclino-me para os vestígios textuais e materiais da arqueologia mortuária, centrando-me, sobretudo, em discussões sobre as *uitae* dos objetos.² Em relação a essa abordagem científica, Guarinello (2011, p. 162) afirma:

a cultura material não é uma cultura à parte, mas parte inseparável da cultura, da vida social, porque o homem só é humano na medida em que transforma a natureza, se apropria dela, na forma de objetos. O homem é, por essência, um produtor de símbolos e de linguagem, mas também é, essencialmente, um produtor de lugares e objetos, e a cultura material é o mundo dos objetos criados pelo homem, ou antes, pelas diversas sociedades humanas que se sucederam no tempo, até nós.

Logo, sinto-me honrada em compor esse merecido encômio divulgado na Revista *Phoînix*, a qual, todos sabemos, congrega número elevado de artigos acadêmicos sobre as Antiguidades Oriental, Clássica e Tardia. Não se trata de reconhecimento formal, pelo contrário, temos aqui duas referências institucionais: um professor que se dedicou ao ensino e à pesquisa e, como resultante, um número expressivo de ex-orientandos que atuam em universidades nacionais e internacionais. A própria revista transforma-se em instituição não apenas por filiar-se à Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de História, mas, sobretudo, por corroborar a divulgação das pesquisas e da formação de estudantes, pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Imbuída do sentimento de gratidão, proponho neste artigo compreender as imagens afetivas da morte em dois epigramas de Catulo (87 e 84 – 57 e 54 a.C.) – 68 e 101 – e em altares e estelas funerários de *Mediolanum*. Tomo como argumento a defesa de que há estreita relação entre os vestígios textuais e materiais correlacionada não apenas à forma, mas, segundo se supõe, também à dimensão emocional. O interesse aqui é entender a expressão pública da dor e a inserção de dimensões mais particulares e emocionais no modo como os mortos eram lembrados nas sociedades mediterrânicas da Gália Cisalpina. Para tanto, início a argumentação com uma passagem do epigrama 68 de Catulo:

*No tempo em que vesti a toga branca, quando
a vida em flor trazia primaveras,
muito me diverti com versos, nem me esquece
a deusa que ata doce e amaro amor:
mas tal empenho, em luto, a morte irmã tolheu-me
(eu, mísero), ah irmão! de mim roubado,
tu, irmão, ao morrer, partiste minha calma,
contigo nossa casa está enterrada,
contigo foi-se embora, vã, nossa alegria
que em vida teu gentil amor nutria.
Por sua morte afugentei da mente inteira.*

(CATULO. *Epigrama* 68, vv. 15-25)³

Ao percorrer a poesia de Catulo, o eu poético sugere que a morte personificada no sentimento de perda o transporta à ausência do irmão, causando-lhe consternação. A interjeição – “(eu, mísero), ah irmão!” – acentua o sentimento de dor. O eu lírico diz a Àlio, seu amigo, e aos leitores-ouvintes que a morte o tornou um mísero (CATULO. *Epigrama* 68, v. 10). Os dissabores do decesso findaram a alegria e a brandura. Como recurso literário, entre os versos 85 a 100, intensifica-se o seu pesar com representações de Troia. Pululam imagens como nefasta, miserável e terra desconhecida (CATULO. *Epigrama* 68, vv. 85-90 e 95-100), já que, nessas circunstâncias, o rapto de Helena gerou aos jovens gregos uma incursão à morte (68, 85), transformando, em termos figurativos, a terra troiana em ambiente trágico. Pode-se dizer que Catulo faz uma digressão ao obscuro, assim como à sua estranheza em relação à morte, ao sentimento de perda e à prematura defunção do seu irmão (THEODORAKOPOULOS, 2007, p. 325).

Estando em luto, não poderia se deleitar com os versos, restando, tão somente, uma existência miserável. Em tom triste, reitera: “agora longe estás, nem dentre conhecidas tumbas nem junto às cinzas de parentes” (CATULO. *Epigrama*. 68, 95). Aqui, o eu poético sinaliza uma questão importante: lamenta o sepultamento do irmão em terra distante (CATULO. *Epigrama* 68, 95). *Essa distância dificultava a realização dos rituais de sepultamento, como, por exemplo, homenageá-lo no atrium da residência, com os pés voltados para a porta da frente, com a queima de incensos* (GRAHAN, 2011, p. 29),⁴ com a iluminação de tochas, com o cortejo de homens e mulheres, os quais lamentavam a perda. E também com a *toga*

pulla ou *atra*, com cabelos desgrenhados, com lamentações, com canções fúnebres e com as imagens dos ancestrais que convertiam o morto em agente de memoração.

Tem-se, assim, a construção de uma memória afetiva, que, ao se aliar aos rituais, transmitia imagens emocionais no modo como os mortos eram lembrados. A própria pira se transformava em espaço sagrado de perpetuação. Sabe-se, pois, que o ritual de cremação representava elemento imprescindível aos processos de enterramento. Mesmo se considerado o século II d.C., em que a inumação se tornou parte integrante dos rituais, a cremação permaneceu na sociedade romana, a exemplo da necrópole de *Isola Sacra*, entre *Ostia* e *Portus*, em que se apresentam contiguamente os rituais de cremação e inumação. Ao que tudo indica, os rituais de cremação consistiam na queima do morto, dos artefatos e dos animais sacrificados – *e.g.*, cavalo, ovelha/cabra, gado, cachorro e porco eram colocados na pira inteiros ou em pedaços (WILLIAMS, 2004, p. 269-270). Sugere-se que o corpo era posicionado em supinação estendida, pois, com isso, obtinham-se melhores efeitos do calor sobre o osso cremado.

Observadas as variedades de artefatos encontrados dentro das urnas cinerárias, constata-se que os corpos eram vestidos e ornamentados com broches e acessórios de vestuário. Tais artefatos se encontram fundidos aos fragmentos de ossos cremados, e essa evidência indica que as piras de cremação tinham estruturas consideráveis, uma vez que se destinavam às conflagrações de pessoas, artefatos e animais. Tratava-se de um espetáculo visual de transformação que, segundo propõe Howard Williams (2004, p. 271), transformar-se-ia em um processo mnemônico aos enlutados. Nota-se, portanto, que a pira, o corpo, os animais e os artefatos criariam a idealização da imagem do falecido, e pode-se supor, com base em Williams (2004, p. 271), que a lembrança dos mortos ocorreria nessa exibição temporária do corpo no “efêmero monumento” – a pira e seus artefatos – e na sua transformação pública que se fundamentava em uma performance ritualizada, responsável pela alteração corporal.

É importante ressaltar que, antes da incineração do cadáver, sacrificava-se uma porca a Ceres,⁵ destinada a purificar a família (CÍCERO. *De Legibus*, 2. 57) e confinar a alma do falecido no túmulo (VIRGÍLIO. *Eneida* 03, 66-68). A imolação da porca aparece nos *Fastos* de Ovídio (43 a.C. – 17 ou 18 d.C.). Segundo o autor, o sacrifício se devia à punição de Ceres,

uma vez que o animal destruía as suas plantações de trigo, revolvendo o solo com seu focinho. Nas descrições de sacrifícios de animais, tem-se a seguinte menção:

Ceres foi a primeira a se alegrar com o sangue da porca. Punida por destruir os seus tesouros, já que viu na primavera o grão leitoso com sumos doces ser chafurdado pela hirsuta porca.

(OVÍDIO. *Fastos* I, vv. 345-350. Trad. Luciane Munhoz de Omena)⁶

Isso se torna significativo, na medida em que a narrativa mítica de Ceres (denominada de Deméter, em território grego) se associava ao culto aos mortos, pois, segundo Anja Klöckner (2006, p. 129), no “eterno ciclo do germinar e do murchar, quer seja para os frutos do campo, quer seja para os frutos do corpo, ela ainda é invocada, em muitas regiões, na esperança de uma vida melhor após a morte”. Sabe-se que a divindade da terra cultivada se aliava à maternidade, conhecida mais comumente como duas deusas: Deméter e Perséfone. No *Hino Homérico à Deméter* (I, vv. 350-355), os versos apontam para a relação entre mãe e filha e o cenário do rapto. Nele, Zeus, irmão de Hades, permite à divindade dos mortos o sequestro de Perséfone. Transformada em rainha e esposa, Perséfone, filha de Zeus e Deméter, é retirada do Olimpo. Após uma busca desenfreada, a mãe é noticiada acerca do rapto. Deméter, dominada pelo sentimento de dor, abandona o Olimpo, já que “sustém terrível cólera e nem com os deuses se mistura, mas longe, no interior do seu perfumado templo, permanece, habitando a rochosa cidadela de Elêusis”.⁷

Nesse exílio, até que lhe devolvessem a filha, Deméter impede o crescimento dos vegetais. Zeus, então, solicita o retorno de Perséfone. Mas, às escondidas, Hades a faz ingerir sementes de romã, tornando, desse modo, impossível o seu regresso (*Deméter*. I. 370). Nessa situação, o agregadunvens propõe um acordo: Perséfone ficaria uma parte do ano com a mãe e a outra com o esposo (*Deméter*. I 460-465). Assim, Perséfone passa a potencializar os dois espaços: o céu e o submundo. Torna-se uma deusa infernal.

Nesse sentido, em alusão à divindade latina Proserpina – assimilada à deusa Perséfone, sobretudo, por seu caráter infernal –, registra-se que, em 249 a.C., o seu culto passou a ser associado a *Dis Pater*.⁸ Como resultante, Ceres e Proserpina, designadas *Ceres inferna* (PORCATO, 2017, p. 34 a 37), simbolizavam, segundo aqui se sugere, as dimensões afetivas no *post-mortem*. Proserpina garantiria a benevolência dos *Manes* e abrandaria o

temor dos homens aos *Inferi*. Ceres aproximar-se-ia da natureza humana, pois, em termos alusivos, o rapto igualar-se-ia à morte. É a única dentre os imortais a experimentar a aflição do decesso; por conseguinte, poderia propiciar aos mortos o conforto. Como propõe Guedes (2009, p. 13), “além de uma analogia direta com a terra e com os frutos, a lenda trata de sentimentos profundamente humanos, profundamente mortais, como a perda, a morte, a saudade, o sofrimento, o amor e o reencontro com um ente querido”.

O mito estabelece uma relação íntima entre mãe e filha (Cf. PORCATO, 2017, p. 35 e 37.) que se respalda no sentimento de luto. Ao ser privada de Proserpina, “durante nove dias e nove noites, sem comer, sem beber, sem tomar banho, sem se arranjar vagueou pelo mundo com um archote aceso em cada mão” (GRIMAL, 1993, p. 115). Em função disso, Ceres passou os nove dias consecutivos não somente buscando a filha, mas, sobretudo, em estágio de luto, pois, segundo aqui se propõe, o archote aceso, o descuido pessoal e a abdicação das funções divinas indicam a sua condição *funesta*. Como sugere Maurizio Bettini (2010, p. 29), a relação entre o ritual religioso e as reescritas míticas aparece no

(...) conjunto de manifestações sociais em que o carácter religioso ou o ritual parece ser menos marcadamente presente, mas que, ainda sim, em seus conteúdos ou em suas “ações” se configuram como reescritas práticas daquilo que uma determinada narrativa mítica sugere à imaginação social.

O mito se vincula às práticas sociais, já que, em se tratando dos rituais mortuários, o distanciamento da divindade simbolizava o luto familiar, à medida que se vetava a participação pública dos familiares durante os nove dias. Ao liberar a *familia funesta*, os homens, por exemplo, poderiam retomar suas atividades cotidianas, tais como oferecer sacrifícios aos deuses, comparecer ao tribunal e, em se tratando do eu poético catuliano, dedicar-se à poesia, entre outras funções. Decorridos, então, a inumação e o banquete, o túmulo se tornava *res religiosa* (CÍCERO. *De Legibus*, 2. 57). É importante ressaltar que após sacrifícios e libações aos *Manes*, finalizava-se o luto masculino, dando continuidade ao prantear feminino que poderia durar até um ano, se o pranteado fosse o marido (APULEIO. *Metamorfoses* 8, vv. 9-10).

A partir disso, compreende-se que a expressão da dor e a inserção de dimensões mais particulares e emocionais no modo como o eu lírico catu-

liano lembra o decesso do irmão levam à compreensão do ritual funerário, analisado acima como uma liturgia aglutinadora. Quanto a isso, interessam ao presente estudo, particularmente, as relações familiares. No epigrama de Catulo, o eu poético lamenta:

*Por muitos povos e por muitos mares vindo,
Chego, irmão, a teu túmulo infeliz
Para última dar-te dádiva de morte
E só falar à muda cinza em vão
Pois Fortuna tolheu-me de tudo que foste,
Ah! Triste irmão tão cedo a mim roubado.*
(CATULO. *Epigrama* 101, v. 5)

Tem-se, assim, a reiteração do eu poético na homenagem ao irmão: visitá-lo em sua *domus aeterna*. Aqui, ao se recorrer aos vestígios materiais, notam-se correspondências, por exemplo, com os túmulos *scholae* que se localizam em Pompeia. Trata-se de tumbas com a presença de bancos. Como indica Virginia L. Campbell (2015, p. 49), tais monumentos sugerem que os transeuntes eram incentivados a permanecer no local. As estruturas indicam um espaço de socialização. Diferentemente de uma cadeira, o banco revela compartilhamento. O epigrama 101, em relação à estrutura de assento, permite supor a presença e a deambulação de pessoas nas necrópoles romanas. O próprio poeta visitou o “túmulo do irmão, morto e sepultado na Tróade” (OLIVA NETO, 1996, p. 16).

Portanto, o enterramento em terra alheia, para este estudo, torna-se central nos versos de Catulo. É provável que a distância ou/e outras motivações – como, por exemplo, o exílio – dificultassem, substancialmente, que os familiares celebrassem seus mortos em suas sepulturas. À vista disso, o comovente cenário de perda, presente nos poemas 68 e 101, cumpririam, em termos simbólicos, a função social do epitáfio. O eu poético celebra o irmão em seu círculo literário. Os poemas se tornaram *monimenta mortuorum*. Como propõe Oliva Neto (1996, p. 33),

O epigrama, forma breve, nascida talvez das inscrições tumulares, teve em Calímaco e demais helenísticos cultores diligentes e transformou-se em gênero literário autônomo. Seus epigramas guardam aquele traço característico de dar voz à lápide e a objetos votivos, que, em vez de trazer a fala de um narrador alheio, eles

mesmos falam o texto ali presente, recurso potencializado pelo cunho literário que possuem.

Nessa potencialização, as imagens da morte e da dor evidenciam a relação afetiva entre o eu poético e o irmão falecido. Catulo afugenta-se em Verona, distanciando-se das atividades em Roma, já que o luto teria tomado os seus dons (CATULO. *Epigrama* 68, v. 30). Embora os epigramas 68 e 101 não mencionem o substantivo feminino saudade, derivado do latim *solitas*, *substantivo feminino da terceira declinação, percebe-se que as remiscências se atrelam à falta do outro. Cria-se, então, a relação entre afeto, ausência e dor; pois, como se propõe aqui, os versos catulianos comunicam aos leitores ouvintes o sentimento de perda que se transformou em aflição. Redimensionar morte e solidão parece plausível, pois, se tomadas as palavras de Leandro Karnal (2018, p. 181),*

a solidão é experiência simbólica por excelência, ela traz consigo não a separação para com os outros, mas a distância e o estranhamento com relação a si mesmo. Solidão não é apenas introspecção ou introversão, mas dissolução da própria solidez do ser.

Como argumento, a morte e o sentimento de *solitas* produzem o estranhamento e a dissolução do eu poético, uma vez que se tem a eliminação de suas próprias redes relacionais. Por esse motivo, os rituais de memoração e luto se tornavam indispensáveis para a reintegração do enlutado e a reinserção do morto em seu novo papel. Nesse sentido, se entendida a saudade como lembrança afetuosa e nostálgica, a perda, em grande medida, provoca sentimentos de aflição e rememoração. Logo, saudade e *solitas* simbolizavam a dor da separação, da solidão, da afeição, entre outros significados. Nisso se enquadra a poesia catuliana: a ausência do outro que se articula à órbita afetiva. Em termos emocionais, o falecimento do irmão implica rompimento, portanto, transforma-se em *dolor*. Se utilizada a compreensão platônica, *dolor* é associada à desarmonia. De acordo com suas palavras: “Eu digo que, tendo se desatado a harmonia em nós, seres vivos, ocorre a dissolução da natureza e, simultaneamente, no mesmo momento surgem as dores (PLATÃO. *Filebo*, 6.1, 31d.)⁹

Tal percepção permite apontar que a morte provoca o sentimento de dor, causando, com isso, um desalinho em relação ao grupo social. Entretanto, a dor produz imagens de intimidade e afetividade presentes nos distintos

vestígios documentais – sejam os versos catulianos, sejam as narrativas míticas, sejam os epitáfios, sejam os relevos e, assim, consecutivamente.

É interessante notar que tais emoções – dor, afeto, perda, tristeza, entre outras – são construções elaboradas socialmente. Compreendê-las, então, “como são experimentadas, expressas e interpretadas” (ROSENWEIN, 2011, p. 18), é inseri-las, sobretudo, em um tempo e espaço, sendo, portanto, elaborações históricas. Basta uma referência à discussão inicial: os cortejos fúnebres demandavam ações performáticas, como cantos e atos de arranhar o rosto e puxar os cabelos. Chorar, pois, nesse espaço, indicaria uma etapa ritualística do culto aos mortos e as reminiscências do morto na comunidade. Aqui, o lamento se alinhava à perpetuação de uma memória pública, em que se reconheciam as qualidades do morto (POLÍBIO. *Histórias*, VI, 53-54).

Logo, pesquisar as emoções no espaço mortuário mediterrânico é considerá-las, em especial, instrumentos de sociabilidade. Sustentam e reforçam sistemas culturais, indicando, desse modo, distintas etapas dos rituais da morte. Assim, a poesia catuliana acentua a relação familiar, particularmente, o afeto ligado ao irmão. Seguindo o itinerário do luto, seus versos se associam às emoções de *affectus*, *dolor* e *triste*. A transmissão delas se transforma em uma produção social de memória. O lamento – *affectus* e *dolor* – compõe o ritual mortuário, que, expresso em versos, restabelece a *concordia* entre o eu poético enlutado e o irmão morto. É evidente que os mortos não podem voltar à vida; entretanto, receberam novos espaços sociais nas estruturas de memória, como, por exemplo, epigramas de Catulo, edifícios, piras e epitáfios. Esses fornecem indicativos acerca das práticas sociais da morte, sobretudo as dimensões da perda e do luto, que, aliados às imagens mais ternas, guardam traços mais particulares e emocionais sobre a lembrança de seus mortos.

Em tais espaços de memória, a escrita epigráfica e o seu suporte, estelas e altares funerários, agregados às imagens de medusas, golfinhos (OMENA & CARVALHO, 2018, p. 6), máscaras, divindades (e.g., Dioniso, Vênus, Priapo, Cupido, *Ceres inferna*, entre outros) e retratos, permitiam a perenização dos mortos, dos familiares e da própria comunidade. Nesses versos, leitores ou estudiosos podem apreciar temáticas diversificadas, desde fórmulas até imagens afetivas. Nota-se, portanto, fórmulas que expressavam uma linguagem jurídica, como, por exemplo: “*Hoc monumentum non se-*

quitur heredibus” – “Esta sepultura não se transmite aos herdeiros” – “*H(oc) m(onumentum) h(eredem) e(xterum)\n(on) s(equitur)*” – ou “Esta sepultura não se transmite a herdeiro externo”. Em ambas se encontra a referência direta à ocupação do edifício funerário, à medida que indicava a inexistência de herdeiros. Nessas situações, esperava-se que o nome da família – *numen familiae* – fosse lembrado, sobretudo em casos de adoção, na filiação do adotado ao nome da família.

Uma outra alternativa provável à celebração seria incorporar os libertos à família. As mulheres, por exemplo, aparecem em muitos epitáfios associadas aos seus patronos, sob a condição de esposas e clientes. Em um fragmento de pedra funerária, datada do século I d.C., o esposo-patrono dedica à mulher esta inscrição:

Ingenuae Erotarin(i) libert(ae) et uxori optim(ae) Q(uintus) Ingenu(u)s Maximinus scriba public(us) pontifex(es) et curatore aerari(i) (Transcrição de SARTORI, 1994, p. 36)

À Ingênuia Erotarina, liberta e ótima mulher. (Dedica) Quinto Ingênuo Maximino, escriba público, pontífice e curator das finanças.

(Trad. Luciane Munhoz de Omena)

Nas figuras seguintes, veem-se o fragmento funerário, o desenho e seus dados técnicos:

Figura 1

Fragmento de pedra Funerária, Museu Arqueológico de Milão.



Datação: século I d.C. **Localização:** encontrada na Igreja de Santo Estefano, Milão, século XVII. **Medida:** 58 cm de comprimento, 130 cm de largura e 7 cm de espessura. **Material e Formato:** mármore de Musso em formato retangular. **Escrita Capitalis:** considerada elegante e presente em monumentos honoríficos, assim como se encontra geralmente em inscrições funerárias. **N. Inv.:** A 0.9. 11027. **Crédito da imagem:** Luciane Munhoz de Omena, 2018.

Figura 2



Desenho da Pedra (SARTORI, 1994, p. 36).

A inscrição condensa informações acerca da atuação pública de Quinto Ingênuo Maximino, com o destaque das suas atividades públicas de secretário, administrador financeiro e do seu título de *pontifex*, responsável pela assistência aos magistrados nos cultos tradicionais. De modo geral, a homenagem às magistraturas aparece nos epitáfios nas regiões mediterrânicas. Nesse caso, não há uma inscrição atípica, nem mesmo a posição de esposa-liberta de Ingênuo Erotarina. O epíteto de ótima esposa indica, aí, o *status* social de liberta e a idealização da união conjugal, já que se agrega legitimidade moral à união. O próprio significado do nome Ingênuo indica honestidade, recatamento, modéstia e *pudicitia* (Cf. ERNOUT e MEILLET, 2001, p. 270 e 271).

Sabe-se que *pudicitia* é uma adjetivação de caráter essencial para se garantir a honra feminina, em especial o comportamento sexual da matrona. Conforme o modelo augustano, esperava-se que as mulheres se abstivessem de qualquer conduta sexual fora do matrimônio. As meninas deveriam se manter castas até o seu himeneu, enquanto as matronas teriam apenas seus esposos como parceiros sexuais. De tal forma, seria imprescindível manter a honra e propalar a *pudicitia*; por conseguinte, a leitura do epitáfio sugere a relação espacial entre público e doméstico: a carreira gloriosa do esposo se reflete em sua *domus*. Como ressalta Matthew J. Perry (2018, p. 128),

a reafirmação do vínculo da esposa liberta do patrono, mesmo na morte, torna-se, de fato, um testemunho extraordinário de sua importância na vida de ambos. Tais inscrições sugerem igualmente que os romanos acentuavam o relacionamento entre patrono e liberta com o objetivo de explicitar e legitimar a relação matri-

monial. Para muitas libertas não se tratava de esconder a origem servil, todavia, utilizar suas experiências servis, integrando-as à comunidade de cidadãs.

Ainda que o epitáfio a Ingênuia Erotarina não explicitamente a relação afetiva, o esposo manifesta a sua admiração. É uma ótima mulher. A inscrição revela a legitimação da união marital e os sentimentos mais particulares do esposo. É interessante ressaltar que, em outros epitáfios, as expressões de afeto são mais explícitas. No epitáfio de Públio Vétio Galo, cidade de *Mediolanum*, a ênfase recai, tal como em Quinto Ingênuo Maximino, em sua atuação pública, pois, de acordo com a inscrição, ele se orgulha de se encarregar do culto imperial e ocupa a posição de pontífice. No entanto, interessa destacar a maneira como suas três libertas foram referenciadas na inscrição, conforme citação *in extenso*:

P(ublius) Vettius Gallus, Vlvir iun(ior), Pontif(ex) sibi et Amandae Amabili Blandae Libert(is). T(estamento) p(oni) i(ussit).

(Transcrição de SARTORI, 1994, p. 42)

Públio Vétio Galo, sevirio jovem, pontífice, para si e para Amanda, Amável e Branda, suas libertas. Ordenou que se erigisse em testamento (o monumento).

(Trad. Luciane Munhoz de Omena)

Em posição subsequente, observa-se a estela de Públio Vétio Galo:

Figura 3



Estela Funerária de Públio Vétio Galo, Museu Arqueológico de Milão.

Datação: século I d.C. **Localização:** encontrada no Largo Augusto, Milão, século XVI. **N. Inv.:** 0.9.11033. **Crédito da imagem:** Luciane Munhoz de Omena, 2018.

No que se refere aos nomes – Amanda, Amável e Branda –, eles indicam, nesse jogo linguístico entre texto e imagem, obediência, amabilidade e brandura, que se transformam em condutas virtuosas. Lembradas por seus nomes afetuosos, sobressaem-se, em especial, o caráter, a personalidade e a proximidade entre patrono e libertas. Considerando a espacialidade pública das necrópoles, a estela com 58 cm de comprimento, 130 cm de largura e 7 cm de espessura, confeccionada em mármore de Musso, comunica aos transeuntes uma mensagem singela sobre a possibilidade de um convívio mais terno em sua *domus*. É interessante destacar que pertence a uma família proeminente, aliás, bem documentada na epigrafia milanesa, que escolheu material de alto custo, não apenas para projetar suas magistraturas, mas também homenagear três mulheres de origem servil. Aqui, ressalta-se a proximidade afetuosas.¹⁰

Em relação às libertas Ingênua Erotarina, Amanda, Amável e Branda, verifica-se a mudança de *status* jurídico, o que, por si só, era uma conquista significativa, que demarcava suas mobilidades sociais. Elas se tornaram cidadãs inscritas em monumentos funerários, recordadas e homenageadas como membros familiares, logo, membros da comunidade. A homenagem se torna especial: são lembradas com seus nomes afetuosos, os quais representam, em termos figurativos, a personalidade e o caráter delas; destaca-se o *topos* afetivo. Criam-se, então, imagens emocionais que se tornam modelos sociais. Transformam-se em comunidades emocionais, pois, como afirma Bárbara Rosenwein (2011, p. 07), “os grupos sociais, cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão”, elaboram formas de socialização no espaço sagrado das necrópoles. Por conseguinte, a experiência social da morte se torna, na prática, uma ação representativa, e, como produto social, o afeto e a dor, aqui discutidos, convertem-se em laços pessoais e sociais. Mediante essa arquitetura complexa, a dimensão afetiva compõe imagens sobre o morto, as relações familiares e o grupo social. Tal como se verifica na coluna funerária de mármore – *cippus* – dedicada a Ursilla Amanda. Em forma de altar, medindo 32 cm de comprimento, 50 cm de largura e 43 cm de espessura, apresenta na parte superior uma grande pinha, símbolo da vida. Em suas laterais se encontram festões vegetais, representando ataduras ritualísticas. Segundo Sartori (1994, p. 88), os furos, abaixo da coroa de pinha, continham ganchos de metais nos quais eram penduradas oferendas florais à época das cerimônias comemorativas aos mortos. Como podemos verificar nas **Figs. 4, 5** e seus dados técnicos:

Figura 4



Cippus Funerário dedicado a Ursilla Amanda, Museu Arqueológico de Milão.

Datação: século II d.C. **Localização:** encontrada na Via Bigli, Milão, século XVI. **N. Inv.:** A.0.9.6765 **Crédito da imagem:** Luciane Munhoz de Omena, 2018.

Figura 5



Desenho do *Cippus* Funerário (SARTORI, 1994, p. 88).

A inscrição condensa uma imagem afetiva entre irmãs. Lê-se o seguinte elogio:

Amanda Have. D(is) M(anibus). Et memor(iae) Ursiliae C(ai) f(iliae) Amandae Ursiliae Chaerusa sorori pientíssima.

(Transcrição de SARTORI, 1994, p. 88)

Adeus Amanda. Aos deuses Manes e à memória de Ursilla Amanda, filha de Caio. Ursilla Querusa, (dedica) à irmã pientíssima.

Datada aproximadamente do século II d.C., a inscrição tem uma saudação afetuosa, indicada pela expressão “Adeus Amanda”, o que dá um sentido mais pessoal à memória (Consultar: OMENA e GONÇALVES, 2018, p. 345). A irmã Ursilla Querusa,¹¹ cujo significado é o adjetivo feliz, dedica o altar à irmã Ursilla Amanda. Adjetivadas como felizes, amáveis e piedosas, transformam-se em imagens a serem perpetuadas. Simbolizam a harmonia familiar, respaldada na relação afetuosa entre irmãs. Aqui, a produção social de memória, aliada aos rituais mortuários, indica, pelo menos nesta abordagem, com base nos versos fúnebres e catulianos, a ausência de conflitos. Partindo, então, dessas perspectivas, as relações entre esposos e suas mulheres, patronos e libertas, irmãos e irmãs compõem as dimensões emocionais, ou seja, suas relações amorosas e íntimas transmitem e imortalizam os laços de afeição em âmbito público e sagrado.

Considerações finais

Neste artigo foram enfatizados os aspectos emocionais dos enlutados, pois, como se supõe, a morte e seus sistemas simbólicos, produzidos socialmente, vinculam-se às comunidades emocionais. A dimensão emocional torna-se fulcral. Em quase todos os trechos aqui mencionados, *dolor* e *affectus* aparecem em versos simples ou elegíacos, transformando o morrer em lembranças mais pessoais, em reminiscências mais íntimas. Parece plausível deduzir que, em se tratando dos versos catulianos, o afeto e a dor se referem à ausência do irmão. É um apelo que se destina – ao menos nesta argumentação – a sensibilizar amigo e leitores ouvintes em relação à comovente afeição entre irmãos. Caso comparados aos versos fúnebres, mesmo com seus distintos públicos, identificar-se-á uma profunda ligação: espera-se a realização da *pietas* familiar. Ela indica uma obrigação sagrada, uma demonstração de afetividade e, considerando a ironia da vida, torna-se um lembrete sobre a própria finitude humana. É o que se espera. Finalizo, portanto, a discussão, retomando meus laços afetivos: agradeço a Norberto Luiz Guarinello e aos meus amigos, aqui mencionados, que tanto contribuíram e ainda contribuem para a formação acadêmica e pessoal.

Documentação escrita

APULÉE. *Les Métamorphoses*. Trad. P. Vallette. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

CATULO. *O livro de Catulo*. Trad. João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Edusp, 1996.

CICERO, M. T. *On the Republic and On the Laws*. Trad. David Fott. Ithaca and London: Cornell University Press, 2014.

HINO HOMÉRICO À DEMETER. In: MASSI, M. L. G. *Deméter: a repulsão medida*. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HOMERO. *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003. v. I.

OVÍDIO. *Fasti*. Trad. Sir James G. Frazer. London: Harvard University Press, 1960.

PLATÃO. *Filebo*. Trad. Fernando Muniz. Rio de Janeiro: Loyola, 2012.

_____. *Górgias*. Trad. Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2016.

POLÍBIO. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996.

PLÍNIO, EL JOVEN. *Cartas*. Trad. Julian Gonzalez Fernandez. Madrid: Gredos, 2005.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Brasília: Ed. UnB, 1983.

SENECA, L. A. *Apocolocyntosis*. Trad. W. H. D. Rouse. London: The Loeb Classical Library, 1925.

_____. *De Beneficiis*. Trad. François Prêchac. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Catálogo

KLÖCKNER, A. Hera e Deméter: as deusas mãe. In: GRASSINGER, Dagmar et al. *Deuses gregos: coleção do museu de Pergamon de Berlim*. São Paulo: Faap, 2006, p. 129-137.

Documento epigráfico

REDEALLE, D. *I veterani delle milizie urbane in Italia e nelle province di lingua latina*. Indagine storico-epigrafica. Rome: Università' degli Studi di Trieste, 2013-2014 (XXVII Ciclo del dottorato di ricerca in Scienze Umanistiche - indirizzo antichistico).

SARTORI, A. *Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche di Milano*. Milano, 1994.

Dicionários

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Kincksieck, 2001.

GLARE, P. G. W. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

GRIMAL, P. *Dicionário da Mitologia*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SARAIVA, F. R. S. *Novissimo dicionario Latino-Portuguez*. Etimologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc. Rio de Janeiro: B. L. Garner, 1967.

Referências bibliográficas

APPADURAI, A. Introdução: las mercancías y la política del valor. In: _____. (org.). *La vida social de las cosas*. Perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, 1991.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação*. Formas e transformações de memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BETTINI, M. As reescritas do mito. In: CAVALLO, G.; FIDELI, P.; GIARDINA, A. (orgs.). *O espaço literário da Roma Antiga*. A produção do texto. Trad. Daniel Peluci Carrara e Fernanda Messeder Moura. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 19-39.

CAMPBELL, V. L. *The tombs of Pompeii*. Organization, space, and society. New York: Routledge, 2015.

ECKARDT, H.; WILLIAMS, H. Objects without a past? The use of Roman objects in early Anglo-Saxon graves. In: WILLIAMS, H. (org.). *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka/PP, 2003, p. 141-170.

FINNEY, M. T. Afterlife in Antiquity: post-mortem existence in its Greco-Roman context. In: _____. *Resurrection, Hell and the afterlife*. Body and soul in Antiquity, Judaism and Early Christianity. New York and London: Routledge, 2016, p. 6-24.

GUARINELLO, N. L. Arqueologia e cultura material: um pequeno ensaio. In: BRUNO, M. C. O. et al. *Arqueologia do Mediterrâneo*. Estudos em homenagem a Haiganuch Sarian. Campo Grande: Life Editora, 2011, p. 161-168.

- _____. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- GRAHAN, E.-J. Memory and materiality: re-embodiment of the Roman funeral. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (orgs.). *Memory and mourning*. Studies on Roman death. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 21-39.
- GUEDES, C. M. *O ciclo de Eleusis: imagem e transformação social em Atenas no século IV a.C.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- KARNAL, L. *O dilema do porco espinho: como encarar a solidão*. São Paulo: Planeta, 2018.
- OMENA, L. M. Do cadáver aos rituais de sepultamento em *Isola Sacra*: dimensões simbólicas da morte (séculos II e III d.C.). In: CORSI, S.; ANTIQUEIRA, M.; ESTEVES, A. M. *O Império Romano no século III*. Crises, transformações e mutações. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 43-66.
- _____. As tessituras da morte: reflexões sobre a necrópole de *Isola Sacra*. In: SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M.; LIMA NETO, B. M. (orgs.). *Usos do espaço no mundo Antigo*. Vitória: GM, 2018, p. 190-218.
- _____; CARVALHO, M. M. Family, memory and death in the tomb inscriptions of mediolanum (I-II AD). *Heródoto*, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 355-373, mar. 2018.
- NETO, João Ângelo Oliva. Trad., introd. e notas. In: CATULO. *O livro de Catulo*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-64.
- PERRY, M. J. *Gender, manumission, and the Roman freedwoman*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- PORCARTO, M. *Thanatos*. La visione della morte nel mondo greco. Rome: Dielle Editore, 2017.
- ROSENWEIN, B. H. *História das emoções*. Problemas e métodos. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- THEODORAKOPOULOS, E. Poem 68: love and death, and the gifts of Venus and the Muses. In: SKINNER, M. B. (org.). *A Companion to Catullus*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 314-332.
- WILLIAMS, H. Death warmed up. The agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites. *Journal of Material Culture*, London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 9 n. 3, p. 263-291, 2004.

¹ Essa discussão foi publicada na revista *Politeia*, no ano de 2003, com o seguinte título: *Uma morfologia da História: as formas da História Antiga*. Tais reflexões foram discutidas e ampliadas igualmente em conferência em St. John's College da University of Oxford, como indica o próprio autor.

² Em relação ao debate acerca dos objetos, temos a abordagem produzida por Hella Eckardt e Howard Williams (2003), que, fundamentados em Appadurai (1991, por exemplo), estabelecem que os objetos devem ser compreendidos com base no contexto social. É imprescindível entendê-los levando-se em consideração o significado da cultura material, da identidade e do tempo. Posto isso, Appadurai, Eckardt e Williams sugerem que a interpretação dos objetos se alicerça em um espaço-tempo; argumentam, com isso, que compreendê-los é supor, sobretudo, a existência das *uitae* dos artefatos materiais. Por exemplo, moedas romanas reutilizadas em túmulos e sepulturas anglo-saxões nos séculos V e VII d.C., encontradas, normalmente, como pingentes em corpos femininos e em crianças. Sabe-se que a moeda romana exercia funções sociais ligadas às transações monetárias, à propaganda imperial e às celebrações política e religiosa. Na condição de sucata, em período romano, tais objetos destinavam-se a reciclagem. E no momento em que se tornaram objetos reutilizados, como, por exemplo, os pingentes tumulares, passaram a incorporar novos significados sociais que podem expressar, segundo Eckardt e Williams (2003, p. 151), funções apotropaicas. Nesse sentido, os objetos, assim como as moedas, se alterados em seu espaço temporal, ganham novos símbolos sociais. Temos, portanto, por meio dos objetos, a mediação entre o passado ressignificado e o presente, produzindo, desse modo, uma associação cultural, religiosa e ideológica entre ambos.

³ Para as traduções dos excertos de Catulo, utilizou-se a do professor João Ângelo Oliva Neto (bilíngue).

⁴ Na referida pesquisa, Graham (2011, p. 27-30) propõe reflexões sobre a relevância do cadáver, os estágios de putrefação e os componentes, como incensos. De acordo com seus resultados, a deterioração corporal e as atividades de luto evocariam memórias emocionais, uma vez que seria criada não somente uma memória corporal, mas também um contexto de experiência e conhecimento vinculados ao espaço funerário. Pode-se supor, citando caso análogo, que um passante, ao sentir odores de incensos, mel, perfumes e a tocha, soubesse, mesmo sem conhecer os domiciliados, que, naquele momento, a família encontrava-se em luto – *familia funesta*. Atualmente, o cheiro característico de velas remete às igrejas católicas e aos cemitérios. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, em outra oportunidade,

Omena (2021) propôs analisar os sepultamentos em *Isola Sacra*, com destaque à materialidade do cadáver.

⁵ Nesse sentido, parece pertinente inferir que a deusa Ceres, que se vinculava ao espaço mortuário, considerando, assim, o sacrifício do porco, aparece também representada em estátuas na frente dos edifícios funerários. Segundo Glenys Davies (2013, p. 185), os estilos de estátuas fundamentadas nas imagens de Ceres apareciam com poses mais abertas e, até, mais sensualizadas. Pretendia-se sugerir a sexualidade e a fertilidade, mencionadas, sobretudo, em ornamentos como o milho e a papoula, atributos da divindade.

⁶ Embora a porca fosse considerada ignava, a sua carne, rica em calorias, era utilizada em banquetes comemorativos da terra farta; suas vísceras tinham um valor preventivo (OVÍDIO. *Fastos* VI, vv. 175-180) e constituíam a base alimentar do banquete fúnebre (CÍCERO. *De Legibus*, 2. 57; VIRGÍLIO. *Eneida* III, vv. 66-68). Entretanto, deve-se ressaltar que possuímos escassas informações acerca dos alimentos ingeridos durante a *cena feralis*, como composição, variedades de espécies, cortes e o tratamento dos alimentos. A pesquisa de Lepetz (2017, p. 226-227) revela uma infinidade de processos, como, por exemplo, sacrifícios, ofertas, refeições, visitas ao falecido, depósitos de roupas, provisões, pães e perfumes (PLÍNIO. *Cartas*, 4, 2; VIRGÍLIO. *Eneida* VI, vv. 224-225) vinculados, em especial, aos distintos estágios dos cultos aos mortos, já que os artefatos arqueológicos mostram diferentes origens, resultantes desses rituais. Sabe-se, pois, que a *cena feralis* ocorria nas proximidades do túmulo, tal como se observa em *Isola Sacra*. Nela, alguns edifícios apresentam afrescos com representações de banquetes fúnebres, mosaicos e a presença de forno, destinado à preparação de iguarias (OMENA, 2018, p. 195 e 209).

⁷ Para os excertos do *Hino homérico à Deméter* foi utilizada a tradução bilingue da professora Maria Lúcia Gili Massi

⁸ Tratava-se da localização dos *Inferi*, que estaria posicionado entre a *Via Tecta* e o rio Tibre, início da *Via Flaminia* (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis*, XIII, 1). Na mesma obra, Sêneca se refere a Mercúrio, que se encarrega de conduzir a alma de Cláudio aos *Inferi*. Na passagem, lê-se: “Imediatamente, Mercúrio pegou-o pelo pescoço e arrastou-o dos céus até aos Ínferos, lá ‘de onde – dizem – ninguém nunca voltou’” (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis*, XI, 6. Trad. Luciane Munhoz de Omena).

Ao referir-se aos *Inferi*, o filósofo destaca, em tom sarcástico, que de lá “ninguém nunca voltou”. É uma leitura retirada de Homero. Por exemplo, após a morte de Héctor, Aquiles fala a Príamo: “Sofre-os, paciente, e deixa de lamúrias; por teu filho agoniar-te, não fará com que ele ressuscite, mas outro mal pode advir-te, antes” (HOMERO. *Iliada* XXIV, v. 550 – Trad. Haroldo de Campos. Meu itálico). Tal

como propõe Mark Finney (2016, p. 7-8), os gregos às vezes podem ter empregado o conceito de mortos ressuscitados, porém, quando aparecia, representava apenas um absurdo retórico, já que os mortos estavam fadados a permanecer no Hades. Após a morte, houve um lugar de paz e bênção, como os Campos Elísios; todavia, estavam restritos aos indivíduos, como o rei grego Menelau, que residia nos Campos Elísios (HOMERO. *Odisseia* IV, v. 565).

É interessante ressaltar que o filósofo readapta, em certo sentido, uma leitura platônica vinculada ao corpo e à alma. Segundo Platão, “Pois bem, como eu dizia, quando aquele Radamanto se apodera de um homem desse tipo, não sabe nada a respeito dele, nem quem ele é, nem a sua progênie, mas apenas que ele é vicioso. Quando observa isso, ele o envia para o Tártaro com um signo indicando se ele parece ser curável ou incurável, e este, por sua vez, chegando ali, sofre o que lhe cabe. Às vezes, quando ele vê uma alma que vivera piamente e conforme a verdade, a alma de um homem comum ou de qualquer outro homem, mas sobretudo – é o que afirmo, Cálicles – a de um filósofo, que fez o que lhe era apropriado e não se intrometeu em outros afazeres durante a vida; então, o envia para a Ilha dos Venturosos” (PLATÃO. *Górgias*, 526b-d). Na mesma obra, Platão afirma igualmente que a alma mantém as cicatrizes de sua existência, pois, segundo ele: “observou que nada em sua alma era saudável, mas ela foi açotada e estava plena de cicatrizes pelos perjuros e injustiças, cujas marcas foram impressas na alma por cada uma de suas ações” (PLATÃO. *Górgias*, 524-25). Readaptando a perspectiva platônica, Sêneca indica que o *manes* – alma – de Cláudio se encontrava com os mesmos defeitos físicos, já que arrastava o pé direito e uma voz rouca tornava a sua fala ininteligível. Hércules, que não o reconheceu, “pensou que o décimo terceiro trabalho tivesse chegado” (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis*, V, 3). O fim do personagem é lamentável. Assim como em vida, Cláudio é condenado a brincar com dados em um copo sem fundo (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis*, XIV, 5). Sêneca utiliza, retoricamente, a relação entre corpo e alma platônica para produzir críticas contundentes aos comportamentos políticos de imperadores e magistrados civis e militares.

⁹ Para o excerto de Platão, foi utilizada a tradução de Fernando Muniz.

¹⁰ Ao se recorrer às narrativas textuais, podem-se observar imagens semelhantes. Sêneca, por exemplo, pressupõe a existência de benefício entre senhores e escravos, pois, de acordo com sua perspectiva, “ao afirmar que o escravo não é, sob qualquer circunstância, benfeitor do seu senhor, ignoram-se os direitos de homem. O que importa, de fato, são os sentimentos do benfeitor, não a sua posição social” (SÊNECA. *De Beneficiis*, III, XVIII, 2) - trad. Luciane Munhoz de Omena).

A natureza humana que se fundamentasse na prática da *uirtus*, poderia garantir, sobretudo, a proximidade entre os indivíduos, fossem escravos, senhores, libertos,

homens livres, reis ou exilados (SÊNECA. *De Beneficiis*, III, XVIII, 2). Logo, relações que se baseassem nos benefícios transformar-se-iam em espaços sociais harmônicos, e assim se alcançaria a manutenção da ordem pública e doméstica. Homens beneficiar-se-iam uns com os outros, extrapolariam suas posições sociais e funções. Sêneca utiliza uma situação cotidiana para explicitar a relevância do benefício: em um banquete, o senador Rufos, alterado pelo vinho, expressa, em público, insatisfação com o *Princeps*. Este empreenderia uma viagem e, em tom de ironia, deseja que não a realizasse em segurança. Ao amanhecer, o escravo o alerta. Consciente do perigo, uma vez que poderia ser acusado de lesa-majestade, Rufos, dirigindo-se ao palácio, solicita o perdão do *Princeps* que, segundo o filósofo, exerce sua clemência e o absolve (SÊNECA. *De Beneficiis*, III, XXVII, 1-4). Nessa narrativa, o escravo beneficia o senador, já que excede o seu posto. Na percepção senequiana, a ação positiva do escravo desencadeou, pelo menos, dois benefícios: Rufos não foi condenado e o escravo, conforme sua ação virtuosa, ganhou o respeito e a benevolência do conviva, pois poderia transmitir ao seu senhor confiança e credibilidade.

Há, portanto, duas abordagens que se relacionam: ambas propõem a relação harmoniosa entre escravos, libertos e patronos. Tanto Públio Vértio Galo quanto Lúcio Aneu Sêneca sugerem uma apologia à relação mais pessoal com seus escravos e libertos. Ao incorporarem os domésticos em seus espaços sagrados, nesse caso, a necrópole, patronos poderiam projetar suas *dignitates* na comunidade e, se não garantir, pelo menos, negociar a manutenção de seus *numina* (OMENA, 2018).

¹¹ “*Chaerusa è cognome attestato per liberte o figlie di liberti: CIL V 7013; AE 2001, 328; CIL VI 25319. Stessa cosa per Aucta: AE 1980, 152b; AE 1982, 281; AE 1988, 144; AE 2001, 757; 758; 964; CIL V 134; 5926 (Redealle, 2013-2014, p. 92). REDEALLE, Davide. I veterani delle milizie urbane in Italia e nelle province di lingua latina. Indagine storico-epigrafica. Rome: Università’ degli Studi di Trieste, 2013-2014 (XXVII Ciclo del dottorato di ricerca in Scienze Umanistiche - indirizzo antichistico).*”

**ALEXANDRE EM QUINTO CÚRCIO E
O PRINCIPADO ROMANO:
UM ESTUDO DE ALLELOPOIESIS***

Fábio Faversani^{**}

Fábio Duarte Joly^{***}

Resumo: *Quinto Cúrcio escreveu História de Alexandre Magno da Macedônia, possivelmente no século I d.C. O propósito do artigo é estudar principalmente a relação entre a construção da imagem de Alexandre e o contexto particular de produção da obra, o Principado romano, com suas tensões entre aristocratas e imperadores. Para tanto, desenvolvemos a noção de allelopoiesis, que enfatiza uma construção mútua entre passado e presente.*

Palavras-chave: *Quinto Cúrcio; Alexandre; Principado; allelopoiesis.*

**ALEXANDER IN QUINTUS CURTIUS AND
THE ROMAN PRINCIPATE:
A STUDY ON ALLELOPOIESIS**

Abstract: *Quintus Curtius wrote History of Alexander the Great of Macedonia, possibly in the 1st century AD. The purpose of the article is to study mainly the relationship between the construction of Alexander's image and the particular context of production of the work, the Roman Principate with its tensions between aristocrats and emperors. Therefore, we build*

* Recebido em: 15/07/2020 e aceito em: 26/09/2020.

** Professor titular de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Fez Pós-doutorado na Universidade de Oxford e na Universidade de St. Andrews. Trabalho realizado no âmbito do projeto "Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)" (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). E-mail: faversani@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3464-1020>.

*** Professor associado de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Fez Pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Trabalho realizado no âmbito do projeto "Liberdade, Escravidão e Cidadania de Augusto a Nero", com o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade 2, processo 302301/2018-6). E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>.

up the notion of allelopoiesis, emphasising a mutual construction between past and present.

Key words: *Quintus Curtius; Alexander; Principate; allelopoiesis.*

“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.”

Ditado Iorubá

Introdução

Não se sabe quando a *História de Alexandre Magno* foi escrita. Talvez no final do governo de Calígula ou no início do governo de Cláudio ou, ainda mais tarde, sob Vespasiano. A data de produção da obra, incerta, teria se dado em torno dos meados do século I d.C. A nosso ver, o mais provável é que a obra seja do tempo de Cláudio.¹

História de Alexandre Magno era composta originalmente por dez livros. Mas perderam-se justamente os dois iniciais, nos quais os propósitos do autor e a contextualização da obra deveriam ter sido apresentados de forma clara. Além de não termos esse início da obra, faltam-nos também o final do livro V, o início do livro VI e uma parte central do livro X. Assim, jamais saberemos ao certo por que Quinto Cúrcio decidiu escrever uma história de Alexandre Magno e a quem dirigiu a obra. Tampouco temos informações seguras sobre o próprio Cúrcio, como se, porventura, teria exercido atividades políticas ou militares (BAYNHAM, 2009, p. 293).

Essa obra tem o título de uma história, mas se afasta tanto do gênero analítico (relativo à forma da história em Anais, em que a narrativa se organiza em uma divisão pelos anos, como a célebre obra de Tácito com esse título), quanto das histórias mundiais, como a de Diodoro, ou de guerras, como a de Tucídides. Não se trata também de uma biografia. Quanto ao interesse do autor, igualmente nada se pode dizer de seguro. Pode-se opinar que se trata de uma crítica à orientalização e ao luxo, uma reação de um literato escrevendo sob Cláudio e tendo Calígula como alvo (uma vez que, como nos ensina Suetônio, por exemplo, Calígula pretendeu se aproximar de Alexandre) (SUETÔNIO. *Gaius*, 52), ou de alguém do tempo de Vespasiano, atacando Nero. Ou seja, é uma obra que serviria para saudar uma nova era. Mas consiste também em um elogio ao Império e a uma centralização maior do poder no contexto do Principado romano, de modo

que a romanização da história de Alexandre, para retomar uma expressão de Werner Rutz (1986, p. 2355), é fator importante para a compreensão das ideias políticas presentes no texto de Cúrcio.

O objetivo deste artigo é apontar algumas reflexões nesse sentido, amparando-nos na noção de *allelopoiesis*, que enfatiza uma construção mútua entre passado e presente, assim permitindo aprofundar um ponto já bem notado pela crítica moderna: o de que não há uma representação estável e internamente consistente de Alexandre nas fontes antigas.²

Quinto Cúrcio e o Principado

Como naturalmente sai do escopo do presente artigo um tratamento abrangente da imagem de Alexandre na Antiguidade e do lugar da obra de Quinto Cúrcio nessa extensa tradição literária,³ nosso olhar recairá naqueles processos narrativos conduzidos por Cúrcio que fazem de Alexandre muito mais um homem do século I d.C., um contemporâneo do nosso autor, do que de sua própria época, no século IV a.C. Mais do que uma apropriação do século IV a.C. pelo século I d.C., mais complexo do que aquilo que se diz ser usualmente um uso do passado,⁴ um procedimento analítico que pode se mostrar mais profícuo é aquele conceituado como *allelopoiesis* nos trabalhos realizados por um Sonderforschungsbereich financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft, sob o título SFB 644 “Transformationen der Antike”, com sede principal na Humboldt-Universität zu Berlin e atuante entre os anos de 2005 e 2016.⁵ O foco desse projeto e dos estudos a ele associados era “o papel constitutivo da Antiguidade no desenvolvimento do sistema científico e na autoconstrução cultural das sociedades europeias”⁶ modernas. Nossa perspectiva de estudo se afasta do uso dado à *allelopoiesis* por esse grupo, que tomamos como base inicial, como esperamos deixar claro ao longo do desenvolvimento deste texto.

Uma definição desse procedimento, no seio das discussões sobre os processos de formação, transmissão e recepção que transformam as tradições literárias, é fornecida por estudiosos do tema, para quem:

[a] estreita conexão entre modificação e construção é uma característica essencial dos processos de transformação, que podem ocorrer tanto diacrônica quanto sincronicamente. Tais processos, portanto, levam a algo “novo” em dois sentidos, ou seja, a novas

configurações mutuamente dependentes, tanto na cultura de referência quanto naquela de recepção. Essa relação de interdependência, de reciprocidade, será denotada [...] pelo termo allelopoiesis, um neologismo formado a partir das raízes gregas allelon (mútuo, recíproco) e poiesis (criação, geração). (BERGEMANN et alii, 2019, p. 9)⁷

Por essa ótica, ao falar do passado, Quinto Cúrcio de alguma maneira fala de seu próprio tempo e, inversamente, ao pensar sobre seu tempo, projeta problemas e perguntas que emolduram, redefinem o que teria sido o passado, no caso, o tempo de Alexandre. Nesse ponto, aproximamo-nos da formulação inicial do conceito de *allelopoiesis*. Não podemos dizer se este era o objetivo central da obra, mas Quinto Cúrcio deixa claro que vê paralelos fortes entre o momento que estuda em sua obra, o século IV a.C., e o momento em que escreve, possivelmente o século I d.C. Marilena Vizentin já apontara essa possibilidade de leitura de Quinto Cúrcio, ao pensar paralelos dessa obra com o tratado *Sobre a Clemência*, de Sêneca, no sentido de que o relato curciano permitiria uma análise “da própria governabilidade do império romano, pois Alexandre se apresenta, na obra de Cúrcio, como tópica de discussão não do rei macedônio que era, e sim, do príncipe romano ideal que se desejava forjar” (VIZENTIN, 2009, p. 162).

Uma passagem chave para pensar as conexões entre o presente romano e o passado macedônico é aquela em que Quinto Cúrcio (10.9.1-3; 6) tece um elogio à condição imperial:

Mas tudo já levava o povo macedônico à guerra civil, pois muitos queriam o poder régio, que é indivisível. Então, começou um violento choque de forças, que depois se dispersaram e, ao se ter o corpo do Estado desconjuntado com mais cabeças do que podia suportar, os demais membros começaram a fraquejar e o império, que pode se manter em pé sob o mando de apenas um, veio abaixo ao serem vários os que queriam sustentá-lo. Por isto, com todo direito e merecimento o povo romano reconhece que deve sua salvação a seu príncipe, o qual, como um novo astro, iluminou a noite que parecia que seria a última. [...] Se os deuses não se opõem, o reino atual prosseguirá a descendência desta mesma casa, se não para sempre ao menos durante muito tempo.

O elogio à centralização do poder condensado na fórmula “insociabile est regnum” encontra ecos em vários autores, como Lucano e Estácio, mas destacamos seu uso por Tácito quando, ao descrever o assassinato de Britânico por Nero, justifica o fratricídio por “antiquas fratrum discordias et insociabile regnum aestimantes” (*Ann.* 13.17.1-2). O eco do rei-solar também pode ser encontrado em muitas partes, mas destacaríamos o uso dessa imagem por Sêneca para descrever Nero como sucessor de Cláudio no *Sobre a clemência* (8.4).⁸ Assim, Quinto Cúrcio usa Alexandre, de algum modo, para reforçar uma constatação que se construiu ao longo de reinado após reinado no principado Júlio-Cláudio: o poder centralizado era desejável não por si mesmo, mas porque as alternativas a ele eram a guerra civil e a dissolução do Império.

Na passagem que citamos anteriormente, Quinto Cúrcio afirma que o governo não poderia ter muitas cabeças, pois sucumbiria sob o peso da poliarquia, apresentada como uma deformidade. Nesse passo, evidencia a qualidade do Principado não por seus méritos, mas pelo desastre que seria escapar a ele. Nessa perspectiva, o foco do elogio de Quinto Cúrcio não está na chefia militar que pode instituir o Império, mas em um governo civil, que deve mantê-lo. A ideia do rei-solar, tanto para Quinto Cúrcio quanto para Sêneca, não está ligada a um rei que institui a paz pela força das armas, como um Alexandre, um Júlio César ou um Augusto, mas por evitar que elas cheguem a ser usadas. Isso aponta para um problema importante na obra de Quinto Cúrcio na medida em que ele indica que o maior fracasso de Alexandre foi a sua incapacidade de constituir uma casa que lhe sucedesse. E, ao falar de Alexandre, está tratando muito diretamente sobre o que se passava no Principado. O problema que nosso autor parece investigar é, mais do que como se constituiu um Império, como este pode ser duradouro. Em outras palavras, importa-lhe talvez não tanto as conquistas de Alexandre, mas a sua perda.

O aspecto da casa governante aparece de forma bem clara no problema da sucessão de Estratão, rei de Sídon. A cidade se submeteu a Alexandre por vontade de seus cidadãos e não por desejo de seu rei, que era fiel ao rei persa e que daria combate a Alexandre se tivesse apoio para isso. Sabedor disso, Alexandre ordena que seu general Heféstion substitua o rei. O general tinha por hóspedes dois jovens importantes na cidade e pergunta a eles qual gostaria de ser rei. Eles explicam ao comandante de Alexandre que, segundo o costume local, só poderia ser rei quem fosse membro da família real. Hefés-

tion elogia os jovens por recusarem o trono que outros buscavam conquistar pela força e pela espada e diz: “Parabéns para vocês que foram logo se dando conta que é mais importante recusar o trono do que aceitá-lo” (4.1.18).

Esse é um problema típico do Principado, na verdade. A falta de moderação de certos aristocratas que pretendiam o poder imperial sempre levava a conspirações, e essas conspirações invariavelmente levavam a muitas mortes, quer aquelas promovidas pelo poder estabelecido para se manter quando a conspiração fracassava, quer aquelas para retirar do poder o governante e alguns dos que lhe eram próximos quando eram bem-sucedidas. Aqui, temos claramente exposto o tema da moderação, que é um problema do Principado projetado no passado que se estuda.

Outro fator muito importante na narrativa de Quinto Cúrcio é a transformação de Alexandre. O rei vai se modificando pouco a pouco e, no geral, para pior. Esse ponto, uma vez mais, nos traz um Alexandre do Principado. À época em que o autor elaborou o texto, já havia se passado por um governo de Tibério, que a princípio foi bem, mas depois caiu nas mãos de Sejano e se assistiu ao príncipe deixar Roma e se retirar para Capri em 27, com a aristocracia sofrendo com sucessivas ondas de perseguição no interior da própria aristocracia. Primeiro, com Sejano, procurando ascender, e, depois, com Tibério, perseguindo os que apoiaram Sejano. O assassinato de Tibério traz a ascensão de Calígula, jovem promissor que busca instituir uma nova era. Mas rapidamente Calígula sofre enorme desgaste com a aristocracia, o que vai gerar uma perseguição sangrenta que acaba com o seu próprio assassinato. Um novo momento de restauração vem com Cláudio – e cremos que este que é saudado por Quinto Cúrcio na passagem que citamos anteriormente, ou seja, que ele seria o astro que acaba com a escuridão. Mas se a obra não é da época de Cláudio, e sim de Vespasiano, nosso autor teria sido testemunha das mudanças no governo de Cláudio até a crise da separação de Messalina e, depois, a longa crise com Agripina e a construção da ascensão de Nero, mais um governo de restauração tendo um jovem à frente e que se transformará até acabar no desastre da guerra civil. Assim, claramente, a transformação de um bom governante em mau governante é tema central para a aristocracia Júlio-Cláudia. Afinal, esse fenômeno não se tratava mais de uma eventualidade, e sim de uma constante.⁹

Essa transformação nunca se faz por completo e Quinto Cúrcio sinaliza isso de forma muito interessante, através da imagem do uso de dois anéis

por Alexandre. Diz ele: “As cartas que enviava à Europa as selava com a gema de seu anel habitual; as que enviava à Ásia, com o anel de Dario, deixando bem claro que um só espírito não pode seguir dois destinos” (6.6.6). Não há como resistir à imagem de que os imperadores Júlio-Cláudios assumiram o governo com o anel de Alexandre, e acabaram morrendo invariavelmente com o anel de Dario em seus dedos.

Quinto Cúrcio e a aristocracia

Mas o aspecto dinâmico que nos parece mais importante nessa transformação de Alexandre, e, igualmente, em um sólido paralelo construído por Quinto Cúrcio entre o tempo estudado e o tempo vivido, é o papel da adulação promovida pelos que cercam o rei, para que ele se transforme em algo pior do que inicialmente. Esse fenômeno é apresentado por Quinto Cúrcio de forma marcante no livro IV, quando Alexandre chega ao Egito e o sacerdote o toma por filho de Júpiter. Uma aristocracia sólida, na visão que nos apresenta Quinto Cúrcio, não permitiria que essa transformação ganhasse corpo. Mas como o autor apresenta a aristocracia que cercava Alexandre? Vejamos: “Os macedônios, acostumados a um regime monárquico, mas sob uma sombra de liberdade maior do que os demais povos viraram as costas para quem aspirava à imortalidade com mais obstinação do que convinha aos seus próprios interesses e do próprio rei” (4.7.31-32). Da mesma forma, Tácito, nos *Anais* (1.11), retrata Tibério exortando os senadores a não submeterem todas as coisas a um único indivíduo, no caso o imperador, pois o ideal seria um compartilhamento das responsabilidades do Estado. O historiador indica, assim, que o comportamento oposto prevalecia, com os aristocratas, no fundo, colaborando ativamente para a centralização do poder, a fim de que pudessem ter seus interesses pessoais atendidos. A liberdade não existe sob Alexandre, como já não existia sob o Principado. O que havia eram sombras de liberdade maiores ou menores. Quanto menor a sombra da liberdade, mais próximos os comportamentos do servilismo, da adulação e, portanto, da própria ruína de um poder soberano verdadeiro. Regime monárquico sob uma sombra de liberdade poderia ser uma descrição acabada do Principado, como sabemos.¹⁰

Uma boa elite e um bom rei geram interação positiva, e o contrário também vale: um mau rei, sustentado por uma aristocracia sem valor, tende a fazer esse rei cada vez pior, com essa aristocracia cada vez mais perdida. Exemplar disso é o tratamento que recebe Filotas, da parte de Alexandre, por

não se adequar ao governo de um filho de deus. A fórmula usada por Filotas para saudar a notícia dada por Alexandre é eloquente. Diz ele que felicitava Alexandre por ter sido acolhido na lista dos deuses, mas que se compadecia das pessoas que seriam submetidas a uma pessoa que sobrepassava a condição humana (6.9.18). Dizer a verdade pode desagradar o rei. Desagradar o rei pode levar à morte. Esse temor da morte faz com que os reinos decaiam. No relato de Quinto Cúrcio, esse momento crítico se apresenta após o assassinato de Clito por Alexandre. Ele diz: “O que mais o comovia era o fato de ver atônitos a todos seus amigos. Doravante, ninguém ousaria manter uma conversa com ele. Teria que viver em solidão, como fera selvagem: aterroizando os outros, os outros temendo” (8.2.7). Tem-se aqui uma provável alusão à conduta de Calígula, que depois será retomada nas representações de Domiciano como tirano recluso e cruel.¹¹ Mais uma vez, Quinto Cúrcio, ao investigar Alexandre, mostra a natureza do Principado, mas, inversamente, só se mostra atento a certos aspectos de Alexandre porque vivia sob o Principado. Nesse processo de *allelopoiesis*, transformava simultaneamente a forma como via o Principado e o período de Alexandre.

Isso nos leva a perceber que Quinto Cúrcio se concentrava no diagnóstico de que a sucessão de reis que se transformam em maus governantes, ainda que comecem como portadores da restauração da paz, não se pode atribuir a seus defeitos apenas. O que explica a transformação de reis tão distintos como Tibério, Calígula, Cláudio e Nero em péssimos governantes é a existência de uma má elite, dada à adulação e muito pronta a viver sob uma sombra cada vez mais estreita de liberdade. A tensão vivida pela elite macedônica ao longo do processo de transformação de Alexandre é uma característica muito interessante da obra de Quinto Cúrcio. Ele valoriza e elogia a resistência, parece admirar que ela se dê, em geral, de forma silenciosa, quase constrangida. Uma forma usada para transformar os aristocratas é dar-lhes presentes, favores. Assim, diz: “penso que o valor da escravidão não encontra agradecimento nos espíritos livres” (6.6.11). O problema é que predomina não a liberdade, mas a sombra da liberdade. Nessa penumbra, o que mais se vê são aristocratas buscando o salário da escravidão, avidamente. Mas há um limite para a escravidão. A liberdade não é possível, mas, por outro lado, a escravidão mais estrita leva à revolta dos aristocratas. Isso se apresenta bem na justificativa de Hermolau para o fato de ter conspirado: “planejamos te assassinar porque já não nos governa como a livres, mas nos domina como se fôssemos escravos” (8.7.1).

Nossa avaliação é que essa crítica à aristocracia e aos maus governantes é muito destacada nas fontes do Principado. A presença de maus aristocratas na narrativa do colapso dos diferentes Principados é muito forte. Porém, tem sido ignorada por sucessivas elites modernas, que têm preferido ver as aristocracias do passado como pobres vítimas de tiranias, quando, na verdade, produziram e se beneficiaram dos maus governos. Os tiranos não governaram sozinhos. Aqueles que com eles governaram foram astuciosos para descomprometer-se com os erros, jogar toda a culpa no tirano e numa ou noutra vítima das disputas aristocráticas, e embarcar no governo seguinte, repetindo o ciclo. Estudar esse fenômeno dos maus aristocratas com o mesmo empenho que foram analisados os maus imperadores ao longo das últimas gerações nos levará a aprender muito sobre o funcionamento do Principado.

Conclusão

Concluindo, cremos ser possível afirmar que Quinto Cúrcio, ao pensar sobre o período de Alexandre a partir do Principado, pôde ver de uma forma diferente tanto a época do grande rei macedônico quanto o seu próprio tempo. Por *allelopoiesis*, o seu presente transformou o passado, permitindo-lhe lançar novas questões sobre o tempo antecedente, mas também transformando o seu presente, ao vê-lo como referência nesse passado. *Allelopoiesis* se apresenta, assim, como uma alternativa para se pensar o passado como um legado e, ao mesmo tempo, para se tomar esse passado como matéria de uso pelo presente, que o modifica. Passado e presente se constroem mutuamente. Quinto Cúrcio, ao estudar Alexandre, alterou a forma como esse passado poderia ser visto, ao mesmo tempo que modificava o modo como via seu presente. O mesmo segue ocorrendo até hoje.¹² Cada vez que pensamos ou tratamos do Império de Alexandre, nós o modificamos. Mudamos não só a forma como o vemos, mas também como achamos que os outros deveriam tê-lo visto e, assim, modificamos o que ele é para nós (desejando que isso mude o que ele é para os outros, ou que, pelo menos, transforme o modo como as pessoas se propõem a vê-lo).¹³ Assim, pela *allelopoiesis* – que cremos agir inclusive hoje, como historiadores –, não modificamos ou deixamos simplesmente de dar importância às fontes, nem a esta ou àquela tradição interpretativa. Quando alçamos certos aspectos das fontes e das tradições interpretativas à condição de maior ou menor importância, transformamos a forma de ver e, assim, já não enxergamos o mesmo que víamos no início do estudo.

Nesse sentido, é importante ressaltar a contribuição fundamental que recebemos de Norberto Guarinello em relação a esse problema, ao destacar que a relação entre passado e presente não se dá de forma direta, mas através da mobilização de tradições interpretativas e “formas”,¹⁴ sem as quais essa construção recíproca não pode ser operada ou compreendida por um público erudito ao qual se dedica primariamente. Nesse ponto, afastamos-nos da abordagem proposta pelo grupo de pesquisa alemão que mencionamos ao introduzir o conceito de *allelopoiesis*. O foco desses colegas é perceber a construção mútua entre quadros culturais amplos, qualificados como “culturas iniciais” e “culturas alvo posteriores”.¹⁵ Em nosso caso, damos mais ênfase aos conflitos existentes no interior de cada uma das muitas culturas envolvidas nessa construção recíproca e não as colocamos em relação direta, pois são mediadas por uma tradição que é decisiva. Essa tradição não é unilinear nem unívoca, mas sim um repertório a partir do qual os autores e seus ouvintes operam seleções, acréscimos e supressões, ou, para usar a terminologia dos romanos antigos, *inuentio* e *dispositio*. Desse modo, levamos em conta os recursos retóricos operados na construção de nossas fontes e avaliamos ser fundamental o desenvolvimento das noções de retrato, exemplaridade, tradição, repertório, a par do conceito de *allelopoiesis*, valorizando não apenas os pontos iniciais e finais dessa construção, mas também a tradição que os liga e as disputas que os envolvem.

Retomando o caso de nosso estudo, podemos concluir que o Alexandre de Quinto Cúrcio não é simplesmente o Alexandre do século IV a.C. nem o Alexandre do século I d.C., mas uma contribuição para que toda a tradição de leitura de Alexandre que chega até o autor, passando por contextos diversos como aqueles das Guerras Púnicas e das Guerras Civis, e retornando até o século IV a.C., dê sentido tanto ao século I d.C. quanto ao IV a.C. Por esse processo de *allelopoiesis*, Quinto Cúrcio dá novos sentido e interpretação a ambos os séculos e a toda a tradição que ele e seus ouvintes possam mobilizar entre um ponto e outro. E caso alguém passe a dar atenção a isso, não mais estará enxergando a mesma coisa que antes, e sim, por *allelopoiesis*, criando algo novo que não modifica as fontes ou as tradições interpretativas, mas as torna mais ricas e mais complexas aos nossos olhos e aos de nossos interlocutores.

Ou seja, o que fez Quinto Cúrcio, e o que me parece que nós, os historiadores, fazemos hoje, é isto: *allelopoiesis*.¹⁶ Não somos dominados por um passado que nos impõe destinos inescapáveis e nem controlamos nosso passado para reinventá-lo como bem quisermos. Construímos esse passado que nos constrói.

Documentação escrita

QUINTE-CURCE. *Histoires*. Trad. H. Bardon. Paris: Les Belles Lettres, 1961. 2 vols.

SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Trad. Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

TACITE. *Annales*. Trad. Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, 1953. 3 vols.

Referências bibliográficas

ATKINSON, J. E.; YARDLEY, J. C. *Curtius Rufus*. Histories of Alexander the Great, Book 10. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.

BAYNHAM, E. Barbarians I: Quintus Curtius' and other Roman historians' reception of Alexander. In: FELDHERR, A. (ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 288-300.

BERGEMANN, L.; DÖNIKE, M.; SCHIRRMEISTER, A.; TOEPFER, G.; WALTER, M.; WEITBRECHT, J. Transformation: A Concept for the Study of Cultural Change. In: BAKER, P.; HELMRATH, J.; KALLENDORF, C. (eds.). *Beyond Reception: Renaissance humanism and the transformation of Classical Antiquity*. Berlin/New York: De Gruyter, 2019, p. 9-26.

BIAZOTTO, T. do A. Quintus Curtius Dubius: debates historiográficos em torno da *História de Alexandre*. *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v. 9, n. 1, p. 122-139, jan./abr. 2018.

BRIDGES, V. *Medieval narratives of Alexander the Great*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2018.

CAMPOS, R. C. *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

DAHMEN, K. *The legend of Alexander the Great on Greek and Roman coins*. London/New York: Routledge, 2007.

DIAS, M. Q. *Imperador ou tirano: comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

FAVERSANI, F. Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o presidente da República do Brasil e o imperador

romano como *allelopoiesis*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Rio de Janeiro/Ouro Preto/Porto Alegre, v. 13, n. 33, p. 375-395, 2020.

FEARS, J. R. The solar monarchy of Nero and the imperial panegyric of Q. Curtius Rufus. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, v. 25, n. 4, p. 494-496, 1976.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HAUSTEINER, E. M.; HUHNHOLZ, S.; WALTER, M. Imperial interpretations: The *imperium romanum* as a category of political reflexion. *Mediterraneo Antico*, Napoli, v. 12, fasc. 1-2, p. 11-15, 2010.

JOLY, F. D. *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, F. D.; FAVERSANI, F. Os Júlio-Cláudios. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (eds.). *História de Roma Antiga: Império e romanidade hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 79-96. v. II.

MARTINS, P. *Imagem e poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

MILLAR, F. “Senatorial” provinces: An institutionalized ghost. In: MILLAR, F. (ed.). *Rome, the Greek world, and the East: The Roman Republic and the Augustan Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002, p. 314-320. v. 1.

OSGOOD, J. *Claudius Caesar. Image and Power in the Early Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ROWE, G. Reconsidering the *auctoritas* of Augustus. *Journal of Roman Studies*, Cambridge, v. 103, p. 1-15, nov. 2013.

RUTZ, W. Zur Erzählkunst des Q. Curtius Rufus. In: *ANRW*, Teil II, Band 32.4. Berlin: De Gruyter, 1986, p. 2329-57.

SILVA, G. J. da; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, Salvador, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.

SPENCER, D. *The Roman Alexander: reading a cultural myth*. Exeter: University of Exeter Press, 2002.

VIZENTIN, M. Espelhos contrapostos: Alexandre e o modelo de imperador romano. *Métis (UCS)*, Caxias do Sul, v. 8, p. 157-66, 2009.

WINTERLING, A. *Calígula: a biography*. Berkeley: University of California Press, 2011.

Notas

¹ Sobre essa questão da datação, e os problemas envolvidos, ver Atkinson (2009, p. 2-9), que pende para o tempo de Cláudio. Para um amplo balanço sobre os temas relativos à autoria, datação e fortuna crítica, cf. Biazotto (2018).

² A esse respeito, ver, em especial, Spencer (2002).

³ Uma apresentação inicial do tema da imagem de Alexandre na Antiguidade é Bridges (2018, p. 23-64). A questão se complexifica ainda mais se formos considerar a igualmente rica tradição numismática da imagem de Alexandre (DAHMEN, 2007).

⁴ Sobre a perspectiva da recepção e usos do passado na historiografia brasileira sobre a Antiguidade, consultar Silva, Funari e Garraffoni (2020).

⁵ Para mais informações sobre esse grupo, ver <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> (Site da Universidade principal do projeto) e <https://gepris.dfg.de/gepris/projekt/5486176?context=projekt&task=showDetail&id=5486176&> (Site da DFG). Acesso em ambos: 08 dez. 2020. Infelizmente, o site do projeto não está mais ativo.

⁶ Cf. <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> - Acesso em: 08 dez. 2020.

⁷ Ver também Hausteiner, Huhnholz e Walter (2010, p. 15).

⁸ Trata-se de um *topos* frequente nos panegíricos imperiais, de modo que não se pode argumentar, a partir da passagem de Cúrcio, uma provável alusão a Nero, como lembra Fears (1976).

⁹ Sobre Tibério e o papel de Sejano, Campos (2019). Para Calígula, consultar Winterling (2011), e sobre Cláudio, Osgood (2011). Para uma visão sintética da evolução desses governos durante a dinastia Júlio-Cláudia, ver Joly e Favarsani (2020).

¹⁰ Sobre a associação entre adulação e servilismo no tocante à relação entre imperador e aristocratas, ver Joly (2004).

¹¹ Sobre o retrato negativo de Domiciano, conjugando reclusão e perversidade, ver Dias (2019, p. 208-218).

¹² Para um exemplo de estudo utilizando o conceito de *allelopoiesis* e refletindo sobre a mobilização de uma tradição que chega até os dias atuais, ver Faversani (2020).

¹³ Um exemplo interessante disso é o artigo de Greg Rowe (2013) sobre a *auctoritas* de Augusto a partir de uma releitura de Dião Cássio. Se forem considerados os argumentos ali contidos como válidos, a interpretação hoje dominante – que é bem expressa por Paulo Martins (2011) e Rafael da Costa Campos (2019), ambos com argumentos bem construídos e erudita fundamentação na documentação –, no sentido de que a *auctoritas* acaba expressando uma verdadeira doutrina do Principado, precisará ser reavaliada. Isso poderá resultar em uma revisão mais completa e profunda na forma como vemos o Principado, pois teremos uma inflexão na *allelopoiesis*. Mas pode ocorrer que não. Ou bem a inflexão é rejeitada ou bem é simplesmente ignorada, como no caso notório da proposição de Fergus Millar (2002) de que deveríamos tratar as tais “províncias senatoriais” como “províncias públicas”. Trata-se de um caso curioso: não há quem discorde de Millar, mas não há quem adote também sua proposição. Por comodidade, a fórmula que todos sabem menos adequada segue sendo usada, por ser tradicional e cômoda. Trata-se de acomodação muito mais comum do que, em geral, gostam de admitir alguns historiadores, como bem expressa o uso conspícuo de aspas por eles, como, aliás, geralmente ocorre quando se usa o termo “romanização”.

¹⁴ Além de Guarinello (2003), os capítulos introdutórios do livro *História Antiga* são centrais para essa reflexão que apresentamos aqui (GUARINELLO, 2013).

¹⁵ Nos termos dos propositores iniciais do conceito de *allelopoiesis*: “die Ausgangskulturen wie die jeweiligen späteren Zielkulturen”. Cf. <https://www.geschichte.hu-berlin.de/en/forschung-und-projekte-en-old/foundmed/dokumente/forschung-und-projekte/sfb-644> - Acesso em: 08 dez. 2020.

¹⁶ E, nesse ponto, não será demais destacar que a comunidade acadêmica brasileira ainda se mostra muito tímida nesse sentido. Para a nossa área de estudos clássicos, por exemplo, é sinal eloquente disso o seguimento (com certo retardo, diga-se) das tendências produzidas alhures. Um exemplo claro nos dias atuais é a adesão muito genérica e pouca crítica aos cânones do pós-colonialismo, como foi, tempos atrás, a aceitação de pressupostos foucaultianos, e assim por diante.

OS USOS DO MEDO COMO FATOR ADMINISTRATIVO NA *VILLA ROMANA*: AS RELAÇÕES ENTRE SENHORES E ESCRAVOS NOS TRATADOS AGRÍCOLAS DE CATÃO, VARRÃO E COLUMELLA*

Deivid Valério Gaia**

Fabiana Martins Nascimento***

Resumo: *Importante unidade de produção na sociedade romana entre os séculos II a.C. e II d.C., a uilla constituía um tipo de propriedade agrícola pertencente aos ricos de Roma, com produção destinada aos mercados locais e de longa distância que conjugava a utilização de mão de obra escrava e livre. Dado o ritmo intenso de trabalho, somado ao processo de escravização de grande número de indivíduos, tensões se formavam na dinâmica das relações entre senhores e escravos nesse tipo de propriedade. Os tratados de Catão (160 a.C.), Varrão (37 a.C.) e Columella (35 d.C.) apresentam, de modo direto e indireto, algumas dessas tensões presentes na uilla e as possíveis respostas para contorná-las, sendo uma delas o uso do medo, em dois sentidos distintos: o medo que o escravo sentia do senhor e o que o senhor sentia do escravo – o primeiro, como ferramenta para controlar os escravos, e o segundo, como regulador das ações dos senhores. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar esses diferentes usos do medo nas relações escravistas na administração da uilla a partir dos autores supracitados.*

Palavras-chave: *Villa; escravidão; medo; Itália romana; agrônomos latinos.*

* Recebido em: 27/03/2021 e aprovado em: 15/05/2021.

** Professor adjunto de História Antiga do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de História Antiga (Lhia) da UFRJ. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir – USP/Ufop). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7818-3503>. E-mail: dvguia@hotmail.com.

*** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ e pesquisadora do Laboratório de História Antiga da UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9253-9799>. E-mail: fabianamnm@gmail.com.

THE USES OF FEAR AS AN ADMINISTRATIVE FACTOR IN THE ROMAN *VILLA*: RELATIONS BETWEEN MASTERS AND SLAVES IN THE AGRICULTURAL TREATISES OF CATO, VARRO AND COLUMELLA

Abstract: *Important unit of production in Roman society between the 2ND century BC and AD 2ND, the uilla constituted an agricultural property owned by rich from Rome that direct its production towards local as well as distant markets and conjugated the use of slaves and freeborn laborers. Because of the intense work pace and the process of enslavement of a large number of individuals, tensions formed in the relationship dynamic between masters and slaves in this type of property. The treatises written by Cato (160 BC), Varro (37 BC), and Columella (35 AD) present, in both a direct and indirect ways, some of the tensions in the uilla and possible means of solving them. One of these possibilities was the use of fear in two different senses: the fear felt by the slave and the fear felt by the master – the first one as a mechanism to control slaves and the second as a regulator of the master's actions. In this sense, this paper aims to analyze the different uses of fear in the administration of the uilla mobilizing the aforementioned authors.*

Key words: *Villa; slavery; fear; roman Italy; latin agronomists.*

Introdução

A terra, desde o início da República considerada um dos bens mais importantes na sociedade romana, tornou-se ainda mais cobiçada depois da vitória dos romanos sobre os cartagineses na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). Na corrida pelas honrarias, lucro e poder, os ricos se dedicaram a investir largamente em propriedades agrícolas na Península Itálica, de modo a aumentar o patrimônio e reafirmar seu poder face às mudanças intensas do período. A *uilla*, edifício principal de uma propriedade rural, que servia, até fins do século III a.C., como refúgio da elite no campo, adquire novas funções e se torna um tipo de unidade produtiva voltada aos mercados locais, à cidade de Roma e a mercados de longa distância.¹ A mão de obra nesse tipo de propriedade era organizada a partir da escravidão, empregada de modo fixo, e do trabalho assalariado, em caráter sazonal e excepcional. Como defende Norberto Guarinello, “embora o pequeno camponês e o trabalhador livre não tivessem desaparecido, a região central da península tornara-se uma terra escravista” (GUARINELLO, 2014, p. 131). Assim, as tensões e contradições próprias da instituição escravista se acentuavam na *uilla*, uma vez que os escravos estavam submetidos a uma rígida jornada de trabalho que visava a boa produtividade da propriedade.

No contexto da *uilla*, a cadeia de comando se estruturava da seguinte forma: de um lado, o *dominus*² e o *uilicus*,³ administrando a propriedade e garantindo que todos cumprissem as suas funções, com o objetivo de melhorar a produtividade. Do outro, o escravo, submetido à autoridade do senhor, intermediado pelo *uilicus*, obrigado a trabalhar de modo eficiente. Nessa dinâmica, o escravo era submetido a extenuantes horas de trabalho, sujeito a punições e privações, de acordo com o julgamento de seus superiores. Por vezes, face à morte, se revoltava, criando prejuízo à *uilla*, o que culminava, em casos mais extremos, no assassinato do senhor. No entanto, era também no detalhe que se dava o processo de resistência: enganos e mentiras cotidianas para atrapalhar ou atrasar o processo produtivo, de modo a prejudicar o senhor ou o *uilicus*, também eram meios que os escravos utilizavam. Dessa relação revestida de muitas contradições, de explorações e também de abuso, emerge um fator usado para regulá-la: o medo.

Mobilizado como um instrumento administrativo para controlar os escravos, o medo ganhou novos contornos com a eclosão de processos de resistência à escravidão – sobretudo após as revoltas de escravos que ocorreram no final do século II a.C. e durante o século I a.C. Essas revoltas possivelmente contribuíram, de modo direto ou indireto, para uma mudança nas relações de trabalho entre escravos e senhores. Diante da violência, das punições, da fome e da presença constante da morte, os escravos sentiam medo. Os senhores, por sua vez, temerosos diante das represálias cotidianas e extremas dos escravos, deveriam gerenciar esse tipo de mão de obra a partir de meios conciliatórios capazes de, na medida do possível, diminuir ou neutralizar as tensões. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o medo como fator fundamental para regular as tensões no processo de administração da *uilla*.

A *uilla* como unidade de produção

De acordo com Guarinello, autor da tese intitulada *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C. – II d.C.)*, importante estudo arqueológico produzido no Brasil a respeito dos campos na Península Itálica, a *uilla* era caracterizada como uma “organização social específica do espaço rural”, que funcionava como um ponto de intervenção da cidade no campo, com um claro objetivo: “uma produção agrícola ‘racionalizada’, no sentido de orientar-se para o mercado” (GUA-

RINELLO, 1993, p. 31). Essa característica é central para compreendermos a *uilla* enquanto unidade de produção e as relações de trabalho intrínsecas a ela. Isto é, um tipo de organização econômica com procedimentos e propósitos específicos. A fortuna e o patrimônio dos membros da elite romana repousavam majoritariamente na posse da terra e no lucro proveniente das atividades econômicas da *uilla*, conforme destacado. Ao assumir uma função socioeconômica específica e importante, esse tipo de propriedade necessitava de modelos administrativos que envolviam tomadas de decisão a respeito de cada aspecto do processo produtivo. Como apontou Guarinello, a *uilla* constituía um “apanágio dos grupos sociais superiores, fonte de sua riqueza e parte integrante de seu modo de vida” (1993, p. 31).

O termo *uilla* se transformou concomitantemente às transformações na paisagem rural e não representava “uma palavra estática e morta”, pelo contrário, “acompanhou, pela multiplicação e diversificação de seu sentido, as mudanças na realidade social a que deveu sua origem” (GUARINELLO, 1993, p. 32). Diferentemente do que se defendeu por longo tempo, o meio rural não era um espaço estático e atrasado; a oposição com o meio urbano construiu essa imagem a partir de um antagonismo analítico que já não se sustenta, como a tese de Guarinello demonstrou. As mudanças, rupturas e diferenças no campo foram significativas. No entanto, algumas permanências e continuidades também podem ser observadas. No caso do termo *uilla*, seu núcleo invariável, isto é, estrutural, que se apresenta nos tratados de Catão, Varrão e Columella, tem as seguintes características:

Referia-se sempre ao núcleo habitativo de uma propriedade rural cuja produção se destinava à venda e para a qual o trabalho escravo era, se não exclusivo, ao menos muito importante. Outro traço das uillae, presente nos escritos agrários, era o absentismo de seus senhores, que habitavam regularmente nas cidades, visitando seus edifícios rurais apenas em determinados períodos. (GUARINELLO, 1993, p. 32)

A *uilla* se estruturava, portanto, em três pontos principais: na *produção orientada para o mercado*, no emprego do *trabalho escravo* e no *absentismo dos proprietários* (que justificava, em sua ausência nas operações diárias, a cadeia de comando centrada no *uilicus*). Esses pontos são fundamentais para compreendermos as ideias administrativas formuladas pelos agrônomos latinos – mobilizados como documentos principais neste arti-

go. Conforme aponta Nicholas Purcell, a produtividade da *uilla* constituía seu fator central, que se estruturava, entre outros, na exploração do meio ambiente e do trabalho (PURCELL, 1995, p. 178). Os agrônomos latinos propuseram diferentes estratégias ao longo do tempo para controlar a mão de obra escrava. Nesse cenário, o medo desempenhou, em diferentes contextos, papel central: ao mesmo tempo que servia como ferramenta para controlar os escravos, também era regulador das ações dos senhores. É a respeito da administração das tensões causadas e resultantes desse fator que nos ocuparemos nas próximas seções.

O medo como ferramenta administrativa por excelência

O sentido primário do medo nas relações escravistas seguia o curso da dinâmica de poder estabelecida, isto é, o senhor representava o medo. A categoria escravo se tratava juridicamente como *res*, um objeto que fazia parte da propriedade de outrem. No entanto, ao mesmo tempo, os antigos reconheciam a humanidade do escravizado. Mas como objeto poderia ser utilizado por seu senhor de qualquer forma, assim como qualquer outro bem. Como homem, o rumo de sua vida (sua libertação ou não, por exemplo) também estava a critério deste. Em suma, o senhor tinha o direito de decidir sobre a vida ou a morte do escravo (ANDREAU; DESCAT, 2006, p. 19; PATTERSON, 2008, p. 59). Esse domínio absoluto é importante para se compreender o medo enquanto ferramenta administrativa, pois ajuda a explicar como a dinâmica das relações escravistas se estabelecia. Os escravos estavam submetidos às vontades imprevisíveis de seu senhor, e aqueles que falhassem em agradá-lo enfrentariam o perigo de sua reação. Esse cenário não se restringia a escravos comuns, mas a todos, independentemente da posição que ocupassem na *familia*, de sua proximidade com o senhor e dos privilégios que usufruíssem. Nenhum escravo estava seguro de que não seria punido, e essa incerteza sobre as ações do senhor criava uma atmosfera de medo, tornando esse fator o principal aliado daqueles em posição de superioridade. Temendo, portanto, punição, os escravos se empenhavam em cumprir suas obrigações. Não importava o quão diversas fossem as condições dos escravos na sociedade romana; o medo, assim como a falta de direitos legalmente legitimados, os unia sob a mesma situação.

Na dinâmica da *uilla*, podemos analisar o medo como instrumento administrativo em duas situações diferentes, mas a partir de um agente em co-

mum: o *uilicus*. Antes de examinar as passagens, no entanto, é importante que se sublinhe que os agrônomos não precisavam necessariamente apontar a seus leitores que o medo constituía uma forma de controlar os escravos, pois essa era uma ideia inerente à instituição da escravidão. O que buscamos mostrar com a análise dessas passagens é a necessidade dos autores, especificamente Catão e Columella, em reafirmar tal dinâmica como forma de manter a boa administração da propriedade. Conforme observaremos, o medo enquanto ferramenta administrativa servia para reforçar a hierarquia de poder da unidade de produção.

Como instrumento administrativo, o medo aparece de forma explícita no *De Agri Cultura* de Catão, no capítulo no qual o autor escreve a respeito das obrigações da *uilica*. Dentre elas, lemos a seguinte orientação: “Cuida de que a companheira do administrador faça suas obrigações. Se o senhor a der a ti como companheira, contenta-te com ela. Faze com que te tema” (CATÃO. *De Agri Cultura*, 143).⁴ A forma explícita como Catão orienta a respeito do uso do medo como ferramenta de submissão da *uilica*, isto é, a sentença “faça com que ela te tema”,⁵ vai de encontro ao modo quase implícito que usualmente os autores se referem a esse recurso nos tratados. Possivelmente essa orientação direta se deve ao fato de se tratar, em primeiro lugar, de uma mulher, e, em segundo, de uma mulher que mantinha vínculo pessoal com o agente. A superioridade do *uilicus* em relação à *uilica* se estabelecia em uma série de âmbitos, determinados pelos valores morais da sociedade romana, sobretudo da elite, que entendia que a mulher deveria ser subordinada ao homem, em consequência da relação pessoal entre *uilicus* e *uilica*, que entendemos como similar àquela entre marido e esposa (CARLSEN, 2013, p. 111-112), e pela dinâmica interna da *uilla*, na qual o *uilicus*, na ausência do proprietário, era a autoridade máxima. Essa referência direta pode, portanto, demonstrar que a clareza da orientação se relaciona à condição daquele, ou, nesse caso, daquela, sob quem recairia o medo. Ainda que a *uilica* se tratasse de uma escrava que ocupava alto cargo na hierarquia da *uilla*, em comparação com os demais escravos, ela também deveria estar submetida a um cotidiano marcado pelo medo. O emprego do medo nesse caso, portanto, seguia a lógica da hierarquia social.

No restante do capítulo, lemos as demais obrigações e regras referentes à *uilica*. Catão (*De Agri Cultura*, 143) tem a preocupação de apontar tanto as obrigações dessa mulher – ela deveria ser limpa e organizada e manter também limpa e organizada a casa⁶ – quanto de estabelecer seus limites de

atuação dentro da propriedade – como, por exemplo, ela não deveria se engajar em adoração religiosa por si mesma e nem solicitar que outros realizassem alguma cerimônia a seu pedido, pois o senhor seria o responsável por atender as devoções da família⁷ – e também fora dela – visitar os vizinhos raramente e não recebê-los na casa nem ter parte com eles.⁸ O medo é, assim, mobilizado por Catão como um instrumento de controle, para regular as ações da *uilica* enquanto peça fundamental para o funcionamento da dinâmica da propriedade. A necessidade de manter essa mulher sob o signo do medo se relaciona possivelmente ao alto cargo que ela ocupava; afinal, as perdas seriam significativas se a agente responsável pelas operações cotidianas da casa não cumprisse o seu papel de acordo com o esperado.

Esse uso do medo aparece novamente, séculos mais tarde, no *De Re Rustica* de Columella. No capítulo em questão, esse autor se concentra no ponto que considera, a nosso ver, o mais importante na administração dos escravos: a alocação do trabalho. Isto é, Columella orienta a respeito das características, tanto físicas quanto intelectuais, que os escravos deveriam possuir para ocupar cada uma das funções da *uilla*. Ou seja, seriam designados aqueles escravos que melhor se encaixassem para efetuar determinada função de modo satisfatório. Quanto ao *uilius*, o autor afirma que o agente deveria não apenas ser apto para a execução de atividades técnicas relativas à agricultura e pecuária, como também exercer a sua autoridade sem negligência e crueldade, de modo que fosse temido por sua severidade e não detestado por ela (COLUMELLA. *De Re Rustica*, 1.8.10).

Columella orienta, portanto, que o *uilius* fosse temido por uma conduta equilibrada. Ele deveria causar medo pela severidade com que tratava os assuntos, mas não odiado por sua crueldade. Sua relação com os demais escravos deveria ser pautada pelo medo, mas não de modo que este ultrapassasse um limite moral, quando então se tornaria crueldade, prejudicial à dinâmica da propriedade, uma vez que fomentaria o ódio coletivo. No tratado de Columella, é ainda mais claro que o *uilius* precisava mais do que conhecimento técnico e prático sobre a agricultura; tinha também de ser capaz de administrar aqueles que executariam as operações agrícolas.

O medo funciona como estratégia administrativa na medida em que nele se baseia o comportamento adotado por um sujeito em posição de comando (*uilius*). O agente deveria impor medo com o objetivo de ter como resposta o comportamento ideal de seus subordinados (os demais escravos). Tal

ferramenta seria necessária para manter a cadeia de comando e, consequentemente, a ordem de funcionamento da propriedade. No entanto, a forma como o medo era mobilizado precisava cumprir determinadas regras. Era necessário gerar uma atmosfera de medo, mas se o limite fosse excedido, convertia-se em outro tipo de conduta, marcada pela crueldade, negativa para os objetivos econômicos e a conduta social. Alterando o comportamento do *uilicus*, também se alterava a resposta dos demais escravos, e Columella é claro nesse sentido, como apontado. Se temer o *uilicus* produzia a conduta apropriada, odiá-lo a subvertia.

A ideia de que o senhor e o *uilicus* deveriam ser temidos como forma de controlar os escravos e tornar a administração da propriedade eficiente não funciona por si só. Concomitantemente a essa estratégia, era necessária a mobilização de outras ferramentas para contentar/motivar e, por conseguinte, controlar os escravos. O trabalho escravo, central e fundamental para o funcionamento da *uilla* enquanto unidade produtiva, deveria funcionar a partir de um processo de especialização e hierarquização dos indivíduos, permeado por uma dinâmica de incentivos, recompensas e punições (NASCIMENTO, 2020, p. 104-156). Conforme aponta Keith Bradley (1987, p. 139-143), a escravidão funcionou por tantos séculos na sociedade romana porque os senhores foram capazes de estabelecer um sistema equilibrado de comando.

Porém, ainda que os senhores se esforçassem para manter os escravos controlados, a resistência era também constante nas relações escravistas. Seja no cotidiano ou a partir de sublevações grandiosas, os escravos, diariamente subjugados, encontravam meios de subverter o sentido do medo, tornando-o também frequente na vida de seus senhores, conforme discutiremos a seguir.

O medo como regulador das relações escravistas

O segundo sentido do medo segue o curso inverso da dinâmica de poder discutida anteriormente, na medida em que os escravos também causavam medo nos senhores. Conforme analisaremos em Varrão e Columella, os seus tratados apontam para o perigo que a massa escrava poderia constituir e buscam contornar esse panorama com determinadas estratégias administrativas. Essa preocupação latente em Varrão e reminescente em Columella não é sem razão. A sociedade romana conheceu três grandes revoltas de

escravos, de acordo com a documentação que chegou até nós. Duas delas ocorreram durante o século II a.C. na ilha da Sicília: a primeira, entre 138 e 135 a.C., e a segunda, entre 104 e 101 a.C. Durante o século I a.C., eclodiu perto de Roma, na cidade de Cápua, a Revolta de Espártaco, entre 73 e 70 a.C – isto é, algum tempo antes do período de escrita do *De Re Rustica* de Varrão –, que constituiu a maior revolta de escravos de que temos notícia na sociedade romana.⁹

Ainda que a revolta de Espártaco não tenha partido de escravos rurais, eles engrossaram as fileiras de rebeldes. Como aponta Bradley, essa alta adesão se relaciona com o descontentamento geral dos escravos na Península Itálica. Eles, declaradamente rejeitando seu *status* servil, preferiram o risco de se juntar à revolta e gozar de uma liberdade frágil, do que permanecer na condição em que se encontravam. O autor salienta que o rápido e grande crescimento da revolta não foram deliberadamente planejados por seu líder, o que demonstrou o nível de insatisfação geral dos escravos (BRADLEY, 1989, p. 99).

No seu *De Re Rustica*, Varrão não expõe o medo de forma explícita – em nenhum dos sentidos –, ao contrário de Catão e Columella, que o expressam explicitamente ao encontro das relações de poder na sociedade romana. Podemos observar, em Varrão, o uso do medo como regulador das relações escravistas. No capítulo que dedica aos escravos que compunham a mão de obra fixa da propriedade, dentre suas orientações, alerta para o perigo que eles representavam, ao pontuar que não deveriam ser nem temerosos e nem temerários¹⁰ (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.3). Escravos temerosos não seriam capazes de cumprir sua função de proteger seu senhor e seus interesses. Contudo, escravos temerários constituíam risco. A orientação era que os senhores deveriam se atentar para as características dos escravos antes de empregá-los em suas propriedades. Varrão assinala que seria necessário e prudente que seus pares temessem os escravos, ainda que não de forma inteiramente direta, mas a partir de um “medo surdo”, como chamou Paul Veyne (1990, p. 57). Os senhores sabiam que os escravos constituíam massa perigosa que habitava suas casas e até mesmo seus quartos. No entanto, anunciar o medo que sentiam de seus inferiores de modo direto feria o *ethos* da elite romana. Por essa razão, Varrão não desenvolve as consequências do emprego de um escravo temerário na *uilla*, mas é oportuno pontuar que, mesmo que tal informação fosse difundida entre os senhores, ele escolhe anunciá-la apenas indiretamente em seu tratado.

Consideramos, então, ser possível que a escolha de Varrão tivesse relação com a revolta de escravos que eclodiu à sua época.

A segunda orientação do autor que, a nosso ver, demonstra o uso do medo como regulador das ações do senhor se refere ao alerta para se evitar o convívio entre escravos que falassem a mesma língua e possuíssem características identitárias comuns, uma vez que isso poderia ocasionar problemas na casa¹¹ (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.5). Não seria absurdo considerar que tais problemas estivessem vinculados a um possível conluio dos escravos contra seus senhores, face à já mencionada proximidade entre a Revolta de Espártaco e o processo de escrita do *De Re Rustica*, já que Varrão acompanhou o desenrolar desse evento. Além disso, é preciso salientar que Plutarco afirmou que a participação dos escravos rurais na Revolta de Espártaco foi significativa (PLUTARCO. *Vidas paralelas, A vida de Crasso*, 9.3). Logo, a orientação de Varrão é a de evitar, em uma propriedade, a possibilidade de os escravos confabularem em língua estranha e, assim, criarem rede de identificação, o que, compreendemos, é um alerta contra provável facilidade de se estabelecerem formas de resistência. É preciso destacar ainda que essa orientação se localiza entre outras que demonstram duas características importantes sobre a forma como Varrão propõe a gestão da mão de obra escrava: o equilíbrio das ações do senhor e do *uilicus* e a distribuição de incentivos e recompensas.

Consideramos ainda que essas orientações de Varrão indicam que as revoltas trouxeram transformações na relação entre senhores e escravos – mudanças estas com o objetivo de tornar as relações escravistas sustentáveis e manter a instituição em funcionamento. O medo apontado por Varrão não era só pela integridade física dos senhores, mas também em relação às consequências econômicas que determinadas ações dos escravos poderiam causar à dinâmica produtiva da *uilla*. Além de risco para o senhor e seu patrimônio, em decorrência de saques e de danos físicos que poderiam ser causados a ele e sua família, a adesão dos escravos rurais à revolta significou também a desmobilização da estrutura de trabalho de algumas propriedades.

Após a revolta de Espártaco, o *terror servilis*, como designou Sandra Joshel, ou seja, o medo que os escravos espalharam pela sociedade, não desapareceu do imaginário social, ainda que os documentos não sejam explícitos a esse respeito (JOSHEL, 2011, p. 261). Diante disso, tornou-se

necessário estabelecer formas de controle ao mesmo tempo mais efetivas e menos agressivas. Isto é, uma administração baseada no contentamento (ainda que mínimo em alguns casos) dos escravos.

As prescrições de Varrão sobre a observância em relação à satisfação do *uilicus* e dos demais escravos em postos de comando abaixo dele, à distribuição de recompensas entre os escravos que se dedicavam ao trabalho (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.7), e à concessão para que pastores pudessem estabelecer família (VARRÃO. *De Re Rustica*, 2.10.6-11) constituem, a nosso ver, estratégias para uma administração mais eficiente e capaz de contornar a insatisfação dos escravos. Essa administração, portanto, era baseada em uma lógica de reciprocidade entre senhores e escravos, como observou Fábio Joly (2005, p. 66).

Estudiosos das décadas de 1970 e 1980, como, por exemplo, Peter Brunt e Moses Finley, analisaram as revoltas de escravos como eventos pontuais e sem importância no funcionamento da escravidão na sociedade romana. Eles argumentam, sobretudo, que estas teriam mobilizado apenas pequena parcela da grande população de escravos da Península Itálica no final da República (BRUNT, 1971, p. 122; FINLEY, 1991, p. 120). No entanto, defendemos que, ainda que as revoltas não tenham causado fratura no sistema vigente, provocaram, sem dúvida, fissuras a ser consertadas.

A ideia de as revoltas não terem sido relevantes no curso da história romana ignora as sutis mudanças que elas provocaram na mentalidade dos senhores de escravos, como defendemos ser o caso das orientações de Varrão analisadas acima (Catão, no seu *De Agri Cultura*, não centra sua atenção nessas questões). Ainda que a escravidão tenha permanecido como importante regime de trabalho na sociedade romana por pelo menos mais dois séculos e que os documentos continuassem a relatar abusos por parte dos senhores, é preciso considerar que as revoltas serviram como significativo termômetro para determinar as condições de funcionamento dessa instituição. Após as revoltas, os senhores ficaram cientes do potencial de organização e da destruição que os escravos poderiam causar. Esses processos, aponta Bradley, demonstraram que os modos de controlar os escravos até então – a partir de meios coercitivos ou conciliatórios – eram pouco sistemáticos e insuficientes (BRADLEY, 1989, p. 137). O medo que os senhores sentiam de seus escravos não era novidade, mas foi possivelmente potencializado e passou a servir como regulador das relações entre

eles. Columella, um século mais tarde, também propôs orientações que recorriam ao medo como regulador das relações escravistas.

No seu *De Re Rustica*, Columella orienta que o *uilicus* não deveria libertar aqueles escravos punidos pelo senhor e nem aqueles que ele mesmo tivesse punido, antes de levar a situação ao conhecimento do senhor. Ele salienta que o agente deveria ser justo com os demais escravos, sobretudo quanto a questões materiais, ou seja, vestuário, comida e quaisquer outros subsídios. Isso porque, como a dinâmica de organização do trabalho na *uilla* era estruturada a partir de uma longa hierarquia, a distância entre o *uilicus* e o escravo comum se tornava significativa e poderia resultar em injustiças cometidas por escravos intermediários. Expostos às injustiças, esses escravos estariam mais propensos a se tornarem temidos (COLUMELLA. *De Re Rustica*, 1.8.16-17). A insatisfação poderia ser plantada nos escravos em consequência da má administração do *uilicus*, por sua incapacidade de agir de forma justa; é necessário reiterar que o bom proceder do *uilicus* era um ponto fundamental na administração columelliana. Essa orientação indica que esse autor estava preocupado em evitar situações que pudessem levar à extrema indignação dos escravos. Além disso, assim como Varrão, Columella também propôs um sistema de incentivos e recompensas, de modo a estabelecer certo contentamento entre os escravos.

Além de as revoltas possivelmente ainda fazerem parte do imaginário social no período de escrita do *De Re Rustica* de Columella, outras formas de resistência escrava também preocupavam os romanos. Ainda que a revolta fosse o meio mais extremo e que poderia causar maiores danos aos proprietários, as demais formas cotidianas de resistir também poderiam resultar em danos econômicos e físicos, o que tornava o medo dos senhores ainda mais constante e latente.¹²

Quando, no século I a.C., as *uillae* consolidaram suas funções produtivas, tornou-se necessário ajustar o modo como os escravos deveriam ser administrados para que a prosperidade do modelo se perpetuasse. Defendemos, por essa razão, que, no seu *De Re Rustica*, Varrão estabeleceu um sistema organizacional e gestacional mais detalhado, que se tornaria ainda mais complexo no *De Re Rustica* de Columella. Como salienta Bradley, a aparente maior estabilidade na relação escravo-senhor durante o período imperial indica que a sociedade percebeu a necessidade de estabelecer ajustes que, de alguma forma, acomodassem certos elementos do conjunto da população escrava.

Um ajuste que se concentrava, de modo geral, nos meios de controle desses indivíduos (BRADLEY, 1989, p. 132). É importante salientar que não defendemos que o medo, nesse sentido não usual, não estivesse presente nas relações escravistas antes das revoltas, ou que antes delas os senhores não tivessem estabelecido meios conciliatórios. Consideramos, ao contrário, que elas serviram para potencializar não só a insatisfação dos escravos, mas também as respostas dos senhores a tal insatisfação.

Ainda que os tratados agrícolas de Catão, Varrão e Columella abordem de modos distintos a administração da propriedade agrícola, inclusive no que diz respeito aos gêneros literários escolhidos por eles, seus objetivos podem ser descritos como similares: a instrução do leitor, para que este tornasse a propriedade lucrativa. Ao formulá-los, esses autores nos informaram a respeito das ideias da elite romana sobre as formas consideradas mais eficientes para administrar seus patrimônios. Nesse sentido, a análise comparativa dos documentos, em perspectiva com seus contextos de produção, nos indica que o medo dos senhores em relação aos escravos, em decorrência das resistências, influenciava e regulava o modo como eles deveriam tratar os escravos. Ainda que a evidência seja relativamente escassa, é muito significativa, pois precisamos levar em consideração o que significava a demonstração do medo nesse sentido inverso da dinâmica de poder.

De modo geral, o medo era uma emoção a ser evitada pelos membros da elite romana. Mesmo no sentido primário, isto é, a partir do seu uso pelos senhores como ferramenta para controlar os escravos, os excessos de crueldade deveriam ser evitados, já que iriam de encontro às virtudes romanas que formavam o *ethos* desse grupo social – como, por exemplo, a *pietas*.¹³ Ainda que relatos sobre atos de crueldade contra escravos fossem frequentes na literatura romana, atitudes desmedidas eram criticadas e os agrônomos latinos foram cautelosos em abordar o medo em seus tratados. Este, em seu sentido “inverso”, seria ainda mais delicado de ser mencionado, uma vez que se tratava de uma situação que inferiorizava sujeitos em posição de poder. Assim, ainda que Varrão e Columella deixem nas entrelinhas os temores que os senhores deveriam sentir de seus escravos, as menções ao medo e ao seu uso para regular as ações dos senhores são relevantes. Tanto a memória das revoltas de escravos quanto a consciência de que eles constantemente resistiam à condição que lhes era imposta – e o medo resultante dessas pequenas e grandes resistências – constituíam, a nosso ver, aspectos centrais das relações escravistas.

Considerações finais

As ideias apresentadas pelos agrônomos latinos em seus tratados demonstram, portanto, que o medo tinha dois sentidos nas relações escravistas, como apontado em cada seção do presente artigo. Em cada um de seus sentidos, o medo cumpria uma função administrativa que objetivava a melhor produção da *uilla*. Quando mobilizado no seu sentido “usual”, quer dizer, por indivíduos em posição de superioridade para coagir aqueles em posição de inferioridade, podemos considerá-lo como ferramenta central para o controle de grande número de escravos submetidos a situações extremas de exploração. Ainda que esse sentido do medo não tenha sido abandonado enquanto a instituição da escravidão permaneceu como relevante exploradora de mão de obra na sociedade romana, os diferentes tipos de resistência dos escravizados levaram a um novo sentido do medo, causado por aqueles em situação de inferioridade aos que os exploravam. Nesse sentido “inusual”, o medo foi mobilizado, por necessidade, como um regulador das ações dos senhores. Isto é, o medo que sentiam de seus escravos determinava, em parte, o curso de ação no seu gerenciamento. Esse seria um modo de manter o funcionamento da instituição da escravidão, apesar de suas constantes tensões, em suma, pela resposta daqueles submetidos ao processo de escravização.

Documentação escrita

CATO. *On Agriculture*; VARRO. *On Agriculture*. (Loeb Classical Library L 283). Trad. Harrison Boyd Ash e Willian Davies Hooper. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

CATÃO, M. P. *Da agricultura*. Trad. Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

COLUMELLA. *On Agriculture*. Trad. Harrison Boyd Ash. (Loeb Classical Library 361; 407; 408). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1941.

PLUTARCH. *Lives: Pericles and Fabius Maximus. Nicias and Crassus*. Trad. Bernadotte Perrin. (Loeb Classical Library 65). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1916. v. III.

VARRÃO. *Das coisas do campo*. Trad. Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Referências bibliográficas

ANDREAU, Jean; DESCAT, Raymond. *Esclave en Grèce et à Rome*. Paris: Hachette Littératures, 2006.

AWE. In: Cambridge Dictionary Online, Cambridge, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/awe>. Acesso em: 11 fev. 2020.

AUBERT, Jean Jacques. Managers of agricultural estates. In: _____. *Business managers in ancient Rome: a social and economic study of Institores, 200B.C.-A.D.250*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BRADLEY, Keith. *Slaves and masters in the Roman Empire: a study in social control*. Bruxellas: Latomus, 1987.

_____. *Slavery and rebellion in the Roman world, 140 b.C.-70b.C*. Indiana: Indiana University Press, 1989.

_____. Resisting slavery at Rome. In: BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (orgs.). *The Cambridge World History of Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 1.

BRUNT, Peter Astbury. *Italian manpower, 225 B.C.–A.D. 14*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

CARLSEN, Jesper. The *villica* and Roman estate management. In: CARLSEN, Jesper. *Land and labour: Studies in Roman social and economic history*. Roma: L'Emma do Bretschneider, 2013, p. 111-112.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Historie des mots. Paris: Klincksieck, 1931, p. 613.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

JOSHEL, Sandra. Slavery and Roman literary culture. In: BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (orgs.). *The Cambridge world history of slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 1.

NASCIMENTO, Fabiana Martins. Sobre o papel do medo na administração da uilla: uma análise dos tratados agrícolas de Catão, Varrão e Columela. *Gaia*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 168-201, 2019.

NASCIMENTO, Fabiana Martins. *A uilla e a economia rural romana: uma análise comparada dos modelos administrativos dos tratados agrícolas De Agri Cultura de Catão, De Re Rustica de Varrão e De Re Rustica de Columella*. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparado*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora UNICAMP, 2008.

PURCELL, Nicholas. The Roman villa and the landscape of production. In: CORNELL, Tim J.; LOMAS, Kathryn (eds.). *Urban society in roman Italy*. Londres: UCL Press, 1995, p. 157-184.

VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Notas

¹ Não queremos com tal afirmação sugerir que os mercados eram unificados, mas que a *uilla* atendia diferentes tipos de mercados no Mediterrâneo em função do seu tipo de produção. No entanto, a maioria dela era voltada essencialmente ao mercado local e romano.

² *Dominus* significa o dono da casa, o senhor dos escravos (ERNOUT; MEILLET, 1931, p. 282).

³ *Vilicus* significa o agente escravo responsável pela propriedade na ausência do senhor e proprietário. Sobre esse agente, ver Aubert (1994).

⁴ A princípio, é difícil definir se Catão orienta que a *uilica* tema o proprietário ou o *uilicus*, mas considerando que a segunda frase se dirige ao *uilicus*, concluímos que todas as orientações se referem ao agente. Isto é, o autor orienta que o proprietário ordenasse ao *uilicus* que ele estabelecesse uma dinâmica de submissão em relação à sua esposa, baseada no medo.

⁵ Na edição da Loeb Classic Library, Harrison Boyd Ash traduz o verbo “*metuat*” como “*awe*”, que, de acordo com o Thesaurus, significa “*to admire someone or something*”. Matheus Trevizam, em sua tradução do *De Agri Cultura* de Catão, no entanto, traduz como “*temer*” (na referida tradução, o termo se encontra na página 141). Considerando o significado apresentado por Alfred Ernout e Antoine Meillet no *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, a palavra “*me-*

tus”, da qual deriva “*metuat*”, pode ser traduzida como “contrainte morale imposée à qq’un pour lui faire accomplir un certain acte, par la menace d’un mal imminente”, isto é “obrigação moral imposta a alguém para fazê-lo cumprir um tipo de ato por meio de ameaça de um mal imminente” (ERNOUT; MEILLET, 1931, p. 613. Tradução nossa). Isto é, um tipo de dinâmica que se aproxima mais do medo do que da admiração. Assim, seguimos a tradução de Trevizam e a definição de Ernout e Meillet.

⁶ “Que seja limpa; que mantenha a sede varrida e com asseio; que mantenha a lareira diariamente limpa e varrida, antes de deitar-se.”

⁷ “Que não realize sacrifícios nem mande que outros os façam em seu lugar sem ordens do senhor ou da senhora. Que saiba que o senhor é responsável pelos sacrifícios por todos os de casa.”

⁸ “Que tenha pouquíssima intimidade com as vizinhas e outras mulheres e não as receba na sede ou as tenha junto de si. Que não vá banquetear-se em parte alguma nem seja passeadeira.”

⁹ Sobre as revoltas de escravos, ver Bradley (1989).

¹⁰ “Não convém que os escravos sejam medrosos nem temerários.”

¹¹ “Também não se devem ter muitos escravos da mesma nação, pois isso é o principal motivo para que haja desavenças frequentes na sede.”

¹² Além das mencionadas revoltas, as formas de resistência escrava podem ser divididas em duas categorias: aquelas que denominamos como cotidianas e aquelas que podemos considerar como excepcionais. Na primeira categoria, incluímos pequenas ações dos escravos que pudessem prejudicar a produção da *uilla*. Dentre elas, podemos citar, por exemplo, a fofoca, a preguiça e má interpretação proposital. Quanto a formas de resistência excepcionais, eram caracterizadas por atitudes que pudessem prejudicar grandemente a *uilla* e os senhores, de modo momentâneo ou perene. Podemos citar fugas, aborto e suicídio. Sobre as características dos diferentes tipos de resistência escrava, ver Bradley (2011).

¹³ A ideia de que o medo era uma emoção a ser evitada pelos membros da elite romana foi trabalhada no artigo de Fabiana Nascimento (2019).

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL: AS MULHERES E OS ESTUDOS CLÁSSICOS E ORIENTAIS*

Érica Cristhyane Morais da Silva**

Resumo: *Nas últimas décadas, os estudos clássicos e orientais no Brasil tiveram um avanço extraordinário – tanto no aumento de publicações de livros, artigos, teses e dissertações quanto na realização de eventos acadêmicos – e, sobretudo, significativa ampliação na formação especializada de recursos humanos na subárea de História Antiga. A produção historiográfica brasileira sobre o mundo antigo se apresenta ampla e diversa, a despeito das exigências que já se impõem à formação de recursos humanos especializados no Brasil, em particular nessa subárea, a exemplo da imprescindível formação em idiomas estrangeiros, nem sempre de fácil acesso em território nacional. Os estudos clássicos e orientais desenvolvidos no Brasil exibem características particulares, seja de perspectiva e abordagens, seja de escolhas de objetos de pesquisa. Diante desse cenário, nos parece pertinente considerar a ampliação da contribuição feminina para a escrita da História do mundo antigo pela perspectiva brasileira.*

Palavras-chave: *História; mulheres; historiografia; mundo antigo.*

THE WRITING OF HISTORY IN BRAZIL WOMEN, ORIENTAL AND CLASSIC STUDIES

Abstract: *In the last decades, classical and oriental studies in Brazil have had an extraordinary advance both in the increase of publications of books, articles, thesis, and dissertations and in the realization of academic events and, above all, a significant expansion of the specialized training of human resources in the Ancient History subarea. The Brazilian historiographical writing on the ancient world is broad and diverse despite the demands that*

* Recebido em: 23/03/2021 e aceito em: 28/05/2021.

** Professora de História Antiga do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Programa de Pós-graduação em História da Ufes. Pesquisadora do Laboratório de Estudo sobre o Império Romano, Seção Espírito Santo (Leir-ES) e do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (G.Leir-Franca/SP). E-mail para contato: ecmsilva@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0099-5848>.

are already imposed on the training of specialized human resources in Brazil and the subarea of Ancient History, for example, the indispensable knowledge of foreign languages not always easily accessible in national territory. Classical and oriental studies developed in Brazil have characteristics, whether in perspective and approaches, or in the choice of research subjects. Given this scenario, it seems pertinent to consider the expansion of female contribution to the writing of the history of the ancient world from the Brazilian perspective.

Keywords: History; women; historiography; Antiquity.

Introdução: o extraordinário avanço da História Antiga no Brasil

A crescente demanda por especialização em História Antiga, no Brasil, muito se deve aos trabalhos contínuos de base junto aos alunos de Graduação e, com a ampliação dos especialistas, observa-se uma produção historiográfica ampla e diversa.¹ Proliferaram os Grupos de Pesquisa em temas sobre o mundo antigo.² A História Antiga, ensinada e produzida no Brasil, nunca esteve antes tão em pauta e presente, seja em debates, seja em publicações, seja nas grades curriculares. Mesmo em época de pandemia e restrições causadas pelo Covid-19, os especialistas se reinventaram e, mediante trabalho remoto, ocuparam a *world wide web*, produzindo conteúdos via podcasts, blogs, fios, *lives*, webconferências, webinars, *zoom meetings*, *google meetings*, e assim viabilizando o ensino, as pesquisas e os debates sobre os conteúdos de História Antiga, apesar dos problemas estruturais relativos ao acesso à internet e à tecnologia.

O lugar da História Antiga se impõe com força tão significativa que quando do debate sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ausência dos conteúdos sobre as sociedades antigas se fez sentir entre os antiquistas, que, por meio de uma ação política coordenada, demonstraram tanto a importância dessa subárea do saber quanto a relevância do ensino desses conteúdos imprescindíveis para a “produção de conhecimento crítico, não servil, sobre os usos do passado”, como argumenta Pedro Paulo Funari (2016, p. 2).³ Com tantos avanços na produção do conhecimento e ensino da História Antiga no Brasil e com um espaço propício e fértil para o desenvolvimento de várias reflexões sobre a produção nacional,⁴ estamos propondo realizar mais algumas considerações e, talvez, contribuir para mais uma frente de pesquisa e ensino referentes aos conteúdos da denomi-

nada História Antiga, a saber: refletir sobre a escrita da História do mundo antigo pela perspectiva brasileira, e a partir da expansão das contribuições femininas para essa produção historiográfica. Não se trata aqui, como disse Margareth Rago (1995, p. 81) há pouco mais de duas décadas, de pensar a produção historiográfica sobre o mundo antigo pela perspectiva feminina em termos de “um questionamento das relações de poder entre os sexos na academia”, mas de apresentar, *en passant*, o impacto do interesse feminino pelos estudos clássicos no Brasil e a consequência disso para a constituição do ensino e pesquisa em História Antiga no território nacional. Para isso, buscarei refletir sobre dois importantes temas: primeiro, sobre o conceito de História e a escrita da História no mundo antigo; depois, de forma parcial, sobre as características da História Antiga, da escrita da História e do ensino produzido no Brasil de 2020. Peço a compreensão de vocês, leitores, para que expectativas não sejam frustradas, já que a reflexão nas páginas subsequentes deste artigo é algo breve, tratando-se de impressões, incursões iniciais de um tema que me foi instigado especificamente por razão do XXX Ciclo de Debates em História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ocorrido entre os dias 8 a 9 de dezembro de 2020 e que merecerá, posteriormente, observações mais aprofundadas. Então, comecemos com a primeira seção dessa breve reflexão: o impacto, no campo da História, da presença cada vez mais consolidada de mulheres na pesquisa e no ensino de História Antiga e como isso é perceptível na própria concepção de escrita da História no mundo antigo.

O conceito de História e a escrita da História no mundo antigo

A nossa escrita da História não é recente,⁵ mas a sua institucionalização, em um passado não muito distante, ocorreu junto com o desenvolvimento da própria universidade (CARVALHO; FUNARI, 2007; SILVA, 2011).⁶ E a regulamentação da profissão de historiador foi reconhecida, por lei, apenas no ano passado, em 17 de agosto de 2020, mediante a publicação, no *Diário Oficial da União*, da Lei nº 14.038. No texto dessa lei se definem aqueles a quem podemos alçar à categoria de *historiadores*: os “portadores de diplomas de curso superior em História”, os “portadores de diplomas de Mestrado e Doutorado em História”, e os “profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 anos, a

profissão de historiador a contar da data da promulgação desta lei”. Além dessa definição, o texto ainda apresenta as atribuições dos historiadores que, grosso modo, estão circunscritas nos âmbitos do ensino e pesquisa. Desse modo, ser considerado historiador ou historiadora e ter a escrita reconhecida como produção histórica requer, sob essa definição, portanto, formação institucionalizada e validada mediante a certificação mínima obtida em curso de nível superior reconhecido por instituições nacionais. Todavia, essa acepção de historiadores e a delimitação de suas atribuições são definições modernas.

Na Antiguidade, havia outros parâmetros, seja para quem poderia ser reconhecido como historiador, seja para definir a forma e o conteúdo para a escrita da história. Heródoto de Halicarnasso é considerado o “Pai da História” (cf. *De Legibus*, 1, 5, em que Cícero declara que Heródoto é o “Pai da História”), o fundador, “o ponto de partida para o desenvolvimento da historiografia ocidental” (BESSELAAR, 1962, p. 3-26). Heródoto (*Historiae*, I, 1), logo na abertura de sua obra *Histórias*, nos faz recordar que é preciso preservar, mediante a História, as ações humanas condenadas a se apagarem pelo tempo. O conceito de História, em Heródoto, presente nessas primeiras linhas da obra, é particularmente significativo.

Ali, a recuperação de eventos remotos ocorre mediante depoimentos de outrem num todo, o que implica a arbitragem das várias versões numa relação conflituosa entre aqueles que as testemunham, mas há também conflitos entre as testemunhas e o próprio árbitro, aquele que conta a história (BAKKER, 2002, p. 18 e 19). O historiador grego expressa ainda preocupação com o destino de sua obra, exigindo de sua futura audiência o que ele próprio propôs fazer: ouvir criticamente, questionar, julgar, e ainda registrar (BAKKER, 2002, p. 32). Tucídides, grosso modo, é considerado como aquele que promoverá uma longa tradição que valida o gênero historiográfico como a escrita de um tema essencial: o dos grandes feitos militares e políticos (SILVA, 2011, p. 1-2; MOMIGLIANO, 2004, p. 53-83). Mas a historiografia antiga não se restringe a essa *tradição herodoteana e tucídideana*, para usar uma expressão de Arnaldo Momigliano (2004, p. 53).

É possível termos amplo conhecimento sobre a concepção de História em Xenofonte, Políbio, Salústio, Tito Lívio, Tácito, Suetônio, Pausânias, Eusébio de Cesareia, Amiano Marcelino, João Malalas,⁷ para citar apenas alguns nomes de uma lista infundável de historiadores clássicos.⁸ Todavia, uma questão permanece constante, de tal modo que, dada essa listagem sig-

nificativa de representantes da historiografia antiga, podemos observar que a escrita da história ficou concebida e, frequentemente, reafirmada como uma prática de atuação com predominância masculina.⁹ Esse é um *lugar de memória* que já não habitamos mais e que não podemos reafirmar inadvertidamente.¹⁰ Há evidências de mulheres que exerceram o ofício de historiadora na Antiguidade. Nós não as conhecemos amplamente porque, como argumenta Ian Plant (2005b, p. 15-19),¹¹ no mundo greco-romano havia preconceito contra mulheres escreverem história, apesar de reconhecidas como autoras em vários outros campos de conhecimento, como “filosofia, itinerários de viagem, teoria musical, gramática, criticismo literário, astronomia, magia, medicina, alquimia, matemática, drama, profecias e manuais sexuais”. As mulheres estariam, segundo Plant (2005a), muito mais associadas aos conhecimentos considerados do âmbito do “mistério” e do “exotérico”, mas isso não significa que elas não escreveram também *histórias*. Algumas evidências trazem à luz essa possibilidade. E quem nos informa sobre essas evidências é, novamente, Plant. Assim, vejamos.

Em *Vida de Tucídides*, Marcelino, autor antigo que escreve entre os séculos V e VI d.C. (MAITLAND, 1996, p. 539), ecoa uma tradição que reconhece que o Livro VIII da *História da Guerra do Peloponeso* não teria sido escrito por Tucídides, mas pela filha dele (PLANT, 2017; 2005a; MARCELLINUS, *De Thucidide Vita*, 43). Conforme esse autor (2005a), embora isso não seja confirmado ou reconhecido, é plausível inferir que, à época de Marcelino, havia uma percepção de que mulheres não apenas seriam capazes de escrever em prosa, como também histórias. Uma segunda evidência aponta para a grega Nicobula (PLANT, 2004, p. 65), que teria vivido no período helenístico entre os séculos III e I a.C., e a quem Ateneu de Náucratis recorre como fonte de informações sobre a história de Alexandre, o Grande, e Plínio, o Velho, para “descrever o baú de perfumes de Dario que teria sido capturado por Alexandre” e para fundamentar a história “da primeira fragrância da Arábia discernida por Alexandre” (PLANT, 2005a e n. 18; *HN* 13,3; 12, 86).

Uma terceira evidência refere-se a Héstia de Alexandria – que poderia recair sob a categoria de comentários históricos, uma forma de escrita da história –, que teria escrito fragmentos na *Íliada* de Homero, no curso do século III ou II a.C., e cuja prova dessa autoria é mencionada por Estrabão (*Geographia*, 13. 1. 36, C599; PLANT, 2005a). Pânfila, que viveu no Egito durante o reinado de Nero, também teria escritos na categoria de história,

mas dos quais só teriam sobrevivido 11 fragmentos de uma obra substancial de 33 livros e uma outra, intitulada *Comentários históricos*, em oito volumes. Pelas evidências, é possível inferir que ela tenha se especializado na escrita de *Építores* (PLANT, 2004, p. 127-129; 2005a).

Contemporânea de Pânfila, Agripina, filha de Germânico e Agripina, a Velha, teria escrito *Commentarii*, de acordo com Plínio, o Velho, e Tácito (PLANT, 2005a; *HN*, 7. 46; *Annales*, 4. 53. 2). A quantidade substancial de evidências para a Antiguidade nos demonstra, portanto, que escrever história também era prática das mulheres, muito embora isso não tenha sido reconhecido ou suas obras, sobrevivido de forma mais ampla. Mais uma vez, Ian Plant (2005a) argumenta sobre o motivo de a história ter sido um dos campos ignorados em relação à ação feminina na Antiguidade: para os antigos clássicos, as mulheres deveriam manter suas vozes no âmbito do privado, e os temas da área de história diziam respeito ao campo político-militar, de domínio exclusivamente masculino. E, também, a escrita da história estava fundamentada na concepção de que o historiador deveria entender a guerra pessoalmente, mediante, inclusive, a experiência de passar um tempo em campo, no caso militar, de estar dentro dos fortes e quartéis-generais, ou mesmo, como Heródoto, escrever com informações coletadas em viagens.

Na Antiguidade, a imagem da mulher ideal era, grosso modo, o da vida privada, como se depreende de escritos como os de Pausânias e Plutarco, por exemplo. O excerto de Plutarco (*Moralia*, 142C) é bem explícito quanto à proibição de a mulher se pronunciar publicamente: o ideal era permanecer em casa, em silêncio ou, se precisasse, que o fizesse mediante a voz do marido (PLANT, 2005a, cf. PLUTARCO. *Moralia*, 142C-D; PAUSANIAS. VI, 25, 1).

A primeira mulher, reconhecidamente, historiadora será a bizantina Ana Comnena, no século XII, também conhecida como Ana de Bizâncio, que, em *Alexiada*, declara: "...embora uma historiadora, sou uma mulher e a mais honrada das *Porfirogeniti* e a herdeira mais velha de Aleixo" (*Alexias*, XV, 9). Conforme Leonora Neville (2018, p. 174), a *Alexiada*, de Ana Comnena,

... é uma das obras-primas da historiografia bizantina. É uma longa e detalhada história do reinado do imperador Aleixo Comneno (1081-1118), escrito por sua filha no meio do décimo segundo sé-

culo. A Alexiada foi escrita em grego ático clássico. A história de Anna cria um retrato brilhante de Aleixo como um grande herói, aventando que ele deve ser considerado o maior imperador romano de todos os tempos.

A *Alexiada*, de Ana Comnena, se, por um lado, pode ser “fonte de informação sobre a percepção da classe dominante bizantina sobre a guerra e a paz no período após a Primeira Cruzada”, por outro, é importante “fonte histórica para o período de Aleixo I Comneno (1081-1118)” (STOURAITIS, 2012, p. 69). Em duas passagens significativas, observamos Ana Comnena evidenciando aspectos de sua escrita da história. No Livro XV, 7, a historiadora bizantina destaca:

VII. Qualquer pessoa que ouvir a palavra ‘linha de batalha’ e ‘falange’ ou ‘cativos’ e ‘Saque’ ou novamente ‘general’ e ‘capitães’, vai pensar que está ouvindo sobre as coisas que todo historiador e poeta menciona em seus escritos. Mas esta formação de batalha é nova e parecia muito estranha para todos e era como se nunca houvesse sido vista antes ou eternizada à posteridade por qualquer historiador.

E, assim, ela apresenta uma escrita da história retomando o espaço do debate tradicional sobre “guerras”, e inovando no estilo, conteúdo e forma. Em um outro excerto, defendendo-se de críticos, Ana Comnena (*Alexias*, XV, 3) declara:

Mas aqui novamente me vejo sendo censurada por me gabar; pois em minha defesa eu já disse várias vezes que não é o amor por meu pai que sugere essas observações, mas a natureza das circunstâncias. Pois faz qualquer coisa do lado da própria verdade impedir que uma pessoa goste de seu pai e da verdade também? Pois eu escolhi escrever uma história verdadeira e de um bom homem; mas se esse homem for o pai do historiador, deixe o nome do pai ser adicionado a ele como um mero apêndice; mas a história deve ser dedicada à verdade natural.

Este, um outro conceito caro aos historiadores antigos: a noção de “verdade”. De fato, segundo Larisa Vilimonovic (2019, p. 25), a *techné historiké*, conforme a concepção histórica de Tucídides, é sobre a *verdade (aletheia)* como

objetivo final da escrita da história, que, segundo o historiador antigo, se refere também à evidência (*tekmerion*) que fundamentaria as afirmações escritas. Por fim, de acordo com Tucídides, a escrita da história também diz respeito à sua difusão entre uma audiência que precisa ter, com aquele que produz a narrativa histórica, laços de *confiança* (*pisteuon*), com o fim de a narrativa e interpretação realizadas terem credibilidade e relatarem a *verdade* (*aletheia*) dos fatos. E, assim, Tucídides demarca, considerando também a herança herodoteana à tradição historiográfica antiga, assim como a fundação da legitimidade do historiador e da escrita da história de seu tempo e para a posteridade.

A História Antiga, a escrita da História e o ensino no Brasil de 2020

Tudo isso nos faz indagar sobre a identidade do historiador e a escrita da História no Brasil, para compreendermos, mesmo que em termos gerais, o que escrevemos, o que ensinamos e definirmos quem são os sujeitos dessa produção. Em particular, aqui, minha atenção reside nas características do movimento que, de algum modo, estimulou o interesse feminino pela escrita da História e, especificamente, pela História Antiga. Em 1996, Francisco J. C. Falcon, preocupado com a questão da identidade do historiador, alertava para uma *crise do ofício do historiador* que estava atrelada, intrinsecamente, à propalada *crise da História* (cf. CHARTIER, 1991, p. 173). Falcon (1996, p. 8) chamava a atenção para a recepção dessa crise e os impactos nas “formas propriamente *brasileiras*” de produção historiográfica caracterizada pela sua ambiguidade entre a tradição e a inovação, desde 1960. A primeira, grosso modo, fundamentada em *empirismos positivistas*, e a segunda motivada pela introdução, de vertente francesa, das influências da Escola dos *Annales* e da perspectiva teórica marxista. Essas duas vertentes definiriam, como destaca Falcon, por, pelo menos até 1980, “duas identidades de historiadores: o tipo tradicional e o moderno inovador”. Entre elas, houve tensões e conflitos, mas ainda se observa uma permanência da escrita e do ensino da História em termos tradicionais. No curso da transição e dos anos entre as décadas de 1980 e 1990, o cenário já apresentava uma paisagem mais distinta da produção historiográfica no Brasil. Margareth Rago (1995, p. 81) enfatiza, em especial, a participação das mulheres na historiografia brasileira:

... pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras.

Rago, prosseguindo, fala aqui, em termos gerais, sobre a escrita da História e não especificamente em relação à subárea da História Antiga. Para ela (1995, p. 81) a inclusão das mulheres no campo da historiografia

...tem se revelado não apenas [em] momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.

Assim, esse alargamento temático, seja pela incursão das mulheres no campo historiográfico, seja pela produção realizada pelas historiadoras, também será observado na escrita da História Antiga, no bojo do contexto efervescente de debates que, a partir das marcas da história social e cultural, reforçam a tendência historiográfica de escrita da História em termos muito mais plurais nos seus sujeitos históricos. Logo, se observa a transição de uma “historiografia menos comprometida com valores identitários e nacionais” para uma outra comprometida com a superação de uma visão elitista, aristocrática, masculina e que propõe “visões multifacetadas, atentas ao conflito”, perspectivas não normativas (SILVA, 2011, p. 5; FUNARI; SILVA; MARTINS, 2009, p. 9). E aqui quero fazer um parêntese: é por toda essa, eu diria, “revolução” de paradigmas, que vemos trabalhos, hoje, como o das professoras que apresentaram as conferências antes de mim. Prof.^a Graça de Moraes, com importante contribuição ao traçar a sua trajetória e estabelecer relações entre a filosofia antiga e a História Antiga mediante a reflexão entre a Antiguidade e a obra de Câmara Cascudo; Prof.^a Renata Garraffoni, com os estudos de recepção, incluindo a materialidade de nossas cidades na esteira da herança greco-romana; Prof.^a Ana Maria, que nos fez conhecer acerca de seu trabalho de tradução regionalista de peças teatrais gregas; Prof.^a Cecília Ames, com a reflexão sobre o campesinato italiano e a visão do outro na obra de Virgílio; e, ainda, a Prof.^a Maria Cecília, que encerrou o evento com um tema, sem dúvida, mais

que oportuno: a Musa Mnemósine, soberana nos meandros da memória. Trabalhos esses preciosos – e que, simultaneamente, impactam e são representativos da produção historiográfica no Brasil.

É diante desse contexto de afirmação de paradigmas que reconhecem os diferentes sujeitos históricos, que se desenvolve e se estabelece uma expansão do interesse feminino pelos estudos clássicos e orientais. Em 2020, observamos, portanto, um cenário completamente distinto do mapa das décadas de 1980 e 1990, muito embora a paisagem atual esteja estreitamente relacionada à própria ação dos profissionais dessas décadas que investiram na formação de uma nova geração de historiadores. Houve aumento expressivo do número de especialistas e visível atuação desses antiquistas em Programas de Pós-graduação já existentes, por um lado, e uma tímida, porém importante, política de criação de novas Pós-graduações, por outro, que possibilitam a expansão de ofertas de vagas ao(à) interessado(a) em se especializar no estudo sobre o mundo clássico e oriental. Em relação aos conclaves acadêmicos, evidenciam-se a pujança de pesquisas e a diversidade de abordagens e instrumentais teórico-metodológicos adotados pelos historiadores nacionais, bem como, ainda, a variedade de temas e documentos utilizados para compreender as histórias da Grécia e Roma Antigas, produção histórica ainda majoritária de escrita e ensino no Brasil. De fato, em termos de sociedades clássicas, ainda se percebe um desnível importante. Houve ampliação significativa de especialistas femininas brasileiras com formação em Roma (em especial, em Principado e Antiguidade Tardia) e, em menor número, formação em Grécia. Isso fica claro mediante um levantamento simplificado realizei junto às informações disponíveis na página do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA) da Associação Nacional de História (Anpuh), apenas para ilustrar o que agora afirmo. Dentro de um universo de 57 historiadoras com vínculo institucional (**Fig. 1**), a sociedade romana (Principado e Antiguidade Tardia, principalmente) aparece como predominante na formação das historiadoras em mundo antigo.

Fig. 1

O tema de formação das especialistas em estudo sobre a Antiguidade (Informações da base de dados do GTHA)¹²

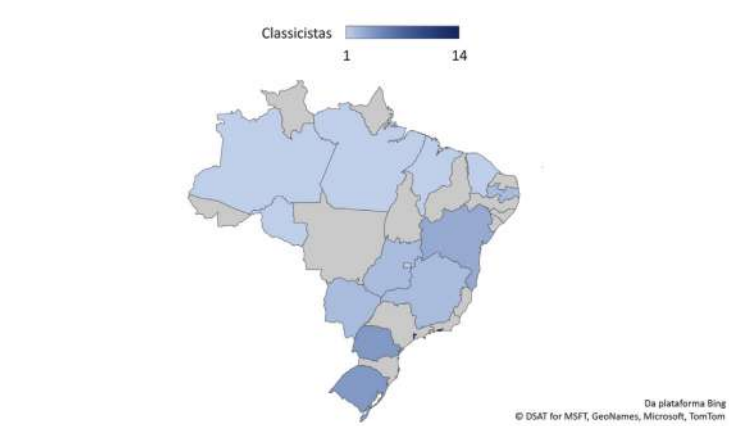


Fonte: Currículo Lattes e página do GTHA.

Do ponto de vista espacial, também podemos observar que ocorreu ampla distribuição de especialistas femininas em História da Antiguidade no território nacional (**Fig. 2**). O VIII Encontro Nacional de História Antiga do GTHA da Anpuh – com o tema “Identidade no Mundo Antigo, Pesquisa, Diálogos e Apropriações” –, no caderno de resumos, declara:

Ressaltamos que, pela primeira vez, a reunião do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA) ocorre na região Nordeste. Com o avanço dessa área do conhecimento histórico por todo o território brasileiro, acreditamos que os encontros do GT de História Antiga tornam-se cada vez mais essenciais para a manutenção do diálogo e do debate entre historiadores e professores que atuam na área. (BATISTA; VASQUES; LIMA, 2016. Apresentação)

Fig. 2
Distribuição das especialistas em Antiguidade
no território nacional em 2020



Fonte: Dados retirados da página do GTHA.

Essa expansão territorial também estabelece relação muito estreita com os polos de formação no circuito Rio de Janeiro-São Paulo, como é possível inferir dos dados extraídos do mapeamento presente na página do GTHA (**Tabela 1**). Das 12 historiadoras lotadas em instituições de nível superior nas regiões Norte e Nordeste, temos três com formação em instituições no Rio de Janeiro, e oito em São Paulo. Na região Sudeste, do total de 31 lotadas em universidades, nove tiveram a formação no Rio de Janeiro e 17 em universidades paulistas. Na região Sul, do total de oito historiadoras lotadas em universidades públicas, cinco foram formadas em universidades paulistas, e uma no Rio de Janeiro. Por fim, na região Centro-Oeste, do total de cinco classicistas, três se formaram no estado de São Paulo e uma no Rio de Janeiro. Algumas ressalvas ainda são dignas de nota: consideramos aqui o último nível de titulação, Doutorado, o que pode significar apenas parte do cenário, uma vez que a formação em *stricto sensu*, no nível do Mestrado, pode ter sido realizada em instituições distintas; mas mesmo assim, se confirma o eixo Rio de Janeiro-São Paulo como importantes e consolidados polos de formação. Não obstante, o que esse cenário apresenta é a difusão e ampliação de outros espaços de formação antes não existentes.

Tabela 1 – Instituições de origem e formação das especialistas em Antiguidade

Região	Estado	Quantidade por Estados	Instituição de Origem	Local
NORDESTE Total 10	Maranhão	1	UFRJ	Rio de Janeiro
	Ceará	1	UNESP/Assis	Assis/SP
	Rio Grande do Norte	3	MAE/USP	São Paulo
			UFRJ	Rio de Janeiro
	Paraíba	2	UFRGS	Rio Grande do Sul
			USP	São Paulo
	Pernambuco	0	Universidade de Coimbra	Coimbra/PT
	Alagoas	0	–	–
	Sergipe	0	–	–
Bahia	3	UNICAMP	Campinas/SP	
		UFF	Rio de Janeiro	
		USP	São Paulo	

Região	Estado	Quantidade por Estados	Instituição de Origem	Local
NORTE Total 3	Amazonas	1	USP	São Paulo
	Pará	1	UNICAMP	Campinas/SP
	Rondônia	1	USP	São Paulo

Região	Estado	Quantidade por Estados	Instituição de Origem	Local
SUDESTE Total 31	Espírito Santo	1	UNESP/Franca	Franca/SP
	Minas Gerais	2	UNESP/Franca	Franca/SP
			UNB	Brasília/DF
	Rio de Janeiro	14	University of Oxford	Reino Unido
			UFF	Rio de Janeiro
			PUC/RJ	Rio de Janeiro
			PUC/RJ	Rio de Janeiro
			USP	São Paulo
			UNICAMP	Campinas/SP
			UFRJ	Rio de Janeiro
			USP	São Paulo
			UFF	Rio de Janeiro
			UFF	Rio de Janeiro
			UFF	Rio de Janeiro
			UFF	Rio de Janeiro
			UFF	Rio de Janeiro
			UFMG	Belo Horizonte
	São Paulo	14	UNESP/Assis	Assis/SP
			Université de Caen	França
			USP	São Paulo
			USP	São Paulo
			MAE/USP	São Paulo
			FFLCH/USP	São Paulo
UNICAMP			Campinas/SP	
USP			São Paulo	
USP			São Paulo	
FFLCH/USP			São Paulo	
USP			São Paulo	
FFLCH/USP			São Paulo	
		University of London	Reino Unido	
		UNICAMP	Campinas/SP	

Região	Estado	Quantidade por Estados	Instituição de Origem	Local
SUL Total 8	Paraná	4	UFF	Rio de Janeiro
			UNICAMP	São Paulo
			USP	São Paulo
			UNICAMP	Campinas/SP
	Rio Grande do Sul	4	USP	São Paulo
			Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne	França
			USP	São Paulo
			UNESP/Franca	Franca/SP

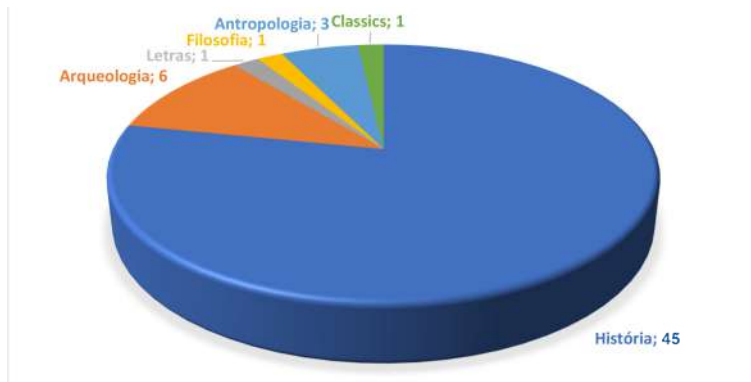
Região	Estado	Quantidade por Estados	Instituição de Origem	Local
CENTRO-OESTE Total 5	Distrito Federal	1	University of Cambridge	Reino Unido
	Goiás	2	USP	São Paulo
			USP	São Paulo
	Mato Grosso do Sul	2	UFRJ	Rio de Janeiro
			UNICAMP	Campinas/SP

Fonte: Currículo Lattes e página do GTHA. Universo de 57 historiadoras.

No território nacional de 2020, a História Antiga, com formação e ensino especializados, é muito mais acessível em diferentes espaços. Voltando à programação do VIII Encontro Nacional de História Antiga do GTHA da Anpuh, esse evento apresenta outras características importantes da produção historiográfica brasileira recente acerca do mundo antigo: 1) aproximação mais efetiva entre duas áreas de conhecimento que se referem ao mundo antigo, a Arqueologia Clássica e a História Antiga; 2) apresentação de estudos sobre as sociedades orientais, temas categorizados sob a rubrica de “usos do passado”; 3) inclusão de trabalhos sobre toda uma gama de “produtos da indústria cultural” (ROSA; MARQUES; TACLA; MENDES, 2011, p. 9-11).

A formação das especialistas em mundo antigo está vinculada a uma tríade: interdisciplinaridade (formações que estão entre História, Arqueologia, Letras e Filosofia, vide **Fig. 3**); internacionalização (ainda com a Europa como destino mais recorrente, prioritariamente Inglaterra e França); pluralidade de tipos de documentos (textual e cultura material). Gerações de historiadoras são produto do *linguistic turn* e do *spatial turn*, do debate sobre a popularização do conhecimento e reconhecimento da pluralidade de sujeitos históricos e visibilidade das minorias (mulheres, operários, escravos, negros, indígenas/aborígenes/autóctones) ou, para melhor definir, recorrendo à expressão de Michelle Perrot (1988),¹³ “os excluídos da história”. A esse repertório, agregam-se os estudos de recepção e a preocupação com o ensino de História Antiga, como, inclusive, pudemos observar nas Conferências apresentadas no XXX Ciclo de Debates do Lhia.

Fig. 3
A área de formação das especialistas em Antiguidade



Fonte: Currículo Lattes e página do GTHA. Universo de 57 historiadoras.

Por fim...: a importância dos “diferentes lugares da reflexão histórica”¹⁴

A pluralidade de perspectivas [em razão da diversidade de historiadores, produtores de conhecimento, provenientes de distintos lugares sociais] vivenciada nos últimos anos significou a mudança nas escolhas dos objetos de pesquisa e, por conseguinte, uma maior ampliação de temas, de abordagens, de escolha de arcabouço teórico-metodológico. Houve também um incentivo particular: fomos levados a uma reflexão mais detida sobre o próprio campo da nossa produção histórica e do ensino, embora com necessidade de maior investimento para também multiplicar as visões no ensino da História Antiga nos níveis de formação básica. A História Antiga pesquisada e ensinada no Brasil tende a ser muito mais plural do que imaginávamos há duas décadas.

A inserção de estudos – sobre a África Antiga, as sociedades do Oriente, o deslocamento para uma história dos subalternos, a diversificação de tipos de documentos e alteração de uma visão normativa para uma outra que percebe a complexidade das relações sociais e políticas – é inclusiva e humanista. De fato, Chimamanda Adichie (2019) já havia destacado *os perigos de uma história única*: poderíamos nos ver encapsulados em uma percepção única acerca de uma humanidade que é complexa. Avançamos

muito na subárea da História Antiga, como bem destacou o professor Fábio Faversoni em comentário posterior a estas breves reflexões. De fato, a realidade, nessa subárea, é que estamos mais plurais e as vozes muito mais amplificadas, embora o muito ainda a ser feito em termos de escrita, pesquisa e ensino de História Antiga. E, justamente por isso, hoje não nos causa estranheza conceber um evento como este XXX Ciclo de Debates em História Antiga, promovido pelo Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lhia/UFRJ), em que o comparecimento feminino é, irreversivelmente, tão presente.

E mais significativo ainda depois da promulgação da Lei nº 14.038, de agosto de 2020, que reconheceu todos os especialistas, homens e mulheres, da escrita da História no Brasil como historiadores, e a partir da qual experienciamos hoje, portanto, o status pleno de uma profissão específica: a de historiador. Nesse contexto, certamente o Lhia e a UFRJ têm espaço importante de contribuição para essa realidade dos estudos clássicos e orientais no Brasil que se quer plural, interdisciplinar, internacionalizada, e com o reconhecimento da consolidação da presença feminina na produção historiográfica nacional sobre o mundo antigo.

Documentação escrita

ANNA COMNENA. *The Alexiad*. Trad. Elizabeth A. S. Dawes. Cambridge: In Parentheses Publications, 2000.

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 ago. 2020, Seção 1, p. 4.

MARCELLINUS. The life of Thucydides. Trad. Ian Plant. *Ancient History: Resources for Teachers*, v. 46, p. 117-144, 2017.

Referências bibliográficas

BARNES, T. D. *Ammianus Marcellinus and the representation of historical reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

BEARD, M. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Crítica, 2018.

BENESS, J. L.; HILLARD, T. W. Ancient history, archaeology, and classical studies. In: SPONGBERG, M.; CAINE, B.; CURTHOYS, A. (eds.). *Companion to Women's Historical Writing*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2005, p. 5-15.

- BESSELAAR, J. Van Den. Heródoto, Pai da História. *Revista de História*, v. 24, n. 49, p. 3-26, 1962.
- BINGEN, J. *Pausanias Historien*. Vandoeuvres: Fondation Hardt, 1996.
- BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. P. A. *Arqueologia do Mediterrâneo antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, 2011.
- CARDOSO, C. F. Prefácio. In: POZZER, K. M. P.; SILVA, M. A. de O.; PORTO, V. C. *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 7-9.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Regulamentação da profissão de historiador no Brasil: muitas oportunidades e um risco considerável. *Café História* – história feita em cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/regulamentacao-da-profissao-de-historiador-riscos-opportunidades/>. Publicado em: 24 fev. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 27 fev. 2021.
- CARVALHO, M. M. de; FUNARI, P. P. A. Os avanços da História Antiga no Brasil: Algumas ponderações. *História*, v. 26, n. 1, p. 14-19, 2007.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-199, 1991.
- CHIMAMANDA, A. N. *O perigo de uma história única*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Presença, 1978.
- FRANCISCO, G. S. O lugar da História Antiga no Brasil. *Mare Nostrum*, v. 8, n. 8, p. 30-61, 2017.
- FUNARI, P. P. A. *A História em sua integridade: a propósito da Base Nacional Comum Curricular*. 2016. Parecer solicitado pelo Ministério da Educação e pela Associação Nacional de História sobre a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://www.academia.edu/22106025/A_Historia_em_sua_integridade_a_prop%C3%B3sito_da_Base_Nacional_Comum_Curricular. Acesso em: 06 dez. 2020.
- _____; GARRAFFONI, R. S. Considerações sobre Salústio historiador. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. O. (orgs.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 399-412.
- _____; _____. *Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito*. Campinas: Unicamp, 2016.
- _____; _____. Salústio e a historiografia romana. In: JOLY, F. D. (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 65-76.

- GONÇALVES, A. T. M. Pesquisas de História Antiga no Brasil. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, 2011.
- JOLY, F. D. Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero. *História*, v. 24, n. 2, p. 111-127, 2005.
- JUNQUEIRA, N. M. O corpo feminino na arte e literatura gregas: Heródoto e a cerâmica ática do V a.C. In: MARQUETTI F. R.; FUNARI, P. P. A. *Sobre a pele: imagens e metamorfoses do corpo*. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 51-68.
- _____. Heródoto e as mulheres egípcias: a construção dos comportamentos femininos no segundo Logos das Histórias. *Heródoto*, v. 3, n. 1, p. 188-205, 2018.
- LESSA, F. S. Dike, cidadania e mulher na polis. *Phoînix*, v. 1, p. 65-71, 1995.
- _____. O matrimônio na historiografia grega. *Phoînix*, v. 2, p. 83-89, 1996.
- _____. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2004.
- _____. *Mulheres de Atenas: Méliッサ – Do gineceu à Agora*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- LIBLIK, C. S. F. K. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Curitiba: UFPR, 2019.
- LIMA NETO. *Bandidos e elites cidadinas na África Romana: um estudo sobre a formação de estigmas com base nas Metamorfoses de Apuleio de Madaura (século II)*. Vitória: Edufes, 2016a.
- _____. *Entre a filosofia e a magia: o caso da estigmatização de Apuleio na África Romana (século II d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2016b.
- MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. *Igreja, mobilização popular e ação coletiva na África Romana, do século IV ao século V*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- _____. *Potestas Populi: participation populaire et action collective dans les villes de l’Afrique romaine tardive (vers 300-430 apr. J.-C.)*. Turnhout: Brepols, 2012.
- _____. Le “pouvoir du peuple”: une émeute à Hippone au début du Ve siècle connue par le sermon 302 de saint Augustin pour la fête de saint Laurent. *Antiquité Tardive – Revue Internationale d’Histoire et d’Archéologie (IVe-VIIe siècle)*, v. 12, p. 309-324, 2004.
- _____. “Vt maiores pagani non sint!” Pouvoir, iconoclasme et action populaire à Carthage au début du Ve siècle (saint Augustin, Sermons 24, 279 et Morin 1). *Antiquité Tardive – Revue Internationale d’Histoire et d’Archéologie (IVe-VIIe siècle)*, v. 14, p. 245-262, 2006.

_____. O “clamor do pobre” e o “poder do povo”: pobreza, cidadania e ação coletiva nas cidades da África Romana Tardia. *Varia Historia*, v. 29, n. 50, p. 383-393, 2013.

_____. “Morto pelas mãos do povo”: rituais de execução e justiça popular na antiguidade tardia. *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 27, n. 1, 2014.

_____. Late Antiquity: The Age of the Crowds? *Past & Present*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz063>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MAITLAND, J. ‘Marcellinus’ Life of Thucydides: Criticism and Criteria in the Biographical Tradition. *The Classical Quarterly – New Series*, v. 46, n. 2, p. 538-558, 1996.

MARQUES, J. B. A ideia de História em Tito Lívio. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. O (orgs.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 469-494.

MARQUES, J. B. Políbio. In: JOLY, F. D. (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 45-63.

MARTINS, P. Texto e imagem: História – Como se faz a História sob(re) Otávio/Augusto. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. (orgs.). *O. A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 437-468.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *La historiografía griega*. Barcelona: Crítica, 1984.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.

PLANT, I. *Women writers of Ancient Greece and Rome: An Anthology*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004.

_____. Women historians of ancient Greece and Rome. *Ancient History: resources for teachers*, v. 41-44, p. 77-92, 2015.

_____. Ancient World. In: SPONGBERG, M.; CAINE, B.; CURTHOYS, A. (eds.). *Companion to Women’s Historical Writing*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2005b, p. 15-19.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. L. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 81-91.

RAMÓN PALERM, V. M.; RODRÍGUEZ HORRILLO, M. A. A ideia de História em Suetônio. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. (orgs.). *O. A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 577-599.

RODRIGUES, J. H. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROSA, C. B. A quem julgas apropriado escrever a história? O orador e o historiador no *De Oratore* de Marco Túlio Cícero. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. (orgs.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 335-363.

SILVA, H. R. da. Prefácio. In: ROIZ, D. da S. *Para ser historiador no Brasil: a história de um país e o ofício de historiador entre Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. São Paulo: Alameda, 2020, p. 13-19.

SILVA, G. J. da. Os avanços da História Antiga no Brasil. In: **XXVI Simpósio Nacional de História, Anpuh: 50 Anos, 1, 2011. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, Associação Nacional de História, n. 1, p. 1-31, 2011.**

_____; FRANCISCO, G. S. (eds.). Homenagem a Pedro Paulo Abreu Funari I. *Heródoto*, v. 2, n. 2, 2017.

_____; _____. (eds.). Homenagem a Pedro Paulo Abreu Funari II. *Heródoto*, v. 3, n. 1, 2018.

SILVA, G. J.; SILVA, M. A. (orgs.). O. *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, G. V. *Os antigos e nós: ensaios sobre Grécia e Roma*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, SEAD, 2014.

SILVA, Z. L. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

SMITH, B. G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

TACLA, A. B.; MENDES, N. M.; CARDOSO, C. F.; LIMA, A. C. C. (orgs.). *Uma trajetória na Grécia Antiga: homenagem a Neyde Theml*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

VILIMOVIC, L. *Structure and features of Anna Komnene's Alexiad: emergence of a personal history*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019.

¹ A proposta de fortalecer as bases de formação junto aos alunos de Graduação mediante programas de Iniciação Científica emergiu em 2001, durante a realização do XXI Simpósio Nacional de História e a partir da primeira reunião do recém-criado Grupo de Trabalho de História Antiga, que, conforme Gilvan Ventura da Silva (2001, Editorial), “é o resultado de um conjunto de iniciativas desenvolvidas por pesquisadores da área visando a estabelecer um novo e permanente fórum de discussões acadêmicas sobre a Antiguidade no Brasil”. Em 2014, iniciei as reflexões acerca da produção de conhecimento sobre o mundo antigo no Brasil, as quais resultaram numa apresentação no IV Congresso Internacional de Estudos Clássicos em México que se intitulou *Os clássicos na produção historiográfica brasileira contemporânea: as áreas de conhecimento, as abordagens e os temas*. Naquele momento, se observava ter havido “um aumento expressivo do número de especialistas na área; uma visível atuação destes em Programas de Pós-graduação já existentes; uma tímida mas importante política de criação de novas Pós-graduações que possibilitam a expansão de ofertas de vagas ao especialista”, mas, sobretudo, “um avanço significativo na quantidade de conclaves acadêmicos que ocorrem ano a ano no Brasil. Esses eventos evidenciam a pujança de pesquisas, a diversidade de abordagens e instrumentais teórico-metodológicos adotados pelos historiadores nacionais, bem como ainda apresentam a variedade de temas e documentos utilizados para compreender as histórias da Grécia e Roma antigas. Em especial, o uso da cultura material em estudos históricos tem aumentado significativamente. São iniciativas tanto individuais quanto coletivas, suscitadas por eventos em nível universitário, que contribuem para uma ampliação das temáticas, estimulando novos debates. Difícil imaginar, por exemplo, há algumas décadas, um estudo nacional que se fundamentasse em grafites, em iconografias, em numismática, em estatuária. Assim, a História Antiga e Clássica escrita no Brasil, além de apresentar uma vitalidade particular, um alargamento de tipos e categorias de documentos, se caracteriza ainda por um movimento interdisciplinar importante”. Em seis anos, ou seja, em 2020, novos desenvolvimentos e ampliações ocorrem, a exemplo da preocupação dos especialistas com a ampliação da concepção de sociedades antigas, reconhecendo mais conteúdos na subárea de História Antiga, como as sociedades orientais, bem como o aumento de estudos sobre recepção, e com o ensino de História Antiga nos cursos básicos. Além disso, gradual inserção também de novos sujeitos históricos, como categorias subalternas, estudos sobre gênero e história das mulheres, ensino e pesquisas sistemáticas sobre História da África no mundo antigo (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2001, 2004, 2006, 2012, 2013, 2014, 2020; LESSA, 1995, 1996, 2004, 2010; JUNQUEIRA, 2016, 2018; LIMA NETO, 2016a, 2016b).

² A criação e multiplicação de centros, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisas sobre a Antiguidade em várias regiões do território nacional também denotam a vitalidade e a ampliação da subárea: Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (Nehmaat — UFF); Núcleo de Estudos da Antiguidade (Uerj); Laboratório de História Antiga (Lhia — UFRJ); Maat — Núcleo de Estudos de História Antiga (UFRN), *Vivarium* — Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (originalmente na UFMT; em 2013, expandiu com Núcleos

no Nordeste (Ufba), Centro-Oeste (UFMT) e Sudeste (Universidade Federal do Triângulo Mineiro); Nereida — Núcleo de Estudos de Representações e Imagens da Antiguidade (UFF); Nero — Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo (Unirio); Nemed — Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR); Centro do Pensamento Antigo (CPA — Unicamp); Labeca — Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (MAE-USP); Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (Unesp/Assis); Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (Ceia-UFF); *Mnemosine* — Laboratório de História Antiga e Medieval (Ufma); Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir-USP), que apresenta seções regionais (Leir-ES; Gleir-Unesp/Franca; Leir-Ufop; Leir-UFG; Leir-Unirio; Leir-UFTM; Leir-Unipampas; Leir-UFCG).

³ Foi imprescindível a ação do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA) e da Associação Nacional de Historiadores (Anpuh) para que se reintroduzissem os conteúdos sobre as sociedades antigas no currículo de ensino básico e fundamental.

⁴ Há alguns anos, na obra intitulada *Um outro mundo antigo*, se fez sentir a importante necessidade de inclusão e/ou maior difusão de conteúdos sobre o mundo antigo oriental. Na abertura do Prefácio dessa obra, Ciro Flamarion Cardoso (2013, p. 7) já anunciava: “O título escolhido para este livro coletivo, *Um outro mundo antigo*, parece usar o adjetivo “outro” atribuindo-lhe dois sentidos diferentes. O primeiro deles aponta para as escolhas conducentes ao vasto campo temático coberto, em especial, para a forte presença dos estudos orientais, pouco usual no Brasil — presença, mesmo, da história da Índia e do Extremo Oriente, ainda menos frequentada, ordinariamente, nas pesquisas sobre a Antiguidade neste país. O segundo sentido do adjetivo “outro” indica que, em muitos dos capítulos que integram o volume, houve o desejo de romper com os ângulos ordinários de enfoque e com o que os franceses chamariam de *idées reçues*. Em ambos os sentidos, nota-se a vontade de trilhar novos caminhos”.

⁵ E a nossa tradição clássica pode remontar aos jesuítas, pioneiros nos estudos clássicos (SILVA, 2014, p. 8-10).

⁶ Com a instituição da universidade em território nacional mediante a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a criação simultânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, se instituiu também a disciplina de História Antiga como parte integrante da grade curricular do curso de História (SILVA, 2011, p. 6). Helenice Rodrigues da Silva (2020, Prefácio, p. 13-14) define ainda mais o desenvolvimento da história profissional no Brasil. Nas palavras dessa historiadora: “Se no Brasil a definição de um campo de pesquisa específico só começou a ser constituído nos anos 1930, com a criação dos primeiros cursos de Geografia e História, sendo por isso consideravelmente tardia em relação a outras partes do mundo, tampouco se vive aqui situação adversa à vivida na Europa ou na América do Norte. E em razão de os mesmos impasses serem aqui sentidos, e talvez até com maior intensidade do que em outros países, porque no Brasil a apropriação de modelos teóricos e metodológicos sempre esteve a alicerçar o(s) campo(s) de estudo(s), e a França sempre foi aqui um “grande paradigma” — e só a partir do final dos anos 1980 foi que começou a haver uma mudança considerável na história da historiografia e nos estudos históricos aqui praticados, com as traduções e discussões de autores ingleses, alemães, italianos e norte-americanos, que desde então têm se tornado cada vez mais férteis e promissoras entre nós historiadores...”. E o primeiro historiador que

expressa a preocupação com a escrita da história e os processos históricos parece ter sido José Honório Rodrigues, em sua obra *História e os historiadores do Brasil*, publicada em 1965.

⁷ Sobre a concepção de história nesses autores mencionados, vide Moura (2017, p. 115-130); Collingwood (1978, p. 60-63); Momigliano (1984, p. 226-256; 2004, p. 195-201); Marques (2007, p. 45-63, 469-494); Funari; Garraffoni, (2017, p. 399-412; 2016; 2007, p. 65-76); Joly (2005, p. 111-127; 2017, p. 531-550); Ramón Palerm; Rodríguez Horrillo (2017, p. 577-599); Bingen (1996); Jeffreys; Croke; Scott, (1990); Barnes (1998).

⁸ Várias coletâneas apresentam o cânone de historiadores da Antiguidade e a característica da escrita da história no mundo clássico. Para uma lista mais completa de historiadores do mundo clássico antigo, vide Michael Grant (2005); John Marincola (2007); Andrew Feldherr (2009); Susan Sorek (2012); Maurício Parada (2012); Véronique Sales (2011); Glaydson José da Silva e Maria Aparecida de Oliveira Silva (2017).

⁹ Ainda hoje, embora a percepção sobre a escrita da história seja distinta, ainda é necessário tornar visível a prática de escrita da história realizada por mulheres, uma vez que ainda permanecem raramente reconhecidas ou mencionadas quando o tema é a prática histórica e o exercício da escrita da história. Conferir, por exemplo, as obras: *Os historiadores*, organizada por Véronique Sales (2011), em volume único, *Os historiadores clássicos da História*, em 4 volumes, organizada por Maurício Parada (2012-2018), *Historiadores do nosso tempo*, organizada por Marcos Antônio Lopes e Sidnei J. Munhoz, publicada em 2010 e que inclui as historiadoras Michelle Perrot e Nathalie Zamon Davies. Em capítulo no livro *Cultura histórica em debate*, organizado por Zélia Lopes Silva, Margareth Rago (1995, p. 81-91) reflete sobre as mulheres na historiografia brasileira, mas será em outra obra, mais recente, de 2019, que veremos com mais evidência a lacuna historiográfica, a ausência de visibilidade da escrita da história realizada por mulheres: Carmem Sílvia da Fonseca Kummer Liblik escreve sobre a trajetória de historiadoras brasileiras, entre 1934 e 1990, e com um título bem sugestivo, *Uma história toda sua*, indica já a necessidade de conhecermos mais mulheres, historiadoras, que contribuem para a escrita da história no Brasil, em particular, uma vez que, mundialmente, já é possível observar o investimento em publicações nessa direção, a exemplo de uma obra dedicada às particularidades da escrita da história por mulheres: *Companion to Women's Historical Writing*, organizada por Mary Spongberg, Ann Curthoys e Barbara Caine. Poderíamos ainda mencionar a produção de um banco de dados para realizar um levantamento global de especialistas em História Antiga, o Woah – Women of Ancient History (<https://woah.lib.uiowa.edu/>).

¹⁰ De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9): “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória”.

¹¹ Professor na Macquarie University, Melbourne, Austrália, que tem se dedicado ao tema e que, gentilmente, me cedeu artigos e publicações de sua autoria quando soube que eu trataria do tema das mulheres e a escrita da História Antiga no Brasil, nesse evento.

¹² Formação no último nível de titulação, Doutorado.

¹³ Obra por meio da qual a historiadora francesa ficou conhecida no Brasil.

¹⁴ O subtítulo aqui utilizado é em menção à seção encontrada em obra organizada por Zélia Lopes Silva (1995), *Cultura histórica em debate*.

NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DO ESTADO NO EGITO ANTIGO^{***}

Alexandre Galvão Carvalho^{***}

Resumo: *O Estado faraônico não deve ser entendido a partir dos pressupostos do Estado Moderno. A historiografia atual tem enfrentado o tema diante de novas perspectivas, voltando-se para os limites do exercício da autoridade, as redes de poder sustentadas pela elite e suas instituições, a formação e transformação dos setores dominantes e as relações de poder entre o centro e as províncias. Por outro lado, as condições de possibilidade do surgimento do Estado devem ser pensadas a partir das lógicas sociais e das relações de produção do Pré-Dinástico. Explorando os trabalhos de Marcelo Campagno, Juan Carlos Moreno García e Ciro Flamarion Cardoso, procuramos explicitar esse novo enfoque, destacando as estratégias utilizadas pela monarquia para criar as condições de sua manutenção, por meio das articulações com as elites locais, da organização do trabalho e dos elementos constitutivos da legitimidade estatal.*

Palavras-chave: Egito Antigo; Estados Antigos; elites.

NEW INTERPRETATIONS ON THE CONDITIONS OF STATE EMERGENCE IN ANCIENT EGYPT

Abstract: *The Pharaonic State should not be understood from the assumptions of the Modern State. The current historiography has faced the theme from new perspectives, turning to the limits of the exercise of authority, the networks of power supported by the elite and its institutions, the formation and transformation of the dominant sectors and the power relations between the center and the provinces. On the other hand, the conditions of possibility of the emergence of the State must be thought from the social logics and the production relations of the Pre-Dynastic. Through the work*

* Recebido em: 20/05/2021 e aprovado em: 25/07/2021.

** Gostaria de agradecer à Maria Thereza Davi João, pelas generosas sugestões e por algumas orientações para o artigo.

*** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: alexandre.galvao@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4990-0742>.

of Marcelo Campagno, Juan Carlos Moreno García and Ciro Flamarion Cardoso we seek to explain this new approach, highlighting the strategies used by the monarchy to create the conditions for its maintenance through articulations with local elites, the organization of labor and the constitutive elements of state legitimacy.

Keywords: *Ancient Egypt; Ancient States; elites.*

Comunidades aldeãs, parentesco e reciprocidade no Pré-Dinástico

As sociedades pré-estatais se organizam no âmbito comunal, marco mais amplo para o estabelecimento de relações sociais permanentes. No caso do Egito Antigo, durante o Quarto milênio, as diversas populações que habitavam o Vale do Nilo e o entorno do deserto praticavam a caça, criavam gado, faziam cerâmica, trabalho de couro, fição, tecelagem, cordoaria, trabalhos com madeira e pedra (para ferramentas), pescavam e exerciam a agricultura, que se tornou dominante no Egito por volta de 3900-3650 a.e.c, no chamado Pré-Dinástico médio, Nagada I. No final do Pré-Dinástico e ao longo do Terceiro milênio, por volta de 3400-2700 a.e.c., transformações importantes moldaram o sistema técnico egípcio, com a presença de lâminas, tijolos crus, aparecimento da mineração e aprimoramento da metalurgia do cobre, com a emergência da carpintaria, aperfeiçoamento da tecelagem e fabricação da cerâmica de torno. Após o advento da produção de alimentos, as interações intranilóticas se aceleram e se consolidam a domesticação de animais e cultivo de plantas, iniciando-se a agricultura baseada na irrigação parcialmente artificial (CARDOSO, 2014, p. 60; HASSAN, 1988, p. 163). Essas comunidades sedentárias se envolveram em intercâmbios intercomunais de forma mais acentuada do que os pequenos grupos de caçadores-coletores móveis. A exogamia, necessária pelo pequeno tamanho da comunidade, facilitou a transmissão de ideias e artefatos. Barcos sofisticados e elaborados foram usados por volta de 3600 a.e.c. (Nagada tardio), contudo barcos e canoas mais simples já eram utilizados desde 4500 a.e.c., demonstrando que o transporte fluvial facilitou contatos intranilóticos em todo o Pré-Dinástico (HASSAN, 1988, p. 150).

Esse cenário se desenvolve no seio das comunidades aldeãs, cuja lógica básica de organização social era caracterizada por laços comunitários solidários entre seus membros, pela união entre o artesanato e a agricultura,

pela terra “comunitária” atribuída em usufruto às famílias, pelo controle coletivo da água e das instalações de irrigação, além do predomínio do parentesco e da reciprocidade, associados a certas formas de liderança e conselhos locais.

O parentesco modela as práticas sociais e, no âmbito ideológico, se ampara na crença de que todos os membros da comunidade descendem de um antepassado comum, criando laços com entidades sobrenaturais – personagens míticos, heróis e deuses. Essa lógica é reforçada pelas práticas mortuárias, estabelecidas com os mesmos critérios inerentes ao parentesco, a exemplo da disposição e formas das tumbas, com o objetivo de inseri-las permanentemente no âmbito da comunidade, por meio de oferendas – alimentos, ornamentos e ferramentas –, com o fim de manter as atividades vitais do morto no mundo *post-mortem*. Além disso, tais práticas reforçam os laços de reciprocidade dos vivos com seus parentes, pois, ao depositar dons para os mortos, estes poderiam retribuir tais presentes em termos sobrenaturais, protegendo seus descendentes e estimulando a fertilidade da terra para a comunidade (CAMPAGNO, 2018, p. 25-37).

Desde o final do Pré-Dinástico, as comunidades aldeãs já apresentavam uma nítida hierarquização social interna, que se acentua nos milênios seguintes. A presença de chefes nas aldeias não é incompatível com a lógica do parentesco, pois sua liderança está amparada na crença de uma relação próxima do chefe e/ou de sua família com o antepassado comum a todos os membros da aldeia, além dos vínculos recíprocos entre o chefe e a comunidade, por meio dos bens entregues ao chefe e sua família como contrapartida dos serviços e obrigações que ele tem com a comunidade (CAMPAGNO, 2018, p. 28-29). Apesar das divergências no seio da literatura etnográfica, parece-nos factível que o papel dessa autoridade não institucionalizada, caracterizada como chefia, é efêmero e assentado no prestígio. A suposição por parte da sociedade de que as capacidades dos líderes são realmente superiores é o que lhes outorga poder. Sua influência é reforçada pelo seu magnetismo e generosidade na redistribuição de bens, sem dispor, no entanto, de meios formais para impor sua autoridade de forma perene.

Algumas tumbas no vale do Nilo do período Badariano, de maiores tamanhos, com a presença de bens de prestígio, estabelecidas em setores diferenciados no cemitério, indicam a presença de uma elite em posições de comando de tipo religioso, militar e político-administrativo, cuja legitimação ideológica se ampara, em grande parte, em uma realeza sagrada, aspecto

que subtrai os princípios do parentesco, pois os líderes se apresentam como exteriores à ordem parental. A tumba 100 de Hierakômpolis (Nagada IIC) reafirma atos de indivíduo com utilização de cetros sobre prisioneiros em rituais similares aos da realeza sagrada do período estatal, em particular, a salvaguarda do cosmos frente às forças do caos. Concomitantemente a diversas realezas sagradas africanas, o líder é visto como personagem cósmico, conectado com a natureza. A identificação com o divino aparece nos símbolos emblemáticos do rei na sua condição de Hórus, os *serekhs*, já retratados no começo da fase Nagada III (CAMPAGNO, 2018, p. 68-72).

Do ponto de vista das forças produtivas, as fragilidades do sistema técnico foram compensadas pela racionalidade das forças produtivas humanas, em particular, pela organização do trabalho – divisão e especialização adequadas do trabalho – agrícola e irrigação artificial, estimulada pelo processo de diminuição do nível das cheias do Nilo. No centro da economia egípcia, a irrigação por meio de tanques esteve a cargo das comunidades aldeãs, sendo fator central na formação de estruturas regionais de poder, com uma ética coletivista, que perdurou após o estabelecimento do Estado, mas não foi condição *sine qua non* para a emergência do Estado faraônico, apesar de o aumento da produção de alimentos ter reforçado a concentração de poder em todos os âmbitos, desde o Pré-Dinástico. Portanto, em torno da irrigação, tomou forma a agricultura irrigada, responsável por um equilíbrio ecológico/técnico/demográfico eficiente em relação ao uso da terra, o que resultou na expansão da produção e no aumento de alimentos ao longo do tempo, adaptados a disponibilidades variáveis de tempo e força de trabalho (CARDOSO, 2014, p. 47-56; 2008, p. 116).

A tendência autárquica das aldeias foi fator relevante na manutenção das estruturas comunitárias tradicionais, e permaneceu após o aparecimento do Estado faraônico. As relações de reciprocidade foram fortalecidas por práticas inibidoras do comércio e do individualismo, e a solidariedade comunal, reforçada por um sistema de presentes recíprocos e de favores entre membros da comunidade, a exemplo do “empréstimo de cereais”, que nada tinha a ver com a lógica comercial ou de barganha, e sim de ajuda àqueles que se encontravam mais necessitados. A reciprocidade entre famílias foi mantida por muito tempo e mesmo no Reino Novo, exemplos relevantes aparecem em numerosos *ostracos* de Deir el-Medina, com a presença de listas de nomes, seguidos pela menção de alimentos ou pequenos objetos de usos diários, dados a um único homem, durante o noivado de sua famí-

lia, e provavelmente consumidos no evento. O objetivo das anotações era refrescar a memória do recebedor, visto que, em algum momento, ele teria a obrigação de retribuir com presente similar em ocasião futura. Outro grupo de *ostracos* revela um sistema de crédito aberto, no qual a compra de um boi era paga com vários objetos. O vendedor exigia várias mercadorias pela venda do boi e o comprador pedia a seus parentes, amigos e vizinhos os artigos necessários, que, em geral, eram dados a ele, sendo que o seu credor passava a ser esse doador das mercadorias, que, em futuro próximo, solicitaria dele também mercadorias ou serviços. Portanto, todos os membros da comunidade podiam ser devedores e credores de várias outras pessoas, regidos por um rígido controle social. Jansen² chamou esse modelo de “reciprocidade generalizada”, no qual as relações de troca estão submetidas à manutenção das boas relações, em vez do ganho a curto prazo, com pouca interferência do Estado e como oposição a trocas mercantis, pois as doações estavam amparadas por equivalências substitutivas, quando um bem pode ser substituído por outro com o mesmo valor, validadas pelos costumes (JANSEN, 1982, p. 254-258; 1994, 129-136).

Um fator fundamental no controle da mão de obra consistiu na urbanização, pois a separação entre cidade e campo foi propícia à divisão social do trabalho. Iniciada no período Pré-Dinástico, no Vale do Nilo, e expandindo-se posteriormente para o norte, a concentração populacional foi fruto de processos migratórios de grupos diversos que acorreram para pontos nodais e integraram-se a grupos parentais preexistentes, como no caso de Hierakômpolis, em que se constituíram espaços intersticiais que também subtraíam a lógica parental, pois abriam espaço para relações de dependência de patronato e clientela (CAMPAGNO, 2018, p. 61-67; CARDOSO, 2014, p. 39-46).

Finalmente, as guerras intracomunitárias desembocaram na conquista de algumas comunidades por outras, o que provocou o enfraquecimento da lógica parental e dos princípios de reciprocidade. As disputas entre as elites pelo acesso a correntes de troca e territórios com minerais, com o objetivo de obter bens de prestígio, parecem ter sido os motivos dos enfrentamentos bélicos. No caso de uma conquista permanente dos vencedores sobre os vencidos, novos laços eram criados para além do parentesco (CAMPAGNO, 2018, p. 60-61). Esses conflitos, retratados pela iconografia como momentos de desequilíbrio e desordem, enunciam um mundo em conflito, real ou potencial, entre o caos e a ordem. O tema da contenção das forças da

desordem, no plano humano e cósmico, esteve presente na história faraônica e encontra suas raízes nas guerras do Pré-Dinástico (KEMP, 1996, p. 66). Assim, a campanha militar liderada por Narmer nos parece o ápice de um processo de integração regional por meio de alianças e guerras, as quais devem ter acontecido por, pelo menos, 250 anos ou mesmo 12 gerações (HASSAN, 1988, p. 172).

O nascimento do Estado faraônico

A historiografia sobre o Egito Antigo que considera o período faraônico (3100-343 a.e.c.) como uma sociedade estatal nos moldes do Estado Moderno defende os seguintes argumentos: constituição de uma ordem centralizada e burocrática; território bem definido sobre o qual faraós governavam de forma incontestes; presença de instituições e de uma sociedade hierarquicamente organizada; práticas administrativas sofisticadas, desenvolvidas por uma burocracia impessoal e uma realeza responsável pela cobrança de impostos e promulgação da justiça, além do monopólio da violência. Tal perspectiva acerca do Estado egípcio, pouco crítica em relação às fontes do período, nos parece enganosa, pois o vê como uma abstração e o restringe ao Estado Moderno, a partir de uma visão eurocêntrica, que contribui para forjar a identidade do mundo ocidental, cujas instituições são tomadas como parâmetro de operações racionais, neutras e a-históricas (MORENO GARCÍA, 2020, p. 1-3; JOÃO, 2015, p. 37).

A ideia de um poder centralizado como característica fundamental do Estado faraônico nos parece equivocada, sendo mais plausível vê-lo como o resultado de relações múltiplas e fragmentadas. Partimos da perspectiva de que o Estado é uma “relação social”, historicamente circunscrita no tempo e no espaço, que engloba os aparatos jurídicos, administrativos e relações políticas mais amplas, sendo sua dinâmica constantemente articulada por meio dessas relações (JOÃO, 2015, p. 76-79). Libertar-se da visão neoinstitucional e liberal do Estado significa compreender os Estados antigos como organizações políticas dinâmicas e duradouras em que o poder foi negociado e autoridades formais e informais limitaram e desafiaram a autoridade dos reis. Os atores sociais podiam ser membros de mais de um grupo – de parentesco e ocupacionais –, explorar as ambiguidades de sua múltipla vinculação, avaliar suas opções e, de acordo com as circunstâncias, mudar ou transferir sua lealdade para novos líderes e adotar novas crenças. Portanto, o processo

de integração política foi gerado por variáveis relações de poder, em que o grupo dominante procurava transformar, criar e dominar os recursos simbólicos e cerimoniais, permitindo a recombinação dos grupos diferenciados em uma nova coletividade social, com a finalidade de controlar a produção e a distribuição dos bens da mão de obra (YOFFEE, 2013, p. 67). Nesse sentido, as instituições devem ser entendidas como o resultado instável das relações de poder, das lutas e alianças entre os atores capazes de alterar o equilíbrio de poder (MORENO GARCÍA, 2020, p. 7-9).

Nas últimas décadas, o foco das pesquisas sobre o Egito Antigo se moveu para os limites do exercício da autoridade; redes de poder foram sustentadas pela elite e suas instituições (templos e palácio real, etc.), com especial atenção para a formação e transformação dos setores dominantes; relações flutuantes e equilíbrio de poder se deram entre o centro e as províncias; influência da geopolítica foi seguida pelo Estado egípcio, aí considerando o papel desempenhado por diferentes regiões; e houve, ainda, influência da ecologia, do acesso a recursos e rotas. Esses fatores explicam, por exemplo, o sistema político predominante no Baixo Egito (região desigualmente assentada), mais semelhante ao Levante, por um longo período, em que o poder frequentemente assumia um aspecto “confederado” e a constituição de um espaço político mais homogêneo no Alto Egito, em particular, na sua seção mais ao sul, entre Abidos e Elefantina, demonstrando que a unidade política foi uma possibilidade que prevaleceu entre outras (MORENO GARCÍA, 2020, p. 12-13).

Ao longo de três mil anos, o Egito faraônico experimentou diferentes configurações de poder (monarquia unificada, reinos regionais, império, vassalo de potências estrangeiras), apesar de as estruturas estatais reivindicarem longa continuidade política e cultural, baseadas em crenças, mitos e um conjunto complexo de instituições, valores fundamentais que forjavam sua identidade. A partir da VI Dinastia, no Reino Antigo, a elite provincial, formada por importantes famílias locais, com interesses diversos e nem sempre em pé de igualdade, ganhou grande visibilidade e passou a atuar no interior da administração (JOÃO, 2015, p. 84). Diferentemente das expressões ideológicas dos setores dominantes, o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada, tendo as elites central e locais como os principais pilares de sustentação da monarquia, ligadas por práticas e instituições informais, como a reciprocidade e o parentesco, elementos fundamentais para a sobrevivência e reprodução estatal.

O Estado egípcio demonstrou capacidade de intervenção no tecido social superior à lógica pré-estatal, pela sua capacidade de interferir, monopolizar, recodificar e reorientar. A mobilização de mão de obra para a construção de grandes empreendimentos exigia capacidade logística relacionada com a extração de tributos em espécie e trabalho da maioria da sociedade. Esse processo, apesar de retirar o camponês de seu universo aldeão para outros espaços geográficos e culturais, se ampara em um sistema pré-estatal, de caráter totêmico de clãs, que organiza as pessoas por meio de lealdades pessoais e familiares. O poder faraônico se apoiou em estruturas locais de poder, preexistentes ao surgimento do Estado, que demoraram muito a ser subordinadas aos padrões unificadores. Foi, portanto, no quadro do sistema aldeão tradicional, modificado a partir da fase histórica, que se deram o aumento populacional e o aperfeiçoamento técnico, transformações cruciais para o surgimento do Estado, além da urbanização e estratificação social, apesar da manutenção por longo prazo da união entre agricultura e artesanato e da autossuficiência da produção de insumos básicos nas aldeias (CARDOSO, 2014, p. 63-65)

Durante as fases iniciais da monarquia egípcia, a coroa fundou muitos centros agrícolas e de produção, deixando claro seu envolvimento direto na gestão e produção de alguns recursos básicos. A circulação de riqueza no território egípcio estimulou a organização do poder, baseado em redes, cujos nós eram as fundações reais, responsáveis por administrar vários tipos de recursos: materiais (impostos, mão de obra, matérias-primas e bens preciosos) e imateriais (informação, valores culturais dominantes, legitimação e ordem). A obtenção direta de produtos agrícolas por meio de domínios agrícolas, estabelecidos pela coroa, templos e outras instituições, e o controle e mobilização da mão de obra e da riqueza móvel (metais preciosos) foram os pilares do sistema fiscal da monarquia. Além disso, a distribuição de rações pelo Estado aos funcionários representou fonte considerável de renda para parte substancial da população, ao estimular atividades econômicas nos locais onde as guarnições e centros de comércio foram fundados pela monarquia. Esses recursos eram a base de sustentação do poder faraônico, sendo a coleta e redistribuição das receitas, a construção de monumentos, a ordem, segurança e as regras legítimas e morais, divulgadas por meio de valores religiosos e culturais, os meios para a reprodução da classe dominante e autoridade real. Esse *desideratum* foi desafiado por outros atores políticos que levaram a monarquia a negociar

com esses potenciais focos de poder, levando-a a integrá-los e, no limite, a expurgá-los (MORENO GARCÍA, 2020, p. 37-50).

A capacidade de cooptar e integrar diferentes grupos foi fundamental para a estabilidade da monarquia. A elite central (menfita), inicialmente formada por pessoas pertencentes à família real, passou por modificação por volta da IV dinastia, à medida que sua influência se expandiu, exerceu controle supralocal e dominou regiões mais vastas no Egito. As elites locais, sem laços consanguíneos com a família real, apesar de já integradas informalmente ao Estado, foram incorporadas formalmente à administração, em razão da necessidade de alargar o círculo da elite central (JOÃO, 2015, p. 88). Os chefes locais, com o advento do poder central, passaram a uma posição de subelite e, como mediadores, representaram o poder estatal diante das comunidades (FRIZZO, 2016, p. 103). O poder dessas elites locais se devia, sobretudo, ao controle de redes de clientelismo e do endividamento de pessoas advindas de setores mais empobrecidos, o que lhes possibilitava adquirir bens diversos à margem dos circuitos redistributivos da Coroa. A origem de muitas famílias provinciais importantes no Reino Antigo, especialmente aquelas que se destacaram a partir da V dinastia, pode estar em funcionários oriundos da administração central que se fixaram de forma permanente nas províncias, beneficiados pelo sistema de hereditariedade de funções, e também em grupos compostos por famílias já estabelecidas nas províncias desde muito tempo e que, em virtude das reformas da VI dinastia, foram incorporados formalmente à administração e elevados à categoria de governadores (JOÃO, 2015, p. 86-87).

O faraó recompensou os altos funcionários com terras, concedeu-lhes herdades templárias, ouro, pedras preciosas ou promoções, como se fossem seus filhos, inclusive dando sua filha em casamento (CARVALHO, 2020). O prestígio era alcançado por meio de recompensas do rei que iam desde equipamentos para túmulos até presentes com utilidade nesta vida. O *inw*, presente oficial, era uma doação, advinda da reserva privada do faraó, uma transação que expressava relação socioeconômica entre o rei e outros, na qual se alcançavam *status*, riqueza e poder. Além disso, o termo pode significar tributo a ser utilizado para necessidades pessoais do rei e revertido para a doação de dádivas aos deuses, aos chefes estrangeiros, manutenção da família real e pagamento de trabalhadores (BLEIBERG, 1996, p. 4-28). As “cerimônias de recompensa” no palácio se realizavam em ocasiões especiais, nas quais o faraó presenteava seus oficiais, burocratas e membros

da família real, os *imakhu* (os privilegiados), recompensados pela lealdade e bons serviços prestados (PELLINI, 2000, p. 147). Dessa forma, os líderes regionais foram fundamentais na relação entre a corte e a sociedade provincial, possibilitando que a monarquia cobrasse impostos e arregimentasse mão de obra no âmbito local. O controle sobre as bases locais de poder e a manutenção de posições influentes na corte garantiram a integração dos líderes provinciais na monarquia, criando uma elite local, moldada pelos valores da monarquia (MORENO GARCÍA, 2020, p. 67-71).

Os nobres locais gozavam de considerável autonomia e eram capazes de estabelecer agendas e estratégias próprias, mesmo estando a serviço da realeza, com redes de influência provincial, regional e “nacional”. Apesar de a ascensão de nobres e funcionários na carreira estatal ser atribuída às suas habilidades, principalmente os de baixo e médio escalões, sendo recompensados com honras e presentes, aparecem também nas inscrições biográficas os laços de parentesco e de patronato nas carreiras de alto escalão (MORENO GARCÍA, 2020, p. 71-75). Muitas estelas funerárias no alvorecer do Reino Antigo, como a de Merka, um alto funcionário da I dinastia, exibem uma série de títulos que o relacionam com a elite local, apesar de se realçar a sua condição de seguidor do rei, sugerindo uma relação de tipo pessoal. A penetração social da lógica estatal, por meio de funcionários e instalações administrativas ligadas à coroa, fomentou uma série de relações entre os funcionários estatais e os contextos locais, nos quais vínculos parentais com as elites locais viabilizavam intermediações entre estas e as elites centrais, estimulando laços de clientelismo. Por outro lado, como poderosos locais, esses funcionários também usavam esse poder para exercer o patronato no âmbito local, sem a interferência do poder central. As modalidades de intervenção estatal não operavam como estratégias incomunicáveis, e sim por meio de diversas lógicas de organização social, cujos indivíduos, de acordo com o contexto em que se encontravam, podiam proceder como governantes estatais, como senhores de uma vasta clientela ou por meio da lógica do parentesco para mediações que lhes trariam benefícios. Portanto, o parentesco e o patronato coexistiam com a lógica estatal (CAMPAGNO, 2018, p. 142-185).

A imagem de um poder centralizado em que as ordens do rei eram cegamente seguidas por um corpo burocrático ou amparadas por um conjunto de leis não condiz com uma série de textos oficiais que falam de punições a funcionários negligentes e corruptos. A lei parece ser uma mistura de

tradições, de procedimentos advindos de comportamentos morais e valores éticos. Sua transitoriedade emergia com a anulação e isenções de reis que se contradiziam em relação às leis de reis mortos. Até o primeiro milênio, a justiça era feita por tribunais dirigidos por funcionários, sacerdotes e dignitários reais que, muitas vezes, em virtude das relações de patronato, tomavam decisões em desacordo com a vontade do poder monárquico. Juízes profissionais não existiam. A ideologia padrão do registro textual não refletia a dinâmica das relações sociais que não repousavam na expectativa de reciprocidade, expressas na lealdade recíproca como premissa central da hierarquia. Os egípcios não eram incentivados a procurar os tribunais do Estado para resolver suas contendas, posto que, em geral, deviam em primeiro lugar procurar um protetor local forte ou uma mediação por meio de conselhos locais, de acordo com os ensinamentos de Ankhsheshonqi (8, 11): “Não vá ao tribunal contra o seu superior quando você não tem proteção (*nḥt.t*)”. Portanto, a apelação a um tribunal não era a primeira reação de um egípcio que tinha sido injuriado. As atitudes e estratégias de autoajuda eram prioritárias perante a autoridade central incumbida da lei e de uma efetiva fiscalização centralmente controlada. Desse modo, localmente as estruturas de patronato e hierarquias sociais, centrais para a organização social dos estratos mais baixos no Egito faraônico, demonstravam o efeito limitado da penetração estatal e de atitudes impessoais (EYRE, 2016, p. 163-179).

Não obstante a presença de potenciais focos de autoridade alternativa no Estado faraônico, um centrado em torno da corte e de altos funcionários e o outro sobre a nobreza local, estes eram limitados em sua capacidade de construir extensas alianças e desafiar a monarquia. A riqueza advinda dos serviços estatais, a transitoriedade das alianças, não expressando interesses coletivos de longo prazo, e o compartilhamento de códigos de uma cultura comum com a monarquia demonstram que esses setores eram parte da elite dominante, seletivamente cooptados para ocupar algumas das posições mais poderosas do Estado. Comprovação disso são os momentos de colapso, quando os líderes locais tentaram consolidar sua própria autonomia nas províncias sob seu governo, mas não procuraram adquirir o poder em antigos centros de poder real, como Mênfis, Itj-tawy ou Tebas. O fato de líderes locais reivindicarem o *status* real e reproduzirem instituições e práticas reais (como educar os filhos de seus aliados provinciais na corte, como foi o caso no reino heracleopolitano), além de invocarem valores reais em seus próprios monumentos, aponta para a imitação de estruturas reais (MORE-

NO GARCIA, 2020, p. 121-123). Na lógica estatal do “descentramento”, a antítese entre centralidade e fragmentação é superada pela lógica de que o poder central se fortalece por meio dos poderes locais e vice-versa. Por outro lado, os reis não eram meros espectadores das estratégias seguidas por seus subordinados e nobres. Como mediadores entre facções, eles podiam remover dignitários reais de posições-chave ou mesmo usar o matrimônio para fortalecer alianças, apoiando ou bloqueando uma facção contra outra.

Lideranças cidadinas, representadas por comerciantes urbanos e artesãos, organizadas por meio de conselhos locais, sugerem uma forma de organização política urbana. Entretanto, mesmo com a existência de organizações coletivas de comércio e a autonomia de comerciantes no exterior – levando os governantes a incluírem em seus acordos diplomáticos regulamentos para maior segurança do comércio exterior –, essas organizações na esfera nacional eram incapazes de impor sua agenda às elites dominantes ligadas ao Estado, estando limitadas à esfera de suas competências profissionais específicas. O mesmo parece ocorrer com os camponeses ricos, que, apesar de emergirem como atores influentes na sociedade rural, muitas vezes como empreendedores agrícolas, serviam como mediadores entre as instituições estatais e o campo e ocupavam modestas funções sacerdotais e administrativas, tendo influência nacional limitada e mais significativa no âmbito local e mesmo regional. Finalmente, quanto à influência dos pastores e estrangeiros, que, por meio de alianças e acordos com lideranças regionais, permitiam a circulação de mercadorias, ideias, técnicas e, como no caso dos núbios, compuseram os exércitos de nobres provinciais egípcios, eles tornaram-se colaboradores e parceiros do Estado egípcio (MORENO GARCIA, 2020, p. 89-109).

A religião oficial representava papel crucial na legitimidade real, mesmo com tradições locais profundamente enraizadas. O seu grande desafio foi integrar uma diversidade de divindades e mitos locais, que fortaleciam o sentido de identidade comunitária, a um panteão nacional. Durante o Reino Antigo, a certeza de vida *post-mortem* e o acesso aos templos estavam reservados à elite. Foi só a partir do Reino Médio, por meio da popularização do culto de Osíris, que a possibilidade de acesso ao mundo ideal do Deus foi democratizada. Enraizado nos templos e cultos locais provinciais, o sacerdócio, composto pelas elites locais, dominava os textos litúrgicos e dificultava o fortalecimento de crenças populares unificadas. Foi só no início do segundo milênio, com os templos de Amon, em Tebas, e de Osíris, em Abidos,

que emergiram pontos focais de uma religião nacional, com peregrinações e cultos funerários inovadores, mas que demonstraram, paradoxalmente, uma fragilidade da realeza, ao se tornarem alternativas de autoridade.

Os templos eram elos fundamentais de ligação territorial e cultural entre a monarquia e os mais diversos atores sociais das províncias. Sua estrutura administrativa complexa incorporava pessoas de diferentes origens sociais e áreas geográficas. Os faraós fundaram ou ampliaram santuários, participavam da organização e de cultos diários, doavam terras e oferendas, e tornaram os templos poderosas ferramentas de apoio institucional estável à sua autoridade. O apoio divino aos faraós, alimentado pelas maciças doações e construções, sustentou a relação de reciprocidade entre esses dois entes, sendo os templos sustentáculos de uma homogeneidade cultural em meio a uma diversidade religiosa, com o reforço de “teologias” que integraram cultos locais e nacionais por meio de narrativas míticas, ideias de ordem social de estabilidade e prosperidade, além de imagens visuais. Como repositórios de riqueza, legitimidade e valores culturais, os templos estavam menos sujeitos à volatilidade política, reforçando a ideia de descentralização do setor público, na medida em que poderiam assumir tarefas gerenciais do Estado, sem entrar em contradição com a realeza (MORENO GARCIA, 2020, p. 33-118).

A nova ordem estatal, que resulta em uma nova ideologia, envolve um conjunto de significados sobre relações e eventos sociais, políticos e econômicos e, em particular, sobre quem tem poder e como ele é obtido. A elite dominante, que tem acesso aos deuses e aos mortos privilegiados, se apresenta como participante privilegiada nesse processo, criando distanciamento entre uma ordem ideal existente no passado e o presente. A invocação do passado, como algo absoluto e ponto de referência para o presente, legitima essa ordem. A perspectiva de continuidade, mesmo em momentos de mudanças políticas, como no caso do advento da unificação, é fundamental para a manutenção dessa ordem, que admite violência contra sociedades periféricas (BAINES; YOFFEE, 2000, p. 3-6).

A riqueza e sua ostentação por parte da elite ajudavam a legitimar a ordem, que, para tal, precisa ser reencenada e celebrada, envolvendo grande parte da sociedade para sua internalização. Sem a celebração, ela estaria “ameaçada”. Assim, a elite egípcia, setor minoritário da sociedade, se preocupava com as formas de comunicação, criando símbolos centrais que abordavam implícita ou explicitamente toda a sociedade, ficando destina-

do às subelites o papel de mediação desses símbolos (BAINES; YOFFEE, 2000, p. 6-12). O grau de penetração da cultura oficial entre as pessoas comuns é revelado por meio das evidências funerárias, por práticas de imitação dos valores culturais da elite por aqueles que podiam pagar por objetos de boa qualidade, mas que, no entanto, eram desafiados por monumentos privados que enfatizavam laços familiares e vínculos de solidariedade presentes no uso de selos, contratos e composições religiosas (MORENO GARCIA, 2020, p. 160-161).

Conclusão

Ao longo de três milênios, uma variedade de configurações políticas esteve presente no Egito Antigo. Transformações importantes, gestadas no Pré-Dinástico, no âmbito das forças produtivas e dos espaços intersticiais, criaram as condições de possibilidades do Estado, que ressignificou e se apropriou da estrutura aldeã de organização do trabalho, da lógica parental, e redimensionou a reciprocidade em proveito próprio. O “descentramento” implicava uma fragmentação oriunda das particularidades regionais que não enfraqueciam o Estado, pois se encontravam no âmbito do esforço dos monarcas de integrar uma nobreza provincial sem extinguir um considerável grau de autonomia e influência em áreas-chave do Estado de diversos atores sociais locais. E o Estado não se enfraquecia porque a nobreza egípcia parece ter dele dependido para a sua reprodução social, não tendo sido capaz mesmo em períodos de crise, como no primeiro período intermediário, de dominá-lo e capturar sua receita. Na verdade, no seio do Estado se viu uma luta pelo poder que gerou uma multiplicidade de poderes, cada um tentando preservar e replicar as características da monarquia em um esforço de cooptar os nobres locais e açambarcar recursos. Finalmente, cabe ressaltar que as interpretações que enfatizavam o centralismo na lógica do Estado Moderno só poderão ser superadas com o avanço das análises sobre as formas alternativas de organização política e o papel desempenhado pelas economias e instituições urbanas, empresas privadas, redes comerciais, integração econômica, autoridades informais e atores sociais invisibilizados. Um passo inicial para essa superação, com novos elementos para o entendimento e natureza do Estado egípcio, foi o objetivo deste artigo.

Referências bibliográficas

- BLEIBERG, E. *The official gift in Ancient Egypt*. Norman, Ok: University of Oklahoma Press, 1996.
- CAMPAGNO, M. *Lógicas sociais en el Antiguo Egipto*. Diez estudios. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2018.
- CARDOSO, C. F. S. As forças produtivas e as transições economicossociais no Egito Antigo (do Prédinástico até o final do III milênio). In: MOTTA, M. J. et al. *O pré-capitalismo em perspectiva: estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. Rio de Janeiro: Ítaca Edições, 2014, p. 15-79.
- _____. As comunidades aldeãs no Egito Antigo. *Phoinix*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 96-129, 2008.
- CARVALHO, A. G. A reciprocidade e o Egito Antigo: algumas ponderações sobre o substantivismo polanyiano, o Estado e o parentesco. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões Afro-asiáticas*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 20-42, 2020.
- EYRE, C. Reciprocity, Retribution and feud. In: COLLOMBERT, P.; LE-FÈVRE, D.; POLIS, S.; WINAND, J. (eds.). *Aere perennius*. Mélanges égyptologiques en l'honneur de Pascal Vernus. Leuven: Peeters, 2016, p. 163-179
- FLORENZANO, M. B. A reciprocidade e a Grécia antiga. In: CARVALHO, A. G. *Interação Social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004, p. 43-66.
- FRIZZO, F. *Estado, império e exploração econômica no Egito do Reino Novo*. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- HASSAN, F. A. The Predynastic of Egypt. *Journal of World Prehistory*, Basingstoke, v. 2, n. 2, p. 135- 185, 1988.
- JANSEN, J. J. Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature. *The Journal of Egyptian Archeology*, Londres, v. 68, p. 253-258, 1982.
- _____. Debts and Credit in the New Kingdom. *The Journal of Egyptian Archeology*, Londres, v. 80, p. 129-136, 1994.
- JOÃO, M. T. D. *Estado e elites locais no Egito no final do III milênio a.C.* Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KEMP, B. *El Antiguo Egipto*. Anatomia de uma civilização. Barcelona: Crítica, 1996.

MORENO GARCÍA, J. C. *The State in ancient Egypt: power, challenges and dynamics*. London: Bloomsbury Publishing, 2020.

PELLINI, R. Reciprocidade e redistribuição no Egito antigo durante o Reino Novo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 12, p. 143-163, 2000.

SAHLINS, M. *Stone ages economic*. London: Tavistock, 1974.

SERVICE, E. *Los origines del Estado y de la civilización*. Madrid: Alianza, 1948.

YOFFEE, N. *Mitos do Estado arcaico*. São Paulo: Edusp, 2013.

YOFFE, N.; BAINES, J. Analyzing order, legitimacy, and wealth in ancient Egypt and Mesopotamia. Chinese translation by Jin Shoufu. *世界历史评论*. *Shijie lishi pinglun / World Historical Review*, Shanghai, v. 5, n. 2, p. 3-22, 2000. Disponível em: [Downloads/Analyzing_order_legitimacy_and_wealth_in%20\(2\).pdf](#). Acesso em: 10 dez. 2020.

Notas

¹ Sobre o lugar e o papel da chefia, ver a análise de Elman Service no livro *Los origines del Estado y de la civilización* (1984), cap. 4. O autor apresenta um painel da análise entográfica da institucionalização do poder. Yoffee (2013), cap. 1, também apresenta reflexões sobre a chefia; entretanto, em oposição à teoria neoevolucionista, é categórico na defesa da hipótese de que a chefia não é a antessala do Estado em oposição às pesquisas etnográficas que procuram impor modelos gerais sobre a chefia nas escavações, sem levar em consideração as especificidades.

² Jansen é um egiptólogo substantivista que utiliza o modelo polanyano de reciprocidade e redistribuição na análise da sociedade egípcia. Nesse caso, ele utilizou um conceito de reciprocidade presente nas análises de Marshall Sahlins, que classifica três tipos de reciprocidade para sistematizar melhor os dados empíricos: reciprocidade negativa, balanceada e generalizada, sendo esta última caracterizada por transações puramente altruístas (FLORENZANO, 2004, p. 47; SAHLINS, 1974).

PÉGASO NO IMAGINÁRIO DE CORINTO ARCAICA*

Alexandre Carneiro Cerqueira Lima**

Resumo: O artigo tem como objetivo mapear as representações de cavalos em dois artefatos confeccionados pelos artesãos domiciliados no Istmo de Corinto. A representação de Pégaso nas moedas merece maior destaque, pois remete ao mito de Belerofonte, ao herói “pátrio” e identitário da pólis. Assim, as ideias de movimento, agilidade e pertencimento ao território do Istmo estão presentes no imaginário coríntio acerca dos equinos.

Palavras-chave: Corinto; Pégaso; cavalos; representações; movimento.

PEGASUS IN ARCHAIC CORINTHIAN IMAGINATION

Abstract: The article aims to map the representations of horses in two artifacts made by artisans domiciled in the Isthmus of Corinth. The representation of Pegasus on the coins deserves greater prominence as it refers to the myth of Bellerophon – the identitary hero of the “fatherland” and the polis. Therefore, the ideas of movement, agility and belonging to the Isthmus’ territory are present in the Corinthian imagination concerning equines.

Keywords: Corinth, Pegasus, horses, representations, movement.

Há alguns anos nos dedicamos ao estudo da cerâmica coríntia do período arcaico, nos VII e VI séculos a.C., abarcando os estilos protocoríntio e coríntio, bastante apreciados e consumidos tanto no Mediterrâneo Oriental quanto no Ocidental, em virtude das oficinas do “Bairro dos Oleiros”, situado na *ásty* de Corinto, criarem uma linguagem pictórica própria composta por signos, alguns destes assimilados do Oriente próximo. Essa assimilação dialógica, conhecida como “fenômeno orientalizante”, proporcionou

* Recebido em: 22/08/2021 e aprovado em: 30/09/2021.

** Professor associado de História Antiga do Instituto de História (IHT) e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (Nereida). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5293-7311>. E-mail: alexcarneiroclima@yahoo.com.br, Home: <https://www.historia.uff.br/nereidalab/ceramica/>.

a representação de signos animalescos, de monstros e de seres fantásticos. O nosso interesse consiste em decodificar os ícones gravados nos frisos e bordas dos vasos, explicitando o “espaço do fabuloso” (LIMA, 2015).

Em um ícone que expressa o “fabuloso” é o cavalo alado Pégaso. As representações desse ser fabuloso, na região do Istmo, estavam intrinsecamente relacionadas com as de Belerofonte, herói de caráter identitário na região, portanto, um imaginário que pode ser identificado nos versos de poetas, relatos de viajantes, em signos elaborados por pintores, escultores e gravadores (AGHION, 2008, p. 225).

A profusão de relatos míticos, dedicados às duas entidades sobrenaturais, nos obriga a selecionar as histórias que focaram justamente o encontro deles e a jornada de trabalhos que o cavalo e o herói coríntio realizaram juntos. Dessa forma partimos do momento em que Belerofonte toma Pégaso como seu cavalo na Fonte Peirene, na *ásty* de Corinto.

Belerofonte pertencia à casa real de Corinto, filho de Poseidon – lado divino –, ou de Glauco – “pai humano” –, este último filho de Sísifo, fundador dos jogos ístmicos, portanto avô de Belerofonte (GRIMAL, 2005, p. 59, 360 e 422). A mãe de Belerofonte poderia ser chamada tanto de Eurimedéia quanto de Burínome, filha de um rei de Mégara, conhecido pelo nome de Niso. A extensa trajetória de nosso herói, pautada por vários “trabalhos”, assemelha-se bastante às façanhas realizadas por Hércules. Aliás, os dois possuem o mesmo perfil: heróis “civilizatórios”. Em vários de seus “trabalhos”, eles fizeram empreitadas que marcaram a passagem de um estágio de “selvageria” para o de “cultura”. E o encontro de Belerofonte com o cavalo alado expressa bem esse aspecto civilizatório: ajudado por *Athená Khalinitis*, “do freio”, o herói subjuga Pégaso, o doma e nele põe arreios/freios.¹ De acordo com o relato de Pausânias, havia, na estrada para Sicyone, um santuário dedicado à deusa [*Athená Khalinitis*] (PAUSÂNIAS. *Descrição da Grécia*, II, 4, 1). Atená, filha de Zeus com Métis, exerceu a astúcia e inteligência prática com o objetivo de domesticar o cavalo selvagem.² Belerofonte, da mesma maneira que outros heróis gregos, era socorrido pelas divindades e necessitava exercer sua *métis* – astúcia – para conseguir sair vitorioso em suas empreitadas.

O geógrafo Estrabão comentou que Pégaso nasceu do sangue do peçoço de Medusa, decapitada por Perseu (ESTRABÃO. *Geografia*, VIII, 6, 21). O equino era, simultaneamente, filho de Poseidon e de Gorgó. O seu nome possui relação etimológica com o vocábulo fonte – $\pi\eta\eta\eta$.³ A

origem da Fonte Hipocrene, no Monte Helicon, é atribuída ao ato de Pégaso bater com o seu casco na montanha e dela brotar água. Essa relação entre o cavalo e as “águas” é acentuada no seu encontro com Belerofonte. A Fonte Peirene encontrava-se numa espacialidade cultural importante na *ásty* de Corinto: o sopé da Acrocorinto, local onde Pégaso bebia água que vinha da colina e foi domado pelo herói coríntio. De acordo com o viajante Pausânias (*Descrição da Grécia*, II, 2, 3.), Peirene era filha de Aqueloo e de Ébalo. Percebe-se, dessa maneira, a sacralidade que envolvia tanto os personagens quanto o local do seu encontro.

Ióbates, rei da Lícia, a mando de seu genro, rei Preto de Tirinto, pede a Belerofonte que aniquile o monstro Quimera. Este ser híbrido assolava a região, roubando os rebanhos. Montado em Pégaso, Belerofonte matou-o, “confiado nos acentos celestes” (HOMERO. *Iliada*, VI, v. 183).

O episódio da caçada a esse monstro foi representado na cerâmica coríntia, em vários vasos, desde o estilo protocoríntio de pintura. Escolhemos o *aryballos* do Museum of Fine Arts, Boston, de cerca de 660 a.C., e interpretamos duas cenas de caça: no friso inferior, cães caçam uma lebre; e no principal, Quimera está sendo atacada por Belerofonte montado em Pégaso (SCHMITT, 1966, p. 342). Destacamos a ideia de movimento nas duas cenas, por meio do traço das patas dos cães e de Pégaso. Além disso, fica patente signos que expressam ferocidade e selvageria, a saber: a boca leonina aberta do monstro soltando fogo; o hibridismo do corpo de Quimera;⁴ e os personagens principais estarem ladeados por duas esfinges. E há um curioso e inusitado animal representado entre Quimera e o herói montado em Pégaso: um réptil, o lagarto. Qual seria então o sintagma dessa cena?

Figura 1 - Confronto entre Belerofonte montado em Pégaso e Quimera



Aryballos protocoríntio, c. 660 a.C., Boston, MFA, 95.10.
(LIMC, VII, 2, fig. 213).

De acordo com Jeffrey Hurwitt, o lagarto é um signo de perigo iminente, de desastre, na imagética do período arcaico.⁵ A figuração do réptil, em um contexto de *agôn*, aproxima-se da de outras entidades sobrenaturais, como Gorgó e esfinges. Na cena, então, monstros e animais fabulosos participam da narrativa pictórica que expressa o confronto entre o herói coríntio e o ser híbrido. A vitória de Belerofonte só foi possível graças à ajuda de Pégaso. Portanto, o pintor representou, nesse vaso, a disputa – *agon* – entre animais, monstros e seres divinos. A noção de “*espaço do fabuloso*” pode nos ajudar a decodificar as mensagens dos artesãos do Istmo. Animais, heróis e monstros estão mesclados em frisos e cenas, mas não deixam de expressar ideias, códigos e mensagens. O “*fabuloso*” permitiria, assim, aflorar as noções de *agôn* (disputa/competição), de *andreia* (coragem/virilidade), de aguçar a *métis*, a criatividade e o contato com o *Outro*, o “selvagem”, o “diferente”. Dessa maneira, interpretamos que o pintor evidenciou o confronto entre Quimera e Belerofonte/Pégaso em uma atmosfera saturada de signos relacionados ao “*fabuloso*”.

A representação de Pégaso, na imagem acima, sugere movimento e o ato de voar; tais signos foram bastante difundidos e adaptados em moedas. Durante a tirania dos Cypselidas, provavelmente no governo de Periandro, foram cunhadas as primeiras moedas coríntias, baseadas, provavelmente, em uma narrativa pictórica similar à dos pintores de vasos. As trocas entre oficinas de artesanato, no período arcaico, proporcionavam a circulação de signos, “modelos” e padrões imagéticos (CROISSANT, 2010). A representação do cavalo alado em pleno voo e o movimento das patas, sugerindo o galope, foram bastante difundidos nas oficinas do Istmo.

A seguir, apresentamos uma moeda coríntia, cunhada por volta de 584-550 a.C. Em seu anverso, o cavalo alado encontra-se “voando” com a letra arcaica “*coppa*” – inicial do nome de Corinto – entre suas patas; no reverso, a cruz gamada gravada. Os traços de Pégaso expressam agilidade e são reforçados pela cruz gamada, signo que denota mudança e movimento.

Figura 2 - Pégaso



Estater de prata, Corinto, c. 584-550 a.C.
(GIACOSA, tav. II, 1973, p. 12).

Como dissemos, em vários vasos e artefatos, a figura do cavalo encontra-se galopando, expressando, portanto, a ideia de movimento e de leveza. Os artesãos, da mesma forma que poetas e pensadores gregos, prestaram atenção aos movimentos dos equinos e transmitiram a mensagem da “transformação”. Belerofonte só pôde ser vitorioso e passar de um trabalho/estágio de sua trajetória para outro graças à ajuda do cavalo alado. Lembremos que seu nome estava relacionado à fonte e foi domado justamente em uma, Peirenne, na *ásty* de Corinto. Rios e fontes d’água transmitem a ideia de movimento e de passagem. O sábio Heráclito de Éfeso ensinou que “Para os que entrarem nos mesmos rios, outras e outras são as

águas que por eles correm (...)” (HERÁCLITO DE ÉFESO, *fr.* 214; KIRK, 1994, p. 202). A “imagem” do rio sublinhava que todas as coisas estão em movimento: “tudo está num perpétuo fluir como um rio”.

O cavalo era um animal domesticado, servia como meio de locomoção e pertencia à esfera dos *aristoi* no período arcaico. Teógnis de Mégara e Sólon de Atenas indicam o cavalo,⁶ entre outros bens listados, como parte da riqueza de um próspero *oikos*. E a *pólis* de Corinto, desde os Baquíades, criava cavalos de raça e valorizava a prática da equitação (BLAINEAU, 2015, p. 93). O mito de Belerofonte com seu cavalo alado ratificava, no imaginário coríntio, as atividades de equitação e caça, tão apreciadas e difundidas na *pólis*, além de reafirmar a identidade do grupo dos *aristoi* na região do Istmo.

Documentação escrita

- HÉSIODE. *Théogonie*. Trad. Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- HOMERO. *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Ars, 2002. v. I e II.
- PAUSANIAS. *Description of Greece*. Books I and II. Trad. W. H. S. Jones. London: Harvard University Press, 1992.
- PINDARE. *Olympiques*. Trad. Aimé Puech. Paris: Les Belles Lettres, 1999.
- SOLON. *Eunomia*. In: LÍRICOS GRIEGOS. *Elegiacos y Yambógrafos Arcaicos*. Edição bilingue (grego - espanhol). Trad. Francisco R. Adrados. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. v. I y II.
- STRABON. *Géographie*. Trad. Raoul Baladié. Paris: Les Belles Lettres, 1978. t. V.
- THÉOGNIS. *Poèmes Élégiques*. Trad. Jean Carrière. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

Iconografia

Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae. VII, 2. Zürich, 1994.

Referências bibliográficas

- AGHION, I.; BARBILLON, C.; LISSARRAGUE, Fr. *Héros et Dieux de l'Antiquité: guide iconographique*. Paris: Flamarion, 2008.
- BLAINEAU, A. *Le Cheval de Guerre en Grèce Ancienne*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

- CALAME, Cl. Bellérophon, le passage à l'âge adulte et la pragmatique du récit homérique. In: *Qu'est-ce que la mythologie grecque?* Paris: Gallimard, 2015.
- CROISSANT, F. Pour une Relecture Archéologique du 'Phénomène Orientalisant'. In: ÉTIENNE, R. (org.). *La Méditerranée au VII^e Siècle av. J.-C.*: Essais d'Analyses Archéologiques. Paris: De Boccard, 2010.
- DETIENNE, M.; VERNANT, J.-P. *Métis*: as astúcias da inteligência. São Paulo: Odysseus, 2008.
- FRONTISI-CUCROUX, Fr. Chimère contre Pégase. In: OTTINGER, D. (org.). *Chimères*. Monaco: Actes Sud, 2006.
- GIACOSA, G. *Uomo e cavallo sulla moneta greca*. Milano: Edizione Arte e Moneta, 1973.
- GRIMAL, P. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HURWIT, J. Lizards. Lions and the Uncanny in Early Greek Art. *Hesperia*, v. 75, n. 1, p. 121-136, jan.-mar. 2006.
- KIRK, G.S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- LIMA, A. C. C. O "espaço do fabuloso" e a representação de animais na cerâmica coríntia no século VII a.C. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 38, 2015.
- NADAL, E. Poséidon Hippios, les Cheveux et les Cavaliers à travers la Céramique. In: *Les Équidés dans le Monde Méditerranéen Antique*. Actes du colloque organisé par L'École Française d'Athènes, 2005.
- SCHMITT, M. L. Bellerophon and the Chimaera in Archaic Greek Art. *American Journal of Archaeology*, v. 70, n. 4, p. 341-347, 1966.

Notas

¹ O poeta Píndaro (*Olímpicas*, XIII, 80) denomina a deusa como *Athená Equestre (Hípia)*.

² De acordo com Marcel Detienne e Jean-Pierre Vernant (2008, p. 167), Atená em Corinto poderia exercer a *métis* no âmbito equestre: "De todos os lugares onde uma Atena "hípica" recebe um culto em comum com o Posídon do cavalo, Corinto é, talvez, senão o mais importante, ao menos o mais singular".

³ Na *Teogonia* (vv. 282-283), o poeta Hesíodo canta: "Este chamou-se assim porque nasceu junto às águas do Oceano". Claude Calame (2015, p. 117) salienta o fato de Pégaso nascer *pará pegás*: "junto às fontes (do Oceano)".

⁴ “Quimera imbatível, de inumana, divina estirpe: cara, leão; rabo, serpente; dorso, caprino, resfolgo hórrido, de furor e fogo” (HOMERO. *Iliada*, VI, v. 179-182; FRONTISI-CUCROUX, 2006, p. 21).

⁵ A caça entre pássaros e répteis pode servir de comparação entre o *agôn* do cavalo alado e Quimera, ou seja, o pássaro está para Pégaso, assim como o réptil para o monstro. Da mesma forma que Quimera, o lagarto tem sua morte iminente (HURWIT, 2006, p. 123).

⁶ “A riqueza é igual em possuir muito ouro e prata, terras ricas em trigo, cavalos e mulas (...) favores de jovens e de mulheres (...)” (TEÓGNIS. *Poemas Elegíacos*, I, 719-725). Em outra passagem, Teógnis (*Poemas Elegíacos*, II, 1250-1255) reitera: “Felizes aqueles que possuem jovens rapazes, cavalos, cães de caça e hóspedes estrangeiros”. Sólon de Atenas (*Eunomia*, 13) segue esse mesmo raciocínio: “Feliz o que possui filhos queridos, cavalos de casco sem ferida, cães de caça e hóspedes”. E em outro passo, o legislador de Atenas canta: “Igual riqueza tem aquele que possui muita prata, ouro, campo de terra fértil, cavalos e mulas” (SÓLON. *Eunomia*, 14).

María Cecilia Colombani^{**}

Resumen: *Nuestro proyecto de trabajo ancla en una doble vertiente: por un lado, instalar al mito como un producto espiritual que gana en Grecia un papel preponderante y en segundo lugar pensar a Mnemosyne como esa memoria que nos permite traer el mito a la actualidad, hacerlo presente, re-actualizarlo. Queremos homenajear la vasta historia de los Estudios Clásicos en nuestros pueblos en la figura de la memoria, resistencia política al olvido y potencia de recreación del presente. El segundo proyecto consiste en analizar el perfil de Mnemosyne desde distintas perspectivas (político, genealógica), a partir de su importancia en el interior de Teogonia.*

Palabras clave: *mito; Estudios Clásicos; memoria; olvido.*

THE BEAUTIFUL LADY. MNEMOSYNE AND THE POWER OF KNOWLEDGE

Abstract: *Our work project anchors in a double aspect: on the one hand, to install the myth as a spiritual product that gains a preponderant role in Greece and secondly to think of Mnemosyne as that memory that allows us to bring the myth to the present, make it present, re-update it. We want to honour the vast history of Classical Studies in our towns in the figure of memory, political resistance to oblivion and the power of recreation of the present. The second project consists of analyzing Mnemosyne's profile from different perspectives (political, genealogical), based on her importance within Theogony.*

Keywords: *myth; Classical Studies; memory; oblivion.*

* Recebido em: 10/01/2021 e aprovado em: 19/03/2021.

** Profesora de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades de la Universidad de Morón y de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Investigadora de UBACyT de la Universidad de Buenos Aires. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6215-0499>.

Fig. 1



Colección del Hatay Archaeology Museum, Antakya; Tipo, Mosaico; Contexto: Antíoco, Casa de Mnemosyne; Fecha, *ca.* Siglos II-III d.C.; Periodo: Imperial romano. Descripción: la diosa Mnemosyne coloca su mano en la parte posterior de la cabeza de un hombre, ayudando simbólicamente a su memoria. Las figuras forman parte de una escena de banquete.

Nota preliminar

Así como toda amistad tiene su propia historia, mi amistad con los queridos amigxs del Laboratorio de Historia Antigua del Instituto de Historia de Universidad Federal de Río de Janeiro obedece a la misma lógica. Constituye una especie de dispositivo afectivo-intelectual complejo que reconoce momentos, intersticios, atajos, actores, escenas, vínculos, viajes, continuidades, coincidencias; un sinfín de elementos heterogéneos que construyen la materialidad de la amistad. Se trata de una larga experiencia existencial antes que intelectual.

Toda amistad supone una metafórica apertura de nuestro *oikos* más íntimo, de nuestro hogar que se abre en gesto de vínculo con el otro. Un vínculo que en la letra fría de una conferencia parece exclusivamente académico.

Me gustaría sin embargo, pensar que se trata de algo más. De un juego de invitaciones y aceptaciones a dialogar y a poner en el medio aquello que es común, esto es, el amor y la pasión por el mundo clásico. La *philia* es una

experiencia *diá-lógica*. En el mejor sentido se trata de un ir a través de las palabras, de cruzar los respectivos discursos. Cada pliegue de esa amistad se abre a múltiples sentidos que atraviesan los propios horizontes de significación. Ese es el acontecimiento de la amistad: ampliar las daciones de sentido.

Nuestra *philia* es una amistad polifónica en la que las voces que se escuchan enriquecen las miradas y los *topoi* de instalación. Una amistad armónica que invita a saber más de las obsesiones de los amigos y de las propias. Hay algo no dicho y no visto en la espesura de la amistad. Las capas se van superponiendo y en el recodo de su pliegue, las personas y las escenas se vuelven visibles y cobran la luminosidad que permite el propio recorrido. Es ese entramado el que ha ido instituyendo esta cuidada amistad y es a ese entramado al que me dirijo discursivamente porque me ha hecho, y me sigue haciendo, muy feliz. Conglomerado de afectos, elecciones, decisiones y, sobre todo, pasiones compartidas.

Gracias por la compañía de tantos años, gracias por el *oikos* abierto y por este *mésos* donde depositamos la pasión que nos reúne en torno al mundo clásico que nos sigue con-vocando e interpelando con absoluta actualidad.

Amistad que trae a la escena imágenes del pensamiento pero, sobre todo, del cuerpo y de la vida. La amistad es, sin duda, una celebración. Por eso estamos hoy reunidos en gesto festivo.

Introducción

El mito. Los ecos de una voz inmemorial

Pensar en las relaciones entre la actualidad y la proliferación de los Estudios Clásicos en Brasil y Argentina es situarse en el lugar de los clásicos. ¿Qué es un clásico? ¿Por qué los revisitamos y comprendemos la vasta producción en ambos países? Lo clásico se juega en el horizonte de la temporalidad y la trasciende. Es aquello que interpela en su actualidad, se vuelve próximo a partir de la con-vocatoria a pensar aquellas problemáticas que siguen siendo nuestras urgencias y desvelos. Los griegos nos requieren desde sus propios *pro-blemas*: aquello que, arrojado hacia adelante, nos da qué pensar.

Nuestro proyecto de trabajo ancla en una doble vertiente. Por un lado, instalarnos en el mito como un producto espiritual que gana en Grecia un papel preponderante y en segundo lugar pensar en Mnemosyne como esa

memoria que nos permite traer el mito a la actualidad, hacerlo presente, re-actualizarlo.

Queremos homenajear la vasta historia de los Estudios Clásicos en nuestros pueblos en la figura de la memoria, resistencia política al olvido y potencia de recreación del presente. De hecho, el peligro es doble: olvidar y hundirse en un presente que avanza a ciegas empujado por fuerzas involuntarias, o recordar, como lo hacía Funes el Memorioso, capturado por un pasado que obtura toda posibilidad de transformación del presente. La larga historia de los Estudios Clásicos en ambos países da cuenta de esta resistencia, de este deseo que se inscribe en la fuerza y en la dinámica de la producción.

Ahora bien, ¿a qué obedece ese deseo? No se trata de un deseo exclusivamente intelectual, un ejercicio de mera recopilación de datos al servicio de una memoria estadística. El deseo ancla en otro *tópos*. Es la necesidad de retornar a los clásicos para entablar con ellos un *diá-logos*. El término es rico y significativo en más de un sentido. Supone la posibilidad de atravesar mutuamente las palabras. Los Estudios Clásicos constituyen el *tópos* fecundo de esa dimensión dialógica. Es una conversación que tiende arcos de lectura y de escritura que dan cuenta de la instalación antropológica, del ser en el mundo que busca otorgar sentido a nuestro modo de instalación en el mundo.

Para ello, la tarea se inscribe en un complejo equilibrio entre Memoria y Olvido que evita los peligros de lo que Nietzsche llamaba “historia monumental” (que responde a la necesidad de “grandes momentos” del pasado para actuar e intervenir en el presente pero obstaculiza el desarrollo de lo actual), de la “historia anticuaría” (que busca en lo pequeño, lo común con el pasado que fundamenta nuestra identidad y vive toda novedad como amenaza), y, por último, de la historia crítica que busca cambiar el presente, con el riesgo de desconocer nuestros vínculos con el pasado (NIETZSCHE, 1998, p. 41).

El mito constituye un pilar fundamental en la estructuración de las sociedades humanas a partir de su condición de relato que aporta sentido a la existencia de los hombres. La experiencia viva del mito se ubica en ese complejo equilibrio entre Memoria y Olvido, uniéndonos con un pasado que moldea nuestras identidades, actualizado en cada ritual (ELIADE, 1991), pero, al mismo tiempo, atravesado por la variación propia de los

contextos de narración. Desde este andarivel es un operador de sentido y un operador inclusivo. Constituye el relato fundacional en torno al cual se organiza una determinada comunidad que encuentra en ese *lógos*, su medio de convergencia, su suelo de instalación.

Así entendido, el relato mítico resulta un instrumento cohesionante y aglutinante del colectivo al combinar la historia monumental, la cotidiana-anticuaria y la crítica, al tiempo que se erige como un *tópos* de identidad y de pertenencia que, sin embargo, no para de recrearse y transformarse. Los Estudios Clásicos mantienen su vigencia del mismo modo en que lo hacen los mitos al tensionar Memoria y Olvido. El canto monumental de las grandes hazañas del Rey Zeus y todos los modelos de acción y vida cotidiana presentes en la inagotable reserva de arquetipos que contienen los relatos se releen de modo diferente, se desplazan respecto del pasado mismo, diferidos en su sentido por las exigencias del presente que mira críticamente hacia el futuro.

Al constituir una dación de sentido (GARRETA, 1999), se manifiesta como un operador de verdad, aproximándose al concepto de *alétheia*: una verdad entendida desde la propia lógica del mito, que dista de la lógica de la no contradicción (DETIENNE, 1986); verdad entendida como des-ocultamiento, des-cubrimiento, de-velamiento de un fondo que constituye la *alétheia* esencial.

De este modo, el relato otorga pertenencia a una trama cultural compartida y representa una determinada identidad; en su condición de magma instituyente de sentido (CASTORIADIS, 2001, p. 119), el mito otorga los valores y representaciones en torno a las cuales se inscribe una determinada configuración social y el propio mundo encuentra su razón de ser. Esta es su dimensión de operador cultural, ya que tales relatos constituyen una especie de tejido, de entramado discursivo, de tapiz lentamente construido y ordenado que nos alberga identitariamente, que nos protege de nuestra desnudez antropológica. Ese es el valor del relato; el *lógos* nos cobija de nuestra desnudez y contribuye a consolidar nuestro “ser en el mundo” como el albergue que construimos a partir de nuestras capacidades poéticas. Se trata siempre de una *etho-mytho-poiética*. De esta manera, el mito no se define únicamente por su *actualización*, lo que implica una negación del futuro, sino también por su *creación*, que siempre se dirige al futuro en tanto *tópos* de la novedad. Debemos, así, redefinir la idea de lo

actual del mito, de la actualidad del mito, despegarla de la reproducción de lo mismo, del arquetipo, y ponerla en relación con la creación del presente. El conjunto de valores, de instituciones y de creencias constituyen un todo que protege desde su trama la pertenencia de los mortales a un determinado circuito de sentido y de significación existencial.

¿Por qué revisitar los mitos? Precisamente porque el núcleo vivo de sus inquietudes constituye nuestras propias preocupaciones; porque están allí, con-vocándonos, llamándonos desde el seno de sus interpelaciones siempre vigentes, siempre actuales. El mito es actual porque, combinando Memoria y Olvido, trae el pasado para hacer que el presente se lance al futuro de lo posible, modificando lo que comienza a ser vivido injustamente e inspirado en las grandes acciones pasadas para hacerlo. La Memoria y el Olvido son necesarios para la vida ya que coexisten en una tensión nunca resuelta, y así volvemos a los clásicos, identificándonos con ellos para ser diferentes, para cambiar el presente.

El mito constituye una fuente problematizadora por excelencia, ya que sus personajes se enfrentan a los problemas más acuciantes de la condición humana, entre ellos la muerte como núcleo de preocupación insoslayable de nuestra condición de mortales. La muerte aparece en toda su dimensión ontológica en la medida en que el mito como *lógos* significativo salva la distancia que separa a hombres y dioses (GERNET, 1981). En ese marco, la distancia está dada por una distinta calidad de ser que ubica a la muerte en el epicentro del diagrama estatutario. Los hombres mueren y padecen. Los *Athanatoi*, no.

Desde otra perspectiva, los hombres dependen de los dioses, quienes constituyen su segundo límite porque de ellos han obtenido la idea de Justicia y de *Kosmos*, como dos principios rectores de la configuración mítica; una idea reguladora de *Dike* y un universo ordenado ponen al mundo en clave optimista, más allá del *khaos* aparente. Por detrás de esta simple percepción, el griego intuye que la Justicia divina y el orden impartido por los dioses constituyen el fondo mismo de lo real, expresado en la poesía. Retornar al mito es también retornar a una usina dilemática ya que sus personajes se enfrentan con el dilema como marca antropológica, con la experiencia de transitar senderos que se bifurcan y que exigen una decisión, con la consecuente carga dramática que ello implica.

Dimensión genealógico-reproductiva

El segundo proyecto de la presente comunicación consiste en analizar el perfil de *Mnemosyne* desde distintas perspectivas a partir de su importancia en el interior de *Teogonía*.

En primer lugar, nos referimos a una dimensión político-genealógica en la medida en que algunos nacimientos se juegan en el marco de las relaciones de poder; en segundo lugar, a los efectos que tales nacimientos producen en el *tópos* de la economía general del mito como *lógos* explicativo.

Nuestro primer abordaje será analizar el papel de esta bella dama, deseada por Zeus, y de sus deliciosas hijas: las dulces Musas. Si las uniones sexuales y el nacimiento constituyen un valor fundamental en las sociedades antiguas y contemporáneas, encuentran en el mito un espacio de configuración representativo: “Como hemos señalado en otro lugar, incluso los modos de conducta y las actividades profanas del hombre encuentran sus modelos en las gestas de los Seres Sobrenaturales” (ELÍADE, 191, p. 14). A esas gestas proponemos acercarnos, a partir de la dimensión didáctica del mito, como operador cultural.¹

*τὰς ἐν Πιερίῃ Κρονίδῃ τέκε πατρὶ μιγεῖσα
Μνημοσύνη, γουνοῖσιν Ἐλευθῆρος μεδέουσα,
ληημοσύνην τε κακῶν ἄμπαυμά τε μερμηράων.
ἐννέα γάρ οἱ νύκτας ἐμίσητο μητίετα Ζεὺς
νόσφιν ἀπ' ἀθανάτων ἱερὸν λέχος εἰσαναβαίνων·
A éstas en Pieria, unida al Crónida como padre, las dio a luz
Mnemósine, protectora de las colinas de Eléuteras,
como olvido de males y reposo de inquietudes.
Pues nueve noches a ella se unía con ella el prudente Zeus
lejos de los Inmortales, subido a su sagrado lecho
(HESÍODO. *Teogonía*, vv. 53-57)*

El campo lexical del verbo *μειγνύω* marca el rumbo de la práctica amorosa: mezclar, unir, combinar, trabar. El contacto que une a Zeus y Mnemosine los mezcla, los traba en un abrazo amoroso que supone, además, el desplazamiento de Zeus hacia su lecho sagrado, *ἱερὸν λέχος*, lugar sugerido del acto sexual. La escena se juega en el campo de una situación erótica que sugiere todos los ingredientes: un dios, movido por el deseo masculino, capaz de alejarse de los Inmortales para buscar a una diosa, subir a su lecho

y unirse a ella, en una imagen de corporeidad sexual afin las prácticas eróticas que se dan entre los mortales y que definen roles de género.

Ahora bien, cuál es el valor de este nacimiento múltiple y porqué las Musas producen un efecto político que, además, las territorializa en un linaje diurno (BRANDÃO, 2005), estatuto que comparten con su gloriosa madre como agente también político, en tanto productor de efectos. El inicio del Proemio de *Teogonía* (1-8) describe las bondades de este colectivo femenino, al tiempo que lo empodera a partir de las funciones y características que lo definen.

El verbo ὀρχέομαι, presente en el inicio del proemio, significa bailar, bailar, saltar e inscribe una marca característica de las Musas en su despliegue antropomórfico: ellas son las danzantes; el verbo ἐμποιέω enfatiza la acción de crear, en este caso, los bellos y encantadores χοροὺς de los que las Musas son artífices. Las Musas danzan, crean y se mueven ágilmente al tiempo que derraman su hermosísima voz al marchar, configurando un escenario de registro luminoso y positivo constituido por la voz de los dioses. Pero no se trata de cualquier canto ni de cualquier voz. En este punto aparece una función nodular en el registro de las Musas como potencias: su canto celebra al padre y en ello se juega una marca identitaria fuerte. Se da un doblete funcional. Así como las Musas celebran al Padre, los poetas hacen lo propio con las mismas Musas, marcando la línea de continuidad entre el linaje regio y el humano.

El canto trae aparejado la claridad y positividad de la alegría. Son ellas las que alegran el espíritu, abriendo una función terapéutica. El canto hace que se tenga siempre en boca al Padre, esto es, siempre presente, y es ese mismo canto el que mueve la tierra y produce “un amable ruido”. Digamos pues, que esta función celebrante parece estar asociada a una función festiva ya que el canto deleita al padre e incluso a la mismísima Gea. Seguramente es este deleite y regocijo, que hasta aquí se juega en el territorio del Padre, el que más tarde retorne en la función terapéutica que le conocemos a las Musas como aquellas que permiten el olvido de las preocupaciones.

Dioses y hombres ocupan el canto para que todo aquel que lo merece no quede innombrado. Las Musas cumplen la función primordial en un universo donde el nombre es la clave de la presencia. La función celebrante queda asociada a la función de alabanza. Celebrar es alabar y alabar es mantener vivo el nombre de quien lo merece por su estatuto regio.

Las Musas contribuyen a la Memoria que mantiene viva la identidad divina, que cohesiona el *tópos* divino y lo separa del humano para que cada uno ocupe el lugar que le corresponde. Las Musas consolidan con su canto de alabanza la distancia natural entre dioses y hombres como modo de contribuir al orden cósmico; un orden que se “celebra” cantando según la función de las bienhabladas hijas de Zeus.

El orden está siempre asociado a la idea de la legalidad que permite tener una visión optimista del mundo; esa es la forma en que las diosas mantienen el orden respetable de los Inmortales. En el corazón de la función de alabanza encontramos la otra función rectora de las Musas: alegrar, deleitar, regocijar. Son ellas las que disipan las preocupaciones, no solo de los dioses, sino también de los hombres. Su amable voz opera como un *phármakon*, capaz de disipar las aflicciones, lo que vuelve a ubicarlas en una función luminosa, de signo positivo, diáfana y clara, ya que su acción conjura la negatividad-oscuridad de los pesares.

La asociación de las Musas con la función poética nos llevó a hacerlas jugar en una dualidad de *tópoi*: su vinculación con los dioses y su acción con los hombres, y mostrar cuál ha sido la importancia política de este nacimiento que ha arrojado un colectivo luminoso, inscrito en un linaje diurno, al tiempo que ha consolidado una estructura de poder femenino en términos políticos.

A modo de síntesis, hemos recorrido una dimensión reproductora que ubicó a *Mnemosyne*, madre de las deliciosas hijas del Padre, objeto del deseo amoroso de Zeus, y que comparte un linaje de valencia positiva, que las inscribe en una dimensión diurna y luminosa. La dimensión genealógica que define el parentesco estructural entre madre e hijas se ve completada por otras dimensiones de la diosa que pasaremos a evocar.

Dimensión funcional

El apartado anterior ha recorrido implícitamente esta dimensión funcional en la medida en que el nacimiento contribuye directamente al proyecto cósmico-organizativo de Zeus. En efecto, su colaboración, en tanto cuerpo gestante, es directa en el deseo del Padre de mantener siempre presente su nombre, así como el de los gloriosos *Athanatoi*.

Ser quien ha dado a luz a las Bienhabladas hijas de Zeus implica haber llenado el universo de su hermosísima voz, funcional a la exigencia celebra-

toría que tiene en *Mnemosyne* una protagonista de relevancia. En el marco de esta dimensión es necesario rastrear sus marcas identitarias para comprender su funcionalidad. Para ello es necesario ubicarnos en el círculo de poetas inspirados, cuya presencia evoca los dos conceptos complementarios: el de Musa y el de Memoria, precisamente en el marco filiatorio que hemos definido.

En este escenario, que solidariza, Memoria, Musas y poeta inspirado, coincidimos con Montserrat Jufresa (2010, p. 167) cuando afirma: “La función del poeta es dar sentido al tiempo presente de los hombres y de sugerir un futuro mediante la ordenación del pasado”. Esta es la dimensión indirecta que la Memoria cumple al haber parido a las gloriosísimas hijas de Zeus.

La día *Moûsa*-Memoria nos lleva al territorio de *Mnemosýne* para inquirir sus aspectos identitarios. En principio se trata de una Memoria divinizada, sacralizada, que no responde en modo alguno a una dimensión autónoma del hombre, sino a un don divino. No es la memoria ordinaria de los mortales, sino una memoria sobre-humana, inscrita en la lógica del privilegio que solo algunos poseen. La palabra poética hunde sus raíces en ella; es la diosa *Mnemosýne*, esa omnisciencia de carácter adivinatorio, que dista de ser una mera función psicológica para cobrar un estatuto sacralizado que la territorializa en otro orden del ser. Es este registro el que la tradición mítica perpetúa en la figura de un poeta celebrante, de un maestro privilegiado de *alétheia* que, en oportunidad de una fiesta ritual, colabora directamente con la ordenación cósmica, a partir de la recitación del *lógos theókrantos*, la palabra cantada, inspirada por las *Moûsai*.

El poeta es el celebrante, el que sostiene una palabra de alabanza porque con su canto reactualiza el gesto primordial de ordenación del mundo. Desde aquí su dimensión funcional que colabora con la ordenación de lo real. Pensado desde las dimensiones que hemos propuesto como marco interpretativo, se trata de una dimensión ontológica en la medida en que *Mnemosyne* representa la condición de posibilidad de que el poeta recuerde. Se trata de una potencia realizadora, de una fuerza que genera condiciones de existencia; el canto se inscribe allí. La tensión memoria y olvido atraviesa todo el arco de pensamiento. El ocultamiento de la verdad es una forma del olvido. En una constelación de pensamiento presidida por *Mnemosýne*, saber absoluto de carácter adivinatorio, la única que sabe lo que fue, lo que es y lo que será, el olvido se inscribe en el registro de la falta, de la ausencia, de la falla, de la noche y la oscuridad.

En este contexto, *Mnemosýne*, fuente de un saber primigenio, podría ser calificada como tópicamente femenina, “dado que su carácter sólo se manifiesta a través de su condición de hija, de esposa y, sobre todo, de madre” (IRIARTE GOÑI, 2002, p. 34). Resumiendo, la dimensión ontológica radica en la posibilidad de acceder a ese relato de los orígenes que solo *Mnemosýne* otorga como don a partir de la omnisciencia que su sacralidad implica.

Dice Detienne (1986, p. 28): “Mediante su memoria, el poeta accede directamente, a través de una visión personal, a los acontecimientos que evoca; tiene el privilegio de ponerse en contacto con otro mundo. Su memoria le permite descifrar lo invisible”. La memoria permite al poeta acceder directamente a los acontecimientos que evoca, acortar la distancia y ponerse en contacto con el más allá. He aquí su potencia realizadora que lo hace contemporáneo de los dioses. Hay pues, un traer a la presencia, hacer presente, no en lo que el presente tiene de dimensión temporal, sino en lo que concierne a la eficacia de la realización. La Memoria es poder y se distingue claramente de la memoria vana, no realizadora, carente de poder, aquella que no recoge la experiencia primordial.

Dimensión política

Entendemos por función política aquella dimensión que transforma y genera efectos sobre lo real. Su acción-intervención directa en la función poética determina implícitamente la cartografía de lo real. En efecto, la posición del poeta inspirado supone la presencia de una región intermedia entre el plano de los Inmortales y el de los mortales; la llamada provincia de lo mágico religioso es esa región que impermeabiliza de algún modo los planos heterogéneos (GERNET, 1981, p. 12 y ss.), desplegando un diagrama de lo real donde quedan definidos los distintos planos del ser, los dioses, los hombres y aquellos sujetos excepcionales que hacen de intermediarios entre ambos *tópoi*.

Su función política radica en corroborar los designios de Zeus, diagramando con su acción la propia cosmicidad del universo. Sabemos que el poeta se convierte en un funcionario de la soberanía. Por su acción, el *kosmos* reactualiza su organización y es la Memoria el soporte material de esa posibilidad ontológica.

Conclusiones

Somos griegos porque seguimos pensando los mismos nudos de problematización en nuestro presente no-griego. La vida, la ira, el sarcasmo, el engaño, el no reconocimiento, los juegos por el poder, las relaciones entre los hombres y la divinidad, el conflicto como motor de la historia, las ansias de poder que enceguecen, son temas que están más allá de la tiranía del tiempo, actualizados bajo nuevas máscaras. Son los temas que nos conmueven; que nos mueven a pensar y a pensar-(nos). Somos humanos porque estos temas nos interpelan desde la insistencia de su presencia. La Memoria misma nos interpela para seguir recordando y poniendo en acto aquellos núcleos significativos que nos hacen seres históricos y nos ubican en ese plano intermedio entre los dioses y las bestias. Hijos de Mnemosyne, vicaria mítica de nuestra memoria humana, honramos nuestra existencia acudiendo al llamado que nos define como sujetos históricos.

Documentación escrita

HESIOD. *Theogony. Works and Days. Testimonia*. (Loeb Classical Library). Trad. G. W. Most. London: Harvard University Press, 2006.

HESÍODO. *Obras y fragmentos*. Madrid: Gredos, 2000.

_____. *Teogonía, Trabajos y Días*. Edición bilingüe. Trad. Lucía Liñares. Buenos Aires: Losada, 2005.

_____. *Teogonía*. Trad. Paola Vianello de Córdova. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.

Referencias bibliográficas

BRANDÃO, Jacyntho. Lins. *Antiga Musa* (Arqueología da ficção). Belo Horizonte: FALE, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras de lo pensable*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

DETIENNE, Marcel. *Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica*. Madrid: Taurus, 1986.

ELIADE, Mircea. *Mito y realidad*. Colombia: Labor, 1991

GARRETA, Mariano; BELLELI, Cristina (comp.). *La trama cultural*. Textos de Antropología. Buenos Aires: Caligraf, 1999.

- GERNET, Louis. *Antropología de la Grecia Antigua*. Madrid: Taurus, 1981.
- IRIARTE GOÑI, Ana. *De amazonas a ciudadanos*. Pretexto gineocrático y patriarcado en la Grecia Antigua. Madrid: Akal, 2002.
- JUFRESA, Montserrat. Sophía y sophós en la época arcaica griega. In: IRIARTE GOÑI, Ana; SANCHO ROCHER, Laura. *Los antiguos griegos desde el laboratorio de París*. Málaga: Mediterránea, 2010, p. 157-172.
- LIDDEL, H. G., SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre utilidad y perjuicio de la historia para la vida*. Córdoba (Argentina): Alción Editoria, 1998.

Nota

¹ Sobre este punto, puede verse Garreta y Belleli (1999), *La trama cultural*, donde el concepto de cultura aparece vinculado al de red o trama que se teje.

RESENHA*

JOURDAN, Camila Alves. *Entre Monstros e Naufrágios: o Imaginário Grego sobre a Morte no Mar*. São Paulo: Fonte Editorial, 2020. 196 p.

Mateus Mello Araujo da Silva**

A produção acadêmica de História Antiga no Brasil, em específico aquela sobre a Grécia, já forneceu estudos relevantes tratando individualmente das navegações, dos contatos, das criaturas monstruosas ou das concepções antigas sobre a morte. Todavia, a publicação de Camila Alves Jourdan articula todas essas questões de maneira oportuna em um trabalho que se utiliza desse recorte como uma janela privilegiada para compreender as representações sociais construídas pelos gregos.

A obra, provinda de sua tese de Doutorado e de seu interesse de longa data pelas questões do mar, conforme confidencia a autora na introdução de seu livro, propõe tratar das representações sobre a morte no mar. Para isso, passa pelas questões do reconhecimento desse espaço, dos perigos monstruosos que o habitam, da morte ocorrida ou ocultada através do meio marítimo e das divindades e conhecimentos práticos necessários para se evitarem ou mitigarem os efeitos danosos apresentados.

Para tal, em seu *primeiro capítulo*, após considerações sobre a historiografia do Mediterrâneo e da mediterraneização, Jourdan trabalha com o extenso campo semântico grego de caracterização do mar. Isso não se dá somente por um exercício de erudição; a partir das múltiplas formas de se nomear o meio marítimo, ela abre caminho para as maneiras, também variadas, de os gregos qualificarem-no e compreendê-lo. A depender do período, do autor e da obra em questão, o mar pode ser fértil ou infértil, um

* Recebido em: 02/08/2020 e aceito em: 01/09/2020.

** Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Membro do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (Nereida/UFF). Bolsista Capes.

meio para se ganhar a vida ou perdê-la. E sem buscar reduzir sua interpretação dessa variedade de concepções, muitas vezes conflitantes, a autora abraça essa polissemia, recorrendo ao conceito-chave de ambiguidade. Mas esse meio não conecta apenas os homens entre si, pois os navegantes também são colocados em contato com os deuses e os mortos.

E esse contato dos homens com o fantástico no mar também é evidenciado pelo seu constante medo dos monstros marinhos, objeto de análise do *segundo capítulo*. Jourdan ainda empreende uma catalogação pertinente de um conjunto de monstrosidades que habitam o mar ou sua proximidade, evocando o temor daqueles que navegavam. Ter parte de sua tripulação devorada por Scyla ou sua embarcação completamente destruída por Caríbdis eram temores reais dos navegantes. Na sua caracterização, a autora não utiliza como recurso somente as composições literárias de poetas arcaicos, embora sua contribuição vital para a formação das representações sociais dos gregos sobre o mar. Ela também maneja, de forma louvável, as representações iconográficas da cerâmica grega, reconhecendo suas relações complexas, não hierárquicas e muitas vezes não lineares, com as narrativas poéticas.

Essas monstrosidades poderiam ser as causadoras de mortes no mar, assunto do *terceiro capítulo* e centro da argumentação. Após outra discussão teórica no início dessa seção, tratando dos estudos históricos e antropológicos sobre a morte, a autora disserta sobre as relações que os gregos estabeleciam com os mortos. A necessidade de se demonstrar piedade aos deuses e efetuar o rito de passagem, conferindo ao morto uma nova vida social, demandavam da comunidade um esforço de perpetuação da memória, com a finalidade de evitar a verdadeira morte, o esquecimento. Com isso, morrer no mar, longe do ambiente civilizado e muitas vezes com a impossibilidade de recuperação do corpo sem vida, era um perigo particularmente grave no contexto da forma grega de se lidar com a morte.

Mas, apesar do desafio, os gregos encontravam maneiras de presentificar o ausente e erigir monumentos funerários para a perpetuação da memória daquele que falecia no mar e não havia tido o corpo recuperado para a efetuação dos ritos fúnebres tradicionais. A ausência de materialidade não significava necessariamente o esquecimento. Os cenotáfios e os epigramas fúnebres reconheciam essa ausência e, à sua revelia, mantinham a memória do morto no mar, por meio de seu nome e, em alguns casos, por sua ocupação e pela circunstância de falecimento.

Contudo, a atenção dispensada à materialidade no segundo capítulo (enquanto conjunto de suportes com testemunhos alternativos àqueles da tradição literária) não encontra a mesma ênfase no quarto. Embora não prescindia de considerações gerais e oportunas sobre enterramentos e monumentos funerários, o texto aí não apresenta estudos de caso sobre esses monumentos considerados em sua materialidade ou sobre as inscrições gravadas em numerosos deles. Os casos analisados se concentram nos epigramas funerários da *Antologia Palatina*. Essas composições, legadas à posteridade, não em sua materialidade epigráfica, se é que essa existiu, têm grande valor para a compreensão do imaginário grego, assim como os poetas arcaicos na análise no segundo capítulo. Mas não se podem extrapolar imediatamente suas elaborações para o conjunto da experiência cotidiana grega diante da morte. Isso demonstraria o emaranhamento das práticas poéticas epigramáticas com as práticas epigráficas no estudo desse capítulo, quando ambas não estão totalmente associadas. Conforme a própria autora reconhece na análise de um dos epigramas, muitos deles dão sinais de serem elaborações poéticas, cujos nomes dos supostos mortos são alegóricos.

Por fim, os possíveis horrores do mar nem sempre levavam à morte. O *quarto capítulo* traz uma análise daquilo que poderia dar esperança aos marinheiros: a ação das divindades e seus conhecimentos práticos. Novamente recorrendo com destreza à iconografia, Jourdan demonstra que mesmo em circunstâncias desastrosas, como em naufrágios, era possível sobreviver. As divindades, especialmente aquelas ligadas ao meio marítimo ou às técnicas náuticas, eram aliadas imprescindíveis para se lidar com a imprevisibilidade inerente ao mar. Entre elas, Atena é aquela que concede a *métis*, inteligência prática necessária à compreensão e resposta àquilo que está em constante mudança. Para lidar com o transitório e instável, são necessários ardis e astúcias à semelhança de Odisseu.

Dessa forma, a obra exibe grande fôlego em seus recortes cronológico e espacial, oferecendo uma perspectiva privilegiada para o imaginário grego e suas representações sociais. A autora também mostra grande capacidade de articular variados discursos em diferentes suportes (especialmente nos segundo e quarto capítulos). Com isso, o livro apresenta um estudo sobre as relações conflituosas e conflitantes que os gregos construíram com o mar, em suas potencialidades, incertezas e terrores. Seja através de monstros ou de fenômenos meteorológicos, cabia aos homens contarem com um conjunto de saberes e intervenções divinas para escapar à morte mais temida,

aquela distante dos seus. Entretanto, mesmo quando o maior dos temores se concretizava, era possível à comunidade agir para a manutenção da memória daqueles que não puderam ser fisicamente recuperados.

E como é lembrado de forma constante nos estudos tanatológicos, estudar sobre os mortos é, na verdade, estudar sobre os vivos. Da mesma forma, a maneira de se lidar com os mortos milenares da História Antiga, ou os tragicamente recentes, fala sobre nós mesmos. Se ainda é lícito à História fornecer qualquer lição ao presente, o livro de Jourdan possibilita que esta seja comunicada em um contexto tão necessário.

PERFIL DA REVISTA

A PHOÏNIX é um periódico de publicação semestral* do Laboratório de História Antiga (Lhia) do Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Lhia tem como objetivo divulgar as pesquisas em Antiguidade, realizadas no Brasil e no exterior. A *Phoïnix* constitui um veículo privilegiado para atingir esse objetivo.

A PHOÏNIX se caracteriza por ser um espaço isonômico de publicação dedicado a:

1. mostrar a originalidade e a singularidade das abordagens historiográficas brasileiras referentes às sociedades antigas;
2. estabelecer um lugar de diálogo entre os estudiosos da Antiguidade, brasileiros e estrangeiros, com os demais saberes;
3. garantir a liberdade de expressão, a diversidade teórico-metodológica, a qualidade científica e o despertar de novos talentos, sendo por excelência um lugar de experimentação, de debate e de crítica acadêmica.

Pensar as sociedades antigas como algo vivo na nossa cultura, situando o seu lugar numa história humana que abrange muitos caminhos, permite refletir mais lucidamente sobre as implicações e os embates da nossa sociedade e esclarecer o que somos, comparados e confrontados aos outros, tanto em termos temporais quanto espaciais.

LABORATÓRIO
DE HISTÓRIA
ANTIGA – UFRJ



* Até o ano de 2008, a *Phoïnix* tinha periodicidade anual. A partir de 2009, tornou-se semestral, e em 2017 ganhou a sua versão digital (<https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/index>).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos devem ser apresentados em arquivos em dois formatos: *Word for Windows* (Documento do Word 97-2003) e PDF, tendo até 15 páginas (A4; espaço 1,5; margens 3cm; Times New Roman 12). Abaixo do título do artigo (centralizado, em negrito e caixa alta), o nome do autor (à direita, em itálico e caixa normal). Seguem-se o resumo em português e cinco palavras-chave também em português (justificado) e, após uma linha, o título, o resumo e as palavras-chave em inglês ou francês (justificado).

As notas devem ter a seguinte forma:

- Inseridas no corpo de texto entre parênteses: se forem somente indicações bibliográficas. Para produção historiográfica: a indicação será entre parênteses com sobrenome do autor, ano e páginas (SOBRENOME DO AUTOR, Ano, p.). Para passagens de textos antigos: a indicação será entre parênteses com autor, título da obra (em itálico) e passagem (AUTOR. *Obra* vv. ou número do livro, capítulo, passagem);
- Ao final do texto: se forem notas explicativas, numerar e remeter ao final do artigo.

As citações com mais de 3 (três) linhas devem vir em destaque, sem aspas, em itálico, espaço simples e com recuos direito e esquerdo de 1 cm.

A indicação da documentação e da bibliografia deve aparecer após o texto, separadamente: primeiro, a Documentação (escrita e/ou material) e, depois, as Referências bibliográficas, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor seguindo as normas da ABNT 6023: 2002 (Informação e documentação - Referências - Elaboração), a saber:

- Para livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do livro*: subtítulo (se houver). Cidade: Editora, Ano.
- Para capítulo de livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do livro*: subtítulo (se houver). Cidade: Editora, Ano, p.
- Para artigo de periódico: SOBRENOME, Pré-nome do autor. Título do artigo. *Título do Periódico*, Cidade, v., n., p., mês (se houver) ano.

Quando forem utilizadas imagens no artigo, os autores deverão enviar os originais delas ou cópia digitalizada e gravada em arquivo com terminação *TIF, individual para cada imagem, e com resolução de 300 DPI.

Se fontes especiais (grego, sânscrito, hieróglifo, hebraico, etc.) forem empregadas no artigo, os autores deverão enviar uma cópia de cada uma gravada em arquivo.

ATENÇÃO: os artigos em outros idiomas que não o português deverão ser encaminhados à revista já revisados por profissional competente. Quando o autor quiser dar crédito ao revisor, favor mencioná-lo em nota, no pé de página do seu artigo, na página 1.

O não cumprimento dessas regras levará à notificação do autor, que deverá fazer as correções necessárias para a avaliação do Conselho Editorial, acarretando um atraso na publicação do artigo.

Todo o material anteriormente especificado deverá ser enviado para o site da revista: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix>. O contato com a revista pode ser feito por e-mail: revistaphoenix@gmail.com.

O envio dos artigos é em fluxo contínuo e os textos encaminhados serão apreciados por dois dos componentes do Conselho Editorial. Em caso de pareceres contraditórios, um terceiro membro do Conselho analisará o artigo.

O autor deve indicar: a sua filiação institucional, o seu principal título e o tema do atual projeto de pesquisa com o órgão financiador, caso haja, o ORCID e o seu e-mail, se quiser divulgá-lo.

Leia também:



PHOÏNIX



2021

Considerar a experiência das sociedades antigas como algo vivo na nossa cultura é situar o seu campo de pesquisa numa perspectiva da História Comparada e da pluridisciplinaridade. Desta forma abordam-se as diferentes respostas sociais frente aos conflitos, às crises, às mudanças, às resistências, às representações do mundo, aos contatos e aos processos de criação de identidades e alteridades. A Revista PHOÏNIX contribui com essa perspectiva, ao abrir um espaço isonômico de publicação aos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, objetivando divulgar a originalidade e a singularidade da historiografia referente à História Antiga e a sua contribuição na formação do Conhecimento. A revista PHOÏNIX é por excelência um lugar de experimentação, de debate e de crítica acadêmica, que se pauta pela liberdade de expressão, pela diversidade teórico-metodológica, pelo diálogo, pela criatividade e pela qualidade das pesquisas.